

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

BRUNO ABILIO GALVÃO

**A ARQUEOLOGIA DO DISPOSITIVO DE PODER DISCIPLINAR A
PARTIR DE UMA GENEALOGIA DO PODER NA OBRA *VIGIAR E
PUNIR* DE MICHEL FOUCAULT**

VITÓRIA

2016

BRUNO ABILIO GALVÃO

**A ARQUEOLOGIA DO DISPOSITIVO DE PODER DISCIPLINAR
A PARTIR DE UMA GENEALOGIA DO PODER NA OBRA *VIGIAR E
PUNIR* DE MICHEL FOUCAULT**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Thana Mara de Souza.

VITÓRIA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP) (Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Galvão, Bruno Abilio, 1986-

G182a A arqueologia do dispositivo de poder disciplinar a partir de uma genealogia do poder na obra Vigiar e Punir de Michel Foucault / Bruno Abilio Galvão. – 2016.

170 f.

Orientador: Thana Mara de Souza.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Arqueologia. 3. Genealogia. 4. Poder (Filosofia). 5. Poder disciplinar. I. Souza, Thana Mara de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 101

BRUNO ABÍLIO GALVÃO

“A arqueologia do dispositivo de poder disciplinar a partir de uma genealogia do poder na obra *Vigiar e Punir* de Michel Foucault”

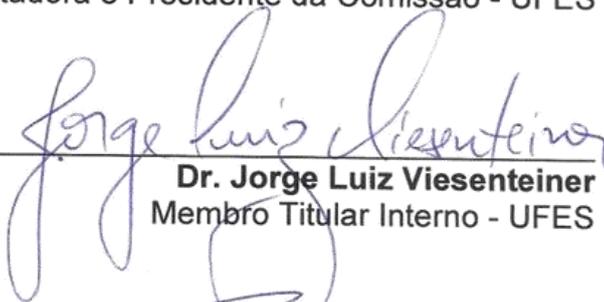
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Filosofia.

Aprovada em 28 de março de 2016.

Comissão Examinadora:



Drª. Thana Mara de Souza
Orientadora e Presidente da Comissão - UFES



Dr. Jorge Luiz Viesenteiner
Membro Titular Interno - UFES



Dr. André Constantino Yazbek
Membro Titular Externo - UFF

AGRADECIMENTOS.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse trabalho fosse concretizado:

A Eliene Rocha Gomes, pessoa mais importante da minha vida.

A Thana Mara de Souza, que muito contribuiu para que eu subisse mais um degrau nos estudos de filosofia.

Aos professores Ricardo Araújo, Jorge Luiz Viesenteiner, Fernando Mendes Pessoa e Cláudia Murta, que sempre me auxiliaram com opiniões construtivas.

A Yazbek, por ter aceitado o convite.

Aos meus pais, Dona Penha e “Seu” Natalino que, mesmo de forma indireta, sempre me deram o suporte e apoio para que eu estudasse.

A Murilo Marchette, Edson Quintino Nascimento, Edires Matos e Renato Passos da Silva, grandes amigos.

O Universo por ter conspirado ao meu favor.

RESUMO

A arqueologia e a genealogia são instrumentos de análise que Foucault utiliza, concomitantemente, tanto na questão do saber quanto do poder. Logo, afirmamos que esses instrumentos não se separam em períodos distintos, o que não significa negar periodizações, mas sim, negar mutilações no trabalho de Foucault. Defendemos que ocorre, a partir das reflexões de *A arqueologia do saber*, uma ampliação no campo de análise do filósofo, direcionando, tanto a arqueologia quanto a genealogia, às questões que envolvem relações de poder, o que nos possibilita argumentar em direção de uma *arqueologia do dispositivo de poder disciplinar* a partir de uma *genealogia do poder*. Tal análise inicia a partir da problematização da condição atual do sujeito, que Foucault diagnostica como governado por relações de poder que submetem o corpo a um discurso normativo, tendendo constituir um indivíduo que corresponda a um modelo, o que é denominado de *corpos dóceis*. Eles são o produto de uma modalidade do poder, a disciplina, que lança mão de vários mecanismos que funcionam interligados, constituindo um *dispositivo* de poder. A arqueologia mostra, quando aplicada a uma formação discursiva, a articulação entre os vários elementos que formam um discurso. A relação entre os elementos do discurso que determinam uma regularidade discursiva Foucault chama de *episteme*, que é um dispositivo estritamente discursivo. A arqueologia é o instrumento aplicado na análise de dispositivos e, se em *Vigiar e Punir*, o filósofo direciona a arqueologia e a genealogia ao eixo do poder, teremos uma arqueologia do poder disciplinar a partir de elementos encontrados em uma genealogia do poder. Os mecanismos de poder encontrados por meio da genealogia e organizados pela arqueologia que compõem o dispositivo de poder disciplinar são: a arte das distribuições, o controle das atividades, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame.

Palavras-chave: Arqueologia. Disciplina. Dispositivo. Genealogia. Poder.

ABSTRACT

The archeology and genealogy are analytical tools that Foucault uses, simultaneously, both on the issue of knowledge as power. Therefore, we affirm that these instruments do not separate into distinct periods, which is not to deny periodizations but deny mutilations in Foucault's work. We argue that occurs, from the reflections of *The Archaeology of Knowledge*, an expansion in the philosopher's analysis field, directing both archeology as genealogy, issues involving relations of power, which enables us to argue toward an *archeology disciplinary power device* from a genealogy of power. This analysis starts from the questioning of the current condition of the subject, Foucault diagnosed as governed by power relations that submit the body to a normative discourse, tending to be an individual that matches a model, which is called *docile bodies*. They are the product of an embodiment of power, discipline, which makes use of several mechanisms that operate interconnected, forming a power *device*. Archeology shows, when applied to a discursive formation, the relationship between the various elements that make up a speech. The relationship between the speech elements that determine a discursive regularity Foucault calls *episteme*, which is a strictly discursive device. Archeology is the instrument applied in the analysis devices and, in *Discipline and Punish*, the philosopher directs archeology and genealogy to the axis of power, we will have an archeology of disciplinary power from elements found in a genealogy of power. The mechanisms of power found through genealogy and archeology organized by composing the disciplinary power of the device are: the art of distributions, control activities, the hierarchical surveillance, normalizing sanction and examination.

Keywords: Archaeology. Discipline. Device. Genealogy. Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I: A arqueologia e a genealogia como instrumentos de análise	15
1. A <i>práxis</i> analítica no pensamento de Foucault: <i>archaeology – plus – genealogy</i>	16
1.1. A estratégia genealógica: a análise da <i>genealogia</i> de Nietzsche por Foucault	31
1.2. A arqueologia como prática discursiva e seu objeto: o saber.....	42
1.3. O <i>a priori</i> histórico e o fundamento social como propulsores de um novo direcionamento à arqueologia e à genealogia.....	55
CAPÍTULO 2: Da problematização do sujeito à análise do poder disciplinar	68
2.1. O indivíduo governado como problematização da condição do sujeito.....	69
2.2. A racionalidade do poder como instrumento de análise para o poder disciplinar.....	86
2.3. O poder disciplinar	100
CAPÍTULO 3: A arqueologia do dispositivo de poder disciplinar a partir de uma genealogia do poder	108
3.1. O Dispositivo de poder disciplinar	111
3.2. As características peculiares do poder disciplinar: a <i>arte das distribuições</i> , o <i>controle das atividades</i> e a <i>organização das gêneses</i>	119
3.3. Os <i>Recursos para o bom adestramento</i> : a <i>vigilância hierárquica</i> , a <i>sanção normalizadora</i> e o <i>exame</i> como microdispositivos que atuam no dispositivo disciplinar.....	132
CONCLUSÃO	152
REFERÊNCIAS	162

INTRODUÇÃO.

Foucault utiliza dois instrumentos de análise em suas obras: a arqueologia e a genealogia, contudo houve, nos estudos sobre o pensamento de Foucault, uma separação desses instrumentos em períodos distintos no trajeto de suas obras. Argumenta-se que, nas primeiras obras dele – *História da loucura na Idade clássica* à *A arqueologia do saber* – realizava suas pesquisas utilizando a arqueologia, período que ficou conhecido como *arqueologia do saber*. Posteriormente, em *Vigiar e Punir* abria mão da arqueologia em favor da genealogia nietzschiana, período conhecido como *genealogia do poder*.

Essa separação da arqueologia e da genealogia em períodos distintos apresenta-se como um empecilho à nossa proposta: mostrar a análise arqueológica que ele faz do dispositivo de poder disciplinar, associada com uma genealogia dos mecanismos de poder em *Vigiar e Punir*. Então, o primeiro objetivo da nossa dissertação é abrir a possibilidade de uma leitura da obra de Foucault em que tanto a arqueologia quanto a genealogia permanecem juntas desde o começo, embora estejamos defendendo uma perspectiva em que não há alternância metodológica em períodos, não negamos que haja uma periodização na sua obra. Em *A arqueologia do saber*, a questão das relações de poder torna-se algo que não pode ser negligenciado pelo filósofo. Percebendo essa inevitável necessidade, não vê outra saída senão ampliar seu campo de análise direcionando a arqueologia para outros domínios. A arqueologia e genealogia são instrumentos hermenêuticos que se complementam, permitindo-lhe pensar os momentos históricos na complexidade única de cada um.

Alguns fatos mostram-se favoráveis ao nosso posicionamento como, por exemplo, o contato de Foucault com a filosofia de Nietzsche no ano de 1953, aproximadamente sete anos antes da publicação de *História da loucura na Idade clássica* e uma declaração em que afirma que realizou, durante seu trajeto filosófico, três genealogias sobre eixos diferentes: do saber, do poder e da ética. Nessa ratificação, acrescenta quais obras pertenciam a tais eixos discriminadamente:

três eixos são possíveis para a genealogia. Todos os três estavam presentes, embora de forma um tanto confusa, em *História da Loucura*. O eixo da verdade foi estudado em *Nascimento da Clínica e As Palavras e as Coisas*. O eixo do poder foi estudado em *Vigiar e Punir*, e o eixo ético em *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1995B, p. 262).

Embora *História da loucura na Idade clássica*, *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas* sejam obras cuja investigação se direciona de forma abrangente na constituição do sujeito como objeto do saber e, por esse motivo, equivocadamente, as consideram somente obras arqueológicas, Foucault afirma que elas são estudos, além de arqueológicos, genealógicos. Porém, isso não significa que a genealogia dessas primeiras obras seja a mesma efetuada em *Vigiar e Punir*, Foucault utiliza a genealogia de maneiras distintas ao longo de sua trajetória. Quanto à manutenção da arqueologia no suposto período genealógico, partimos principalmente das análises de Koopman (2013), Veiga-neto (2004) e do fato de Foucault cogitar, ao final de *A arqueologia do saber*, aplicar a arqueologia a outros domínios, dentre eles o das relações políticas e o da sexualidade. Outra evidência também aparece ao compararmos o modo de análise do poder disciplinar em *Vigiar e Punir* em que não nomeia a forma de análise com a apresentação do mesmo em *O poder psiquiátrico*, o qual leva o nome de *Genealogia do poder disciplinar*. Os estudos do poder disciplinar, nessas obras, são evidentemente diferentes. Em *Vigiar e Punir*, a análise aproxima-se mais da forma das formações discursivas de *A arqueologia do saber*, na qual é analisada de maneira que todos os elementos que a compõem são dispostos individualmente quanto a descrições particulares, e inter-relacionados quanto à composição de um todo. O mesmo ocorre em *Vigiar e Punir*, cada mecanismo é analisado de forma particular e inter-relacionado com os demais, constituindo um dispositivo de poder.

Mesmo que a arqueologia e a genealogia sejam instrumentos empregados concomitantemente por Foucault, cada um possui suas peculiaridades. Sobre a genealogia – partir do texto *Nietzsche, a genealogia e a história* – esse é utilizado por ele enquanto análise da *proveniência* (*Herkunft*) e da *emergência* (*Entstehung*), constituindo uma investigação por meio de uma *história efetiva* (*Wirkliche Historie*) em detrimento de uma busca pela origem teleológica da história (*Ursprung*). A pesquisa da origem enquanto *Ursprung* procura apontar um sentido meta-histórico para o devir humano, seguindo uma racionalidade lógica e ordenada em direção a uma finalidade.

Em contraponto, a genealogia investiga, enquanto análise da *proveniência*, onde se iniciou algo que reproduzimos atualmente, algo que, por ter se associado à condição humana por um logo tempo, tornou-se naturalizado. Assim, o estudo da *proveniência* objetiva suspender as pré-compreensões tomadas pelos sujeitos, indicando que determinadas práticas possuem um começo e são dispostas às possibilidades de mudança. Já a pesquisa da *emergência* tem a função de retirar o sentido teleológico da história, expondo que por trás

dessas cenas históricas “coreografadas” e apresentadas discursivamente, encontra-se um campo de batalha, um jogo incerto de rapinagens, confrontos e malícias, um jogo incerto de dominações que movimenta a história. A genealogia mostra que, em meio aos conflitos, há uma produção de discursos os quais influenciam o jogo de dominação; a emergência de um discurso sempre necessita de uma regularidade que ordene os enunciados. A essa regularidade Foucault refere-se como *a priori* histórico – conceito arqueológico, como veremos, é o elo entre a genealogia e a arqueologia - que é sempre condicionada segundo objetivos táticos de poder.

Já arqueologia, enquanto instrumento de análise direcionada à ordem do discurso, mostra como os elementos relacionam-se: enunciados, objetos do discurso, conceitos e temas. O objeto da investigação arqueológica de Foucault são os *arquivos*, os quais “guardam” uma ordem do saber, contendo regras que delimitam os elementos que vêm a compor determinado discurso e também, é claro, os próprios elementos. Sobre o que unifica esses discursos no *arquivo*, mostrará que não é nem o objeto e nem o tema do qual se fala, mas sim um *a priori* histórico que atuará como regularidade discursiva. O conceito de *a priori* histórico associa-se com um sujeito que exerce uma função na ordem do discurso. Como uma função discursiva referente a um sujeito, atua como causa imanente a este, emergindo como principal elo da arqueologia com a genealogia, pois adquire visibilidade em um sujeito constituindo-o simultaneamente com as relações de poder. Trata-se de um corpo marcado por determinadas práticas que o constituem historicamente, proporcionando-lhe uma funcionalidade na ordem do discurso, o que também é objeto de estudo da genealogia.

Segundo Dreyfus e Rabinow (1995), o conceito de *a priori* histórico e a análise a partir das escolhas estratégicas que relacionam o saber com um campo de práticas não discursivas em *A arqueologia do saber*, proporcionarão a Foucault refletir sobre sua postura intelectual, reorientando a arqueologia e a genealogia para novas esferas de análises. No entanto, isso não significa um abandono de tudo o que foi produzido anteriormente, mas que as análises do saber, ao terem apontado para a necessidade de um alargamento analítico, serão reinscritas nas análises sobre o poder. Importante destacar que a arqueologia ao ser direcionada à questão do poder, enquanto análise das práticas discursivas, torna-se mais complexa, porque além de proporcionar a análise de discursos constituídos historicamente, possibilita a emergência de outros saberes por meio de Foucault. Queremos assinalar com isso que ele é condicionado por um *a priori* histórico, posicionando-se como regularidade discursiva de seu próprio discurso sobre o poder, pois atua selecionando enunciados, objetos,

conceitos e temas para produzir determinado saber, visando a fins éticos, políticos e ontológicos. Então a prática discursiva, além de análise do discurso, torna-se instrumento de produção de discurso após *A arqueologia do saber*. A genealogia atuará, nesse contexto, fornecendo elementos discursivos encontrados na *história efetiva* em suas análises documentárias, desassujeitando saberes e revelando o saber histórico das lutas para serem organizados em uma ordem discursiva, proporcionando descrever dispositivos de poder.

Quanto aos objetos de investigação os quais direcionam a arqueologia e a genealogia, Foucault sempre parte, em suas análises históricas, de um problema ou questão presente na atualidade, práticas nas quais os sujeitos estão inseridos e que, após muito tempo, se perpetuam sem serem problematizadas. A maneira como o sujeito se encontra, age e se compreende atualmente é o portão de entrada de análise para o poder disciplinar. O sujeito em sua condição encontra-se governado por relações de poder que tendem a sua normalização e a docilização de seu corpo. Para submeter o indivíduo a uma situação de governo, é projetado ao seu redor um conjunto de verdades normativas que configuram seu “mundo” e seu modo de agir nele, porém, o conjunto de verdades normativas é apenas um elemento que opera juntamente com práticas determinadas. Dessa maneira, o corpo permanece preso, não em um cômodo com grades, mas sim à “alma”, pois, como o filósofo afirma: “a alma, prisão do corpo” (FOUCAULT, 2007, p. 29). A “alma” compreende um discurso que, ao discorrer sobre a essência humana, delimita formas de existência e, conseqüentemente, relações de poder, porque a produção desse discurso segue uma regularidade imersa em jogos de dominação. Ou seja, é um discurso cuja regularidade está ligada a uma estratégia de governo dos outros e que marca e domina o corpo. Tanto o discurso normativo quanto as práticas entre indivíduos se traduzem em relações de poder, e essas relações proporcionarão a emergência de uma modalidade específica: o poder disciplinar.

Outra questão desponta como merecedora de importância: Se Foucault utiliza a arqueologia e a genealogia para analisar as relações de poder que constituem os sujeitos, e essas relações possuem uma modalidade específica, a disciplina, nos perguntaremos sobre “o que é o poder para Michel Foucault?”. Importante esclarecer que quando ele se pergunta sobre o poder, não busca a elucidação de uma entidade ou substância, mas *como esse se exerce* (FOUCAULT, 1995a); não procura fazer uma teoria geral, mas analisá-lo como é exercido nas relações entre os indivíduos. Denomina as características extraídas de suas análises sobre o poder com os termos *inteligibilidade* ou *racionalidade* do poder. Elas são expostas em *História da sexualidade* vol. I, e apresentadas, posteriormente, a *Vigiar e Punir*. Assim, essa

caracterização do poder em *História da sexualidade* vol. I, por ser fruto de suas análises sobre o efetivo funcionamento do poder, corresponde também ao poder disciplinar, que é uma modalidade das relações de poder. Se essas características são comuns às várias modalidades do poder, resta-nos falarmos da forma específica da qual nos propomos.

A principal peculiaridade do poder disciplinar é atuar sobre o corpo enquanto individualidade. Envolve um conjunto de relações que promovem a sujeição do indivíduo, visando o controle e utilização de seu corpo. Trata-se de mecanismos que utilizam e empregam as forças do corpo em aparelhos de variadas finalidades, treinando-os e os docilizando. Dessa forma, ele atua como uma maquinaria que produz corpos dóceis, produtivos quanto à eficácia, ao serem empregados em diversas funções de produção, e com reduzida capacidade de reflexão, quanto à condição política.

Foucault, para efetuar uma genealogia do poder e descrevê-lo arqueologicamente, necessita de um ponto de partida: a problematização do sujeito; se determinada condição do sujeito se sustenta por ele estar inserido em um dispositivo de poder específico, necessário se faz compreender o que é apresentado por Foucault como poder, pois esse é o que encadeia seu funcionamento. Se o dispositivo de poder atua sobre o corpo de determinada maneira estabelecida pelo encadeamento das relações de poder, logo elas possuem uma organização e funcionamento específicos, assim é necessário abordar a modalidade das relações de poder: o poder disciplinar. Mas, se o poder disciplinar que produz determinado sujeito se organiza como um dispositivo emerge a questão sobre o conceito de dispositivo e, concomitantemente, como funciona um dispositivo de poder disciplinar.

É em relação à análise do dispositivo que a arqueologia, valendo-se da genealogia, aparece de maneira mais evidente. A descrição dos dispositivos só pode ser realizada por meio da arqueologia que organiza e relaciona os elementos encontrados pela genealogia. Foucault (2010b) define o dispositivo como um conjunto de elementos organizados e relacionados, produzindo um efeito de conjunto, visando a um objetivo. Porém, o dispositivo não se resume, especificamente, aos elementos dispostos, refere-se à rede invisível traçada que liga e associa as funções dos diversos elementos, pois os mesmos elementos, se configurados de maneira distinta, compõem um dispositivo totalmente diferente. Se o dispositivo é a rede que conecta os elementos estipulando funcionalidades táticas, a análise arqueológica consistirá em identificar esses elementos e construir um discurso sobre o dispositivo de poder disciplinar a partir dos elementos encontrados pela genealogia. Os

elementos constitutivos desse dispositivo são: o espaço cercado e quadriculado erguido de tal forma que favoreça a vigilância; o tempo e suas segmentações; os instrumentos e ferramentas manejados pelos indivíduos; as regulamentações e normas, ou seja, todo o conjunto de elementos discursivos; e os indivíduos. Esses elementos se relacionam de forma a constituírem técnicas e procedimentos que visem à utilização exaustiva dos corpos. Falaremos dessas técnicas em dois grupos: um, que corresponde às características próprias ao poder disciplinar: a *arte das distribuições* e o *controle das atividades*; e o outro, correspondente a pequenos dispositivos que operam articulados no interior do dispositivo disciplinar: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*.

Então, discorreremos no sentido de mostrar como Foucault analisa o poder disciplinar a partir da perspectiva de uma *archaeology – plus – genealogy* (KOOPMAN, 2013). No primeiro capítulo, nos ocuparemos em desenvolver nossa argumentação mostrando a possibilidade da presença da arqueologia e da genealogia tanto em questões referentes ao saber quanto ao poder. Para isso, seguiremos três etapas: primeiro, construiremos nossa perspectiva mostrando que não há separação entre arqueologia e genealogia, mas sim uma arqueologia + genealogia; segundo, explicaremos as particularidades de cada um desses instrumentos mostrando os elos entre eles, principalmente, com o conceito de *a priori* histórico; terceiro, iremos propor que aquilo que é apontado como uma ruptura metodológica de Foucault – da arqueologia à genealogia – trata-se de uma reorientação desses instrumentos.

Após justificado nosso ponto de vista no capítulo I, o capítulo II terá como objetivo preparar o campo conceitual sobre o qual ergueremos, enquanto organização de enunciados, o dispositivo de poder disciplinar no capítulo III. Trataremos, no segundo capítulo, de três assuntos: Foucault sempre parte em suas análises históricas, como expomos de uma problematização da atualidade, no caso a condição do sujeito governado por um conjunto de verdades e por relações de poder; o poder e suas características gerais, o que apontamos anteriormente como a inteligibilidade ou racionalidade dele, e o poder disciplinar, como uma modalidade do poder que, ao constituir um dispositivo, produz corpos dóceis.

No capítulo III, descreveremos o dispositivo de poder disciplinar por meio da arqueologia, que organiza os elementos providos pela genealogia. Então, em uma primeira etapa, falaremos do conceito de dispositivo e sua relação hermenêutica com a arqueologia, abordando a importância da genealogia para a efetivação da leitura das relações de poder proposta por Foucault. Em uma segunda e mais extensa etapa, falaremos dos mecanismos de

poder que, organizados e interligados, constituem o dispositivo de poder disciplinar. Pretendemos mostrar, neste capítulo, como Foucault, ao direcionar sua prática discursiva à analítica do poder, produz um *saber sobre o dispositivo de poder disciplinar*, atuando como *a priori* histórico desse saber.

Os objetivos a que visamos com essa dissertação resumem-se em três: aprofundamento nos estudos sobre a questão do poder disciplinar, assunto apresentado por ele em *Vigiar e Punir*; fortalecer uma perspectiva alternativa quanto às interpretações da obra de Foucault, a que direciona a arqueologia, junto com a genealogia, para as análises sobre as relações de poder estabelecidas entre indivíduos, uma *archaeology – plus – genealogy* como defende Koopman; e constituir, a mim mesmo, como sujeito, ou seja, adquirir, a partir da filosofia de Foucault, instrumentos para pensar e compreender a atualidade na qual me encontro.

CAPÍTULO I: A ARQUEOLOGIA E A GENEALOGIA COMO INSTRUMENTOS DE ANÁLISE.

Neste capítulo, argumentaremos no sentido de defender a arqueologia e a genealogia como instrumentos de análise operados por Foucault, simultaneamente, em toda a sua trajetória filosófica. Essa argumentação e assunção dessa perspectiva são necessárias, pois muitos comentadores dividem a obra dele em três períodos: arqueologia, genealogia e ética. Percebemos que, após uma leitura mais sistemática, essas divisões não se sustentam, o que torna precária a compreensão, porém não significa que estamos fechando a possibilidade de periodizações na obra de Foucault, posicionamo-nos contra a separação entre a arqueologia e a genealogia em períodos distintos no sentido de uma substituir a outra.

Portanto, para propor nosso ponto de vista de que essa separação não contempla a complexidade do pensamento de Foucault, abrindo a possibilidade para pensar o poder disciplinar em *Vigiar e Punir* como uma análise arqueológica e genealógica, algumas etapas se tornam necessárias e, neste capítulo, serão contempladas três: a primeira mostra a nossa perspectiva, ou seja, defende a arqueologia e a genealogia como análises conjuntas na trajetória foucaultiana; a segunda expõe como esses dois instrumentos funcionam, mas devido às peculiaridades distintas faremos descrições separadas mostrando a interseção entre ambas, e a terceira etapa apresenta como Foucault reorienta sua prática discursiva (arqueologia) e histórica (genealogia), presentes em suas obras. Sendo assim, defendemos que não há cisão entre arqueologia e genealogia, porém quando ele reflete em *A arqueologia do saber* sobre o trabalho desenvolvido até aquele momento aparecem outros elementos os quais não integram a *episteme*, mas que interagem com as formações discursivas de cada época. Então, negar as periodizações da obra desse filósofo sem estabelecer outras nos parece inviável, pois *A arqueologia do saber* é um marco na trajetória dele. É, a partir dessa obra, que seu campo de análise se estende tornando-se mais complexo. Discordamos, dessa forma, da cisão entre os instrumentos de análise utilizados por Foucault, porém evitar estabelecer outra periodização é algo que, por agora, parece-nos impossível.

1. A *práxis* analítica no pensamento de Foucault: *archaeology – plus – genealogy*.

Nosso objetivo primeiro e mais importante é apresentar uma perspectiva em que não há a separação, como muitos comentadores fazem, entre a arqueologia e a genealogia e que elas sempre permaneceram desde as primeiras obras de Foucault. Defendemos que, ao contrário da separação desses instrumentos de análise em períodos distintos, o que houve foi uma reorientação deles, portanto, nem a genealogia e nem a arqueologia presentes nas obras anteriores à década de 70 permanecem as mesmas posteriormente. Dessa forma, a periodização da obra deve ser considerada não em termos de metodologia, mas de reorientação devido à complexidade demandada pelo campo de análise. Por isso, em primeiro lugar precisamos apontar uma posição contrária à sustentada por alguns estudiosos os quais defendem a divisão entre arqueologia e genealogia na obra de Foucault.

Adotaremos a posição de que o trabalho analítico de Foucault, concordando com Koopman (2013), embora discordemos em algumas questões, é feito por meio da “*archaeology – plus – genealogy*” (arqueologia + genealogia)¹. Assim, a nossa perspectiva é que a “*archaeology – plus – genealogy*” de que Koopman fala está presente desde os primeiros trabalhos de Foucault. Porém, é importante destacar que em *A arqueologia do Saber* ocorre um processo autoanalítico em que se pensa na sua própria forma de análise desenvolvida até o momento, o que lhe proporciona inserir novos vetores de práticas em suas análises. O que acontece não é uma cisão metodológica, mas um aumento da complexidade de análise após um processo de releitura em que, a partir de *Vigiar e Punir* (embora esse seja um processo iniciado em *A arqueologia do saber*, perpassando *A ordem do discurso* e os cursos do *Collège de France*, culminando em *Vigiar e Punir*), tanto a arqueologia como a genealogia adquirem nova funcionalidade para suprirem as necessidades da analítica foucaultiana. Então, nossa primeira tarefa é apontar algumas inconsistências dessa periodização que se tornou “autoevidente” no pensamento de Foucault e mostrar como as análises são efetuadas a partir do trabalho conjunto entre a arqueologia e a genealogia.

¹ Discordamos dele no seguinte detalhe: Para ele, no período de *História da Loucura na Idade clássica* até *A arqueologia do Saber*, as análises de Foucault eram somente arqueológicas e, após *Vigiar e Punir*, a arqueologia foi reinscrita no interior da genealogia, porém, aparentando uma posição contrária, mais adiante em sua obra ele fala que *História da loucura na idade clássica* e *Nascimento da clínica* são genealogias *avant la lettre*, questão que retomaremos posteriormente. A nossa posição é de que desde *História da Loucura na Idade clássica* Foucault já trabalha tanto com a arqueologia quanto com a genealogia, entretanto, a genealogia se resume a uma forma de “posicionamento”, ela ainda não adquiriu o caráter instrumental presente em *Vigiar e Punir*.

Sobre a periodização que separa a arqueologia e a genealogia, encontramos em muitos autores, o que também é constatado por Veiga-Neto ² (2004, p. 41 - 42):

A maior parte dos especialistas costuma falar em três fases ou etapas conhecidas pelas denominações de *arqueologia*, *genealogia* e *ética*. (...) À primeira fase – arqueológica - correspondem às obras que vão de *História da loucura* (1961) até *A arqueologia do saber* (1969), passando por *O nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*. A segunda fase – genealógica – começa com *A ordem do discurso* (1971) e vai até o primeiro volume de *História da sexualidade – a vontade de saber* (1976), passando por *Vigiar e punir*. À terceira fase – ética -, pertencem os volumes 2 e 3 de *História da sexualidade – O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* (...) ³

Contudo, Foucault, em momento algum, afirma essas cisões entre seus instrumentos, ao contrário, a respeito da presença da genealogia considerada ausente pela interpretação geral nas obras anteriores a *Vigiar e Punir* ratifica que

Três domínios da genealogia são possíveis. Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais.

Portanto, três eixos são possíveis para a genealogia. Todos os três estavam presentes, embora de forma um tanto confusa, em *História da Loucura*. O eixo da verdade foi estudado em *Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*. O eixo do poder foi estudado em *Vigiar e Punir*, e o eixo ético em *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1995B, p. 262).

Fica explícito que, tanto nas obras anteriores quanto às posteriores à *A arqueologia do saber*, estava trabalhando genealógicamente ⁴. É importante apontar que, em *História da loucura na Idade clássica*, livro de 1961, ele já trabalhava com a questão das relações de poder e da ética, contudo, por algum motivo que ainda desconhecemos, esses “eixos” perderam, momentaneamente, sua relevância. Por isso, em *Vigiar e Punir* não há uma

² Embora Veiga-neto cite essa periodização e aponte como muito utilizada pelos comentadores, ele não a defende. Ele defende, assim como nós, a presença tanto da arqueologia quanto da genealogia em todas as obras, mas, as evidências argumentativas que ele utiliza são distintas das quais optamos. Isso, porém, reforça o nosso posicionamento quanto a defender a análise do poder disciplinar em *Vigiar e Punir* como um trabalho arqueológico e genealógico.

³ Como exemplo encontramos essa divisão do pensamento de Foucault no texto *Foucault, pensador do presente* de Jorge Vasconcellos (2007, p. 11-15): “a primeira delas é reconhecida como fase arqueológica, ou o momento da arqueologia do saber (...). A segunda fase do pensamento de Foucault é conhecida como genealógica, ou como genealogia do poder (...). E o terceiro momento (...) é conhecido como o retorno à problematização do sujeito ou fase da estética de si”.

⁴ Arnold Davidson também compactua com essa nossa posição, ele afirma que “Both *Historie de la folie* and *Naissance de la clinique* were not only archeological, but genealogical avant la lettre.” (DAVIDSON apud KOOPMAN, 2013, p. 54), ele afirma que *História da loucura na Idade clássica* e *Nascimento da Clínica* não são apenas arqueologias, mas também genealogias “*avant la lettre*”, expressão que significa “antes do estado definitivo; antes do seu inteiro desenvolvimento” (disponível em <<<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=20535>>> a cesso em 15/03/2015), ou seja, são genealogias diferentes ou não tão desenvolvidas quanto a de *Vigiar e Punir*. De fato, há uma mudança na genealogia após o processo de autoanálise em *A arqueologia do saber* que veremos mais adiante.

“descoberta” do poder, mas sim que essa questão volta a ter relevância em seus estudos, após um processo de análise de sua própria obra (essa questão será desenvolvida na última parte deste capítulo).

Outro fato importante é, se a genealogia e o poder são conceitos filosóficos de Nietzsche apropriados por Foucault, ele teria que ter “descoberto” ou “conhecido” Nietzsche por volta de 1969 ou 1970 até 1975, ano de lançamento de *Vigiar e Punir*, o que não é comprovado, pois como bem mostra Didier Eribon (1990), ao escrever a biografia de Foucault, que ele teve contato com a obra de Nietzsche em 1953, oito anos antes do lançamento de *História da Loucura na Idade clássica*. Antes dessa data, Foucault também já lecionava sobre Nietzsche, o que pressupõe conhecimento desses conceitos. Essa questão do vínculo das primeiras obras de Foucault à genealogia pode ser comprovada por ele mesmo em seu texto *Estruturalismo e Pós-estruturalismo*:

Escrevi meu primeiro livro quando estava terminando minha vida de estudante, por volta dos anos 1956 ou 1957. Trata-se da *História da Loucura*, escrito entre 1955-1960. Ele não é um livro freudiano, nem estruturalista, nem marxista. Ora, ocorre que eu havia lido Nietzsche em 1953 e, por mais curioso que isso pareça, nessa perspectiva de interrogação sobre a história do saber, a história da razão: como é possível fazer a história de uma racionalidade. (FOUCAULT, 2005a, 312).

Além de Foucault afirmar que todo o seu trabalho se pauta em genealogias, podemos observar que a relação com as leituras de Nietzsche são bem anteriores ao seu período chamado de “genealógico”⁵. Como afirma, *História da Loucura na Idade clássica* é um estudo histórico sobre uma racionalidade que adota uma perspectiva histórica nietzschiana de interrogação, ou seja, a genealogia.

Porém, embora façamos estas indicações, a genealogia, como aparece em *Vigiar e Punir*, é inexistente nas obras anteriores, portanto, demonstrar a existência desta é inviável se buscarmos submeter a forma como ocorre ao modo como se dá na década de 70. Embora Koopman defenda a postura de que a arqueologia foi reinscrita na genealogia, instrumento de análise da década de 70, ele, em determinado momento, cita e concorda com Arnold Davidson na seguinte questão: “ambas, *História da Loucura* e *Nascimento da clínica* são, não apenas arqueologias, mas genealogias *avant la lettre*” (DAVIDSON apud KOOPMAN, 2013, p. 54). O termo *avant la lettre*, por sua vez, significa “antes do estado definitivo; antes do seu inteiro

⁵ Às informações apresentadas pode ser acrescentada também uma edição das obras de Nietzsche em francês em que ele e Deleuze trabalhavam em 1967. Essa informação consta em ARTIÈRES, et al., 2014, p. 79-81. O texto trata de uma entrevista de Foucault feita por Jacqueline Piatier, na qual ele comenta sobre os manuscritos de *Vontade de Poder* e de conceitos de Nietzsche como *Eterno Retorno* e *Devir*, o que fortalece mais ainda a posição que sustentamos de seu conhecimento sobre Nietzsche antes do suposto “período genealógico”.

desenvolvimento”. A partir desses autores, podemos dizer que nas obras iniciais há uma espécie de “embrião genealógico”, ou seja, uma genealogia latente impregnada na arqueologia foucaultiana, que só chegará a termo na década de 70. Koopman afirma, avaliando as obras de Foucault, que *História da loucura na idade clássica* e *Nascimento da clínica* estão mais próximas de *Vigiar e Punir* do que *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*. Segundo o comentador, estas obras apresentam um aparente deslocamento do projeto foucaultiano iniciado em *História da loucura na idade clássica*, que segue por *Vigiar e Punir* prosseguindo em *História da sexualidade*. Esse deslocamento é aparente, pois, segundo Koopman, há um aumento tangencial em relação à arqueologia nessas obras, “estes dois livros intermediários podem ser lidos como uma longa curva tangencial traçada em direção a uma exaltação do método arqueológico, do qual Foucault acabaria retornando para sua analítica genealógica”⁶ (KOOPMAN, 2013, p. 54). Portanto, há uma maior utilização da arqueologia nessas obras, o que obscurece a presença da genealogia, quase a anulando.

Mas, a partir de quais premissas Koopman afirma essa presença “embrionária” da genealogia nessas obras? A genealogia é um instrumento de análise para práticas não discursivas e esta aparece propriamente a partir de *Vigiar e Punir* por conta de uma necessidade de novos temas e campos de análise a serem investigados. Koopman afirma que muitos destes elementos aparecem, principalmente, na terceira parte de *História da loucura na idade clássica*. Esses elementos seriam: os desvios, as anormalidades, a psique, sua formação e transformação, “é claro que neste livro já foi abordado muitos dos problemas temáticos que Foucault mais tarde iria assumir em *Vigiar e punir* e a *Vontade de saber*: desvio, anormalidade, a psique, a sua formação, e sua transformação”⁷ (KOOPMAN, 2013, p. 54).

Compreendendo a temática de *Vigiar e Punir* como uma “peça” que encaixa em um projeto iniciado anteriormente por Foucault, nos permite, segundo Koopman, perceber uma continuidade em suas obras que persiste mesmo após uma divisão das mesmas, mostrando que, mesmo havendo modificações entre os períodos, não há incompatibilidades.

Compreender as genealogias da modernidade escritas na década de 1970 como uma peça que se encaixa em suas histórias da loucura moderna, da psiquiatria e da

⁶ Tradução nossa do original: “these two middle books can be read as tracing a rather long tangential curve into a high archaeological methodology from which Foucault would eventually return to his genealogical analytic” (KOOPMAN, 2013, p. 54).

⁷ Tradução nossa do original: “it is clear that this book was already broaching many of the thematic problems that Foucault would later take up in *Discipline and Punish* and *The Will to Know*: deviance, abnormality, the psyche, its training, and its transformation” (KOOPMAN, 2013, p. 54).

medicina, publicadas no início de 1960, nos ajuda a capturar as continuidades na obra de Foucault que persistiram através das divisões que, embora reais, não envolvem incompatibilidades filosóficas ⁸ (KOOPMAN, 2013, p. 54).

Segundo o comentador, esta questão pode ser verificada em um curto texto autobiográfico escrito por Foucault no fim de sua vida, o qual ele assina com o pseudônimo de Maurice Florence. O texto é um verbete para o *Dictionnaire des philosophes* publicado em 1984 pela PUF (*Presses Universitaires de France*). O texto, além de ser uma curta exposição da filosofia de Foucault como um projeto de pensamento, é uma “apresentação retrospectiva de seu trabalho” (FOUCAULT, 2006a, p. 234).

Nesse texto Foucault assinala que o projeto que permeia suas investigações é a questão de como o sujeito se tornou objeto de saber, ora para si mesmo, ora para um outro, ora para a ciência, ao ser inserido em “jogos de verdade” (FOUCAULT, 2006a, p. 235). Essas investigações são distribuídas ao longo de suas obras - embora trate do mesmo viés, a formação do sujeito como objeto do saber e sua inserção em um regime de verdade -, desrespeitando a tradicional separação cronológica, pois Foucault aproxima obras distantes periodicamente e afasta outras.

Inicialmente Foucault afirma ter conduzido essa análise de duas maneiras. Uma delas:

A respeito do aparecimento e da inserção, em domínios e segundo a forma de um conhecimento com *status* científico, da questão do sujeito que fala, trabalha e vive; tratava-se então da formação de algumas ‘ciências humanas’, cujo estudo tinha como referência a prática das ciências empíricas e de seus discursos, característica dos séculos XVII e XVIII (*As palavras e as coisas*) (FOUCAULT, 2006a, p. 236).

E a outra:

analisar a constituição do sujeito como ele pode aparecer do outro lado de uma divisão normativa e se tornar objeto de conhecimento - na qualidade de louco, de doente ou de delinquente: e isso através de práticas como as da psiquiatria, da medicina clínica e da penalidade (*História da loucura, O nascimento da clínica, Vigiar e punir*) (FOUCAULT, 2006a, p. 236).

E, no momento atual, ele se compreende seguindo a seguinte problematização, “estudar a constituição dos sujeitos para ele próprio” (FOUCAULT, 2006a, p. 236) a partir das experiências de si que o sujeito faz nesse jogo de dizer o verdadeiro. Para seguir esse fio condutor que perpassa suas obras abordando essa questão do sujeito e suas relações com a verdade, Foucault afirma que a fundamentação desse trabalho reivindica uma escolha

⁸ Tradução nossa do original: “Understanding Foucault’s genealogies of modernity written in the 1970s as of a piece with his histories of modern madness, psychiatry, and medicine published in the early 1960s helps us capture the continuities in Foucault’s work that persisted across divides that, although real, do not involve philosophical incompatibilities” (KOOPMAN, 2013, p. 54).

metodológica ou, em outras palavras, alguns pontos de partida sem os quais se torna inviável realizar tais análises. A primeira regra que assinala é “contornar, tanto quanto possível, para interrogá-los em sua constituição histórica, os universais antropológicos” (FOUCAULT, 2006a, p. 237), com isso visa escapar das análises que atribuem uma estrutura atemporal ao homem, buscando analisar a produção destes universais nesse “jogo da verdade”. Para isso, é preciso não remontar a um “sujeito constituinte, do qual se exige dar conta do que pode ser todo objeto de conhecimento em geral” (FOUCAULT, 2006a, p. 237). Ressaltamos que essa posição não significa negar a existência factual dos sujeitos, mas sim que este assunto Foucault prefere não abordar em favor de uma análise das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na “imanência de um campo de conhecimento” (FOUCAULT, 2006a, p. 237).

Recusar o recurso filosófico a um sujeito constituinte não significa fazer como se o sujeito não existisse e se abstrair dele em benefício de uma objetividade pura: essa recusa visa a fazer aparecer os processos próprios a uma experiência em que o sujeito e o objeto "se formam e se transformam" um em relação ao outro e em função do outro (FOUCAULT, 2006a, p. 237).

As práticas que Foucault se refere como propulsoras da formação do sujeito e do objeto designam, necessariamente, práticas discursivas e não discursivas, pois se há jogos de verdades estabelecidos a partir de práticas e o sujeito é constituído na imanência destas, essa imanência atuará no sentido de causalidade recíproca do discursivo e não discursivo. Se o objeto está para um sujeito no processo de emergência do conhecimento, a funcionalidade do sujeito e sua constituição operam em seu próprio corpo e a transformação do objeto enquanto elemento do saber se realiza, se constitui e transforma por meio de práticas discursivas. O sujeito, sem remeter a uma estrutura universal, atua nos jogos de verdade constituindo o objeto e sendo constituído na medida em que atua.

Os discursos da doença mental, da delinquência ou da sexualidade só dizem o que é o sujeito dentro de um certo jogo muito particular de verdade; mas esses jogos não são impostos de fora para o sujeito, de acordo com uma causalidade necessária ou determinações estruturais; eles abrem um campo de experiência em que sujeito e objeto são ambos constituídos apenas em certas condições simultâneas, mas que não param de se modificar um em relação ao outro, e, portanto, de modificar esse mesmo campo de experiência (FOUCAULT, 2006a, p. 237-238).

Os discursos da doença mental, da delinquência e da sexualidade só delimitam o sujeito em um jogo de verdade específico. Não são discursos universais que delimitariam a existência do sujeito em qualquer espacialidade e temporalidade, mas sim requerem uma articulação de um campo de práticas que possibilitem os sujeitos serem constituídos a partir dos discursos e os discursos reformulados nesses mesmos campos em um processo contínuo

de modificações que reconfiguram sempre o campo de experiências. Portanto, nessa curta exposição de seu projeto, Foucault se encaminha a evidenciar uma postura metodológica fundamental para se compreender a questão desses jogos de verdade, essencial também para rastreamos um rastro genealógico nas obras de Foucault. Retomando a afirmação de Foucault a respeito das três formas de objetivação do sujeito na ordem do saber, o que contempla todas as suas obras, e também de que tal análise só é possível a partir de certa postura metodológica, afirma:

daí um terceiro princípio de método: dirigir-se como campo de análise às práticas, abordar o estudo pelo viés do que se ‘fazia’. Assim, o que se fazia com os loucos, os delinquentes e os doentes? É possível, certamente, tentar deduzir, a partir da representação que se fazia deles e dos conhecimentos que se acreditava ter sobre eles, as instituições nas quais eles eram colocados e os tratamentos aos quais eram submetidos (FOUCAULT, 2006a, p. 238).

Fica evidente a necessidade da presença da análise de práticas não discursivas no projeto filosófico de Foucault. Embora a arqueologia, em um primeiro momento, se restrinja a um estudo histórico das práticas discursivas, é inevitável não articulá-las às práticas não discursivas, o que também é constatado por Veiga-Neto (2004, p. 57): “a análise arqueológica busca, também, as articulações entre as práticas discursivas e toda a outra ordem de coisas que se pode chamar de práticas não discursivas, tais como as condições econômicas, sociais, políticas, culturais, etc.”. Essa articulação não é apresentada no domínio do “ser-poder”, mas sim no “ser saber”, correspondente ao que a leitura mais hegemônica denomina de fase arqueológica. Anterior a essa passagem Veiga-Neto ainda afirma o seguinte:

Foucault explicou algumas vezes, no início da década de 70, como havia se deslocado da arqueologia para a genealogia, ainda entendendo que as análises genealógicas serviam de apoio e complemento às análises arqueológicas. Num diálogo com Paul Rabinow, assim se expressou Foucault: ‘A arqueologia define e caracteriza um nível de análise no domínio dos fatos; a genealogia explica ou analisa no nível da arqueologia’ (FOUCAULT apud VEIGA-NETO, 2004, p. 44).

O comentador está afirmando que nas obras que seguem cronologicamente até *As palavras e as coisas*, o “carro chefe” das investigações foi a arqueologia, porém a genealogia serviu de suporte para essas análises ao revelar um campo de práticas em que se operam os jogos de verdade. Espaços estes institucionais, como disse o próprio Foucault, nos quais os sujeitos se relacionam. Essas práticas são “concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar que dão a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto” (FOUCAULT, 2006a, p. 238) o que o encaminha a conclusão de que, para analisar os jogos de verdade que perpassam suas obras, “compreende-se a importância que deve ter a análise das relações de poder” (FOUCAULT, 2006a, p. 238).

A descrição da *práxis* genealógica por Foucault em *Nietzsche, a genealogia e a história*, direciona esta, exclusivamente, às práticas não discursivas, pois a análise da *proveniência* mostra as práticas e os costumes herdados que marcam o corpo e a análise da *emergência* é a “entrada em cena” do poder, dos jogos de dominação que delimitam um campo de batalha proporcionando a fixação dos corpos em determinados lugares ⁹.

Quanto a esse texto Sheridan (2005, p. 113) pontua que

certamente o que afeta o leitor de ‘*Nietzsche, a genealogia e a história*’ é o quanto essa descrição da genealogia nietzschiana feita por Foucault se aplica a sua própria arqueologia. No entanto, há um elemento na genealogia – e este é o mais fundamental – que permanece em um nível implícito na arqueologia ¹⁰.

Sobre esse elemento, ele o apresenta a partir do próprio Foucault: “quando eu penso sobre isso agora, eu me pergunto sobre o que eu possa ter falado, em *História da loucura*, por exemplo, ou *Nascimento da clínica*, senão do poder?” ¹¹ (FOUCAULT apud SHERIDAN, 2005, p. 113).

Sheridan compactua conosco quanto à presença da genealogia nas obras da década de 60, embora não de forma semelhante como em *Vigiar e Punir*, pois esta é a estratégia de análise, pelo menos nas obras anteriores à década de 70, das práticas não discursivas. Posterior a isso, a arqueologia é inserida no interior da genealogia (Koopman, 2013) o que significará a aplicação desta nas análises das práticas não discursivas. Anterior a *Vigiar e Punir*, embora haja a presença de ambas as formas de análise, não há uma junção das mesmas, estas operam paralelamente. Como exemplo, na terceira parte de *História da loucura na idade clássica* em que Koopman afirma a evidência de uma genealogia *avant la lettre*, temos o desenrolar de duas formas de análises históricas distintas. Uma, com o título de *O grande medo*, expressa a constituição da loucura a partir de análises operadas no âmbito das práticas discursivas, mostrando um delineamento histórico ao perpassar algumas obras.

O subcapítulo *O grande medo* inicia a partir do relato de um fato histórico, o internamento, mostrando como esse se tornou um lugar de perpetuação de doenças e, diante

⁹ Esta questão da genealogia como análise da *proveniência* e da *emergência* será mais bem desenvolvida adiante no próximo subitem.

¹⁰ Tradução nossa do original: “Certainly what strikes the reader of ‘*Nietzsche, la généalogie, l’histoire*’ is how closely Foucault’s description of Nietzschean genealogy applies to his own archaeology. Yet there is one element in the genealogy—and it is the most fundamental one—that remains at an implicit level in the archaeology” (SHERIDAN, 2005, p. 113).

¹¹ Tradução nossa do original: “When I think about it now I ask myself what I could have been talking about, in *Histoire de la folie*, for example, or *Naissance de la clinique*, if not power?” (FOUCAULT apud SHERIDAN, 2005, p. 113).

disso, se disseminou um medo em ralação ao contágio. Foucault nos mostra como que esse medo afetou o imaginário local, acarretando especulações e a formulação de um saber sobre a loucura que era compreendida como “doença dos nervos” pela medicina, constituindo-se como um saber situado “numa moldura temporal, histórica e social” (FOUCAULT, 1978, p. 397). Porém, quando Foucault mostra a constituição histórica desse saber, ele não recorre mais a fatos não discursivos, a história prossegue pelas práticas discursivas. Como o próprio diz, “esta aquisição de uma consciência temporal da loucura não se fez de uma vez só. Precisou da elaboração de toda uma serie de conceitos novos e, muitas vezes, da reinterpretção de temas bem antigos” (FOUCAULT, 1978, p. 398).

Nosso objetivo, nesse momento, não será a problematização das passagens, mas apenas utilizá-las como exemplo temporal das formações discursivas.

O pensamento médico dos séculos XVII e XVIII admitia de bom grado uma relação quase imediata entre a loucura e o mundo: era a crença na influência da Lua; era também a convicção geralmente difundida de que o clima tinha uma influência direta sobre a natureza e a qualidade dos espíritos animais e, por conseguinte, sobre o sistema nervoso, a imaginação, as paixões e, enfim, sobre todas as doenças da alma (FOUCAULT, 1978, p. 398).

Vemos que a loucura, no discurso médico, constitui-se como objeto de maneira especulativa, procura-se deduzir suas causas a partir da comparação da alteração ocorrida no comportamento dos animais a partir de influências da natureza. E, no trecho abaixo, a loucura se constitui como objeto a partir de uma visão sociológica do homem, procura-se compreender esta como efeito da má coerção social que limita seu comportamento e sua imaginação.

Essa noção é elaborada — o que, para nós, é paradoxal — quando o homem parece insuficientemente mantido pelas coações sociais, quando ele parece flutuar num tempo que não mais o constrange, enfim quando ele se afasta demais do verdadeiro e do sensível. Torna-se ‘forças penetrantes’ uma sociedade que não mais reprime os desejos, uma religião que não mais regula o tempo e a imaginação, uma civilização que não mais limita os desvios do pensamento e da sensibilidade (...). Cada vez mais se tende para uma explicação econômica e política na qual a riqueza, o progresso, as instituições, surgem como o elemento determinante da loucura. No começo do século XIX, Spurzheim fará a síntese entre todas essas análises num dos últimos textos que lhes é destinado. A loucura, ‘mais frequente na Inglaterra do que em qualquer outro lugar’, é apenas o preço da liberdade que ali reina, e da riqueza presente em toda parte (FOUCAULT, 1978, p. 400).

No subcapítulo subsequente a este, intitulado *A nova divisão*, o enfoque histórico é diferente do anterior, Foucault não aborda a questão do saber a partir das práticas discursivas, mas sim a partir de práticas não discursivas. A loucura emerge em sua verdade no interior das instituições de internamento. O internamento aparece como uma prática social e as “casas de

reclusão” são abordadas como mecanismos de poder, embora ele ainda não utilize este termo, a funcionalidade e os efeitos provocados no social e os relatos posteriores de Foucault nos permitem essa leitura.

A funcionalidade da reclusão varia de acordo com o contexto histórico. Primeiro aparece como um instrumento de punição e se baseava, exclusivamente, como um mecanismo de exclusão. Nesse contexto, o objetivo, em relação ao louco, era ocultá-lo aos olhos da sociedade excluindo-o e o inserido em um espaço institucionalizado. Porém, o internamento dispunha os corpos no espaço organizando a massa e, de forma a potencializar sua função punitiva, o louco, por ser um personagem indesejado, pois seu comportamento incomodava aos demais, é posto junto a aqueles que se queria castigar. Vemos que Foucault descreve uma estratégia espacial de poder que, ao localizar o louco em determinados espaços, produz um efeito:

E a loucura representa tão bem esses poderes que punem, que desempenha efetivamente o papel da punição suplementar, esta adição de suplício que mantém a ordem no castigo uniforme das casas de força. (...) ‘Uma das punições infligidas aos epiléticos e aos outros enfermos das salas, mesmo aos pobres bons, é pô-los entre os loucos’ (LA ROCHEFOUCAULD – LIANCOURT apud FOUCAULT, 1978, p. 436).

Mais adiante Foucault mostra que a essa função de punição/exclusão se acrescenta uma que optamos chamar de *regulador demográfico* (FOUCAULT, 1978, p. 440). Por volta de 1720, com a necessidade de explorar as colônias, principalmente as da América, percebeu-se que era possível utilizar uma força que permanecia estagnada nas instituições de reclusão. Os indivíduos excluídos da sociedade foram percebidos como potencial mão-de-obra a ser enviada para as colônias.

As primeiras violências de 1720 não se renovaram, mas conservou-se o hábito dessas deportações, acrescentando à mitologia do internamento um novo terror. Começasse a internar para depois ‘mandar para as Ilhas’; trata-se de coagir toda uma população móvel a expatriar-se, a ir explorar os territórios coloniais; o internamento transforma-se no entreposto no qual se mantêm em reserva os emigrantes que serão mandados no momento oportuno para a região determinada (FOUCAULT, 1978, p. 440)¹².

Por volta de 1770, o internamento consolida a função de “captação da pobreza”. Os pobres, por estarem deslocados economicamente, eram percebidos como um entrave ao ciclo

¹² Esse trecho de *História da loucura na idade clássica* mostra claramente o conceito de governamentalidade que Foucault desenvolverá na década de 1970, que condiz com a possibilidade de gerir uma massa direcionando-a segundo fins determinados e necessários. Esse assunto será analisado posteriormente no segundo capítulo.

econômico, então, a prática do internamento terá uma função higienista, visando, não só a exclusão como também a eliminação desta:

Prisões de instituição nova, imaginadas para desimpedir as ruas e as estradas dos mendigos a fim de que não se veja a miséria insolente ao lado do fato insolente. Jogam-nos com absoluta falta de humanidade em casas fétidas e tenebrosas onde são entregues a si mesmos. A inatividade, a má alimentação, a aglomeração dos companheiros de miséria não tardam a fazer com que desapareçam uns após os outros (MERCIER apud FOUCAULT, 1978, p. 444).

Porém, na década de 1780, Foucault mostra uma mudança na mentalidade econômica ocasionada, principalmente, pelo surgimento da indústria. A população pobre é percebida como elemento valioso para a produção de riquezas:

esse lado pobre também é necessário porque torna possível a riqueza. Porque trabalha e pouco consome, a classe dos necessitados permite que uma nação se enriqueça, valorizando seus campos, suas colônias e suas minas, permite a fabricação de produtos que serão postos à venda no mundo todo (FOUCAULT, 1978, p. 446).

A prática do internamento funcionará como um catalizador da pobreza, primeiro a recolhe de um contexto de ociosidade e mendicância e a redireciona ao circuito produtivo. Essa, sem dúvida, foi uma saída encontrada para solucionar alguns problemas econômicos da época. “Único remédio razoável: recolocar toda essa população no circuito da produção, para dividi-la pelos pontos onde a mão-de-obra é mais rara. Utilizar os pobres, os vagabundos, os exilados e emigrados de toda espécie é um dos segredos da riqueza” (FOUCAULT, 1978, p. 448).

Essa prática produzirá um efeito divisor nas instituições de internamento, pois, dentre eles, nem todos são passíveis de se submeter ao trabalho. Haverá uma primeira divisão normativa, os aptos e os inaptos para o trabalho. Entre os inaptos, faz-se posteriormente outra divisão normativa: os doentes e os insensatos (loucos). Os doentes serão encaminhados para a casa de seus familiares, pois se perceberá que é menos custoso mantê-los com auxílios do que mantê-los reclusos. E o louco permanecerá sozinho no internamento por ser inclassificável, o que proporcionará a emergência da loucura em sua verdade. Apontamos aqui que a emergência da loucura em sua verdade ocorre em um campo de práticas não discursivas, corpos se relacionam em um determinado espaço com funções e práticas determinadas, delimitando seu campo de ação. A análise que localiza a emergência das coisas em um lugar de conflito configurado normativamente em que relações de força são estabelecidas é o ambiente de estudo da genealogia.

Embora estejamos apontando para uma presença da genealogia nas primeiras obras de Foucault, evidenciamos que esta não é a mesma de *Vigiar e Punir*. Quanto a essa diferença dos “usos” da genealogia, seguimos o posicionamento de Correio (2014), que afirma a presença da genealogia nas primeiras obras caracterizando-a como perspectiva, diferente da genealogia de *Vigiar e Punir* que, segundo ele, aparece como “ferramenta de análise” consolidada. O que seria a genealogia como perspectiva?

Segundo Correio (2014), Foucault apresentou Nietzsche em *As palavras e as coisas* “como aquele que permitiu a toda a filosofia contemporânea (...) recomeçar a pensar” (FOUCAULT apud CORREIO, 2014, p. 111). Nietzsche teria sido o pensador que deslocou a possibilidade de pensamento e, por conseguinte, da produção de saber. De uma forma de pensamento firmada no homem como indivíduo fundante, na qual a filosofia permanecia estagnada, para o exercício do pensamento e de uma prática hermenêutica que trabalham com a análise da linguagem e, também, com certa forma de biologismo. A perspectiva nietzschiana que Foucault adota em suas primeiras obras trata-se de uma analítica da linguagem que, ao romper com o sujeito transcendental que funda todo o conhecimento em categorias da razão, pergunta-se sobre “quem fala?”. Essa pergunta designa, sempre, um local de surgimento da linguagem, condicionado pelos valores dados às condições de surgimento dos enunciados. Nesse campo de surgimento dos enunciados que configuram a linguagem, há sempre um alguém que interpreta. A interpretação, segundo a hermenêutica nietzschiana adotada por Foucault, organiza o mundo constituindo uma “cosmologia”, estabelecendo, a cada coisa, suas determinações segundo um ponto de vista ordenador. Esse ponto de vista ordenador que estrutura o mundo por meio da linguagem é configurado historicamente por determinados jogos de força, cabendo à genealogia a tarefa de desvendar a rapinagem que proporciona sua *emergência e proveniência*. Essa perspectiva pode ser observada no que expomos sobre *História da loucura na idade clássica*, o louco constitui-se como objeto de saber, ou seja, entra na linguagem, a partir de uma percepção/interpretação moldada pelos valores circundantes no espaço institucional que habita, nos espaços de internamento. “Isto significa que se a linguagem ordena o mundo através de uma interpretação, ela é, portanto, carregada de valores – colocados muitas vezes como “naturais” – aos quais cabe à genealogia restituir sua verdadeira, e baixa, história” (CORREIO, 2014, p. 112).

Portanto, nossos apontamentos nos possibilitam apontar a presença, mesmo de forma diferente da década de 70, da genealogia no suposto “período arqueológico”. Quanto à arqueologia, precisamos mostrar algumas perspectivas e elementos que afirmem nosso ponto de vista em relação a esse instrumento no suposto “período genealógico”. Dessa forma, encontraremos apoio para assegurarmos nosso ponto de vista, que não há separação entre essas duas formas de análise, mas sim uma mudança na complexidade dos estudos de Foucault ¹³.

Koopman (2013) aponta o direcionamento para compreendermos a possibilidade da prática arqueológica no que chamam de fase genealógica. Seguindo sua argumentação, diz que Foucault considera, em *A arqueologia do saber*, a possibilidade de aplicar a arqueologia em outros campos de análise diferentes do saber estudado até o momento. Isto, como ele indica, pode ser constatado no texto *Outras arqueologias* (FOUCAULT, 2008a, p. 215-219). Nesse texto Foucault se pergunta:

seria possível conceber uma análise arqueológica que fizesse aparecer a regularidade de um saber, mas que não se propusesse a analisá-lo na direção das figuras epistemológicas e das ciências? A orientação voltada para a *episteme* é a única que pode abrir-se à arqueologia? Deve ser esta - e exclusivamente - uma certa maneira de interrogar a história das ciências? Em outras palavras, limitando-se, até o momento, à região dos discursos científicos, a arqueologia tem obedecido a uma necessidade que não poderia superar - ou tem esboçado, em exemplo particular, formas de análise que podem ter uma extensão inteiramente diferente? (FOUCAULT, 2008a, p. 215-216).

Ao pensar sobre essa questão, deixa clara a possibilidade de utilizar a arqueologia vinculando o saber com outras extensões diferentes da *episteme*; ele cita outras três possibilidades, a de um estudo sobre a sexualidade, de outro relacionado à obra de arte e mais significativo para nossa pesquisa, de uma arqueologia do saber político, não na direção da *episteme*, mas sim

na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas. Faríamos aparecer, assim, um saber político que não é da ordem de uma teorização secundária da prática e que não é, tampouco, uma aplicação da teoria. Já que é regularmente formado por uma prática discursiva que se desenrola entre outras práticas e se articula com elas, ele não constitui uma expressão que "refletiria", de maneira mais ou menos adequada, um certo número de "dados objetivos" ou de práticas reais. Inscreve-se, logo de início, no campo das diferentes práticas em que encontra, ao mesmo tempo, sua especificação, suas funções e a rede de suas dependências. (FOUCAULT, 2008a, p. 218).

¹³ Reafirmamos que não temos por objetivo refutar o outro ponto de vista, o que demandaria um trabalho exclusivo sobre isso, mas apenas nos posicionarmos com relação à análise do pensamento de Foucault.

Vejamos que esse possível projeto que Foucault descreve é, em grande parte, efetuado em *Vigiar e Punir* e é, também, o projeto que nos dispomos a trabalhar: a arqueologia conjunta com a genealogia, do poder disciplinar, colocando o saber sob outra perspectiva, como integrante de um conjunto complexo de elementos que formam um dispositivo. A partir desse projeto, a arqueologia terá como função reconstruir sistemas de práticas que possuem uma coerência interna, uma forma de funcionamento. Em outras palavras, se em *A arqueologia do saber* Foucault reúne as partes que compõem o saber, encontradas em suas genealogias anteriores, mostrando a coerência da economia discursiva, a partir de *Vigiar e Punir*, a arqueologia, utilizando elementos encontrados pela *práxis* genealógica, construirá dispositivos de poder e, por sua vez, o dispositivo disciplinar. Portanto, as práticas discursivas efetuadas em *Vigiar e Punir* operam na ordem de um saber, porém não um saber instituído, mas um *saber sobre o dispositivo de poder disciplinar*.

Koopman (2013) diz que a filosofia crítica de Foucault consiste em um trabalho investigativo que parte de um diagnóstico de nosso presente e, por meio da *archaeology – plus – genealogy*, nos permite desconstruir o que somos, para que sejamos capazes de nos reinventarmos¹⁴. O trabalho conjunto dessas duas estratégias de análise se organiza de maneira que a genealogia forneça o espaço - ao percorrer a história em sua forma efetiva e documentária - para que a arqueologia escave e encontre vestígios e, ligando uns aos outros, monte uma “totalidade” organizando os “pedaços” ou “vestígios” encontrados.

Falando de arqueologia, de estratégia e de genealogia, eu não penso que se trata de pontuar aqui três níveis sucessivos que seriam desenvolvidos uns a partir dos outros, mas antes de caracterizar três dimensões necessariamente simultâneas da mesma análise (FOUCAULT, 2004b, p. 160).

Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 282), a genealogia e a arqueologia se relacionam nas análises de *Vigiar e Punir* e também dos livros sobre a sexualidade, porém, segundo eles, a função da arqueologia nessas obras só se torna inteligível nos escritos sobre a sexualidade. O genealogista, ao direcionar suas análises a um determinado momento histórico, busca compreender as condições culturais as quais proporcionam o surgimento de determinadas práticas, vê, contemporâneo a isso, que elas se articulam “sistematicamente”, possuindo uma inteligibilidade interna, é a esse sistema, que segundo eles, o arqueólogo procura descrever.

¹⁴ Essa questão nos levaria, caso prosseguíssemos, à *crítica ontológica de nós mesmos* realizada por Foucault, porém como nosso objetivo não é abordar esse assunto e mostrar sua relação com as práticas discursivas, seguiremos a argumentação de Koopman no que diz respeito à *archaeology – plus – genealogy*.

Segundo Koopman (2013, p. 40), o qual apresenta uma posição semelhante, a arqueologia, diferentemente da genealogia, não é um estudo da *emergência* e nem da *proveniência* das coisas, mas sim uma análise da existência, pois a arqueologia investiga o que existiu no passado sem se preocupar como isso veio a existir, que é o papel da genealogia. A genealogia estuda o surgimento das coisas e a arqueologia tem como função descrever (KOOPMAN, 2013, p. 40). Koopman e Dreyfus e Rabinow colocam a arqueologia como um instrumento descritivo, ou seja, é pela arqueologia que Foucault analisa as práticas culturais contemporâneas ou em um momento anterior da história descrevendo, sistematicamente, os elos que ligam as determinadas formas de relações entre os indivíduos.

Essas duas estratégias de análise ao serem reunidas complementam-se, permitindo que Foucault desenvolva uma análise crítica por meio do exame minucioso das práticas discursivas, mostrando múltiplos vetores de força em múltiplas temporalidades: “O que Foucault desenvolveu para além de Nietzsche e Kant, mas com Nietzsche e Kant foi uma concepção de arqueologia – mais – genealogia que envolveu a análise de práticas que percorrem ao longo de múltiplos vetores em múltiplas temporalidades”¹⁵ (KOOPMAN, 2013, p. 34).

Esse tipo de análise permite articular o campo de práticas mapeando-as e articulando-as umas as outras o que, sem dúvida, facilita ou proporciona uma intervenção nessas mesmas práticas. Foucault nos proporciona ferramentas para que, entendendo o campo de práticas que estruturam nosso presente, possamos agir sobre ele em direção a um porvir¹⁶. Isso caracteriza a filosofia dele como um pensamento crítico que atua sobre a atualidade, emergindo, a partir de seus textos, focos de resistência. Embora a arqueologia enquanto prática discursiva e a genealogia enquanto análise da história sejam instrumentos utilizados conjuntamente, elas possuem características diferentes necessitando, pois, apresentá-las em suas peculiaridades, mostrando seus elos e, posteriormente, sua reorientação a partir de *A arqueologia do saber*.

¹⁵ “What Foucault developed beyond Nietzsche and Kant but with Nietzsche and Kant was a conception of archaeology – plus – genealogy that involved the scrutiny of practices travelling along multiple vectors in multiple temporalities” (KOOPMAN, 2013, p. 34) (tradução para o português nossa).

¹⁶ Encontramos aqui semelhante caracterização feita por Deleuze a Foucault. Deleuze afirma que Foucault é um “cartógrafo do poder” exatamente por sua prática analítica mapear, ao “desenhar” um campo de práticas, relações de poder. Cf.: DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 33-53.

1.1. A estratégia genealógica: a análise da *genealogia* de Nietzsche por Foucault.

A análise da *práxis* genealógica efetuada por Foucault será desenvolvida em quatro partes. Primeiro, mostraremos a diferença de sua investigação histórica em relação à historiografia tradicional que localiza a “origem” das coisas em um passado metafísico que ordena e doa sentido a todo o percurso histórico aplicando um destino à humanidade. Esse tipo de história sempre submete o presente a uma origem primordial, procurando o sentido da existência humana em determinado momento. No segundo momento, abordaremos a recusa de Foucault a esse tipo de investigação histórica, seguindo a genealogia iniciada por Nietzsche da análise da origem em termos de *Herkunft* (proveniência) e, no terceiro momento, em termos de *Entstehung* (emergência). Na última parte da exposição da genealogia foucaultiana, abordaremos a configuração da *Wirkliche Historie* (história efetiva) por meio da junção das análises da *Herkunft* e da *Entstehung*, que ocorre a partir da investigação documentária, cujo objetivo é reconstruir o passado o mais próximo possível de seu acontecimento.

Foucault rejeita a pesquisa da origem (*Ursprung*), pois essa significa a procura pela “essência exata da coisa, sua mais pura possibilidade, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental, sucessível” (FOUCAULT, 2010b, p. 17), a imagem perfeita da essência das coisas na história, da qual a valoração estética pela verdade ou pelo seu efeito de poder sempre continuará a induzir o pensamento aos erros históricos mais fundamentais, o de “acreditar na metafísica” (FOUCAULT, 2010b, p. 17). “Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história” (FOUCAULT, 2010b, p. 17) ele aprende que por trás das coisas, das aparências que a teleologia histórica mostra nos induzindo ao erro, não há essência alguma, não há o marco inicial e eterno de uma cadeia de acontecimentos, o fundamento teórico discursivo daquilo que aparece como autoevidente e sempre existente e que, em algum momento, teria sido descoberto por um intelectual explorador.

Grande erro, se não “martelar o ídolo”¹⁷, não será possível ver o que está escondido em seu interior, ou seja, “o segredo que elas (as representações do real¹⁸) são sem essência,

¹⁷ Alusão à obra *Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo* de Nietzsche para dizer que não há uma essência daquilo que é colocado como “verdade”, e sim que as representações de realidade foram construídas segundo interpretações, portanto, se “quebrarmos” tais representações ou construções teóricas,

ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas” (FOUCAULT, 2010b, p. 18), ou seja, “o genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma” (FOUCAULT, 2010b, p. 19). É necessário olhar nos interstícios, nas peculiaridades, olhar o funcionamento do corpo como organismo, porque suas doenças não são reflexos da corrupção da alma, e, se não possuem uma origem, a metafísica é o véu que encobre a sistematicidade do organismo, as agressões que sofre e a luta para se curar, por isso é necessário abrir o véu, o corpo, “quebrar os ídolos” e olhar o que há dentro para conjurar o saber de todas as “sombras da origem”. É indispensável retirar aquilo que encobre nossa visão projetando sua sombra sobre a complexidade de mecanismos movidos pelos diversos conflitos, “a discórdia entre as coisas” (FOUCAULT, 2010b, p. 18).

Embora a genealogia tenha por objetivo o estudo da “origem” e, como vimos, a ideia de origem (*Ursprung*) possui uma significação de ordem metafísica a qual mascara os acontecimentos históricos, Foucault ressalta que Nietzsche opta pela utilização dos termos *Entstehung* ou *Herkunft*, que também “são ordinariamente traduzidos por ‘origem’” (FOUCAULT, 2010b, p. 20), contudo “marcam melhor do que *Ursprung* o objeto próprio da genealogia” (FOUCAULT, 2010b, p.20) escapando a uma “meta-história”.

Por sua vez, “*Herkunft*: é o tronco de uma raça, é a *proveniência*; é o antigo pertencimento a um grupo - do sangue, da tradição, de ligação entre aqueles da mesma altura ou da mesma baixeza” (FOUCAULT, 2010b, p. 20). Posto que o sentido da palavra *proveniência* (*Herkunft*) se relacione com a “nacionalidade”, “cultura” ou “genética” de um indivíduo, de forma alguma, na genealogia de Foucault, está vinculada a esses “lugares de início” que constituem determinados modelos de indivíduos aos quais possamos interligar outros sujeitos, localizarmos sua “terra natal” e dizer “isto é grego ou isto é inglês” (FOUCAULT, 2010b, p. 20). Foucault, ao realizar a análise da *proveniência* (*Herkunft*), tem por objetivo demarcar todos os elementos sutis e singulares que marcaram os corpos e as subjetividades de determinados indivíduos imersos em diversos acontecimentos históricos por diversas relações complexas que se cruzaram em pontos comuns. Os corpos dos indivíduos, pontos de intersecção da complexidade de fatores históricos, carregam e proliferam tais marcas do passado. Ao invés de perguntar “de que terra você veio?” a genealogia, enquanto

veremos que são apenas posicionamentos perspectivos da realidade, ou seja, não encerram em si mesmos, em seu conjunto de enunciados, o real.

¹⁸ Parênteses nosso.

análise da *proveniência* (*Herkunft*), pergunta: quais foram os saberes, as lutas, as violências ou outras relações que te constituíram, inscrevendo em seu corpo signos, significados e significantes de uma tradição? A genealogia, ao perguntar pela proveniência, articula o corpo às relações de poder e, também, às práticas discursivas que produzem “significados e significantes” presentes em um saber que, associado ao poder, constitui os indivíduos orientados por formações discursivas.

Então, a *proveniência* (*Herkunft*) não é “nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo” (FOUCAULT, 2010b, pp. 20-21), essa análise é uma “estratégia” que tem por função

demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a verdade do acidente (FOUCAULT, 2010b, p. 21).

Tudo o que herdamos e que nos constitui em nossa atualidade ontológica não condiz com o aprimoramento de uma raça ou de um povo, ou com algo que nos unifica enquanto modo de ser e produz uma identidade estável, mas, ao contrário, com “um conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas que a tornam instável, e, do interior ou de baixo, ameaçam o frágil herdeiro” (FOUCAULT, 2010b, p. 21). A análise da *proveniência* nos mostra o quanto a identidade ontológica do sujeito é meramente acidental na trama histórica, não há um progresso contínuo ou um desenvolvimento natural de determinado povo ou raça em que é constituída uma tradição sólida da qual herdamos, mas sim uma série de acontecimentos heterogêneos e acidentais que se proliferaram demarcando indivíduos e ameaçando o “frágil herdeiro” (FOUCAULT, 2010b, p.21). Somos filhos de acontecimentos imprevisíveis e desordenados que produzem ou reprogramam a todo instante nossa “frágil” e “instável” subjetividade.

A *proveniência* “se inscreve no sistema nervoso, no humor, no aparelho digestivo” (FOUCAULT, 2010b, p. 22), ela diz respeito ao corpo, é nele que os erros acreditados se manifestam. Se a genealogia tem como funcionalidade libertar os saberes dominados e restituir valor aos saberes antes desqualificados, é no corpo que o saber das lutas e de todas as más-consciências se manifesta. Com as práticas ascéticas inventadas pelo erro dos ancestrais, invertendo os valores, criando um mundo para além e desqualificando o mundo material

juntamente com o corpo em suas práticas, “é o corpo das crianças que sofrerá com isto”¹⁹ (FOUCAULT, 2010b, p.22), ou seja, os erros consagrados em práticas discursivas ancestrais marcam o corpo daqueles que os herdaram, erros oriundos de uma consciência fragilizada, pois como nos diz Nietzsche (apud FOUCAULT, 2010b, p. 22):

Durante as épocas bárbaras ... se o vigor do indivíduo diminui, se ele se sente cansado ou doente, melancólico ou saciado e, por consequência, de uma maneira temporária, sem desejos e sem apetites, ele se torna um homem relativamente melhor, quer dizer, menos perigoso e suas ideias pessimistas se formulam apenas por palavras e reflexões. Neste estado de espírito ele se tornará um pensador e anunciador ou então sua imaginação desenvolverá suas superstições²⁰.

Então, o corpo e tudo o que diz respeito a ele é o lugar da *proveniência* (*Herkunft*), é nele que os estigmas dos acontecimentos do passado aparecem, “cicatrices” manifestas em cada ato e forma de agir:

Sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito (FOUCAULT, 2010b, p. 22).

A genealogia, como análise da *proveniência*, mostra a interseção entre corpo e história. Mas, como consignamos no início, genealogia não é somente origem no sentido de *proveniência*, mas também de *emergência* sobre a qual é também necessário aprofundarmos.

De todos os termos que designam origem, talvez, *emergência* (*Entstehung*) seja o mais complexo de compreendermos. Se a *Herkunft* se refere à *proveniência* de algumas práticas e como essas marcam o corpo dos indivíduos à medida que herdaram tais costumes, a *Entstehung* é a origem no sentido de mostrar a emergência dos “flagelos” do corpo, então, concordando com Oropallo (2005), *Herkunft* e *Entstehung* devem ser pensadas concomitantemente como complementos de uma história que nega a teleologia, que não toma o presente como “termo final” de uma “fatalidade cósmica”. Assim, o momento presente ou o momento final da história, “esses fins, aparentemente os últimos, não são nada mais do que o atual episódio de uma série de submissões” (FOUCAULT, 2010b, p. 23), ou seja, aquilo que temos como autoevidente, como elemento já dado do qual se parte para pensar outros

¹⁹ Um costume instituído em algum momento na história, independente dos motivos e das interpretações de mundo que a projetaram como prática, ao ser perpetuado, perde suas vinculações na ordem do acontecimento histórico singular tornando-se, pelo uso contínuo, “natural”. Temos, dessa forma, uma prática pela prática.

²⁰ Essa passagem encontra-se em Aurora, § 42. Cf. em NIETZSCHE, F. **Aurora**. Td. Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, s. d. Na edição conferida há um trecho que não aparece na citação que Foucault faz de Nietzsche: (...) por palavras e reflexões **referentes, por exemplo, a seus companheiros, a sua mulher, a sua vida ou a seus deuses — e os juízos que então vai emitir serão juízos desfavoráveis**. Nesse estado de espírito (...) (grifo nosso).

elementos, nem sempre foi da maneira como conhecemos e nem sequer sempre existiu, mas é fruto de uma história que sempre adota uma nova organização de acordo com as relações de dominação. Como exemplo, na obra *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault critica o ambiente universitário da época por analisar a história segundo a dialética marxista sem levar em consideração o fato de ser uma perspectiva contingente, ou seja, eles adotavam a perspectiva de Marx como uma estrutura com a qual poderiam “ler” toda a história, como se o sentido dela fosse a luta de classes:

Retomo agora meu ponto de partida. Em uma certa concepção que o meio universitário faz do marxismo ou em uma certa concepção do marxismo que se impôs à universidade, há sempre no fundamento da análise a ideia de que as relações de força, as condições econômicas, as relações sociais são dadas previamente aos indivíduos (FOUCAULT, 2002, p. 26).

Com isso, Foucault afirma que os acadêmicos ao fazerem uma análise histórica do indivíduo seguem as estruturas “universais” ou a um “fundamento da análise”, se referem a uma condição essencial pré-existente aos indivíduos, a uma categoria metafísica com a qual explicam os indivíduos em qualquer momento histórico, sem se perguntarem sobre quais as condições em que surgiram tais categorias. Ora, “esses fins”, como versa Foucault (2010b, p. 23), “não são nada mais do que o atual episódio de uma série de submissões”, ou seja, o marxismo estipula, nesse caso, ao colocar-se como condição interpretativa da história, mesmo explicando-a segundo conflitos de classes diferentes, ou seja, um jogo de dominações, um “fundamento teleológico” para os conflitos mascarando ou ocultando todas as outras séries descontínuas e casuais do jogo de dominação histórico ²¹.

Por trás das diversas encenações históricas, cujas representações apresentam o mundo em suas eras, há o jogo de dominações em que a história caminha. A genealogia, enquanto busca a *emergência* de determinado objeto, inverte os protagonistas da “peça” ao direcionar seu foco para as práticas de dominação que ocorrem nos bastidores do palco histórico ocupado pelos discursos dos vitoriosos que dissimulam o jogo de dominações. Se a genealogia mostra a história como o desenrolar de sucessivas dominações, temos por óbvio que há nesse “jogo” relações de forças distintas, então a *emergência* de algo se produz sempre em um determinado estado de conflito de forças. A luta e o conflito são criadores, assim, recortando o enunciado de Heráclito e o fazendo exercer uma funcionalidade em nossa

²¹ Embora o marxismo seja uma interpretação do jogo de dominação em que Marx estava inserido, a dialética materialista que propõe como análise do real atua como um dispositivo de poder, ou seja, é um instrumento de conflito produzido que tende a movimentar determinados grupos de pessoas, porém, o que está por trás disso é o conflito de forças de que Marx participava. Portanto, sua obra é um instrumento nesse jogo de forças e não um manual *a priori* para se compreender a história.

argumentação ²², podemos dizer que “o conflito é pai de tudo, (...); designou uns para deuses, outros para homens; de uns fez escravos, de outros, livres. (B53)” (HERÁCLITO apud SCHULER, 2001, p. 232). O confronto entre as forças é o momento da *emergência* das coisas, quem emergirá na história como “senhores ou escravos”, “deuses ou homens” é fruto do combate, temos, assim, a “emergência das variações individuais” (FOUCAULT, 2010b, p. 23), os dominadores e os dominados.

A *Entestehung*, opondo-se à “identidade” histórica, à imobilidade da origem teleológica, é pensada por Foucault no âmbito de seu acontecimento, do puro devir. Pensar a *emergência* como algo estático é retirar seu caráter fenomenal. Propomos então pensar a *emergência* como acontecimento da dominação que se dá na história, proporcionando uma alternância nos moldes por meio das relações de força. Constatamos na leitura sobre Foucault (2010b), que para pensarmos a *emergência* na ordem de seu acontecimento é necessário demarcar o jogo entre três elementos: primeiro, o combate ou jogo de forças, o confronto, a luta; segundo, o lugar do confronto; terceiro, a dominação.

E *emergência* é “a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro” (FOUCAULT, 2010b, p. 24). A genealogia provoca, enquanto análise da *emergência*, o desmascaramento da história. A peça assistida em que a verdade é encenada é interrompida, rompe-se com as dissimulações históricas, melhor dizendo, há a suspensão das interpretações teleológicas que se apoderam de determinados recortes compondo suas máscaras. Retiradas as máscaras dos atores, o que sobra no palco é a marca do combate, o rosto marcado a ferro e fogo por trás da “grande interpretação”, do “real encenado”. Há uma inversão no teatro histórico; no palco principal não está mais a verdade, mas sim o confronto de forças que tornaram possível estabelecer uma interpretação dominante. A *emergência*

não é exatamente nem a energia dos fortes nem a reação dos fracos, mas sim esta cena onde eles se distribuem uns frente aos outros, uns acima dos outros; é o espaço que os divide e se abre entre eles, o vazio através do qual eles trocam suas ameaças e suas palavras (FOUCAULT, 2010b, p. 24).

A *emergência*, uma vez que traz à cena as relações de força, não é limitada apenas à análise dos conflitos, mas analisa a cena por completo, o “campo de batalha” onde os

²² Foucault nos mostra em *A arqueologia do saber* que os enunciados, embora surgidos em determinado momento histórico, podem ser inseridos em outras formações discursivas para exercerem determinada função, assim fizemos com o enunciado de Heráclito. Portanto, o objetivo desse enunciado em nosso texto não é o estudo do pensamento de Heráclito, mas sim utilizá-lo para atender nossos objetivos dando a ele outra funcionalidade.

conflitos acontecem, mostrando a “estratégia” desses atores agora desmascarados, pois cada um ocupa um lugar nessa cena. A *emergência*, não se limitando ao conflito em si, também estipula e acontece em um espaço aberto entre os dominadores e os dominados, é uma linha divisória, um espaço vazio que demarca o lugar de cada um no “campo de batalha”.

Ao observarmos algumas referências estudadas, constatamos que a questão do lugar na *emergência* é um elemento que permanece sem investigação, pois, geralmente, aborda-se somente a questão da força e da dominação, negligenciando o aspecto do lugar²³. Não investigar essa questão inviabiliza a interpretação da *emergência* em seu caráter fenomenológico. Talvez a dificuldade em se pensar seja por assemelhar *lugar* com *espaço concreto*, uma demarcação neutra no campo de batalha no sentido de uma linha divisória como um abismo que separe os dominantes dos dominados, ou até mesmo em assemelhar um campo cercado e delimitado onde dois lutadores se encontram para duelarem. Objeções e suposições a parte; investigaremos o que é essa “linha divisória”, esse “vazio” do qual emergem as dominações que direcionam a história.

Segundo Foucault (2010b, p.24), “a emergência designa um lugar de afrontamento”, ou seja, a genealogia faz aparecer, enquanto análise da *emergência*, um lugar onde diferentes forças se afrontam e se desafiam, porém complementa:

é preciso ainda se impedir de imaginá-la como um campo fechado onde se desencadearia uma luta, um plano onde os adversários estariam em igualdade; é de preferência (...) um ‘não-lugar’, uma pura distância, o fato que os adversários não pertencem ao mesmo espaço (FOUCAULT, 2010b, p. 24).

É nítido que a *emergência*, enquanto lugar do conflito, se opõe completamente à ideia de espaço, o fato de o “lugar” referente à *emergência* ser um “não-lugar”, corresponde à negação do espaço físico, um plano, um local, e talvez seja essa a dificuldade de nossos interlocutores compreenderem a questão do lugar. Fala-se de um “lugar” que é um “não-lugar”, uma “pura distância”, uma distância não medida por escalas métricas “pois os adversários não pertencem ao mesmo espaço” (FOUCAULT, 2010b, p.24) como num corpo a corpo, nunca se encontram face a face no mesmo espaço, por isso não há medida, mas sim “pura distância”, uma distância intelectual que percebemos ao observar as diferenças referentes a cada indivíduo, “nem a relação de dominação é mais uma relação, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar” (FOUCAULT, 2010b, p. 25).

²³ Como exemplo na tese de doutorado de Toni (2010) em que o autor, ao abordar a questão da *emergência*, fala dos conflitos e dominações e depois “pula” para dispositivos de poder negligenciando a análise do *lugar* dos combates.

Mas, então, que lugar (não-lugar) é esse em que indivíduos que nunca se encontram, estabelecem seus conflitos e suas práticas de dominação? Foucault desvenda esse não-lugar: “E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual” (FOUCAULT, 2010b, p. 25). Se o lugar dos conflitos e das dominações não condiz com um espaço concreto, o jogo de dominação se fixa, ou seja, se localiza em um ritual. Por ritual podemos compreender um conjunto de práticas que tem por necessidade ocorrerem sempre da mesma forma, ou seja, repetição ou imposição de determinado costume que deve sempre ocorrer da mesma maneira segundo um discurso. Há uma obediência ao discurso que designa o quão minucioso deve ser o hábito, a ação é submetida ao discurso e tende à repetição, ou seja, o discurso estipula um conjunto de regras e procedimentos que devem ser seguidos ritualisticamente, por sua vez, a regra estabelecida é a reafirmação de uma dominação que é

um universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. (...) A regra é o prazer calculada da obstinação, é o sangue prometido. Ela permite reativar sem cessar o jogo da dominação; ela põe em cena uma violência meticulosamente repetida. O desejo de paz, a doçura do compromisso, a aceitação tácita da lei, longe de serem a grande conversão moral, ou o útil calculado que deram nascimento à regra, são apenas seu resultado e propriamente falando sua perversão (FOUCAULT, 2010b, p. 25): ‘Falta, consciência, dever têm sua emergência no direito de obrigação; e em seus começos, como tudo o que é grande sobre a terra, foi banhado de sangue’²⁴ (NIETZSCHE apud FOUCAULT, 2010b, p. 25).

A *emergência* repõe sempre outra *emergência*, as regras fixadas após o conflito configuram / instauram o lugar das relações de dominação, ou seja, ao se instaurar uma distância entre dominantes e dominados, uma lei (regra) instaura também uma constante relação de forças, uma constante opressão e, simultaneamente, uma resistência à mesma. Porém, a regra “permite que seja feita violência à violência e que uma outra dominação possa dobrar aqueles que dominam” (FOUCAULT, 2010b, p. 25), isto é, o jogo de dominações é regido por uma mobilidade em que o *lugar* é reconfigurado a partir de quem se apodera das regras e as reorientam segundo o interesse dos dominadores, “elas são feitas para servir a isto ou aquilo” (FOUCAULT, 2010b, p. 25). A *emergência* é uma constante abertura de atualizações da qual emergem algumas práticas históricas, por isso Foucault (2010b) afirma que ninguém, nenhum sujeito é responsável por ela, pois a *emergência* de algo se dá no “interstício”, é a “faísca de duas espadas que se brandem”. Foucault, dessa forma, propõe pensar a história sob outra perspectiva, diferente de um sujeito que age sobre um objeto (o mundo), mas sim em seu devir de acontecimento.

²⁴ Essa passagem se encontra em G. M., II, 6 de acordo com Foucault (2010b).

Na palestra intitulada *A Verdade e as Formas Jurídicas*, ao falar sobre o tema a ser abordado e os objetivos a serem alcançados, Foucault versa: “Eis aí a visão geral do tema que pretendo desenvolver: as formas jurídicas e, por conseguinte sua evolução no campo do direito penal como **lugar de origem**²⁵ de um determinado número de formas de verdade” (FOUCAULT, 2002, p. 12). Pretende mostrar as “formas jurídicas”, ou seja, um conjunto de leis e, por conseguinte, regras, como lugar de origem de um determinado número de formas de verdade. Podemos perceber que, como vínhamos esclarecendo a ideia de *lugar* diferente de *espaço*, o lugar de *emergência* de determinadas formas de verdade são as formas jurídicas. Na frase analisada, o termo *origem* utilizado por Foucault designa o sentido de *emergência* e mais adiante, nessa obra, diz que tentará mostrar como certas formas de verdade puderam ser definidas a partir da prática penal, em que havia o *inquérito* (*enquête*), o qual tinha por função investigar a verdade sobre determinado crime. Com esse objetivo, inventaram-se complexas técnicas de *inquérito* (*enquête*) que perduraram por certo tempo na história, então ele se pergunta: “ora, onde encontramos a **origem**²⁶ do inquérito?” (FOUCAULT, 2002, p. 12). Como se trata de uma prática perpetuada historicamente e que herdamos de nossos antecedentes, *origem*, nessa frase, possui o sentido de *proveniência*. Embora a genealogia trabalhe tanto com a *emergência* quanto com a *proveniência* negando um sentido teleológico é necessário estabelecer tais diferenças.

A genealogia, definida como pesquisa da *Herkunft* e da *Entstehung*, é designada por vezes, em Nietzsche, como *Wirkliche Historie* (FOUCAULT, 2010b), história efetiva. Essa forma de analisar a história pretende recolocar cada fato em seu próprio acontecimento histórico. Como a “história dos historiadores” sempre cria um referencial supra- histórico com o qual se examina a história, se trata de uma mutilação dos fatos, submetendo-os ao crivo de uma representação histórica. Esse modelo de história tenta recolher em uma totalidade toda a diversidade dos fatos, procura sempre uma identidade comum e abstrata do que seria uma pura dispersão de fatos que, casualmente, se “encontram” proporcionando certos efeitos. Ela lança ao passado um olhar de “fim de mundo” (FOUCAULT, 2010b, p. 26), ou seja, a ciência histórica, ao analisar o passado, cria uma cadeia de acontecimentos que proporcionaram a configuração do fim traçando uma reta, um sentido único de progresso histórico da humanidade. A *Wirkliche Historie* tem por função devolver a história ao seu caráter de acontecimentos plurais, retirando-a da busca ou da identidade que lhe foi imposta. “A

²⁵ Grifo nosso.

²⁶ Grifo nosso.

‘*Wirkliche Historie*’ reintroduz no devir tudo o que se tinha acreditado imortal no homem” (FOUCAULT, 2010b, p. 27). Nada referente ao homem e a história é estável, portanto é inviável estipular uma identidade histórica ²⁷.

A história que Foucault pretende fazer a partir do “dispositivo Nietzsche” ²⁸ não se apoia “em nenhuma constância” (FOUCAULT, 2010b, p. 27), pois nem mesmo o estado fisiológico do corpo humano é fixo o suficiente para servir de parâmetro medidor da história; assume, assim, o caráter perspectivista ²⁹ de Nietzsche, pois se não há nenhum parâmetro, nenhum ponto de apoio nem semelhança só é possível lançar um olhar perspectivo ao passado: “ela (*Wirkliche Historie* ³⁰) não teme ser um saber perspectivo” (FOUCAULT, 2010b, p. 30).

Foucault, com a genealogia nietzschiana, renega o espaço imune no qual pretendia, com a analítica do saber ³¹, buscar uma funcionalidade exata para o discurso. Ele se reconhece nesse jogo de dominações que move a história por linhas que se contorcem ao acaso “o risco sempre renovado da vontade de potência que a todo surgimento do acaso opõe, para controlá-lo, o risco de um acaso ainda maior” ³² (FOUCAULT, 2010b, p. 28). É, pois, uma peça nesse jogo de forças singulares sem identidades, e a genealogia é a “estratégia” que encontrou para jogar esse “perigoso” jogo das dominações, portanto o que busca não é a “verdade” da

²⁷ Foucault descarta até mesmo a possibilidade da estabilidade do corpo, pois este é suscetível a diversas influências que o modificam de acordo com as formas de convívio de cada época e de cada lugar, assim, como é mostrado em *Vigiar e Punir*, com o surgimento das técnicas disciplinares há toda uma mudança em relação ao manejo com o corpo alheio. Porém, não só na questão do exercício do poder disciplinar, mas também, como salienta, o corpo “é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais”, ou seja, se tratando da esfera biológica do corpo e sua relação com a tecnologia agrária, ele sofre transformações e adquire doenças mas também cria mecanismos de resistência contra tais “venenos”, pelo lado da moralização, como ele aborda em seus estudos sobre a sexualidade, a relação com o nosso próprio corpo e com o corpo alheio se modifica de acordo com as modificações morais.

²⁸ Utilizamos a expressão “dispositivo Nietzsche” para designar o fato de Foucault utilizar a genealogia nietzschiana como estratégia de combate, ou seja, o pensamento de Nietzsche e sua forma de filosofar proporcionam efeitos de poder ao efetuar crítica àquilo que em nossa sociedade está naturalizado. Podemos ver semelhante posicionamento também em Yazbek (2010, p. 144): “A filosofia nietzschiana converte-se, assim, em arma de guerra contra o ‘zeitgeist’ e contra todos os pressupostos dissimulados sob racionalidades ou generalidades hipostasiadas (...)”.

²⁹ Esse caráter perspectivista está presente somente após a crítica sobre sua própria obra em *A arqueologia do saber*, pois antes ele acreditava ser capaz, por meio da arqueologia, de descrever exatamente as formações discursivas.

³⁰ Parênteses nosso.

³¹ Sobre o espaço imune que Foucault pretendia com a analítica do saber ao propor um método que descrevesse, exatamente, o sentido de uma formação discursiva, ver: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forenses Universitária, 1995, p. 109. A renegação do espaço imune por Foucault, como apontamos aqui, ocorre, como veremos, após um processo auto analítico expresso, principalmente, em *A arqueologia do saber*.

³² Aqui Foucault está fazendo citação indireta de Nietzsche, G. M., II, 12.

história, mas sim mostrar que nela o que há de efetivo é o confronto e a movimentação dos corpos e que ele, Foucault, é mais um corpo móvel nesse tabuleiro.

Enquanto história efetiva, a genealogia devolve ao devir histórico as práticas estabelecidas entre os indivíduos em uma temporalidade móvel e fluida. Dentre essas práticas, três formas se evidenciaram: práticas culturais, as quais marcam o corpo do indivíduo, segundo a análise da proveniência; práticas de dominação, segundo a emergência; e práticas discursivas segundo ambas. Por um lado, a genealogia, enquanto investigação da proveniência, ao colocar o corpo no devir histórico, relaciona-o diretamente com as práticas discursivas, pois esse é marcado pela moralidade herdada de seus antepassados. A moralidade existe, por sua vez, enquanto discurso tradicional e enquanto atualização dessa formação discursiva no corpo. O sacerdote que renegou suas possibilidades de vida e por isso a odeia, torna-se regularidade discursiva na medida em que produz seus enunciados e os articulam constituindo um saber sobre a vida. Portanto, a esse sacerdote que produz um discurso moralista condenando a corporeidade alheia, associa-se, o que veremos, na seção seguinte, a função de *a priori* histórico nas práticas discursivas.

Por outro lado, a genealogia enquanto análise da emergência, ao delimitar o lugar do afrontamento como uma projeção da verdade, relaciona, diretamente, práticas discursivas com relações de poder. Quando abordamos que a genealogia desmascara a história mostrando que por trás do discurso hegemônico há um jogo de dominações, torna-se evidente uma prática discursiva interagindo nesse cenário e o próprio discurso emerge desse jogo. Por isso, a prática discursiva é uma regularidade ordenadora dos discursos sem relação direta com os fatos, ela produz a verdade que mascara os fatos. O *a priori* histórico está inserido nesse jogo de dominações e, se o discurso é uma arma de confronto, o indivíduo que atualiza essa função é “pedra” chave nesse “tabuleiro”. A genealogia apresenta, além do cenário de emergência da verdade, o “lugar” do confronto, o qual é uma projeção de um discurso sobre o corpo dos indivíduos que atualizam as normatividades produzidas por meio de práticas discursivas.

Entretanto, devemos destacar que a genealogia, em relação às três primeiras obras, estuda a proveniência e a emergência do indivíduo constituído enquanto objeto de saber; ela é realizada na ordem das formações discursivas. Embora o saber esteja relacionado, às vezes, de forma mais clara ou não com as práticas não discursivas, a questão do poder não possui muita relevância em termos de problematização. Dessa forma, nas obras que antecedem *Vigiar e Punir*, teremos uma genealogia e uma arqueologia que operam sobre a *episteme*, enquanto que

em *Vigiar e Punir*, elas serão aplicadas em torno do poder. Assim, vale lembrar que o texto referencial utilizado, *Nietzsche, a genealogia e a história*, de 1971, a questão do poder começa a ter maior relevância em suas problematizações, e, por esse motivo, a análise apresentada sobre a genealogia contempla poder e saber concomitantemente.

A genealogia de qualquer modo demanda por uma arqueologia. Sempre, em relações de poder, há práticas de saber que reconfiguram o campo de batalha e, conseqüentemente, as relações de poder. O *a priori* histórico é o elo que intercala práticas discursivas com relações de poder, ou seja, esse elemento das formações discursivas está inserido, completamente, em dispositivos de poder. O *a priori* histórico será analisado na próxima seção, pois esse é um conceito próprio da arqueologia, e a análise de Foucault só é possível por meio desses dois instrumentos: arqueologia e genealogia.

1.2. A arqueologia como prática discursiva e seu objeto: o saber.

Embora o foco do nosso trabalho seja mostrar como Foucault utiliza a arqueologia na análise do poder disciplinar, mostraremos esse instrumento de análise como é descrito nas obras anteriores a *Vigiar e Punir*, pois compreendemos que suas características permanecem, modificando apenas o campo de aplicação desse mecanismo. Ou seja, a análise do arqueólogo é sempre por meio das práticas discursivas, porém, nas obras anteriores, ele está concentrado na formação dos saberes instituídos, enquanto que em *Vigiar e Punir* o foco da arqueologia é, por meio dos discursos, mostrar como as relações de poder se organizam compondo um dispositivo. Portanto, a prática discursiva se difere entre esses momentos: primeiro, analisa saberes já existentes, segundo, utiliza as práticas discursivas para produzir um saber sobre o dispositivo de poder disciplinar.

A palavra arqueologia possui derivação grega e é composta pelas palavras “*arché*” e “*logos*” (BAYS, 2010, p. 17). *Arché* corresponde a princípio originário (SOUZA, 1996, p. 20), e “*logos*”, dentre as várias designações, pode significar “palavra” (Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico, 2003-2015) que, por sua vez, pode ser escrita ou dita. Ora, então a *arqueologia* de Foucault corresponderia à busca de um saber contido no discurso

escrito ou falado de determinado princípio originário? Tal definição, a princípio, incorre no risco de apontarmos para uma busca pelos fundamentos primeiros de algo e, assim, cairmos em uma metafísica. Tal possibilidade, porém, é afastada, pois a arqueologia associada à genealogia terá como apoio a história efetiva que, como tratamos na seção anterior, recusa esse tipo de abordagem. Dessa forma, Foucault não procura por fundamentos últimos, mas por “começos”.

A palavra arqueologia, associada à função do arqueólogo, é “um procedimento de escavar” (VEIGA-NETO, 2004, p. 54), mas não restos mortais de sociedades antigas, e sim “escavar verticalmente as camadas descontínuas de discursos já pronunciados, muitas vezes de discursos do passado, a fim de trazer à luz fragmentos de ideias, conceitos, discursos talvez já esquecidos” (VEIGA-NETO, 2004, p. 54). Então, a arqueologia é um procedimento de análise histórica que, ao “escavar” determinado “sítio histórico”, faz um recorte na história buscando encontrar “fragmentos de ideias”, “conceitos” e “discursos” que formam determinado “saber”. O que consiste em “dar relevo às partes, tantas vezes tidas como insignificantes, para tentar articulá-las e montar o todo” (VEIGA-NETO, 2004, p. 54). Assim, a arqueologia consiste em escavar no devir histórico trazido pela genealogia, faz um recorte na história delimitando seu campo de análise e, a partir de elementos discursivos encontrados, articula-os mostrando a organização e articulação deles em um determinado saber.

Ainda sobre a palavra “arqueologia”, segundo Foucault (2005d, p. 257):

Utilizo a palavra ‘arqueologia’ por duas ou três razões principais. A primeira é que é uma palavra com a qual se pode jogar. *Arché*, em grego, significa ‘começo’. Em francês, temos também a palavra ‘arquivo’, que designa a maneira como os elementos foram registrados e podem ser extraídos. O termo ‘arqueologia’ remete, então, ao tipo de pesquisa que se dedica a extrair os acontecimentos discursivos como se eles estivessem registrados em um arquivo.

A arqueologia investiga os elementos formadores do discurso registrados em determinado período histórico em “arquivos”. “O arquivo representa, pois, o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história” (REVEL, 2005, p. 18). Seria então isto o arquivo, o conjunto de tudo o que é produzido discursivamente em determinada época? Se for assim, como explicar a formação de saberes específicos? A descrição do arquivo de determinada época deve estabelecer, portanto, elementos que promovam a unificação discursiva desses saberes específicos. Então, “arquivo” não é só o conjunto de elementos discursivos, mas também “o jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e

seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*” (REVEL, 2005, p. 18) e também o que proporciona sua unificação discursiva.

O arquivo que Foucault toma como objeto de estudo, além do registro dos objetos de conhecimento, traz implícito o conjunto de regras que determinam os enunciados que irão compor determinada formação discursiva. Dessa forma, são “sistemas de enunciados” (FOUCAULT, 2008a, p. 146), enunciados interligados entre si compondo uma unidade discursiva.

Trata-se antes, e ao contrário, do que faz com que tantas coisas ditas por tantos homens, há tantos milênios, não tenham surgido apenas segundo as leis do pensamento, ou apenas segundo o jogo das circunstâncias, que não sejam simplesmente a sinalização, no nível das *performances* verbais, do que se pôde desenrolar na ordem do espírito ou na ordem das coisas; mas que tenham aparecido graças a todo um jogo de relações que caracterizam particularmente o nível discursivo; que em lugar de serem figuras adventícias e como que inseridas, um pouco ao acaso, em processos mudos, nasçam segundo regularidades específicas (...) (FOUCAULT, 2008a, p. 146).

Dessa forma, o arquivo comporta uma complexidade de elementos discursivos que mantém entre si relações complexas, determinando o que entra na ordem discursiva de determinado saber. Ele estuda determinados elementos discursivos não para simplesmente tomar conhecimento do que foi dito sobre certos assuntos, mas objetiva especificar como e por que, dentre inúmeras coisas ditas, determinados enunciados se mantiveram, dentre outros, em certos discursos. Procura estabelecer nesse jogo entre os enunciados, jogo de exclusão e inclusão, a possibilidade de surgimento de novos enunciados e também o abandono de alguns, e como alguns enunciados, transpostos de um arquivo para outro, adquirem uma funcionalidade diferente.

A arqueologia é sempre uma análise de formações discursivas que, por sua vez, “é feita sem respeitar a distinção entre tipos de discursos, sem obedecer às tradicionais distribuições dos discursos em ciência, poesia, romance, filosofia, etc.” (MACHADO, 1988, p. 161). Os discursos, porém, se unificam valendo-se de fatores distintos e Foucault elabora quatro hipóteses sobre a unificação discursiva, mas, após analisá-las, as rejeita.

Primeira hipótese: o discurso seria unificado pelo objeto de que se fala. Os enunciados não se agrupam em torno de um objeto pré-existente, ao contrário, eles que configuram o objeto que aparece no discurso como, por exemplo, a loucura, a qual, enquanto objeto discursivo, “foi construída pelo que se disse a seu respeito, pelo conjunto destas enunciações” (MACHADO, 1988, p. 161). Segunda hipótese: o discurso seria unificado pela organização, o

que não ocorre “por sua forma de encadeamento, uma forma constante de enunciação ou um estilo” (MACHADO, 1988, p. 162). Isso é constatado por Foucault em seus estudos sobre a clínica médica, onde não há um conjunto de enunciados provenientes de uma mesma área do conhecimento que integra o discurso médico:

descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte de signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais, e muitas outras formas de enunciados, eis o que se pode encontrar, no século XIX, no discurso dos médicos (FOUCAULT, 2008a, p. 56).

Terceira hipótese: a unidade discursiva se constituiria em um sistema fechado de conceitos compatíveis entre si. Essa hipótese não procede, pois em uma unidade discursiva há concomitantemente a presença de conceitos de origens e funcionalidades distintas, o que direciona o questionamento para a possibilidade de surgimento de conceitos divergentes em um mesmo discurso.

Quarta hipótese: os discursos estabeleceriam então sua unidade de acordo com o tema ou teoria de que tratam. Foucault percebe que um mesmo tema pode aparecer em discursos diferentes. O tema “evolucionismo”, por exemplo, se apresenta em dois tipos de discursos diferentes, na história natural (século XVIII) e na biologia (século XIX). De forma contrária, um discurso pode conter temas diferentes.

Vimos que não há um elemento discursivo que sirva de princípio para individualizar um discurso, o que foi possível perceber é que, em cada nível apontado, o que há é a associação ou agrupamento de elementos diferentes constituindo um discurso. Diferentes enunciados, de origens históricas e geográficas diferentes, estabelecem relações entre si e formam os objetos discursivos; as diferentes modalidades enunciativas que aparecem, não ao acaso, em um mesmo lugar, se inter-relacionam constituindo uma disciplina; conceitos distintos formam uma “ciência”, abarcando diversos temas e teorias, e essa relação entre temas e teorias forma um discurso.

Uma vez que não há um princípio unificador do discurso, a única possibilidade de unificação é o fato de as diferentes partes se relacionarem entre si de forma determinada. Então, aquilo que determina o tipo de relação que será mantida entre os elementos é o que proporciona uma formação discursiva. De acordo com esse “determinador”, alguns elementos entram e outros saem da ordem do discurso. Trata-se de uma regularidade, uma lei discursiva que atua no âmbito do discurso determinando os tipos de relações estabelecidos entre os enunciados e os outros elementos discursivos.

Confrontadas e desclassificadas as quatro hipóteses sobre a unidade discursiva, e concluído que os elementos discursivos surgem e se articulam segundo relações estabelecidas entre si, “Foucault se defronta com um novo problema: como estabelecer unidades no âmbito do discurso? Como relacionar e agrupar enunciados?” (BAYS, 2010, p. 30). Falar sobre “determinadas relações” significa falar de relações específicas, relações discursivas que promovem o aparecimento de certo discurso. Portanto, para cada formação discursiva há um sistema de relações próprio que determina como os elementos discursivos se agrupam. Assim, a arqueologia “procurará estabelecer regularidades que funcionem como lei da dispersão” (MACHADO, 1988, p. 162). Então há, nas formações discursivas, uma regularidade que rege os elementos dos discursos. Por conseguinte, nenhum dos componentes apresentados anteriormente são regras de formação discursiva, mas surgem e se relacionam segundo uma regularidade.

O ponto importante da análise é que as regras que caracterizam um discurso como individualidade se apresentam sempre como um sistema de relações. São as relações entre objetos, entre tipos enunciativos, entre conceitos e entre estratégias que possibilitam a passagem da dispersão à regularidade. Assim, enquanto se processam emergências e transformações, na medida em que se estabelece a regularidade da relação, o sistema permanece com características que permitem individualizá-lo (MACHADO, 1988, p. 165).

Essa regulamentação discursiva não é somente a organizadora dos elementos discursivos que irão compor um discurso, mas também aquilo que proporciona o surgimento desses elementos. Conseqüentemente, estas regras de formação discursiva ocuparão uma posição anterior ao discurso, como um *a priori* do discurso. Com essa palavra Foucault pretende

designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem (FOUCAULT, 2008a, p. 144).

Embora Foucault utilize esse termo para designar o que torna possível a formação discursiva, de maneira alguma faz alusão às faculdades transcendentais e universais dos sujeitos de conhecimento que tornam possível a formulação de “juízos”. Ele quer designar algo contrário a isso, uma vez que, em seu método arqueológico, desvincula totalmente as práticas discursivas com o sujeito transcendental, conferindo ao discurso autonomia própria com relação às suas práticas de formação. Pretende, com o *a priori*, algo inerente ao próprio

discurso ³³. E como todo discurso estudado sob a ótica arqueológica é uma análise do surgimento de determinado saber apoiado em uma genealogia, as condições de surgimento dos elementos discursivos variam de acordo com cada acontecimento discursivo. Então, o *a priori* discursivo é sempre histórico e contingente,

não escapa à historicidade: não constitui, acima dos acontecimentos, e em um universo inalterável, uma estrutura intemporal; define-se como o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva: ora, essas regras não se impõem do exterior aos elementos que elas correlacionam; estão inseridas no que ligam; e se não se modificam com o menor dentre eles, os modificam, e com eles se transforma em certos limiares decisivos (FOUCAULT, 2008a, 145).

Com o conceito de *a priori* histórico pretende descrever cada formação discursiva como “acontecimento único”. Pensa que cada discurso possui uma formulação exata, seu projeto consiste em uma descrição pura dos fatos do discurso. Dessa forma, Foucault se desvincula da noção de sujeito transcendental como fundamento do saber, do qual deveríamos interpretar uma obra como consciência espelhada. Para ele, não há uma consciência por trás do discurso a ser desvendada, mas sim um *a priori* histórico que regula as formações discursivas.

A análise do discurso capta as funcionalidades específicas dos enunciados postos em relação. Por isso, o conceito de *a priori* histórico, na arqueologia, como elemento regulador das práticas discursivas e, conseqüentemente, por estar relacionado com o surgimento dos enunciados inerentes ao próprio discurso, retira a “origem” discursiva de uma consciência individual e pessoal, da qual nos restaria apenas interpretarmos aquilo que é dito, sem ter acesso ao “texto” de fato. O *a priori* histórico, por estar relacionado com a origem dos enunciados e ser determinado historicamente, é o lugar de intercessão entre a arqueologia e a genealogia, ou seja, entre as práticas discursivas e a história efetiva que revela as relações de poder estabelecidas no devir histórico. E se não temos acesso à consciência pensante, a primeira leitura já é uma interpretação, por isso a importância das práticas discursivas como análise do discurso:

se a interpretação não se pode nunca acabar, isto quer simplesmente significar que não há nada a interpretar. Não há nada absolutamente primário a interpretar, porque no fundo já é tudo interpretação, cada símbolo é em si mesmo não a coisa que se oferece à interpretação, mas a interpretação de outros símbolos (FOUCAULT, 1997, p. 22),

³³ É importante destacar que estamos falando do *a priori* como elemento discursivo porque o analisamos no contexto do que seria uma “genealogia” sobre o eixo do saber. Foucault irá perceber, após repensar suas práticas teóricas em *A arqueologia do saber*, que o *a priori* é um sujeito constituído sob práticas discursivas, mas que é, também, constituído em práticas não discursivas. Portanto, o *a priori* é um sujeito constituído por práticas de poder e saber, longe de ser um sujeito transcendental.

ou seja, quanto mais interpretamos um discurso, menos encontramos o seu significado fixo e mais encontramos outras interpretações (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 119-120).

Embora o conceito de *a priori* histórico só tenha sido formulado em *A arqueologia do saber* (ALMEIDA, 2008) enquanto denominação da regularidade discursiva, a busca em estabelecer as condições e possibilidades que proporcionaram o surgimento de alguns saberes se encontra, também, em suas obras anteriores. *História da loucura na Idade clássica*, *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, ao mostrarem, respectivamente, o surgimento da psiquiatria, da medicina moderna e das ciências humanas, estabelecem as regularidades discursivas que proporcionaram o surgimento destes saberes, seus *a priori* históricos. A abordagem conceitual do *a priori* histórico apenas como regularidade discursiva inviabiliza entendermos seu sentido e sua relação com o poder e, conseqüentemente, o elo entre arqueologia e genealogia. Como ratificamos, o nosso objetivo é mostrar a utilização conjunta da arqueologia e da genealogia, sendo assim, é imprescindível analisarmos o *a priori* histórico contextualizado, pois esse é a chave para a análise conjunta desses instrumentos. Para tal, optamos pela obra *História da loucura na Idade clássica*,³⁴ porque como diz Veiga-Neto (2004), essa é que mais se aproxima de *Vigiar e Punir*, livro no qual estão contidas práticas discursivas, história efetiva, relações de poder e dispositivo.

História da loucura na Idade clássica é a obra que inicia a trajetória filosófica de Foucault. Para mostrar como foi possível o surgimento da psiquiatria enquanto saber, ele descreve uma sucessão de fatos históricos indicando como o louco, gradualmente, é configurado como objeto de conhecimento. Esta história é desenvolvida em dois segmentos que decorrem por caminhos diferentes, convergindo apenas no final dela. Esses caminhos são, por um lado, o conhecimento teórico sobre a loucura enquanto doença e, por outro, o modo como o louco é percebido nos diferentes espaços que ocupou.

Sobre o conhecimento teórico a respeito da loucura enquanto doença mental, basta dizer que o conhecimento da época clássica era puramente especulativo e classificatório, buscava enquadrar em grupos e espécies as doenças em um quadro geral. O conhecimento teórico da loucura surgirá por meio de uma dedução a partir do pensamento cartesiano, que estabelece a razão como fundamento do conhecimento, o que classifica, conseqüentemente, a loucura como o lugar da “não razão”: “a loucura é diferença imediata, negatividade pura,

³⁴ Embora apareça também nas duas obras seguintes de formas diferentes, acreditamos que a análise desse conceito em apenas uma dessas obras é suficiente para mostrar como ele se mostra como a ponte para compreender o vínculo entre práticas discursivas e história efetiva.

aquilo que se denuncia como não-ser, numa evidência irrecusável; é uma ausência total de razão, que logo se percebe como tal, sobre o fundo das estruturas do razoável” (FOUCAULT, 1978, p. 203).

A loucura segue, nesse esquema de pensamento especulativo, sofrendo alterações oriundas de outros fatores teóricos, mantendo-se distante do louco até o surgimento da psiquiatria, quando é integrado ao dispositivo de poder em que o louco é encarcerado.

Porém, a respeito do louco como objeto de conhecimento na época clássica:

o estatuto de louco é conferido não pelo conhecimento médico, mas por uma ‘percepção social’, dispersa e produzida por diversas instituições da sociedade como a polícia, a justiça, a família, a Igreja, etc., a partir de critérios que dizem respeito não à medicina, mas à transgressão às leis da razão e da moralidade (MACHADO, 1988, p. 63).

A saga do louco, produzido como objeto discursivo pela percepção social, se inicia com o que Foucault chama de “a grande internação” (FOUCAULT, 1978), que consistia em “internar” determinado grupo da população. As pessoas eram internadas segundo critérios políticos, econômicos e morais. Grande fator que proporcionou essa prática foi uma mudança na concepção de pobreza que, anteriormente, era compreendida religiosamente como algo dotado de uma “positividade mística” e, por isso, santificada, é substituída por uma que lhe atribuída “a negatividade de uma desordem moral e um obstáculo à ordem social” (MACHADO, 1988, p. 64).

A pobreza “passa de uma experiência religiosa que a santifica para uma concepção moral que a condena” (FOUCAULT, 1978, p. 67). Embora, também, na época vigorava a ideia de que ao não participar do ciclo econômico os pobres deveriam ser excluídos do mesmo; o fator moral foi predominante a ponto de o enclausuramento se tornar um projeto político de correção da imoralidade através da repressão física. Dessa forma, “as grandes casas de internamento (...) [eram] de modo obscuro, (...) um castigo moral da miséria” (FOUCAULT, 1978, p. 67).

O internamento, para Foucault, além do seu aspecto negativo, é positivo no sentido de produzir realidade e saber ³⁵. Ao separar o louco, se institui um outro do corpo social, diferenciado por meio de valores morais que se efetuam na percepção de um grupo sobre o outro, estando este em condições de pobreza ou de reclusão.

³⁵ Nas instituições de internamento eram feitas anotações e registros a respeito dos indivíduos reclusos.

O louco, a princípio, era visto homoganeamente ao grupo de internos, que era composto por quatro tipos de pessoas: o doente venéreo; o profanador religioso; o libertino; e, por fim, o louco. Embora distingamos esses diferentes personagens, na época todos eram vistos da mesma forma. O louco, nesse momento, não é percebido como doente e muito menos como doente mental, mas como imoral por não trabalhar e, conseqüentemente, não possuir nenhum patrimônio. Vemos que o louco ainda não é “louco”, enquanto objeto do discurso, pois os enunciados produzidos a partir da *percepção* da sociedade fazem dele um pobre miserável assim como os demais; entra na ordem do discurso a partir da *percepção* sobre ele, segundo um conjunto de enunciados que o delimitam como objeto do discurso que o produzem como imoral por ser pobre e vadio.

No século XVIII, a “grande internação” sofre críticas tanto de origem interna quanto externa, o que promove determinadas mudanças quanto à população a qual deve ser mantida internada. Internamente, a crítica surge do fato de os próprios internos protestarem por conviver com o louco, assim inicia uma diferenciação na ordem do saber quanto à população internada. Contribuindo com essa distinção, a crítica externa se pauta no surgimento do capitalismo, que provoca algumas mudanças na forma de se compreender a relação da pobreza com o ciclo econômico.

O indivíduo é percebido como fonte de riqueza na medida em que o corpo é concebido como força de trabalho³⁶, e excluir essa população do ciclo de produção significa deixar de produzir riquezas.

Mirabeau³⁷, o amigo dos homens, é tão severo em relação ao internamento quanto em relação aos próprios internos; para ele, nenhum dos que estão encerrados ‘nas célebres prisões do Estado’ é inocente; mas o lugar deles não é nessas casas dispendiosas, onde levam uma vida inútil; por quê prender ‘as mulheres de vida alegre que, levadas para as manufaturas do interior, poderiam tornar-se mulheres trabalhadoras?’ (FOUCAULT, 1978, p. 437).

³⁶ Estes são os primeiros sinais do poder disciplinar na obra de Foucault, porém ainda não é tematizado e nem problematizado.

³⁷ “*Honoré-Gabriel Riqueti, comte de Mirabeau*, (born March 9, 1749, Bignon, near Nemours, France – died April 2, 1791, Paris), French politician na orator, one of the greatest figures in the National Assembly That governed France during the early phases of the French Revolution. A moderate and na advocate of consitutional monarchy, he died before the Revolution reached its radical climax.”

“*Honoré-Gabriel Riqueti, comte de Mirabeau*, (nasceu em 09 de março de 1749, próximo a Nemours, França – morreu em 02 de abril de 1791, Paris), foi um político francês e orador, uma das maiores figuras da Assembléia Nacional que governou a França durante as primeiras fases da Revolução Francesa. Um moderado e defensor da monarquia constitucional, ele morreu antes que a Revolução alcançasse o clímax de sua radicalidade” (tradução nossa). CHEVALLIER, Jean-Jacques. Honoré-Gabriel Riqueti, comte de Mirabeau. In: *Encyclopaedia Britannica*. Chicago: *Encyclopædia Britannica, Inc.* 2014. Disponível em: << <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/384793/Honore-Gabriel-Riqueti-comte-de-Mirabeau>>> acesso em 25/10/2014.

Essa visão externa dos internos também promove uma cisão nessa população. Eles são divididos entre os sãos – os que podem trabalhar – e, dessa forma, encaminhados às fábricas, e os doentes – mantidos no internamento para servir a fins filantrópicos da sociedade. O louco, percebido como indivíduo doente e incapacitado, é separado do restante.

A partir desse momento, os loucos serão mantidos em casas de reclusão onde sua loucura será medicada. A “medicação” não significa a importação do conhecimento teórico sobre a loucura e sua aplicação no louco, mas sim um conjunto de práticas terapêuticas oriundas de outros saberes e experiências que visam ao controle e à normalização do louco:

Há muito tempo, e em todo o domínio da medicina, a terapêutica vinha seguindo um caminho relativamente independente. Em todo caso, nunca, desde a Antiguidade, soubera coordenar todas as suas formas com os conceitos da teoria médica. E, mais que qualquer outra doença, a loucura manteve ao seu redor, até o final do século XVIII, todo um corpo de práticas ao mesmo tempo arcaicas pela origem, mágicas pela significação e extramédicas pelo sistema de aplicação (FOUCAULT, 1978, p. 225).

A reclusão é compreendida como terapêutica e, por si só, proporciona a cura do indivíduo. Além desta função, a reclusão do louco torna-se o lugar da verdade da loucura. A coerção exercida pelo internamento é a condição de possibilidade da eclosão da loucura em sua verdade. Constitui-se, dessa forma, um campo de batalha em que o louco, disposto espacialmente pela normatividade que configura o lugar de afrontamento, é dominado e submetido a um conjunto de práticas legitimadas em um dispositivo de poder. A emergência do louco em sua verdade é produto desse jogo de dominação mascarado pelo discurso médico psiquiátrico. A *História da loucura na Idade clássica*, ao relatar essa condição do louco inserido em um dispositivo, mostra o jogo das relações de poder que se desenrolam no interior dessa instituição. Portanto, embora Foucault não analise as práticas em si, mostra por meio da genealogia enquanto análise da *emergência*, a cena dos jogos de dominação relacionando-as com as práticas discursivas que constituem o saber psiquiátrico.

A loucura torna-se objeto de conhecimento,

o conhecimento da loucura é uma peça do mecanismo de controle estabelecido no próprio internamento. É porque é vigiada (...) que a loucura é interrogada pelo olhar, considerado neutro, possibilitado pela instituição da reclusão. O guarda vira sujeito de conhecimento e a loucura torna-se, a partir de então, “forma olhada, coisa investida pela linguagem, realidade que se conhece; torna-se objeto” (MACHADO, 1988, p. 77).

Machado afirma que o processo de surgimento do louco como objeto do saber só é possível por meio das anotações do guarda que o percebe, produzindo, nesse processo, enunciados. A institucionalização do louco e a produção deste como objeto do discurso

proporcionará, no século XIX, o surgimento da psiquiatria, porém não como prática médica, mas terapêutica. O conhecimento teórico e especulativo produzido até o momento se une à institucionalização do louco, todavia sua função é apenas justificar a intervenção médica sobre o doente mental, ou seja, mascarar uma realidade que acontece no interior dessas instituições.

O que tornou possível a constituição do saber psiquiátrico durante esse processo não foi o conhecimento teórico sobre a loucura, mas sim a produção de enunciados sobre o louco nas diversas instituições pela qual passou, segundo a forma que ele era percebido. Podemos identificar, pois, no nascimento da psiquiatria, a *percepção* do louco como *a priori* histórico³⁸, isto é, a *percepção* é o fator que proporciona o surgimento do louco enquanto objeto de estudo da psiquiatria³⁹.

Então, a arqueologia consiste, após analisada de acordo com sua aplicação nas formações discursivas por Foucault, em uma investigação história que tem por objetivo

³⁸ A questão do *a priori* histórico será retomada mais a frente para mostrar como a genealogia e a arqueologia serão modificadas, diante de um aumento na complexidade do pensamento de Foucault, após uma reelaboração metodológica em *A arqueologia do saber*. Desenvolvemos a ideia de arqueologia até esse ponto para explicar como ela funciona, ou seja, é um instrumento de investigação discursiva que procura descrever os acontecimentos históricos através da análise de vestígios documentários e das relações estabelecidas entre cada elemento encontrado. A análise que fizemos até agora sobre a arqueologia se refere à constituição interna do saber, porém, como veremos mais adiante, essa prática de investigação de documentos históricos será utilizada para, por meio de análises de discursos, mostrar a formação de dispositivos de poder.

³⁹ Embora não tenhamos abordado o conceito de *a priori* histórico nas obras *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, posteriores à *História da loucura na Idade clássica*, destacamos que as condições de possibilidades dos saberes abordados em cada uma dessas obras, a medicina moderna e as ciências humanas respectivamente, aparecem de forma diferente da qual apontamos em *História da loucura na Idade clássica*. Porém, o *a priori* histórico de cada uma apresentam características comuns, todos se referem a um sujeito, mas, o sujeito, compreendido nessas obras, é caracterizado como uma função do próprio discurso, ou seja, ele ainda acredita que o discurso possui uma autonomia em relação às práticas sociais. Em *Nascimento da clínica* o *a priori* histórico aparece como o “olhar” do médico. Como nos diz Foucault: “A partir de 1816, o olho do médico pôde se dirigir a um organismo doente. O *a priori* histórico e concreto do olhar médico moderno completou sua constituição” (FOUCAULT, Michel. **Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, p. 222). E, em *As palavras e as coisas*, como duplo empírico - transcendental formulado a partir das ciências empíricas que envolvem o homem (economia, filologia e biologia) com o sujeito transcendental kantiano, pois, “Se é verdade, ao nível dos diferentes saberes, que a finitude é sempre designada a partir do homem concreto e das formas empíricas que se podem atribuir à sua existência, ao nível arqueológico, que descobre o *a priori* histórico e geral de cada um dos saberes, o homem moderno (...) só é possível a título de figura da finitude. A cultura moderna pode pensar o homem porque ela pensa o finito a partir dele próprio” (FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 438), ou seja, “O homem, na analítica da finitude, é um estranho duplo empírico-transcendental, porquanto é um ser tal que nele se tomará conhecimento do que torna possível todo conhecimento” (FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas, *op. cit.*, p. 439). Dessa forma, concordamos com a conclusão apresentada por Machado (**Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p. 125) “o fato de o homem desempenhar duas funções no saber da modernidade, isto é, sua existência como coisa empírica e, como fundamento filosófico é chamado por Foucault de *a priori* histórico”. O *a priori* histórico também pode ser pensado nas obras posteriores a *A arqueologia do saber*, pois Foucault também trabalha com a formação de saberes, porém, o que muda, como veremos, é a compreensão de Foucault sobre o sujeito e sua relação com as práticas sociais.

descrever momentos ou épocas delimitadas; faz um recorte histórico com o objetivo de localizar elementos, descrevê-los e articulá-los entre si elegendo uma regularidade discursiva. E, dentre esses elementos, é de fundamental importância destacar o *a priori* histórico, pois como mostramos, no caso da loucura, essa só aparece como objeto discursivo constituindo o saber psiquiátrico por meio desse elemento que, afinal, corresponde à *percepção*. Foucault, nessa obra, vincula *percepção* ao conceito de *a priori* histórico que, factualmente, só ocorre por um sujeito presente nessa instituição, mas, como pretende proceder suas análises no campo do saber enquanto elementos discursivos que se relacionam e tenta evitar a figura do sujeito fundante (um transcendental), não nomeia o *a priori* histórico como *sujeito*, localizado em um campo de emergências⁴⁰.

Portanto, o *a priori* histórico da loucura, a percepção, que é sempre de um sujeito e está inserida em um jogo de dominação, é a possibilidade de *emergência* do louco como objeto de saber e, conseqüentemente, da psiquiatria. De certa forma, o saber sobre o louco é proveniente da percepção do outro a qual esse esteve submetido em uma sucessão de desdobramentos históricos. A percepção é, dessa forma, a regularidade discursiva que se efetua no sujeito. Embora indiquemos o *a priori* histórico com o sujeito, este não se limita a aquele propriamente. O sujeito é uma espécie de “efeito imanente” das regularidades discursivas (NOTO, 2009). O *a priori* histórico, sendo a regularidade discursiva que determina as condições de possibilidade de emergência de um objeto na ordem do saber só ganha visibilidade em uma relação entre sujeito e objeto num jogo de verdades. Portanto, o *a priori* histórico é imanente ao sujeito e ao objeto, não se trata de um transcendental desvinculado das práticas estabelecidas.

Mas, em que sentido é possível Noto afirmar uma relação de imanência entre o sujeito (que é o nosso enfoque principal, não descartando a questão do objeto do discurso, apenas não há a necessidade de, nesse momento, nos desdobrarmos sobre esse assunto) e o *a priori* histórico?

Segundo a autora “O *a priori* histórico ou a racionalidade devem ser compreendidos como a forma da razão de uma época. Não, contudo, enquanto forma *a priori* da razão em

⁴⁰ Embora Foucault não nomeie o *a priori* histórico como sujeito, vemos, claramente, a análise genealógica presente com a arqueologia, pois, como mostraremos mais adiante, a genealogia mostra, enquanto análise da emergência, o campo de batalha no qual as coisas emergem. Nesse campo, os indivíduos se encontram e se confrontam trocando suas “ameaças” e efetuando relações de poder, o que é constatado nas figuras do guarda que faz anotações e do louco que é constituído como objeto do saber ao ser investido em relações de poder, proporcionando a emergência da psiquiatria.

geral, mas enquanto um tipo específico, uma forma específica e singular que assume a razão numa época” (NOTO, 2009, p. 58). Portanto, o *a priori* histórico condiz, enquanto regularização do discurso, com a racionalidade de determinada época, uma forma de pensar que determina como verdadeiro aquilo que não a escapa, “uma certa forma de percepção da verdade e do erro, um certo teatro do verdadeiro e do falso” (FOUCAULT apud NOTO, 2009, p. 58). Os enunciados não condizentes com a razão histórica permeiam a inteligibilidade e inviabilidade de formação de discursos. Essa “razão” epocal não corresponde a uma mentalidade extra-humana, que caracterizaria a forma de pensar como causa transcendente. Significa que a forma de interpretar o mundo é submetida a um jogo que delimita os limites do pensamento em determinada época, constituindo o olhar e a percepção e, conseqüentemente, a produção de enunciados e formação de discursos. Portanto, embora a racionalidade de uma época se constitua como regras que atuam na formação de discursos, esta não se dá de outra forma senão imante ao sujeito à medida que o constitui e não se efetiva senão pelas práticas que este realiza. Dessa forma, as regularidades discursivas só ganham efetividade no corpo nas enunciações. “O *a priori* histórico de uma época encontra-se tanto nos objetos a serem conhecidos, como nos sujeitos que conhecem tais objetos” (NOTO, 2009, p. 60).

O *a priori* histórico também é pensado “como aquilo que numa época determina o que deve ser o sujeito ‘para se tornar sujeito legítimo de tal ou tal tipo de conhecimento’” (NOTO, 2009, p. 62). É o que Foucault afirma em um artigo de 1984: “esse [o sujeito de conhecimento] não é o mesmo se o conhecimento de que se trata tem a forma da exegese de um texto sagrado, de uma observação da história natural ou de uma análise do comportamento de uma doença mental” (FOUCAULT apud NOTO, 2009, p. 62). Portanto, o *a priori* histórico, para regular o discurso, constitui o sujeito das enunciações, pois a racionalidade de uma época só é efetuada nas práticas deste. Não existe regularidade discursiva sem materialidade orgânica, o que não significa um retorno ao “eu transcendental”, pois a racionalidade “não pertence a um *ser* invariável do sujeito, mas, antes, ao domínio das práticas que irão justamente constituir aquilo que ele é (NOTO, 2009, p. 68).

A partir dessa concepção do *a priori* histórico como imanente às práticas efetuadas pelo sujeito, a genealogia mostra-se fundamental para a arqueologia do saber psiquiátrico, pois, como podemos ver, a *emergência* e *proveniência* de determinados elementos da prática discursiva estão sempre presentes na arqueologia. Assim, a presença da genealogia nas práticas discursivas se torna mais evidente na figura do *a priori* histórico. Aproximando a

genealogia do saber sobre o louco com a produção da moral ascética citada na seção anterior, em ambos os casos a produção do saber é por meio de um sujeito que exerce uma função discursiva em uma regularidade e que é constituído historicamente. No caso do louco, os enunciados se formularam e se organizaram a partir da percepção deste, ou seja, sujeitos formulavam e organizavam o discurso que, conseqüentemente, marcava o corpo do louco com práticas “terapêuticas”. No caso da moral ascética, o indivíduo velho e fraco, a partir da sua percepção niilista da vida, produz enunciados negadores da existência. Dessa forma, tanto na abordagem sobre a genealogia quanto da arqueologia há a figura de um sujeito constituído em meio a práticas discursivas e não discursivas produzindo enunciados e configurando um saber. O conceito de *a priori* histórico é importante não só para mostrar a intercessão entre essas duas formas de análise, mas também para que Foucault reoriente sua forma de empregar esses instrumentos, assunto sobre o qual discorreremos na próxima seção.

1.3. O *a priori* histórico e o fundamento social como propulsores de um novo direcionamento à arqueologia e à genealogia.

Em *A arqueologia do saber* “Foucault procura apresentar o método através do qual havia desenvolvido suas pesquisas até aquele momento” (CÂNDIDO, 2013, p. 170) e também descrever um discurso que se organiza apresentando todos os “pedaços” encontrados em suas análises anteriores. Embora não a cite como uma genealogia na qual o indivíduo se constitui enquanto objeto de um saber, percebemos que essa obra arqueológica está em ressonância com suas genealogias anteriores. Portanto, a arqueologia desenvolvida nessa obra não pode ser pensada separadamente da genealogia. Ele aponta, ao fazer um levantamento sobre o que desenvolveu e descobriu, os limites de seu próprio pensamento. Limites assinalados desde suas obras anteriores ao articular os elementos discursivos com práticas não discursivas - cuja importância é diminuída pela busca ilusória da autonomia do discurso (DREYFUS e RABINOW, 1995) - interligando-os por meio do *a priori* histórico. Os *a priori* históricos assinalados nessas obras como condições de possibilidades de elementos discursivos e, conseqüentemente, do próprio discurso, aparecem como a percepção em *História da Loucura*

na *Idade clássica*, o olhar em *Nascimento da Clínica* e o sujeito transcendental kantiano em *As palavras e as coisas* que é, ao mesmo tempo, fundamento e objeto de conhecimento.

Embora Foucault exclua o sujeito transcendental como fundamento do saber e coloque em seu lugar um sujeito histórico imanente à regularidade discursiva, a percepção, o olhar e o sujeito kantiano remetem-se sempre a um “quem” localizado histórico e espacialmente. Quem e onde percebe/ olha/ analisa o quê? Dessa forma, as condições de possibilidades discursivas, os *a priori* históricos, remeteriam a um sujeito enquanto função discursiva, imanência da racionalidade, imerso em elementos não discursivos. Há, pois, uma implicação direta entre elementos discursivos e não discursivos em que o sujeito é produzido contingentemente. Ou seja, o guarda do hospício que vigia o louco e tece anotações sobre o comportamento desse gerando enunciados não é a mesma figura do médico que observa tecidos doentes no corpo e produz enunciados sobre a doença, e nem o mesmo que o “filósofo” que pensa a si mesmo. O que faz desses sujeitos tão diferentes? Qual a questão do sujeito e suas heterogeneidades?

Decretada a morte do sujeito transcendental em *As palavras e as coisas*, resta a ele ser “o resultado de histórias sob as quais não possui poder algum, só pode seguir que o sujeito é apenas um dos modos a partir do qual os enunciados encontram suas visibilidades” (ALMEIDA, 2008, p. 05). O sujeito, então, é o resultado de uma verdade historicamente produzida. Quem é o médico, na medicina moderna, que tem suas atitudes legitimadas para com os doentes por meio do discurso médico? A partir dessa posição, começam a aparecer questões como a configuração discursiva dos sujeitos, as quais põem em dúvida a própria posição filosófica de Foucault enquanto sujeito. Ele começa a questionar como se constituiu um sujeito que ocupa uma posição epistêmica, quais foram os fatores discursivos e não discursivos que o formaram enquanto sujeito, pois o sujeito, antes, era considerado apenas como função discursiva.

Com a arqueologia aplicada às formações discursivas, pretendia um método a-histórico, totalmente desvinculado da cientificidade e do academicismo de sua época, cujo objetivo era traduzir a história das ciências humanas em seu acontecer próprio. “A arqueologia (na forma como Foucault utilizava antes de *A arqueologia do Saber* ⁴¹) é simplesmente uma disciplina a-histórica, com uma linguagem técnica a-histórica, que pode avaliar e ordenar a história precisamente porque não está na história” (DREYFUS e

⁴¹ Parênteses nosso.

RABINOW, 1995, p. 109). Essa questão do sujeito como *a priori* histórico, faz com que Foucault questione a si mesmo quanto à pretensão de seu método. Em outras palavras, começa a se compreender como efeito imanente do *a priori* histórico de sua própria obra e, como tal, é constituído como intelectual imerso em um jogo de dominação cujas ações são coordenadas por regulamentações discursivas. Dreyfus e Rabinow nos mostram alguns momentos em que Foucault parece hesitar em relação à sua postura arqueológica em *A arqueologia do Saber*: “Foucault diz de seu próprio trabalho: ‘(eu tentei) definir este espaço em branco de onde eu falo e que ganha forma, lentamente, num discurso que sinto tão precário, tão incerto ainda’” (FOUCAULT apud DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 96). Assim, parece se colocar à maneira como mostramos os sujeitos das práticas discursivas, “como um dentre vários ‘trabalhadores sérios’” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 97). Ele começa a questionar o *status* da arqueologia como método imparcial e assume que fala de alguma posição localizada histórica e espacialmente, ou seja, é um sujeito inserido em práticas discursivas atuando em práticas não discursivas. Esses “lapsos” os quais apresenta em *A arqueologia do saber* apontam para sua nova forma de análise que irá empregar em seus estudos dos anos 70 (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 96).

Além da questão da formação do sujeito, em *A arqueologia do Saber*, ao fazer um retrospecto de sua trajetória, Foucault se depara com a questão das formações estratégicas que se refere aos diversos “temas” e “teorias” que integram o discurso, e trata-a em três níveis: os dois primeiros dizem respeito aos “pontos de difração” (FOUCAULT, 2008a, p. 73) e a “economia da constelação discursiva” (FOUCAULT, 2008a, p. 74), e referem-se à formação dos temas e dos discursos a nível discursivo. O terceiro nível (o que de fato nos interessa) discorre sobre a escolha teórica em relação às práticas não discursivas. Essa instância das escolhas teóricas em relação às práticas não discursivas apresenta algumas peculiaridades no pensamento de Foucault. Em primeiro lugar, “essa instância se caracteriza, de início, *pela função* que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*” (FOUCAULT, 2008a, p. 75). Essa escolha, como o próprio nome sugere, possui um planejamento, pois determinado tema é escolhido para integrar determinado discurso de acordo com uma função que deve exercer num espaço não discursivo. Mas, quem ou o quê dentre os elementos não discursivos é o sujeito dessas escolhas? Foucault responde que “essa instância compreende também *o regime e os processos de apropriação* do discurso” (FOUCAULT, 2008a, p. 75). Segundo ele, a propriedade do discurso está reservada a um grupo determinado de indivíduos, que detêm o direito ou a competência de pronunciar e

compreender determinados discursos, acesso lícito e imediato ao corpus discursivo já produzido e a capacidade de investir estes em espaços não discursivos de instituições e práticas.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (...) sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2011, 08-09).

A propriedade do discurso é alvo pelas funções que exerce num campo não discursivo de interesses de determinados indivíduos visando certos objetivos. Apropriam-se do discurso para exercer funções no campo não discursivo, pois deter a posse do discurso é deter “perigos e poderes”, caso contrário, qual o problema “no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde afinal está o perigo?” (FOUCAULT, 2008a, p. 75).

A última caracterização dessa instância refere-se às “*posições possíveis do desejo em relação ao discurso*” (FOUCAULT, 2008a, p. 75). Essa característica relacionada com as anteriores mostra que os discursos formados a partir de escolhas estratégicas para desempenharem determinada função num campo não discursivo “podem ocupar, em relação ao desejo, relações bem determinadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 75). Há, dessa forma, um objetivo a ser cumprido nessa trama em que o discurso exerce uma função essencial, pois “as práticas discursivas modificam os domínios por elas relacionados” (FOUCAULT, 2008a, p. 84).

Então, em relação às escolhas estratégicas, “são as práticas não discursivas que oferecem o horizonte, o fundamento ou o elemento suscetível de forma inteligível à escolha de uma estratégia discursiva” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 86). Como vimos, a escolha dos temas para comporem um discurso está ligada ao interesse de determinados indivíduos em um campo de práticas não discursivas. Esses indivíduos atuam como regularidade discursiva na formação do discurso, ou seja, como *a priori* históricos que, por meio da prática discursiva, pretendem interferir nas práticas não discursivas⁴². Ao falar da análise de Foucault parece que chegamos às suas fronteiras, o que há para depois dessa linha? Será que ele a transpassaria?

⁴² Como veremos no capítulo 3, Foucault, ao colocar-se como *a priori* histórico de *Vigiar e Punir*, efetuando sua prática discursiva apoiado em uma genealogia do poder, também escolhe os temas focando uma modificação em práticas não discursivas. Foucault, como intelectual específico, reconhece-se no jogo de dominações que move a história, portanto, os discursos que produz são, de fato, estratégicos.

Ora, o que se analisa aqui não são, certamente, os estados terminais do discurso, mas sim os sistemas que tornam possíveis as formas sistemáticas últimas; são regularidades pré-terminais em relação às quais o estado final, longe de constituir o lugar de nascimento do sistema, se define, antes, por suas variantes. Atrás do sistema acabado, o que a análise das formações descobre não é a própria vida em efervescência, a vida ainda não capturada, mas sim uma espessura imensa de sistematicidades, um conjunto cerrado de relações múltiplas (FOUCAULT, 2008a, p. 85).

Foucault observa então, “um conjunto cerrado de relações múltiplas”, porém, nesse momento, opta por não ultrapassar essa linha, pois ainda irá considerar esses elementos como discursivos: “permanecemos na dimensão do discurso” (FOUCAULT, 2008a, p. 85).

Assim, ainda insiste na autonomia da arqueologia, porém os questionamentos que surgem em *A arqueologia do Saber* o levam a cogitar a possibilidade de que a análise do discurso não seja tão autônoma quanto havia afirmado (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 111). Ele cogita que “o arquivo, as formações discursivas, as positividades, os enunciados, suas condições de formação (revelam) um domínio específico o qual ainda não foi objeto de nenhuma análise” (FOUCAULT apud DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 111) e que, sobre esse domínio, não há garantias de que a autonomia das práticas discursivas será mantida. Ao expandir a análise do saber aos seus limites, percebe que o discurso está relacionado com outros domínios que influenciam sua formação, domínios que devem “ser mais tarde retomados, em outro lugar, de um modo diferente, num nível mais elevado ou de acordo com métodos diferentes” (FOUCAULT apud DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 112). Assim, reconhece que o campo de suas análises não é suficiente para explicar as formações discursivas e nem a constituição do sujeito, compreendendo a necessidade de expandir esse campo a um novo domínio. Domínio que já se apresentava desde o início de sua trajetória na figura do *a priori* histórico, pois esse sempre se remete a um sujeito que fala de algum lugar, inserido em práticas institucionais e discursivas.

Ao problematizar a questão da formação das estratégias e escolhas teóricas, esta aponta para um campo não discursivo em que o discurso é um elemento político que atua no real. Esse novo domínio é configurado pelo sujeito, caracterizado antes como função discursiva, localizado em um campo de práticas não discursivas. O que incorre em uma nova compreensão do *a priori* histórico, agora atuante e afetado por práticas sociais (relações de poder) entre indivíduos e, conseqüentemente, práticas nas quais o próprio Foucault está inserido. “Conforme aponta Foucault, as estratégias, contrariamente às outras formas de unidade das formações discursivas, não constituem o objeto de estudo de nenhuma de seus livros anteriores” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 88). Os problemas que emergem da

relação entre práticas discursivas e as práticas sociais e políticas que compõem o domínio não discursivo serão desenvolvidos nos livros posteriores. “Nos livros seguintes de Foucault, como abordaremos, as estratégias aparecerão em primeiro plano” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 88).

Assim, a questão do poder recupera sua relevância diminuída após *História da Loucura na Idade clássica* mediada pelas análises de Foucault sobre sua própria obra, principalmente, a partir do *a priori* histórico e da escolha dos temas nas práticas discursivas, percebendo a indissociabilidade entre saber e poder⁴³. Então, a arqueologia e a genealogia, já presentes nas obras anteriores, a partir desse momento, potencializam sua funcionalidade. A arqueologia será fundamental na descrição dos dispositivos de poder ao articular os diversos elementos. Associado a isso, a genealogia atuará no processo de desassujeitamento dos discursos, proporcionando o aparecimento do saber histórico das lutas e, conseqüentemente, as relações históricas de poder fornecendo elementos para a arqueologia descrever o dispositivo de poder disciplinar.

Foucault diz que “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (FOUCAULT, 2010b, p.15). Caracteriza, nessa frase, a *práxis* nietzschiana da qual se apropria como “cinza” e “meticulosa e pacientemente documentária”, o cinza refere-se à cor dos documentos, dos arquivos sobre os quais o genealogista se debruça. A genealogia é uma prática de investigação histórica que trabalha com a análise documentária, ela investiga os fatos históricos em “pergaminhos embaralhados”, documentos antigos que ao longo da história foram, várias vezes, “reescritos”. O genealogista desconfia da autenticidade dos arquivos, objetos da arqueologia, mostra que os discursos históricos foram reescritos várias vezes, servindo a fins determinados. Portanto, a prática discursiva, por si mesma, caso negligencie o saber histórico das lutas revelado pela genealogia, incorre na possibilidade de um afastamento maior da efetividade histórica. Por esse motivo, a genealogia atuará desassujeitando discursos excluídos por uma ordem do saber, revelando, dessa forma, as relações de poder estabelecidas historicamente, fornecendo elementos para a arqueologia descrever um diagrama complexo de poder.

⁴³ Embora tenhamos defendido a posição da genealogia mais a arqueologia desde as primeiras obras de Foucault, percebemos que antes de *A arqueologia do saber* o caráter perspectivista da genealogia nietzschiana é ofuscado pela possibilidade da exatidão da análise arqueológica, o que vem a se inverter após o processo autoanalítico de Foucault.

Os pergaminhos, cânone “sagrado” de nossa história várias vezes “reescrito”, encerram nessas reescrituras, motivações e desejos, discordâncias, embates em torno da verdade, ou, para ser mais preciso, das “máscaras” que encobrem todo o processo de reescrita de nosso cânone, seja científico, histórico, religioso, etc.⁴⁴. A verdade produzida historicamente é caracterizada como máscara, porque por trás da “sacralidade literária” que a compõe se encontram meticolosos processos de organização das formações discursivas, processos já assinalados por Foucault em *A arqueologia do saber* e também em *A ordem do discurso*. Para a prática genealógica, é necessário “um indispensável demorar-se” para “marcar a singularidade dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2010b, p. 15), pois para desmascarar as tramas históricas escondidas sob o véu da verdade, há um processo longo de análise de documentos para fazer aparecer o que permanece escondido, por isso exige a “minúcia do saber, um grande número de materiais acumulados, exige paciência” (FOUCAULT, 2010b, p. 15). A genealogia, portanto, é um trabalho de investigação minucioso de elementos discursivos de determinado momento histórico, com o objetivo de desmascarar aquilo que tomamos como verdade e que se tornou comumente compartilhado como “natural”, como evidente por si mesmo.

Retomando, a arqueologia também trabalha com a análise de documentos, de arquivos, com o objetivo de mostrar como determinado saber foi construído historicamente, semelhante à genealogia. Então, esta, como complemento da arqueologia, irá investigar os “porquês” das “escrituras” e “reescrituras” dos pergaminhos, da formação da verdade, os jogos de poder escondidos além ou nos interstícios das fronteiras dos arquivos históricos, enquanto que a arqueologia se ocupará de descrever esses acontecimentos a partir da articulação dos elementos componentes.

⁴⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978. Nesta obra Foucault descreve a saga histórica do louco na idade clássica mostrando que, no momento em que este é patologizado como doente mental, as práticas terapêuticas a que é submetido não encontram ressonância alguma no discurso teórico sobre a loucura, porém, a loucura enquanto discurso científico coexiste no mesmo espaço que o louco, com o objetivo de justificar sua internação. Outro exemplo também é o texto *Soberania e disciplina* (in FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2010b, p. 179-191), em que Foucault mostra que o discurso de soberania, formulado pelos contratualistas modernos, serve como justificação para o domínio do Estado, afirmando que este existe por livre decisão de cidadãos conscientes de suas necessidades de sobrevivência, outorgando sua liberdade a um soberano. Mas, de fato, o Estado soberano é fruto de um conflito, de um jogo de dominação político, e esse domínio é perpetuado com base no exercício do poder disciplinar. Portanto, o domínio dos indivíduos sob um regime de poder é mascarado pelo discurso de soberania.

Os *arquivos*⁴⁵ trazem, além dos elementos discursivos, as condições de possibilidade de surgimento de determinado discurso, porém não correspondem à totalidade de enunciados e discursos produzidos em determinada época, mas sim àqueles que, por meio de um *a priori* histórico, entraram na ordem discursiva. Se a arqueologia (até *A arqueologia do saber*) trabalha com as regularidades internas do discurso, deixando de lado uma gama de enunciados, e Foucault, em *A arqueologia do saber*, diz que as escolhas estratégicas dos temas que compõem o discurso das ciências humanas são efetuadas mediante a aplicabilidade delas em um determinado espaço social, essas relações entre os indivíduos qualificam alguns discursos e desqualificam outros. Foucault, antes da análise de sua obra em *A arqueologia do saber*, debruçava-se apenas sobre esses saberes qualificados, no entanto alcançando os limites de suas análises, percebendo que aquilo que qualifica os discursos é de ordem não discursiva e que isso negligencia e dissimula na história todo um corpo discursivo, sepultado nos interstícios dessas qualificações, vê como necessidade para compreender as formações discursivas o resgate desses saberes desqualificados, porque se a verdade foi construída e direcionada para um propósito que procura esconder, para desvelar esse propósito é necessário fazer falar as vozes emudecidas.

Sendo assim, a genealogia fornece elementos históricos negligenciados pela ordem do discurso permitindo à arqueologia analisar um campo discursivo espacial mais abrangente. A *práxis* nietzschiana permite a Foucault observar as fronteiras do arquivo e o além delas, isto é, os saberes que, por algum motivo, foram desclassificados e excluídos da ordem do discurso e também os propósitos mascarados por determinados saberes, ou mesmo, outros arquivos negligenciados presentes em instituições diversas.

O “alargamento” ou “abertura” dos limites da análise de Foucault não significa o abandono da análise das formações discursivas, mas sim a inserção de discursos negligenciados pela história, ou seja, “chamamos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 2005 e, p. 13). Portanto, a genealogia, após a autoanálise de Foucault sobre suas obras, permite uma nova perspectiva sobre a história, porque ao reestabelecer os documentos excluídos pela ordem discursiva de determinado arquivo faz emergir o “saber histórico das lutas”, das discontinuidades e acasos fornecendo elementos para pensar, por meio da arqueologia, os dispositivos de poder.

⁴⁵ Sobre o conceito de arquivo cf. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, pp. 146-149.

A história dos historiadores não é suficiente para Foucault pois

supõe sempre um ponto de vista supra – histórico, (...) que tem como função recolher, em uma totalidade, a diversidade do tempo. Uma história que, como um espelho, permite nos reconhecermos em toda parte e que, enfim, dá a todos os deslocamentos passados a forma de uma reconciliação (VIEIRA, 2008, p. 34).

A historiografia convencional posiciona-se acima da efetividade dos fatos adotando uma perspectiva que, ao recortar elementos e fatos, exclui outros para formar uma totalidade simétrica, com a qual enxerga nada além de si mesma, violentando a história e amputando sua diversidade de incoerências, vendo a si mesma e a sociedade presente, espelhadas no passado. A historiografia tradicional, negligenciando as peculiaridades históricas de diversas épocas e localidades, traça um fio teleológico que dá sentido e finalidade ao presente. O presente é transposto e imposto ao passado mascarando, por meio de recortes da própria ordem do discurso histórico, o saber das lutas e conflitos ao retirar das formações discursivas os saberes “desqualificados”. Assim, presente e passado se “reconciliam”, porque as descontinuidades históricas são escondidas sob as areias que soterram o passado. Podemos dizer então que a história convencional, ao recortar e recolher seletos discursos históricos, “sujeita” ou “domina” os saberes ao submetê-los à sua ordem e exclui outros, renegando-os ao esquecimento. Dessa forma, essa prática discursiva histórica seleciona enunciados com o objetivo de apresentar um sentido para o devir humano, afastando-se da efetividade dos fatos. A análise epistêmica desse discurso apresentaria somente suas relações internas; a organização dos enunciados e elementos discursivos, todavia as práticas discursivas orientadas pela história efetiva permite localizar essa formação discursiva em um campo de análise mais amplo.

Foucault diz que entende duas coisas em relação aos saberes dominados:

por um lado, os conteúdos históricos que foram sepultados, mascarados em coerências funcionais ou em sistematizações formais. (...) Em segundo lugar, por saber dominado se deve entender outra coisa e, em certo sentido, uma coisa inteiramente diferente: uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade (...) saberes não qualificados, e mesmo desqualificados, do psiquiatrizado, do doente, do enfermeiro, do médico paralelo e marginal em relação ao saber médico do delinquente, etc., que chamarei de saber das pessoas (...) um saber particular, regional, local, um saber diferencial incapaz de unanimidade e que só deve sua força à dimensão que o opõe a todos aqueles que o circundam (...) (FOUCAULT, 2010b, p. 170).

O saber é dominado pelas instâncias de verdade ao ser inserido em uma instituição que lhe atribui sentido com o objetivo de produzir determinados efeitos em um espaço não

discursivo. Este tipo de discurso tem como funcionalidade legitimar um regime de poder e mascarar as práticas que ocorrem no interior das instituições que dele se apropriam. Todavia, concordamos com Carvalho (2007) quando, ao analisar a questão da relação do discurso com as práticas prisionais, constata que, embora haja um discurso o qual aponte para a correção e a recuperação moral e psicológica dos indivíduos encarcerados, na prática, eles são submetidos a regimes de violência e violação de direitos. Dessa forma, há encobrimento desses fatos pelo discurso ao se afirmar a recuperação do indivíduo e ao se violar todos os seus direitos degradando sua moral e subjetividade⁴⁶. O discurso dissimula o jogo de forças que ocorre no interior das instituições e também nos fatos históricos. A função da prática genealógica é revirar as verdades construídas ou adotadas pelas organizações que tiveram e têm por objetivo mascarar o jogo de forças que ocorre em seu interior (CARVALHO, 2007) por meio das “ordenações funcionais” ou das “organizações sistemáticas” que unificam determinados “saberes” sujeitando-os. (FOUCAULT, 2005e, p. 11)⁴⁷. Portanto, a genealogia mostra a funcionalidade dos discursos inseridos em uma ordem do saber e seus efeitos em práticas não discursivas e a arqueologia irá construir uma inteligibilidade que associe saber e mecanismos de poder funcionando simultaneamente e produzindo efeitos.

A segunda forma de dominação e sujeição do discurso ocorre por meio da exclusão, ou seja, se na primeira modalidade a sujeição ocorre pela apropriação do discurso inserindo-o em um dispositivo de poder, na segunda, ele é assujeitado ao ser desqualificado enquanto cientificidade e posto à margem do saber. As instituições que se vinculam ao saber científico com seus diversos objetivos políticos, sociais e econômicos desclassificam os saberes que não lhe servem ou que podem proporcionar algum dissenso. Esses discursos marginalizados são classificados como “saberes não-conceituais, insuficientemente elaborados, ingênuos, hierarquicamente inferiores e que estavam abaixo do nível do conhecimento da cientificidade esperada” (VIEIRA, 2008, p. 73).

A ciência, com seus critérios de validação de conhecimento, se torna um instrumento eficaz de desclassificação de discursos, isto é, ao classificar um discurso como científico, conseqüentemente, rebaixa outros para uma subcategoria ou, nos casos em que determinados

⁴⁶“a verdade colocada no discurso e na prática do sistema penal, por exemplo, não vai ao encontro da correção; todavia, se olharmos pela lente genealógica vemos ali a instituição das práticas de punição, de cerceamento da liberdade de contenção de um exército de reserva, enfim, de tudo menos de intenção correccional” (CARVALHO, 2007, p. 120).

⁴⁷ Com relação ao discurso histórico, este é bem sintetizado por Dreyfus e Rabinow (1995, p. 120) ao abordarem a interpretação que Foucault faz das considerações de Nietzsche sobre a história: “segundo Foucault, a história é, para Nietzsche, a história da malícia mesquinha, das interpretações violentamente impostas, das intenções viciosas, das narrativas gloriosas que mascaram as razões mais vis” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p.120).

discursos não se enquadram em suas normas, automaticamente desconsidera sua seriedade. Assim, a dominação e sujeição sobre os discursos ocorrem de formas diferentes: enquanto uns são dominados pela inclusão em um dispositivo de poder para mascarar as relações de força que ocorrem, classificados cientificamente como “verdadeiros”, outros, os “desqualificados”, são sujeitados em um sentido de banimento, exclusão. A história “científica”, utilizando os discursos considerados válidos e reconhecidos, conta apenas uma história de máscaras em que as reais intenções, as maquinarias e maquinações do poder são camufladas pela “face” do progresso. A genealogia “liberta” esses saberes da ordem do discurso e retira as máscaras sob as quais as tramas históricas estão disfarçadas permitindo à arqueologia descrevê-las.

Libertando esses saberes da dominação é possível o “acoplamento desses saberes”⁴⁸ que permite duas coisas: a primeira, desassujeitar os saberes, ou seja, retirar o saber acadêmico de sua institucionalização e o saber “popular” de sua desqualificação equiparando esses saberes e, a segunda, desfaz as máscaras do poder mostrando as tramas por trás do discurso (AZEVEDO, 1997).

Então, o que Foucault pretende com a libertação dos saberes não é lançar um saber contra o outro, mas sim reativar os saberes locais contra o movimento de hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder (VIEIRA, 2008). Como ele diz (2005e, p. 15) a respeito da pretensão de se tornar o marxismo ou a psicanálise ciências, “quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser esse saber uma ciência?”. Ou seja, na tentativa de tornar tanto o marxismo quanto a psicanálise ciências, há um interesse em submeter, na esfera dos valores epistemológicos, outras formas de interpretação tanto da sociedade quanto do homem. É contra essa hierarquização dos saberes e os efeitos de poder que eles produzem que Foucault direciona a genealogia. Assim, são esses “jogos” e esses “porquês” que Foucault pretende combater⁴⁹.

⁴⁸ Essa expressão “acoplamento” indica que há uma complementação do discurso, pois a história convencional, ao negligenciar determinados discursos, descreve apenas “meias-histórias”, o acoplamento consiste, “de um lado, os conteúdos do conhecimento histórico metucioso, erudito, enfim, os saberes sepultados da erudição e de outro, dos saberes locais, singulares, e desqualificados pela hierarquia das ciências (...)” (VIEIRA, 2008, p. 74). O termo “acoplamento”, em nossa interpretação, expressa bem o que Nietzsche, de acordo com Foucault (2010b), chama de história efetiva (*Wirkliche Historie*).

⁴⁹ Por esse motivo, em nossa dissertação, optamos por não chamar a genealogia de método, pois, assim como aponta Carvalho (2007), a genealogia é mais uma estratégia de combate, ou seja, se Foucault se reconhece inserido nas relações de poder e dominação e direciona seu pensamento, pelo menos nesse momento da dissertação, contra a hierarquização dos saberes ocasionados pela ciência e, tratando-se o método como uma das condições de qualificar um conhecimento como científico, consideramos incoerente chamar a genealogia de método, utilizando, em seu lugar, os termos *práxis*, análise, ou, como nos sugere Carvalho, estratégia.

Ao libertar e acoplar esses saberes, o “saber histórico das lutas” aparece, pois, tanto “no domínio especializado da erudição (...) como no saber desqualificado das pessoas jazia a memória dos combates” (FOUCAULT, 2005e, p.13), ou seja, são “documentos – testemunha do poder” (AZEVEDO, 1997, p. 32). Libertando os saberes de suas sujeições é possível a análise de uma história antes “oculta”, dissimulada no cientificismo carregado de objetivos mascarados sob a ciência como instrumento naturalizado, como meio de descoberta e progresso da verdade, uma história das relações de poder documentada e que nos permite compreender ou nos tornar capazes de perceber em nossa sociedade como o poder é exercido⁵⁰. Então “chamemos, se quiserem, de ‘genealogia’ o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber em táticas atuais” (FOUCAULT, 2005e, p. 13).

Mas, como fugir de uma pesquisa histórica que ao direcionar suas lentes telescópicas para o passado vê somente “máscaras”, verdades encobrendo todo o seu aparato maquínico, as engrenagens e articulações que proporcionam ao homem ver sua face espelhada na verdade fantasmagórica do passado, “a face cristalina da superfície do lago, em espelho, para refletir a beleza do próprio homem” (CARVALHO, 2007, p. 135)? O saber das lutas revelado pelo acoplamento dos saberes faz o homem, admirado narcisicamente por sua face refletida, ao embriagar-se de sua aparência, do reflexo que cobre a profundidade do lago repleta de pedras e perigos, direcionar seu olhar crítico para dentro de sua aparência e perceber que seu reflexo (a representação criada pela história e pela ciência por meio de práticas discursivas) apenas ocultava outra dimensão de fatos⁵¹.

Dessa forma, arqueologia e genealogia são pares inseparáveis tanto na analítica do saber quanto na analítica do poder. A genealogia fornece – acoplando discursos e revelando o saber histórico das lutas, o saber que traz à superfície as relações de poder estabelecida nos jogos de dominação – elementos para que a arqueologia articule essas práticas de poder enunciadas pela genealogia descrevendo dispositivos de poder. Embora tenhamos abordado os instrumentos de análise de Foucault, ainda não podemos nos direcionar, instantaneamente,

⁵⁰ Podemos ver que, em nossa sociedade, embora a ciência seja posta como critério de validade dos saberes, não se questiona o porquê disso, ou seja, a ciência é colocada como um processo “já dado”, necessário ou *a priori* ao saber.

⁵¹ Esse trabalho genealógico que Foucault faz para remover as máscaras que encobrem o saber histórico das lutas ocorre por meio de um processo que engloba três características (isso já foi abordado anteriormente, porém é importante para vermos que houve uma conservação e uma elevação da genealogia a um outro nível): primeiro, a negação da pesquisa da “origem” como caráter teleológico (*Ursprung*), segundo e terceiro as análises da “origem” como proveniência (*Herkunft*) e emergência (*Entstehung*) respectivamente o que permite, ao acoplar os discursos, uma história efetiva (*Wirkliche Historie*).

para o estudo do dispositivo de poder disciplinar. O esclarecimento de alguns elementos do pensamento foucaultiano é necessário para entender a questão do dispositivo, porque ele possui um princípio de funcionalidade, o poder. Logo, possui também uma forma específica de funcionalidade, a disciplina, cuja consequência é o governo minucioso dos corpos.

O próximo capítulo desdobrar-se-á seguindo estes objetivos: primeiro, o pensamento de Foucault sempre parte de uma problematização da atualidade, um diagnóstico da condição política e ontológica do ser humano; segundo, essa condição humana é configurada a partir de relações de poder, então, esclarecer o que Foucault diz com esse termo é fundamental, já que a disciplina é uma de suas modalidades e, conseqüente e necessariamente, escolhemos falar do poder disciplinar, forma de poder a partir da qual o dispositivo é organizado.

CAPÍTULO 2: DA PROBLEMATIZAÇÃO DO SUJEITO À ANÁLISE DO PODER DISCIPLINAR.

Evidenciado o modo como Foucault desenvolve suas análises por meio das práticas discursivas e da história efetiva - arqueologia e genealogia, respectivamente - e estabelecida a perspectiva que adotamos para analisar a relação da problemática do sujeito com o poder disciplinar, mostraremos, neste capítulo, a relação entre o sujeito e o poder estudada por Foucault e como ela constitui uma condição de governo entre os indivíduos. Este capítulo visa a desenvolver alguns temas da obra de Foucault os quais estão diretamente relacionados com a análise do dispositivo de poder disciplinar que efeturemos no próximo capítulo. Portanto, a problematização da condição de sujeito, a inteligibilidade do poder e especificação do poder disciplinar, são temas impossíveis de serem pensados independentemente de uma *archaeology – plus – genealogy*.

Como vimos no capítulo anterior, a *genealogia* analisa, como estudo da *emergência*, as relações de dominação entre os sujeitos, constituindo uma relação de governo de uns sobre os outros mediada por um regime de normas. Analisaremos, na primeira parte deste capítulo, a relação existente entre “governo”, “norma” (entendida como um regime discursivo de verdades) e “sujeito”, para mostrar a problematização de Foucault sobre o indivíduo que, segundo ele, encontra-se com a liberdade limitada por todo um conjunto de coerções discursivas e práticas não discursivas.

Mostrada essa problematização, prosseguiremos com o intuito de analisar como Foucault, ao descrever as relações de poder que atravessam o corpo do indivíduo, manipulando-o e governando-o segundo objetivos alheios, permite ver as tramas que envolvem o indivíduo sujeitando-o. Nesse ponto, é óbvia a necessidade da prática simultânea de seus instrumentos, pois para descrever as práticas de poder que atravessam o corpo do indivíduo é necessário o trabalho do arqueólogo. Porém para desvendar as práticas de dominação que afetam o corpo na história fornecendo os elementos para as práticas discursivas em torno do poder, é, de toda forma, necessária uma análise por meio da genealogia. Essa análise se desenvolverá em duas etapas: primeiro, estudaremos a questão do poder de forma geral em Foucault abordando suas características e, depois, continuaremos com o poder disciplinar como forma de exercício do poder, que permite governar os indivíduos a nível corporal, direcionando suas atitudes a fins produtivos e políticos.

Por conseguinte, a análise do tema “poder” e de uma de suas especificações, “poder disciplinar”, é, de fato, uma análise necessária, porque são temas ao redor dos quais operam a *archaeology – plus – genealogy* e, também, estarão presentes no capítulo seguinte ao falarmos do dispositivo de poder disciplinar. São temas que a todo instante serão solicitados no capítulo precedente, por esse motivo, a necessidade de explicitá-los de forma específica. Sempre que falarmos de dispositivo de poder no capítulo III, é a determinada compreensão do poder que nos dirigimos, portanto a necessidade de especificar o que Foucault compreende por este termo. E, também, como abordaremos no capítulo subsequente um dispositivo de poder específico, o disciplinar, é necessária uma compreensão prévia da modalidade de poder que é efetuada no dispositivo.

Desde já, destacamos que embora a análise do sujeito feita por Foucault para ser completa necessite estudar também o biopoder, nos comprometemos a trabalhar somente aquilo que se refere ao poder disciplinar.

2.1. O indivíduo governado como ponto de partida para a problematização da condição do sujeito.

Foucault, ao diagnosticar um problema contemporâneo vinculado com a verdade, faz a análise arqueológica e genealógica desconstruindo as evidências as quais aprisionam as pessoas, pois como ele mesmo disse a tarefa dele é “mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída” (FOUCAULT, 2006b, p. 295). Essa afirmação aponta para um problema ainda mais profundo, o fato de que as pessoas não se percebem como sujeitos “aprisionados” por um conjunto de verdades. Assim, podemos dizer que as análises históricas de Foucault servem para mostrar às pessoas que algumas práticas naturalizadas coletivamente submetem-nas a certos costumes. Por se tratar de uma “herança” política e subjetiva cujo passado (há muito não visitado) está coberto por areias que cobrem sua apagada caligrafia, possuem suas origens (*Herkunft* ou *Entstehung*) escondidas, tornando imperceptível a possibilidade da problematização de determinados elementos da vida dos indivíduos.

O que Foucault pretende é mostrar a seus interlocutores a necessidade de uma analítica política-existencial da situação em que se encontram sem recorrer a essencialismos. Situação de corpos sujeitados e governados por redes invisíveis que direcionam seus olhos e membros ⁵². Seu objetivo é “pensar o atual, e não mais o ‘eterno’, explicitar o ponto a partir do qual se fala, e não mais partir de um pretense ponto equidistante, universal, universalizante” (YAZBEK, 2012, p. 255). Ou seja, nas palavras de Yazbek, a preocupação de Foucault não está relacionada à busca da verdade sobre o homem, mas a compreensão de que a forma a qual estrutura o sujeito é “nunca idêntica a si mesma, que não deixa de se deslocar e de se transformar” (NOTO, 2009, p.22) historicamente à condição atual dos indivíduos. E entendendo a condição atual do sujeito, torna-se possível descrever as práticas as quais configuram o momento em que se vive, compreendendo a própria constituição da perspectiva que lança ao passado para compreender o presente. Desse modo, Yazbek aponta também para o aspecto perspectivo de Foucault ao compreender que posicionamento dele não escapa à historicidade que vive, não parte de uma pretensa universalidade para apresentar a “verdade”, mas assume um ponto de vista delimitado pelas práticas às quais está inserido.

Então, a filosofia de Foucault é direcionada para os “aprisionamentos” do corpo cujo objetivo é mostrar a presente condição dos indivíduos, forjada historicamente, para abrir a possibilidade de recusa das diversas formas de aprisionamento do sujeito, ou seja, “apontar para as condições e as possibilidades de transformação” (NOTO, 2009, p. 98) dos indivíduos.

É desta prisão, com todos os investimentos políticos do corpo que ela reúne em sua arquitetura fechada que eu gostaria de fazer a história. Por puro anacronismo? Não, se entendermos com isso fazer a história do passado nos termos do presente. Sim, se entendermos com isso fazer a história do presente (FOUCAULT, 2007, p. 29).

Foucault embora apresente duas possibilidades para justificar uma história da prisão apresentando um “sim” e um “não” ao anacronismo, a escolha da compreensão a respeito do trabalho histórico varia de acordo com o posicionamento daquele que está analisando. Portanto, a partir daquilo que apresentamos sobre a genealogia, ele recusa uma pesquisa histórica que submete o passado à compreensão presente, submetendo-o a um sentido linear;

⁵² Em nossos estudos constatamos a produção de três formas distintas de os indivíduos se relacionarem entre si e com o mundo mediados por um regime de verdade. O discurso verdadeiro cria a realidade que o indivíduo está inserido, portanto, sua relação é plasmada por uma série de enunciações sobre as coisas que se relaciona, inclusive sobre si mesmo, então, teremos a formação conduzida de sua subjetividade, o modo como entende o mundo; a formação de seu corpo, o modo como manipula a si mesmo e os objetos e; em relação muito próxima à subjetividade, a formação ou a condução da percepção das coisas, pois, como afirma Tedesco (2007, p. 144), “Da gênese empírica das visibilidades criam-se modos de ver e fazer ver”, ou seja, os discursos produzidos sobre o “real” criam formas de enxergar esse “real”, criam modelos de compreensão estruturando as formas de entendimento do mundo para o indivíduo.

logo a sua resposta do “não” corresponde a uma análise da qual não compartilha. Ao contrário dessa perspectiva, Foucault investiga a história sem submetê-la à representação ontocronológica do homem na atualidade permitindo aos eventos históricos mostrarem-se em seu próprio acontecimento, identificando e descrevendo (arqueologia) os elementos investigados e seus efeitos atuais no corpo dos indivíduos (genealogia). Segundo Koopman (2013), a investigação histórica de Foucault, conjuntamente com a análise do discurso, sempre parte de uma problematização da atualidade. Então, a história da prisão efetuada tem por objetivo não submetê-la às nossas representações contemporâneas, mas mostrar a *proveniência* de algumas práticas que nos aprisionam, descrevendo-as arqueologicamente.

Foucault pretende fazer a história da prisão por puro anacronismo com o presente; pretende mostrar como essa instituição inflige sobre o corpo um conjunto de tecnologias de poder que tem por um de seus instrumentos as “tecnologias da alma”. A “alma”, caracterizada por ele, é “efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo” (FOUCAULT, 2007, p. 29). A “alma”, que também é uma prisão, é efeito, e parte das tecnologias de poder aplicadas na prisão, a qual tem como finalidade projetar e aplicar outra prisão, digamos “etérea”⁵³, sobre o corpo. Essa prisão “etérea”, enquanto objeto de um discurso atualizado sobre os corpos condicionando-os a normatividades existenciais possui, além de estar inserida em uma ordem do discurso, uma *proveniência*. Logo, faz-se necessário uma genealogia dessa formação discursiva, uma genealogia conjuntamente com uma arqueologia direcionada às práticas discursivas e não discursivas, pois esse discurso emerge e prossegue historicamente associado às relações de poder e organizado em uma episteme⁵⁴.

⁵³ O adjetivo “etérea” que utilizamos se refere ao texto de Sibila. Utilizamos esse adjetivo, pois representa uma suposta natureza para a “alma” que, como ela diz, é uma “entidade gasosa e moralmente superior” (SIBILA, 2007, p. 133) que aprisiona as potências do corpo. Esse adjetivo está indicando uma relação hierárquica em que uma formação discursiva que molda a “alma” humana a coloca em posição superior ao próprio corpo, Sibila (2007) quer indicar que os indivíduos se submetem à ficções criadas por eles próprios (embora nem todos criem as ficções, uma grande quantidade compartilha as ficções criadas por outros). Ela estende a análise de Foucault sobre essas “prisões etéreas” para mostrar que atualmente, os indivíduos se submetem a outras imagens “etéreas” (fictícias) que direcionam a maneira de lidar com o próprio corpo. Essas prisões etéreas são sempre constituídas por enunciados, se na modernidade, como aponta Duarte (2010) era o humanismo, atualmente, como afirma Sibila, são as imagens de corpos perfeitos, corpos metafísicos. Essa questão também pode ser encontrada em uma entrevista de Foucault intitulada Poder – corpo em que ele fala do conflito entre corpo e domínio sobre o corpo ao ser perguntado se a “pornografia” ou a “publicidade” seriam uma libertação do corpo em relação ao poder, Foucault explica que, embora pareça uma libertação, o poder cria novos mecanismos de aprisionamento criando novas abstrações normativas do corpo: “Fique nu... mas seja magro, bonito, bronzado!” (FOUCAULT, 2010b, p. 147).

⁵⁴ Podemos constatar a aplicação da arqueologia em dois sentidos: uma enquanto a constituição da alma como objeto de uma ordem discursiva, ou seja, práticas discursivas no eixo da episteme; outra, esse discurso é descrito como um mecanismo de poder que se articula com outros mecanismos, portanto, prática discursiva aplicada por Foucault ao eixo do poder.

A respeito da “alma” Foucault diz que ela é “produzida, permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos” (FOUCAULT, 2007, p. 29). Podemos observar que a “alma” não preexiste ao corpo como sua essência divina, mas é produzida no interior, na superfície e ao redor do corpo; há um processo de “infusão” de uma alma no interior dele que se desenvolve discursivamente proliferando seus efeitos por cada ato subjetivo do corpo, bem como o amordaçamento de sua superfície pelas características “etéreas” da alma e a configuração de sua realidade. Logo, a “alma” é um objeto do discurso que corresponde ao “ser” do homem e que, projetado sobre o corpo, o submete à determinada condição. A alma não é pré-existente ao corpo, todavia é pré-existente ao sujeito. O corpo se torna sujeito a partir do momento em que “recebe” a alma por meio das tecnologias de poder. Mas qual a materialidade da alma, se ela não corresponde a uma substância essencial aos moldes da teologia e da filosofia clássica? Ela “é o elemento onde se articulam os efeitos de certo tipo de poder e a referência de um saber, a engrenagem pela qual as relações de poder dão lugar a um saber possível, e o saber reconduz e reforça os efeitos de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 28). Sendo assim, a alma é um elo de articulação entre os efeitos coercitivos do poder e a “referência de um saber”; há, dessa forma, uma relação entre os aprisionamentos e coerções exercidos sobre o corpo e aquilo que é “dito” por um saber sobre o mesmo (alma).

De acordo com Yazbek (2013, p. 99), “são as relações de poder que constituem os sujeitos como objetos do discurso verdadeiro”, isto é, a alma é produzida, enquanto verdade essencial do homem, a partir do jogo de dominação revelado pelo saber histórico das lutas. Esses jogos de dominação produzem enunciados que delimitam uma identidade para as singularidades que se constituem segundo as delimitações histórico-discursivas que, por sua vez, são redirecionados aos corpos “conformando-os aos esquadros do saber/poder” (YAZBEK, 2013, p. 99). A partir dos posicionamentos de Yazbek, as formas discursivas projetam regras de existência instituindo “domínios de sujeição e objetivação dos indivíduos por meio dos mecanismos de poder veiculados pelo discurso verdadeiro” (YAZBEK, 2013, p. 99-100). Dessa forma, o homem reproduz uma suposta humanidade que existe, unicamente, enquanto objeto do discurso, o que faz alma ser, ao mesmo tempo, discurso e mecanismo de poder. Nessa relação, há uma implicação do discurso sobre o corpo concomitantemente aos efeitos do poder produzidos no mesmo. A alma unifica o discurso ao exercício do poder sobre o corpo, guiando ou direcionando seus efeitos. Por isso, a alma é uma formação discursiva que modela o corpo, pois vai estabelecendo as curvas e contornos que serão aplicados ao

indivíduo segundo um molde abstrato. Ela também é caracterizada como uma “engrenagem” que proporciona um saber possível, porque na medida em que vai direcionando os métodos coercitivos do poder por uma abstração, proporciona extrair novos saberes, surgindo, nesse processo, o “aperfeiçoamento” da alma, cada vez mais “pura”, cada vez mais eficaz e, na medida em que é aperfeiçoada, reconduz os efeitos do poder sobre o corpo.

Mesmo tendo afirmado essas coisas sobre a alma, essa ainda nos permanece obscura. Para clarear nossas dúvidas, Foucault diz que ela já apareceu sob diversos nomes: “psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.” (FOUCAULT, 2007, p. 28-29). Esses diversos nomes referem-se ao que Foucault chama de “alma”, objeto do discurso e mecanismo de poder que descrevemos há pouco. Podemos dizer que a “subjetividade” é, escolhendo um dos exemplos, previamente determinada, ou seja, discursivamente construída com suas qualidades e características. É a “referência” de um campo de saber que traduz a verdade sobre o homem; é um saber de tendência essencialista o qual afirma sua existência universal no corpo humano e que sobre ele possui uma produção discursiva que o determina.

Sendo assim, a formação discursiva sobre a subjetividade atua na subjetividade do corpo, guiando os efeitos do poder e reformulando o saber sobre ela. Dizer o que é a subjetividade significa construir um modelo, uma abstração que implica efeitos em um corpo real, então podemos concordar com Deleuze (2005)⁵⁵, a “alma” possui uma realidade virtual que é atualizada no corpo real modelando-o, a “alma” enquadra o corpo em suas delimitações. De fato a “alma” é uma prisão do corpo, pois o delimita, o governa em seus ínfimos detalhes. Se a prisão tem como papel aprisionar o corpo nessa “alma” a qual possui vários nomes e há a expansão do modelo prisional às diversas instituições formando uma rede carcerária, podemos dizer que essa “modelação” subjetiva se trata de um projeto civilizatório. Se a alma é subtendida como subjetividade e também como consciência, ou seja, uma suposta interioridade de corpo, o objetivo em construir uma “alma” ao nível do discurso é governar o corpo adequando-o a uma verdade sobre o seu suposto “eu” mais “profundo”. Em vista disso, a expansão do encarceramento em uma rede que articula várias instituições, enquadrando os corpos em “almas”, está voltada para um fim civilizatório. O projeto de constituir uma verdade sobre o indivíduo tem por finalidade governá-lo enquanto corpo político – a verdade

⁵⁵ Embora saibamos dos riscos de utilizar Deleuze como comentador de Foucault ou de qualquer outro filósofo pelo fato de ele os utilizar para produzir sua própria filosofia, nesse caso, a leitura que ele faz de Foucault explicando-o segundo seus conceitos de virtual como aquilo que proporciona possibilidades de ação a determinado corpo, que se dá no real, é possível. A alma, enquanto objeto abstrato, inexistente no real, atualiza-se no corpo enquanto causa imanente efetuando-se no efeito que provoca no corpo, ou seja, direcionando o corpo a determinadas possibilidades.

está associada ao que Foucault (2010b) chama de *governamentalização*. Ele fala que, durante a história, o Estado foi governamentalizado ampliando um pouco nossa visão e situando o corpo como parte de um sistema mais abrangente, o Estado e sua rede de encarceramento.

Ao analisar o processo de governamentalização do Estado, identifica dois momentos ligados, cada um, a determinada formação discursiva. Em um primeiro momento, a governabilidade do soberano se limitava ao controle territorial e as atitudes do governante se restringiam à forma de se portar diante de seus súditos, ou seja, o governante seguia uma produção teórica baseada em orientações de conduta, seguindo parte do pensamento político de Maquiavel ⁵⁶. Em um segundo momento, o discurso maquiavélico é substituído por uma série de discursos que tratam o governo como uma “arte de governar”, cujo foco não é mais o território, mas sim o próprio indivíduo ⁵⁷. O governo sobre os indivíduos era pensado em dois níveis: um individual, o corpo, e o outro coletivo, a população. Como nosso foco é o governo em nível individual, conduziremos o nosso texto com ênfase nesse aspecto.

Os discursos que analisam a “arte de governar” e que, posteriormente, proporcionarão a governamentalização do Estado são produzidos a partir do século XVI até o final do século XVIII. Foucault, no curso do *Collège de France*, aula do dia 1 de fevereiro de 1978, intitulada *A Governamentalidade*, investiga algumas obras concernentes a esse período para mapear e descrever as principais características que configuram a “arte de governar” que, por sua vez, compõem o aparato discursivo da governamentalização do Estado. O que segue, portanto, não é apenas a genealogia da condição do indivíduo como governado, mas também, uma arqueologia que envolve vários temas selecionados para descrever o conceito de *governamentalidade*. A arqueologia, direcionada ao poder, irá compor um saber político que tem por objetivo favorecer a compreensão do poder enquanto relação entre indivíduos. No decorrer desse assunto, será possível perceber que Foucault, posicionando-se como *a priori* histórico da *governamentalidade*, como regularidade, excluirá Maquiavel de sua prática.

⁵⁶ É importante ressaltar que há um reducionismo da obra de Maquiavel por Foucault, porém, nosso objetivo não é desenvolver a filosofia de Maquiavel e nem contrapor Michel Foucault, estamos analisando sua prática discursiva da qual ele se utiliza de Maquiavel. Portanto, o que expomos é Maquiavel segundo Foucault.

⁵⁷ Embora os textos referentes à arte de governar sejam contemporâneos à obra de Maquiavel, houve, de acordo com Foucault, uma série de entraves na esfera econômica e política que inviabilizavam a sobreposição dos discursos referentes à “arte de governar” que só vieram a ser liberados após uma mudança no cenário econômico e político da época. Necessitou de uma mudança na mentalidade dos governantes para que esses discursos fossem desassujeitados à nível epistêmico, porém nosso objetivo não é mostrar essa mudança epistemológica, mas sim mostrar as características da “arte de governar” que proporcionarão a governamentalização do Estado e, por sua vez, influenciando do governo dos indivíduos mediante um regime de verdade. Sobre esses fatores econômicos e políticos que proporcionaram essa mudança cf. FOUCAULT, Michel. *A Governamentalidade*. In: **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010b, p. 277 – 293.

Dessa forma, instaura uma ordem em seu discurso, selecionando temas que servirão melhor ao seu objetivo, cujo efeito esperado é a problematização, por parte de seus interlocutores, de sua condição de sujeito.

Foucault lista, nessa aula, as primeiras formas em que a questão do governo aparece, contudo abordaremos somente uma delas – a pastoral cristã – pois a consideramos mais relevante para entendermos a relação desses discursos com o governo dos indivíduos e depois seguiremos esclarecendo as características dessa arte de governar. No século XVI, no ambiente da pastoral ⁵⁸ católica e protestante, surge o “problema do governo das almas e das condutas” (FOUCAULT, 2010b, p. 277). Embora a palavra “alma” esteja inserida em um contexto religioso, indicando uma essência divina do homem, também revela uma interioridade assim como apontamos com outros nomes (psique, subjetividade, consciência, etc.) e a diferença é quanto à interpretação de sua existência. A “alma” em sentido teológico representa uma estrutura *a priori* e transcendental no indivíduo, enquanto a “alma” apontada por Foucault é algo produzido e que produz o sujeito. Porém, o importante é destacar o interesse em governar isso que determina o ser do indivíduo, proporcionando, conseqüentemente, o governo de sua conduta. O governo da “alma” é requisito para o governo da conduta dos corpos. Na perspectiva da genealogia como investigação da *emergência*, governar o discurso que configura a condição do indivíduo é governar, simultaneamente, o indivíduo, pois, como vimos, o campo de batalha revelado pela genealogia é um diagrama de poder construído a partir de práticas discursivas que determinam os lugares de onde os sujeitos falam, agem e se confrontam.

O sentido da palavra “sujeito” defendido por Foucault se aplica nesse contexto de governo dos indivíduos. A “alma”, interpretada como um mecanismo de poder que adequa a pessoa em uma função de sujeito, o categoriza, marcando-o como uma individualidade, uma identidade “própria” que é a sua verdade, estipulando prescrições a que o corpo deve se submeter. De acordo com Noto (2009, p. 83), “sujeito é uma constituição histórica que deriva de certos padrões normais de uma época, de certas verdades e certas práticas pré-estabelecidas”, então, a constituição dos sujeitos depende de como estes se autocompreendem historicamente, e, seguindo o raciocínio da autora, as práticas e discursos que determinam os

⁵⁸ Segundo Foucault (2010b, p. 277), além da questão do governo relacionado à pastoral cristã no século XVI, esta aparece também como “problema do governo de si mesmo – reatualizado, por exemplo, pelo retorno ao estoicismo no século XVI; (...); enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes”.

sujeitos são sempre adotados de modelos já presentes na atualidade ⁵⁹. Dessa forma, Noto (2009) se aproxima de Yazbek, o qual afirma que a ordem do discurso organiza os enunciados, ora excluindo, ora incluindo-os, visando “fixar identidades” (YAZBEK, 2013, p. 92), submetendo as pessoas a uma “verdade de si”, o que, conseqüentemente, inserem-nas em um conjunto de práticas. Portanto, a alma faz dos indivíduos sujeitos que, para Foucault, significa estar “sujeito a alguém pelo controle e dependência e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995a, p. 235). Embora possua dois sentidos, ser sujeito, em ambos os casos, significa estar subjugado a algo. Os sentidos da palavra “sujeito” se relacionam, descrevendo uma estratégia de governo que permite o controle das ações do outro, consistindo no mapeamento e determinação das possibilidades de ação do subjugado.

Retomando a análise da *emergência*, a história para Foucault consiste em um jogo de dominações em que os papéis de dominador e dominado se organizam de acordo com quem se apodera das regras e da posição de criar regras para os outros. Vence nesse jogo de dominações aquele que conseguir produzir a verdade e projetá-la sobre o corpo do outro, fazendo com que ele descubra em seu “interior” a verdade estrangeira, externa e estranha que é projetada sobre ele. Trata-se de um “governo pela verdade” (FOUCAULT, 2009), o qual determina e produz o sujeito normalizando-o e fazendo-o descobrir, em sua “interioridade”, uma identidade própria, comum e compartilhada, delimitando sua forma de agir. Assim, a verdade opera tanto pela via das práticas discursivas quanto das práticas sociais. Concluindo com as palavras de Yazbek (2013, p. 92), “por verdade, Foucault compreende ‘um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento de enunciados’. Enunciados que terão como seu correlato indispensável práticas sócias e instituições diversas”.

Seguindo a problematização de Foucault de que o indivíduo moderno se torna sujeito por meio do governo que lança mão de um conjunto de verdades, precisamos entender o que é ser governado pela verdade para mostrar a possibilidade de recusa dessa “alma” e, conseqüentemente, a recusa da posição de governado. O objetivo de Foucault com sua prática discursiva é, pois, apontar - ao mostrar por meio da genealogia as relações de poder nas quais

⁵⁹ É importante esclarecer que o trabalho de Noto adota um ponto de vista a partir da ontologia crítica do sujeito, o que engloba as práticas de si como fator primordial na constituição dos sujeitos. Reconhecemos a importância dos textos foucaultianos posteriores à década de 1980, mas, como optamos pela análise da formação de corpos dóceis pelo viés da microfísica do poder, não abordamos o fato apresentado por Noto de que, nessas delimitações do poder, há espaços de liberdade em que os indivíduos constituem-se como sujeitos por meio das práticas de si.

o a priori histórico é configurado e, conseqüentemente, configurado também a regularidade discursiva da alma – a possibilidade de formação dos discursos e sua implicação na vida das pessoas, ocasionando novas formas de existência a partir de novas formas de discursos e vice-versa.

Carvalho (2007, p. 184) mostra muito bem ao comentar a interpretação de Foucault sobre o poder pastoral em que a análise dessa modalidade significa a “genealogia de nossa sujeição”. Interpretamos essa colocação como a análise da *emergência* da subjugação tanto subjetivo quanto corporal do indivíduo, porque remete ao momento em que o indivíduo é subjugado mediante o discurso de alma o qual configura relações de poder. Mas, igualmente, demarca a proveniência de uma forma de sujeição que vigora na atualidade, se esquece de mencionar a atuação da arqueologia foucaultiana que descreve a relação desse discurso com o corpo dos indivíduos.

É na pastoral cristã que o governo dos homens pela verdade se inicia proporcionando a sujeição tal como Foucault a descreve: O poder pastoral “era aquela arte pela qual se ensinavam as pessoas a governar os outros, ou pela qual se ensinavam os outros a se deixar governar por alguns” (FOUCAULT, 2008b, p. 200); é uma via pedagógica dupla de ensinamentos sobre o governo porque ensina o governante a conduzir um povo e ensina também os súditos a serem e quererem ser governados. Começa a se esboçar na pastoral cristã um modelo de submissão dos súditos à verdade enunciada pelo soberano. O poder pastoral formula uma estratégia de poder eficaz que, além de proporcionar uma tática de governo sobre os outros, implicava na submissão das “ovelhas”. Essa modalidade assegurava-se em um regime de verdade em que as ovelhas depositavam total confiança em seu pastor, abdicando de suas potencialidades de autogoverno em troca dos cuidados oferecidos pelo guia que tinha a missão de levá-las, todas, à salvação.

Embora Foucault desenvolva uma longa e detalhada análise sobre esse tema ⁶⁰, nosso objetivo não é se aprofundar nele, apenas demarcar alguns pontos relevantes para explicar a situação presente, problematizada por ele, e que se mantêm na arte moderna de governo ⁶¹.

Foucault diz que o poder pastoral “é uma forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda sua vida”

⁶⁰ Cf. FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

⁶¹ Embora hajam muitas características perpetuadas e intensificadas do poder pastoral na arte de governar moderna, citaremos apenas algumas que relacionam o indivíduo com o governo pela verdade.

(FOUCAULT, 1995a, p. 237). Portanto, a pastoralidade inaugura uma modalidade de governo que tem por objetivo o cuidado de cada ovelha. “Cuidar”, na pastoral, significa conduzir as ovelhas à salvação, velar sobre cada uma, impedindo que ela se “desgarre” do rebanho e siga por uma vida diversa do caminho da salvação. Então, o pastor deve se manter em constante vigília ininterrupta que atua sancionando os desvios sobre cada ovelha. A descrição de Foucault aponta para uma atomização do rebanho, pois, além de conduzir a comunidade, o pastor se preocupa com a condução individual de cada membro do seu rebanho. É importante destacar também a relação do pastor com a verdade, pois, uma vez que ele conhece o caminho para a salvação, ou seja, detém uma espécie de saber, esse o qualifica como guia e vigia. Seus seguidores confiam suas vidas ao dirigente pelo fato de ele conhecer o “reto” caminho e ser capaz de guiá-los ao bem, portanto o rebanho se submete ao pastor por estar inserido em um regime de verdade que produz a realidade.

Porém, “esta forma de poder não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (FOUCAULT, 1995a, p. 237). A condução dos indivíduos só é possível mediante a extração da verdade de seu “interior”, é preciso explorar suas “almas”, conhecê-las para governá-las, como Foucault (2009, p. 28) ratifica, “não é possível dirigir os homens sem fazer operações da ordem da verdade”, só é possível o “governo dos vivos” pelo saber de suas “almas”. A verdade do indivíduo então, para Foucault, se manifesta “na forma da subjetividade” (FOUCAULT, 2009, p. 30) e os seus efeitos se desdobram para além do simples ato de conhecer. É preciso conhecer a “alma” para dominar o corpo.

Seguindo o posicionamento de Carvalho (2007), o regime de verdade em que o indivíduo está inserido o circunscreve à dependência constante do guia que dirige sua consciência. A pastoral cristã terá como prática de extração da “consciência” do indivíduo a *confissão*, mecanismo na qual os mais peculiares pensamentos devem ser enunciados, construindo a verdade em forma de uma subjetividade, em que a “alma” do homem é revelada e registrada estruturalmente enquanto discurso, tornando-se prescritiva à existência humana. Assim, como afirma Yazbek (2010, p. 349), a confissão é um “procedimento de submissão do indivíduo a partir da exigência de uma introspecção indefinida que deve produzir o enunciado exaustivo de uma verdade sobre si próprio”.

A subjetivação dizia respeito à produção de um discurso verdadeiro sobre si mesmo por meio da tecnologia do exame de consciência associado à confissão e à direção

de consciência, no contexto do cristianismo monástico. Tal tecnologia de poder aplicada reflexivamente sobre si mesmo dependia de uma contínua investigação do próprio pensamento e dos próprios desejos, os quais deveriam ser relatados da maneira a mais transparente e extensa possível a um diretor de consciência, reforçando-se assim o princípio de obediência ilimitada e incondicional que deveria pautar a vida do monge no monastério, práticas sem as quais a salvação de sua alma estaria comprometida (DUARTE e CÉSAR, 2014, p. 403).

Sendo assim, o guia mapeia os mais íntimos desejos, vontades e pensamentos humanos na cartografia da “alma”, dessa forma, também, aponta Carvalho (2007): a cartografia da alma não se restringe a “si mesmo”, mapear uma subjetividade significa construir a “alma” para o *outro*, ou seja, o que está em jogo não é entender a subjetividade de um indivíduo, mas sim encontrar *a subjetividade humana*. A normatividade da “alma” se inicia nesses mecanismos de extração de uma verdade universalizadora, forjada por práticas discursivas que implicam relações de poder. Segundo Yazbek (2012, p. 260), “a verdade não é sem efeito, ela é produtora de regimes de identidade”, isto é, a produção da subjetividade enquanto objeto do discurso compõe, também, o “homem” enquanto verdade. Obviamente, esses regimes de identidade que Yazbek fala não correspondem, de fato, ao corpo que atua no real, mas as relações de poder tendem a fazer o corpo corresponder a essas identidades; por esse motivo, a verdade, como Yazbek sugere, “não é sem efeito”, pois ela reivindica correspondências em um campo de práticas. Porém, essas correspondências se efetuam pela via da adequação, porque há uma reivindicação pela verdade e não que o discurso seja uma descrição exata dos fatos do mundo. Então, o saber sobre o indivíduo é peça chave para governá-lo. Posteriormente, com o aprimoramento dos mecanismos de extração da verdade e a inserção dos dispositivos pastorais no Estado, a *confissão* dará lugar ao *exame*, que contribuirá para o surgimento das ciências humanas, proporcionando novas produções de verdade sobre a “alma” dos indivíduos.

Essa forma de governar configura o que Foucault (1995a) chama de “Poder Pastoral”, apontado por ele no texto sobre a *governamentalidade* como uma das formas de produção discursiva em que aparece a questão do governo no século XVI⁶². Nesse século, há maior

⁶² Embora Foucault apresente a questão da pastoral cristã como uma problemática do século XVI, as outras fontes trabalhadas, mesmo não apresentando uma data específica, aparentam propor o poder pastoral como algo mais antigo. Interpretamos a datação presente no texto *A Governamentalidade* presente em *Microfísica do Poder* como um indicativo que o poder pastoral estava presente no início das produções discursivas sobre a arte de governar como um princípio do qual se formaram muitos discursos. “O poder do tipo pastoral, que durante séculos – por mais de um milênio – foi associado a uma instituição religiosa definida, ampliou-se subitamente por todo o corpo social; encontrou apoio numa multiplicidade de instituições.” (FOUCAULT, 1995a, p. 238). A descrição que Foucault faz nessa citação corresponde ao século XVIII, momento em que ocorre a governamentalização do Estado, ou seja, o momento em que há a incorporação desses discursos nas estratégias de governo. Se confrontarmos os dados e contarmos mil anos antes do século XVI, que é quando se inicia a produção desses discursos, ou do século XVIII, em que há a Governamentalização do Estado teremos, no

produção discursiva sobre a arte de governar, uma série de discursos começa a surgir em um movimento anti-Maquiavel; o que vigorava era o discurso maquiavélico prescritivo, o qual versava sobre habilidades ou posturas que o príncipe (ou qualquer outro governante) deveria adotar para “conservar seu principado e é isto que a literatura anti-Maquiavel quer substituir por uma arte de governar” (FOUCAULT, 2010b, p. 280). Reforçamos a arqueologia direcionada ao poder, evidenciando que Foucault, ao estabelecer um movimento anti-Maquiavel, estabelece uma regularidade discursiva para selecionar os temas que comporão o seu discurso sobre a arte de governar. Eles proporcionam estabelecer um parâmetro para falar sobre as relações de poder, pois veremos que governar – segundo o discurso que está construindo por meio dos elementos encontrados na história efetiva – é agir sobre a ação do outro.

Sobre a “arte de governar”, analisando a obra *Miroir Politique Contenant Diverses Manières de Gouverner*, de Guillaume de La Perrière, Foucault mostra que o governo pode se referir a várias coisas diferentes, “se diz governar uma casa, almas, crianças, uma província, um convento, uma ordem religiosa, uma família” (FOUCAULT, 2010b, p. 280). Essas observações implicam novidades em relação ao governo dentro de um Estado, assim, há o pai de família que governa sua casa, o superior que governa um convento, o pedagogo e o professor que governam as crianças ou seus discípulos. Há, portanto, a possibilidade de várias formas de governo em que o governo do soberano é apenas uma modalidade.

Dentre as diversas formas de governo surge, segundo Foucault, a questão de determinar qual destas é, embora todas se entrecruzem em uma sociedade política, a mais adequada para ser implantada em nível Estatal, visando à garantia da soberania do governante em relação aos seus súditos. Para demonstrar isso, recorre a outro texto escrito um século após o de Guillaume de La Perrière, uma série de escritos pedagógicos de La Mothe Le Vayer destinados ao Delfim⁶³. A partir desses textos, Foucault destaca a existência de três formas de governo: “O governo de si mesmo, que diz respeito à moral; a arte de governar adequadamente uma família, que diz respeito à economia; a ciência de bem governar o Estado, que diz respeito à política” (FOUCAULT, 2010b, p. 280).

mínimo, o século VI ou VIII como referência, o que nos permite afirmar nosso posicionamento inicial dessa nota.

⁶³ Título do príncipe herdeiro do trono da França. Disponível em <<http://www.aulete.com.br/delfim>> acesso em 21/04/2015. Segundo Larrère, o Delfim referido é o futuro Luis XIV: “mientras que François de La Mothe La Vayer era preceptor del delfin, el futuro Luis XIV” (LARRÈRE, 2001, p. 241).

Essas três modalidades de governo mantêm entre si uma continuidade ascendente, no sentido de que para saber governar seus súditos deve antes saber governar a si mesmo, a sua casa, ou seja, seus familiares dependentes, seu patrimônio, seus bens. O eficaz governo dessas particularidades incita o bom governo da população, pois proporciona o bom governo dos demais pais de família que, gerindo bem sua “casa”, contribuem para o funcionamento ordenado do Estado. A economia começa a se destacar como o centro do funcionamento do governo e a grande questão que surge, nessa época, perpetuando-se até o século XVIII, será como expandir a economia a um nível de Estado.

Essa preocupação é exemplificada por Foucault ao descrever o que, para Rousseau, seria governar de maneira eficaz:

Governar um Estado significará, portanto, estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de família (FOUCAULT, 2010b, p. 281).

Vê-se aqui repetir a mesma preocupação presente no poder pastoral de controlar, por meio de uma vigilância, os indivíduos, as riquezas e seus bens ao nível do comportamento, ou seja, governar é uma atitude que se refere aos indivíduos em suas condutas em dois níveis: individual e coletivo. A necessidade de controle nesses dois níveis implicará no surgimento da disciplina enquanto gerenciamento individual e do biopoder quanto ao controle ou governo dos indivíduos compreendidos como população, o que, conseqüentemente, contribuirá para a governamentalização do Estado. Começa a ficar clara a questão de que, para governar com eficiência, é necessário o governo dos indivíduos em todos os níveis de sua existência. Acompanhando a seleção de discursos de Foucault, fica evidente o sentido no qual ele está guiando sua arqueologia, está selecionando temas que associam o governo dos homens com sua concepção de poder que se exerce por relações entre indivíduos. Esses discursos apontados por Foucault o proporcionarão afirmar que governar significa dirigir ou gerir a ação do outro, determinando o campo de possibilidades de ação de seus súditos. Governar designa

A maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT, 1995a, p. 244).

O assunto da estruturação da ação do outro também está presente no livro de Guillaume de La Perrière: “Governo é uma correta disposição das coisas que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (GUILLAUME apud FOUCAULT, 2010b,

p. 282). Governo, então, refere-se ao saber dispor as coisas com o objetivo de conduzi-las a um fim conveniente. Por “dispor” interpretamos como organizar de forma estruturada as coisas, ou seja, colocá-las em lugares ou posições estratégicas visando a um objetivo. Portanto, dispor as “coisas” significa estipular um lugar “próprio” a cada uma delas, localizando-as e inserindo nelas certa funcionalidade. Por “coisas”, Foucault nos oferece a interpretação de que se referem a vários elementos em relação à vida humana. Então o governo que tem como base a disposição das “coisas” se refere a estipular lugares que visam certas funcionalidades aos homens em relação às suas coisas,

estas coisas, de que o governo deve se encarregar, são os homens, mas em suas relações com coisas que são riquezas, os recursos, os meios de subsistência, o território em suas fronteiras, com suas qualidades, clima, seca, fertilidade, etc.; os homens em suas relações com outras coisas que são os costumes, os hábitos, as formas de agir ou de pensar, etc.; finalmente, os homens em suas relações com outras coisas ainda que podem ser os acidentes ou as desgraças como a fome, a epidemia, a morte, etc. (FOUCAULT, 2010b, p. 282).

Estipular lugares próprios às coisas significa - o que inclui os homens com relação aos elementos materiais ou não que constituem sua vida para governá-los, como dissemos na análise da *genealogia* como estudo da *emergência*, faz surgir o jogo entre dominadores e dominados - alocá-las nesse jogo em que cada uma é disposta, inclusive o homem, em localidades específicas determinadas pela “norma”. A norma é o campo de batalha designado pela genealogia em que os homens são dispostos, incluindo também dizer a cada um quem eles são. Então, dispor homens para governá-los significa demarcar um conjunto de regras que os prendam a certas localidades, o que nos encaminha à construção abstrata da “alma” como prisão do corpo, pois ao se reconhecer como se é, se reconhece o lugar a que pertence.

A norma é o fator primordial para o governo dos homens, para sua sujeição e para a manipulação das potencialidades do corpo. Como afirma Noto (2009, p. 81), o indivíduo, em relação ao discurso normativo, “não só insere o seu *ser* no interior de um campo de saber já dado, mas no interior da trama que está estabelecida entre este saber e certas práticas de poder que fazem com que este saber se passe por um saber evidente e universal”. A comentadora assinala, dessa forma, que a normatividade assume uma posição de saber inerente à própria essência da existência humana, um saber do qual se parte para pensar as práticas entre os indivíduos, determinando relações e campos de possibilidade. Portanto, ao delimitar espacialidades de ações possíveis pela norma, age-se diretamente sobre a ação do indivíduo governando-o.

A arte de governar dispõe os homens e suas coisas de forma estratégica, submetendo-os a um controle, ou seja, gerencia a relação deles com suas coisas, o que não significa apenas a redução a um estado de submissão, mas sim que essa submissão seja produtiva para um “fim conveniente”. Para alguns juristas do século XVII, Foucault cita como exemplo Pufendorf, o fim conveniente seria o bem comum expresso na submissão dos indivíduos à soberania do Estado, às leis, e exercendo bem os encargos que lhe são atribuídos. Mas, ele não vê nisso muito distanciamento do pensamento de Maquiavel e, retomando La Perrière, mostra que a correta maneira de dispor as coisas visa não ao bem comum como proposto pelos juristas, mas a uma pluralidade de fins específicos de acordo com a situação na qual cada uma das coisas está inserida, “como, por exemplo, fazer com que se produza a maior riqueza possível, que se forneçam às pessoas meios de subsistências suficientes e, mesmo na maior quantidade possível, que a população possa se multiplicar, etc.” (FOUCAULT, 2010b, p. 284) ⁶⁴. Então, de acordo com os objetivos do Estado, os homens e suas coisas são dispostos, configurando, sempre diante das necessidades o modo dos homens se relacionarem com suas coisas.

Por fim, quanto à arte de governar, destacamos um elemento fundamental para o eficiente governo: a sabedoria, a qual destacada por Foucault, não se refere ao conhecimento acumulado pela tradição, o “conhecimento das leis humanas e divinas, da justiça ou da equidade, mas o conhecimento das coisas, dos objetivos que deve procurar atingir e da disposição para atingi-los” (FOUCAULT, 2010b, p. 285). Ressurge a questão do saber: para governar o homem em relação com suas coisas deve-se conhecer o que é o homem e a maneira como ele se relaciona com suas coisas, daí a importância dos mecanismos de extração da verdade e suas reaplicações nos indivíduos, sujeitando-os. Porém, como destaca Noto (2009), além de produzir um discurso sobre o homem e suas diferenciações, é necessário que o homem se reconheça nessas identidades fixadas pelo discurso e aja conforme elas. Não há, segundo a autora, governo dos indivíduos sem inseri-los em um campo de liberdade, portanto, o reconhecimento de si em práticas discursivas induz a práticas de si, guiadas por uma arte de governar. Logo, o problema que Foucault está diagnosticando é o fato de os indivíduos serem governados por um regime de verdade o qual implica uma série de coerções provenientes de diversos níveis de formas de governo.

⁶⁴ Mais uma vez, a ordem do discurso de Foucault se torna perceptível, pois exclui de sua formação discursiva Pufendorf, por se aproximar, segundo ele, do discurso de Maquiavel.

Destacamos, anteriormente, que os discursos ligados à arte de governar implicam a governamentalização do Estado com duas formas de exercícios de poder: o poder disciplinar e o biopoder. O biopoder, que não é o alvo central de nossa análise, corresponde ao governo do indivíduo enquanto população; e a disciplina se refere à gestão dos indivíduos em “profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 2010b, p. 291), quanto a seus corpos. Então, a disciplina como forma de governar os indivíduos em seus menores detalhes, ou seja, governar desde a forma de pensar até seus gestos empregados em seus trabalhos se sustenta sobre uma forma de saber sobre os homens para conduzi-los a certa finalidade.

Foucault diz, em *Vigiar e Punir*, que durante a época clássica houve “uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder” (FOUCAULT, 2007, p. 117). Nessa época, surge uma nova descrição da “alma” humana, influenciada por um conjunto de teorias que implicam em relações de poder que serão exercidas sobre o corpo. A abstração do corpo permite decompô-lo e governá-lo em seus detalhes. Aponta que essa abstração do corpo que o articulará aos dispositivos de poder, tema do próximo capítulo, foi construída por meio de dois registros: um *anátomo-metafísico* iniciado por Descartes e continuado pelos médicos e filósofos, e outro *técnico-político* constituído por “um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as ações do corpo” (FOUCAULT, 2007, p. 118).

Percebe-se então formar uma nova concepção da “alma” do indivíduo composta por dois conjuntos discursivos – um que abstrai uma estrutura corporal assemelhando o corpo a um composto de “peças” e “engrenagens”, um “corpo-máquina”, e do outro uma série de discursos que prescrevem formas de operar essas máquinas. Esses “dois registros”, os quais tratavam “ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação” (FOUCAULT, 2007, p. 118), formaram a concepção de corpo útil e inteligível. O cruzamento desses discursos proporcionará reduzir a “alma” do indivíduo à materialidade do corpo e, ao mesmo tempo, fazer surgir uma teoria (formação discursiva) que implique no adestramento do corpo em que reina a noção de docilidade. Então, o encontro dessas formações discursivas permite descrevê-lo, extrair dele um saber universalizado dos indivíduos e, ao analisá-lo, submetê-lo a uma série de operações que impliquem neles o caráter de docilidade. Surge assim a noção de corpo manipulável e modelável que, ao ser submetido, pode ser utilizado e adequado de acordo com as finalidades prescritas.

A descoberta do corpo como analisável e manipulável e a produção discursiva dele implicarão no surgimento de diversas técnicas de assujeitamento e governo sobre ele. Ao conjunto de técnicas que surgem nesse momento Foucault (2007, p. 118) chama de disciplina.

O discurso não é o elemento neutro no qual a política se desarma e se pacifica, mas um âmbito capaz de engendrar determinado exercício de poder normativo cuja peculiaridade – diria Foucault em *Vigiar e punir* – consiste no fato de que ele incide sobre o corpo dos indivíduos a partir de técnicas de vigilância constante e gestão de condutas que visam torna-lo dócil e útil: um poder de tipo disciplinar (YAZBEK, 2013, p. 93).

Por isso, se as disciplinas são formas de implicar um direcionamento minucioso no corpo dos indivíduos promovendo sua submissão por meio de práticas discursivas e sociais, podemos falar de um “poder disciplinar” de práticas exercidas com fins governamentalizantes sobre os corpos.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’, que é também igualmente uma ‘mecânica do poder’, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 2007, p. 119).

A disciplina proporciona a manipulação dos corpos orientada pela abstração do corpo e pelas prescrições que podem ser aplicadas sobre eles. O problema que Foucault está diagnosticando refere-se ao sujeito governado por um regime de verdade o qual permite prescrever a seu respeito uma série de normas de condutas que abarcam seu campo de ação direcionando-o a fins diferentes daqueles que ele dá a si mesmo e, em alguns casos, omitindo a capacidade do sujeito perceber a possibilidade de dar a si mesmo as regras de sua própria existência.

Sendo assim, nos ocuparemos com a tarefa de mostrar como Foucault desconstrói essa condição do indivíduo que lhe parece natural por estar submetido a um regime de verdade que o governa, enquanto que na genealogia da alma moderna nos direcionaremos a um de seus períodos. Devemos esclarecer também que, de acordo com o ponto de vista que adotamos, a análise das práticas discursivas é conjunta à genealogia da alma moderna. Dessa forma, descreveremos, arqueologicamente, a época que marca a *proveniência* da alma moderna, contudo, a arqueologia como estudo das condições de surgimento desse saber não se separa do estudo da *emergência* do mesmo. O campo de batalha é pensado no interior das práticas discursivas efetuadas por Foucault em torno do poder; o que se inicia, de forma preliminar, a

partir da próxima seção e culminando no terceiro capítulo; é uma análise arqueológica e genealógica do que Foucault chama de sociedade disciplinar. Analisaremos, então, por meio da arqueologia e da genealogia as formas de poder as quais constituem e caracterizam esse tipo de sociedade, para demonstrarmos como o indivíduo é governado e produzido como sujeito, a partir de um discurso normativo que mostramos como “alma”.

Então, o próximo passo para interpretarmos o estudo de Foucault sobre o poder disciplinar é situá-lo no horizonte da analítica do poder, pois se trata de uma de suas modalidades. Interpretar o que ele descreve como poder de forma abrangente é descrever o que o poder disciplinar tem em comum com outras modalidades de exercício do poder.

2.2. A racionalidade do poder como instrumento de análise para o poder disciplinar.

Diagnosticada a condição patológica do sujeito que aponta para um estado em que sua força, possibilidade de ação e pensamento são drenados e governados segundo um regime de verdade e de práticas, resta-nos agora analisar as tecnologias ou instrumentos que proporcionam a sujeição dos indivíduos. Apontamos que o poder disciplinar é uma forma de governo anatômico sobre os corpos e que os produz segundo certos objetivos prévios se enquadrando nos estudos de Foucault sobre o poder. Então, descrever os posicionamentos de Foucault sobre o poder significa aplicar sobre o terreno no qual ergueremos nossa construção discursiva a primeira camada desse “edifício”. Esse momento da análise de Foucault em relação ao poder é caracterizado, por um lado, pela genealogia, desassujeitando saberes desclassificados e mostrando os lugares de *emergência* e de *proveniência* das relações de poder e, por outro lado, pela arqueologia, organizando e descrevendo essas “marcas” históricas do poder, permitindo o vislumbre de determinado período histórico que vigora, de determinadas maneiras, idêntico ou transformado, na atualidade que Foucault problematizava.

Portanto, as linhas que seguem adiante têm por objetivo mostrar o instrumento do qual Foucault parte para analisar as diversas formas de relações de poder. Seguindo esse raciocínio, o poder disciplinar que abordaremos se efetua por meio de relações de poder, pois apresentam tais características que as classificam dessa maneira, ou seja, é uma forma de

relação de poder que apresenta certas peculiaridades em contraste com outras relações de poder. Por esse motivo, propomos a racionalidade do poder como instrumento de análise. Por racionalidade não queremos apontar uma “mente” atribuída ao poder, como uma propriedade conferindo-lhe existência própria, mas sim uma inteligibilidade mapeada a partir da observação e análise textual das próprias práticas. O instrumento que descreveremos a seguir possui características comuns das relações de poder que, conseqüentemente, atribuem-se ao poder disciplinar, servindo como solo seguro para guiarmos nosso trabalho.

O estudo de Foucault se caracteriza como uma analítica do poder em contrapartida a uma teoria do poder por vários motivos. A tentativa de elaborar uma teoria do poder pressupõe uma cientifização do saber produzido, o que tenderia, mesmo assumindo o caráter provisório, à generalização dele, ou seja, tende a descrever uma lei de funcionamento que limitaria sempre o “fenômeno do poder” a se comportar da mesma forma, o que levaria à dedução de um poder atemporal e universal, em outras palavras, a um poder “substantivado”. Foucault, caso seguisse por essa via, procuraria descrever o “modo de ser” do poder, ou seja, “o” poder como uma entidade. Procuraria, caso se caracterizasse como uma teoria do poder, por fins universais perspectiva da qual nos afastamos, pois ele ao falar do poder não se refere a “um Poder (com P maiúsculo) que dominaria o conjunto do corpo social e que lhe imporá sua racionalidade” (FOUCAULT, 2005a, p. 327), ou seja, um poder pré-existente à sociedade que a moldaria segundo estruturas universais e totais. Nessa inteligibilidade do poder não consta, embora muitos pensadores tenham trilhado por esse caminho, “a ideia de que existe em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto algo que é um poder, [essa ideia] me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos” (FOUCAULT, 2010b, p. 248). A diferença entre teoria e analítica do poder é claramente exposta por Candiotti (2010, p. 158):

para Foucault, há diferenças notáveis entre uma teoria do poder e uma analítica do poder. A primeira, comumente desenvolvida pelas teorias jurídicas e pela filosofia política clássica, aborda o poder como se fosse uma coisa, substância cuja essência pode ser descrita em sua estrutura e funcionamento. Já a segunda negligencia o poder como objeto a ser descrito ou essência a ser representada. O poder é analisado em seus efeitos, como a confluência de estratégias plurais, como relação e exercício.

Portanto, Foucault não procura desenvolver uma teoria geral do poder, pois, se esse pudesse ser deduzido e descrito em formas generalizadoras, todos os fenômenos do poder, desencadeados por “leis naturais” ou sociais obedeceriam aos mesmos padrões de “manifestação”. Então, uma teoria geral do poder é inviável, porque suas estruturas enunciativas não abrangem uma multiplicidade de formas diferentes do poder.

Compreendendo a multiplicidade das formas em que ele acontece, direcionará seus estudos a uma analítica cujo alvo é a atuação do poder sempre de forma específica, local e histórica; a forma como o poder se desencadeia é sempre diferenciada.

Portanto, não sou de forma alguma um teórico do poder. Eu diria que o Poder, em última instância, não me interessa como questão autônoma e se, em várias ocasiões, fui levado a falar da questão do poder, é na medida em que a análise política que era feita dos fenômenos do poder não me parecia ser capaz de dar conta desses fenômenos mais sutis e mais detalhados que quero evocar ao colocar a questão do dizer verdadeiro sobre si mesmo (FOUCAULT, 2005a, p. 327).

Na entrevista *Estruturalismo e Pós-estruturalismo*⁶⁵, Foucault diz não fazer uma teoria do poder, mas que seu trabalho consiste em mostrar, por meio de uma análise histórica, como um indivíduo pode dizer a verdade sobre si mesmo, o que direciona a uma análise das instituições em que o indivíduo é localizado e submetido a um regime de relações de poder: “se digo a verdade sobre mim mesmo como eu o faço, é porque, em parte, me constituo como sujeito através de um certo número de relações de poder que são exercidas sobre mim e que exerço sobre os outros” (FOUCAULT, 2005a, p. 327). A análise dele é sempre histórica, local e relacionada com uma temática específica que aborda relações entre indivíduos. Portanto, “na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2010b, p. 248), isto é, o poder se limita a um “feixe de relações” quase regulares que tendem a uma racionalidade, porém não podem ser limitadas por ela, pois se resumem à relação entre indivíduos que, independente das determinações, são sempre variáveis em uma trama de relações possíveis. Dessa forma, nossa perspectiva se aproxima da proposta por Machado (2010, p. X),

não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

O que também está de acordo com o posicionamento de Morais (1999, p. 24), que afirma que “é ingênuo pensar que o poder tenha uma existência que não o seu próprio exercício”. Atribuir uma existência natural ou suprassensível ao poder analisado por Foucault é precipitar-se diante de um pensador que reconhece as particularidades e os limites de suas análises. Logo, uma teoria do poder é inviável na obra de Foucault, porque, segundo ele, o poder não existe, o que é possível, e o que diz fazer é uma descrição das relações de poder –

⁶⁵ Cf. Foucault, M. **Ditos & Escritos II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

uma arqueologia das relações de poder por meio de elementos encontrados historicamente. Portanto, a analítica do poder consiste em localizar na história e descrever as relações estabelecidas entre os indivíduos determinando domínios específicos nos quais tais relações são efetuadas, “entendendo-se por domínios específicos, o modo como determinados acontecimentos constituíram-se, historicamente, enquanto objetos de regimes de verdade e de conhecimentos, atrelados a regimes de poder” (MORAIS, 1999, p. 24-25). Assim, o poder deve ser pensado não como um substantivo, mas em seu caráter verbal enquanto acontecimento de ações entre indivíduos ou em caráter de adjetivo, enquanto um termo que qualifica determinadas formas de ação.

As análises de Foucault se direcionam ao *como* do poder no sentido de questionar *como se manifesta?* O que direcionaria a uma metafísica ou ontologia do poder, pois a manifestação é a possibilidade de aparecimento de alguma entidade, mas no sentido de *como se exerce?*, “como acontece quando os indivíduos exercem, como se diz, seu poder sobre os outros?” (FOUCAULT, 1995a, p. 240). Foucault propõe uma análise cujo foco é a própria ação do indivíduo, ou seja, o poder qualifica um tipo de ação direcionado a outro indivíduo,

o que caracteriza (...) o ‘poder’ que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros (FOUCAULT, 1995a, p. 242).

Podemos ver que o poder só existe na medida em que um indivíduo exerce uma ação sobre outro, estabelecendo uma relação de poder. “O poder só existe em ato” (FOUCAULT, 1995a, p. 242), porém não um ato direcionado ao corpo em uma atitude violenta e que tentaria reprimir determinadas ações, mas sim uma ação que age sobre a possibilidade de agir do outro de forma positiva:

onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações (FOUCAULT, 1995a, p. 243).

Enfim, podemos dizer que as relações de poder tem por finalidade conduzir as condutas dos indivíduos (FOUCAULT, 1995a, p. 243), o que, como dissemos ao indicar o *diagnóstico ontológico do sujeito*, caracteriza a relação de poder como uma ação que inflige sobre os outros um estado de assujeitamento, em outras palavras, uma relação de ordem do governo sobre as possibilidades de ação do outro. Vemos, nesse ponto, a convergência da questão da “alma”, enquanto discurso normativo que sujeita o corpo a determinados regimes

de verdade, com as relações de poder, pois, conseqüentemente, a “alma” inscreve o corpo em um conjunto de práticas efetuadas nas relações em que indivíduos governam as ações de outros ao agirem. Portanto, o governo incidido sobre o indivíduo se efetua mediante ao poder e ao saber concomitantemente.

Então, abordar o tema do poder colocando a questão partindo do “como se exerce?” é tomar como objeto de estudo não um “poder” fundamental e originário, mas sim analisar as próprias relações de poder em seu estado de exercício e, “se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações de poder” (FOUCAULT, 2010b, p. 248). Assim, se optamos por uma interpretação analítica segundo o pensamento foucaultiano, uma outra necessidade em relação à compreensão do poder se torna pertinente: como ou com quais instrumentos ou métodos Foucault analisa o poder?

Ora, mas se ele pretende estabelecer os princípios para analisar as relações de poder, como vimos no final do subtema anterior, não estaria se contradizendo ao procurar pelos fundamentos do poder para, então, interpretar tais relações? Quando Foucault fala em princípios não está, de maneira alguma, se referindo a uma *arché*, mas a características comuns observadas nas próprias relações de poder em toda a sua multiplicidade de formas de exercício, ou seja, refere-se a uma racionalidade específica que caracteriza determinadas relações entre indivíduos como relações de poder:

De fato, são as relações de poder, que são múltiplas e têm diferentes formas, que podem atuar nas relações familiares, no interior de uma instituição ou em uma administração, entre uma classe dominante e uma classe dominada, relações de poder que têm formas específicas de racionalidade, formas que lhes são comuns. É um campo de análise, e não absolutamente a referência a uma instância única (FOUCAULT, 2005a, p. 327).

Embora as relações de poder apareçam nas obras de Foucault desde *História da loucura na Idade clássica*, porém não de forma problematizada, passando por *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*, obras em que a referência a essas relações tem relevância reduzida gradualmente em detrimento de uma análise do saber enquanto formação discursiva, em *Vigiar e Punir*, obra de 1975, Foucault se direciona mais especificamente a tais relações. Porém, a delimitação das formas de racionalidade dessas relações não é bem definida nessa

obra ⁶⁶, pois se ocupa em analisar, por meio dos discursos de uma determinada época, o exercício do poder. Embora não especifique claramente o que são essas relações de poder de que fala, nessa obra, como diz Deleuze (2005, p. 34), Foucault “deve ter sido o primeiro a inventar essa nova concepção de poder, que buscávamos, mas não conseguíamos encontrar nem enunciar ⁶⁷”.

Então, em *Vigiar e Punir*, ele oferece essa nova concepção de poder ao mostrar descrevendo práticas sociais, como tais relações são exercidas, contudo é somente no primeiro volume *História da sexualidade* (1976) que irá expor mais detalhadamente as formas específicas da racionalidade do poder. A parte dessa obra em que expõe o poder em sua racionalidade possui o título de *Método*, o que designa o ambiente da análise em que ele discorrerá sua analítica sobre a sexualidade. Portanto, ao descrever a racionalidade do poder, as formas específicas de um certo tipo de relação a partir da qual irá proceder sua análise, classifica as relações mantidas a partir da sexualidade ⁶⁸ enquadrando-as em formas de análise ou características que são comuns a outras formas de poder. Diante dessa perspectiva, importaremos essa descrição da racionalidade do poder explicitado por Foucault tardiamente, para compreendermos de forma mais clara as relações de poder disciplinar descritas arqueologicamente em *Vigiar e Punir*.

Ao analisar as relações de poder efetuadas pela disciplina, o fará a partir dessas formas próprias ou características. Ele diz “analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo ⁶⁹ não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder” (FOUCAULT, 1999, p.88). Entretanto, salienta que esse termo “poder” pode “induzir a vários mal-entendidos”

⁶⁶ Foucault faz alguns apontamentos em *Vigiar e Punir* sobre a racionalidade do poder, porém não o problematiza muito além da questão da microfísica do poder, cf. Foucault, M. **Vigiar e Punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007, p. 26-27.

⁶⁷ Essas palavras de Deleuze expressam um descontentamento com a concepção política do poder exposta pelo marxismo e também pelo pensamento político burguês. Foucault também se inseria nesse quadro e, embora possuísse uma postura política esquerdista, via muitas limitações e incongruências no marxismo em relação ao plano social. Na prática, os regimes orientados por essa corrente de pensamento não cumpriram o ideal prometido, o que leva Foucault a pesquisar sobre uma nova forma de compreender o poder que permita pensá-lo para além do âmbito político, concepção que ele encontra em Nietzsche. Portanto, a partir do pensamento de Nietzsche sobre o poder, Foucault irá formar as “bases” para a sua analítica do poder que configura, para a época, uma via diferente do marxismo, desacreditado por intelectuais de esquerda, como Foucault e Deleuze, e da burguesia.

⁶⁸ Importante destacar que a sexualidade, sob a qual um conjunto de relações é mantido, é um objeto construído discursivamente, ou seja, a sexualidade se refere a um dispositivo inventado local e historicamente que instaura um regime de saber e práticas de poder.

⁶⁹ Entendam aqui esse saber como uma peça do dispositivo de sexualidade que configura relações de poder.

(FOUCAULT, 1999, p.88) e, visando evitar que essas interpretações equivocadas sobre sua análise ocorram, decide expor seu “método”⁷⁰.

Quando diz poder, Foucault não quer significar “o Poder” “como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado” (FOUCAULT, 1999, p. 88), o que identificaria o poder com o próprio conjunto de instituições e aparelhos que mantém os indivíduos em condição de sujeição. Embora as instituições possuam uma funcionalidade importante no governo dos indivíduos, não são sinônimos do poder, mas sim espaços por onde o poder circula e atravessa. Se assim procedesse, o poder possuiria uma localização “o poder seria o poder de Estado, estaria ele próprio no aparelho de Estado” (DELEUZE, 2005, p. 35). Possuiria um centro que o desencadearia alcançando os mais longínquos confins do território, ponto de vista do qual Foucault se afasta, ou seja, esse “tipo de análise chamou de descendente, no sentido em que deduziria o poder partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados” (MACHADO, 2010, p. XIII).

O Estado seria, com seus aparelhos, o “produtor” e proliferador do poder, alcançando, com seus tentáculos, todas as espacialidades. Contrapondo-se a isso, Foucault (2005b, p. 233) diz que o “poder, em uma sociedade como a nossa, não tem uma origem única, que seria o Estado e a burocracia de Estado”, mas parte de todos os lados, é difuso, sem localidade no sentido de não ser localizável em um lugar específico do qual emana, mas sim “local” no sentido de ocorrer em espaços diferenciados independente de uma centralidade, ou seja, é “local porque nunca é global” (DELEUZE, 2005, p. 36). O poder se efetua nas periferias, nas micros relações “entre os sexos, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos, enfim, em tudo isso, há inflação de poder” (FOUCAULT, 2005b, p. 233), o que não significa inverter a localidade do poder substituindo o Estado e seus aparelhos pelas periferias. O que ele quer dizer com isso é que, muitas vezes, foi fora do Estado e de seus aparelhos, em práticas cotidianas e comunitárias, que se instituíram diversas formas de relação de poder. São nas relações interpessoais que se criam modalidades de exercício do poder; elas surgem de forma autônoma em relação ao Estado, porém são

⁷⁰ Interessante Foucault assumir, nesse ponto, que dispõe de um método, pois, na leitura que fizemos sobre a práxis genealógica, concluímos que se trata de uma estratégia mais que de um método, por isso o utilizaríamos, concordando com Carvalho (2007), entre “aspas”. Podemos dizer que esse método, que expõe a racionalidade das formas do poder, se trata de um instrumento que ele criou e utiliza em sua estratégia genealógica (podemos incluir aqui também a arqueologia, pois, segundo nosso ponto de vista, são formas de análise que se complementam). Portanto, a estratégia de combate que utiliza é a análise histórica em termos do presente e, para isso, dispõe desse instrumento que são as formas específicas do poder.

incorporadas por ele e reaplicadas em espaços diversos, assim, tais relações de poder, marginais e autônomas, são “transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de Estado” (MACHADO, 2010, p. XIV) e transplantadas para outros lugares.

O poder é “onipresente” (FOUCAULT, 1999, p. 89), porém não no sentido de se tratar de uma unidade capaz de englobar tudo, mas sim no sentido de que onde houver indivíduos há a efetuação de relações de poder. O poder é, segundo Deleuze (2005), algo inerente ao próprio indivíduo como uma propensão a exercer uma força e afetar o outro, o “poder se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro” (FOUCAULT, 1999, p. 89) o que significa que não existe nada que escape à possibilidade de afetar e ser afetado por forças distintas em um determinado estado de relações. As análises de Foucault que identificam o poder ao indivíduo enquanto corpo alvo e, ao mesmo tempo, efetuator do poder chama-se “microfísica do poder”, que se opõe à análise globalizante de um poder centralizado. O poder, em seu caráter microfísico, alvo da análise de Foucault, tem como lugar de acontecimento e incidência o próprio corpo do indivíduo inscrito em sua condição social, afetando, minuciosamente, seu corpo em todos os aspectos, “gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (MACHADO, 2010, p. XII). Portanto, a análise da microfísica do poder, embora seja descrita arqueologicamente por meio das práticas discursivas, solicita, necessariamente, um estudo da *proveniência*, pois essa forma da genealogia mostra o corpo em relação com os costumes instituídos que o marcam e o flagelam. A microfísica do poder trata-se, de acordo com Morais (1999, p. 32), de uma rede de múltiplas relações de fora que envolve o corpo, o indivíduo, as instituições, o que necessita de uma *archaeology – plus – genealogy*.

O exposto nos permite afirmar que Foucault não entende o poder “como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro” (FOUCAULT, 1999, p. 88). Esse ponto de vista aponta para uma forma de poder que é desencadeada por um elemento específico que alcança, em uma cadeia de derivações, os confins do território. Ao contrário disso, Foucault defende a ideia de que o poder está enraizado no “conjunto da rede social” (FOUCAULT, 1995a, p. 247), ou seja, tais relações se “fixam” em toda parte da sociedade. Onde há sociedade, as relações de poder estão como possibilidade de exercício de forma particularizada ou diferenciada. Logo, as raízes do poder não estariam em um solo diferenciado e exclusivo da sociedade, do qual escapariam apenas seus “ramos” se estendendo

para as demais localidades, mas qualquer localidade detém a possibilidade de emergência de relações de poder. Não há “um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade” (FOUCAULT, 1995a, p. 247), mas sim, tratando-se da forma do “governo” de uns sobre os outros, uma multiplicidade de focos de delimitação de campos de exercício do poder que possibilita a ação de determinados indivíduos sobre outros.

A associação do poder com um local originário, como por exemplo, o Estado, ocorre pelo fato de que o Estado se diferencia dos demais espaços em se tratando da localidade do poder e também pelas formas de exercício do poder a ele se referirem, porém isso não deve ser confundido com o lugar originário e primordial do “nascimento do poder”. Então, reafirmamos que “as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” ⁷¹ (FOUCAULT, 1995a, p. 247). O Estado não lança ou expande seus tentáculos sobre o corpo social, mas incorpora determinadas práticas sociais criando um campo de inteligibilidade (discurso), um diagrama de poder e o aplica em diferentes localidades, direcionando a emergência de determinadas e previamente pensadas relações de poder.

Isso nos direciona a concordar com Deleuze (2005, p. 34) quanto ao fato de o poder não se referir a uma “propriedade”, pois, se assim fosse, a sociedade estaria dividida entre os que possuem o poder e os que dele estariam alijados; ele pertenceria a um determinado grupo da sociedade que, independente do ocorrido, teria se apropriado dele, o que leva a enunciados como “luta pelo poder”, que de certa forma, desconfiguram a percepção da onipresença do poder. A sociedade não está em um perpétuo conflito de grupos que almejam assumir o poder, mas o próprio conflito existente é o poder se manifestando nas formas de relação entre esses grupos. Foucault não nega a existência das classes sociais e das lutas travadas entre elas, porém as reinscreve sob outra ótica (DELEUZE, 2005, p. 35) que as reinsere, por meio da genealogia como estudo da *emergência*, em um campo de batalha onde os jogos de dominação se estabelecem por relações multilaterais de poder. Embora o poder apareça, em uma leitura premeditada sobre as condições políticas de uma sociedade, como um privilégio

⁷¹ Como exemplo disso ver páginas 62-63 em relação às formas de governo em que a economia, forma de um pai de família administrar sua família e seus bens é transposto a nível estatal visando o governo dos indivíduos confluindo nas “artes de governar”. Outro exemplo também foram as *lettres de cachet* na França que era uma decreto do rei que qualquer pessoa podia solicitar com a finalidade de obrigar outra pessoa a determinada situação, dentre elas a ficar reclusa sob a guarda da polícia para refletir sobre seus desvios morais; e também a criação dos grupos de vigilância comunitários na Inglaterra que tinham o objetivo de controlar os maus costumes dos membros da comunidade para que estes não se descuidassem e cometessem crimes, pois a punição inglesa, na maioria das vezes, era a morte. Cf. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as forma jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002, p. 79-102.

adquirido ou conservado de uma classe dominante, isso nada mais é que uma ilusão de ótica causada pelos efeitos do poder, o efeito conjunto de posições estratégicas efetuadas simultaneamente em um corpo social. Por isso, o poder interpretado por Foucault se distancia das ideias de possuir uma “essência” ou corresponder a um “atributo” que qualificaria aqueles que o “possuem” (DELEUZE, 2005, p.37), distinguindo-os daqueles sobre os quais é exercido.

O poder é, sim, relação cuja possibilidade de ser efetuado perpassa tanto pelos dominadores quanto pelos dominados. Então, se existe um “em cima” e um “embaixo” em nossa sociedade, a interpretação de Foucault não se aproxima da “pirâmide do poder” em que esse partiria de cima, de um determinado grupo privilegiado que o detém, alcançando os dominados que só o experimentariam via obediência. Essa relação vetorial para ele só é possível na medida em que designa uma desigualdade quanto ao poder que induz ao governo dos outros: embora haja uma aplicação de força de cima para baixo “é preciso que haja ao mesmo tempo uma capilaridade de baixo para cima” (FOUCAULT, 2010b, p. 250). Portanto, o poder não se confunde com uma “entidade” da qual se pode apoderar e que qualifica aqueles que o possuiriam, mas é coextensivo a todo corpo social na medida em que, em cada indivíduo, há a possibilidade de seu exercício sobre o outro, estabelecendo micro relações de dominação e governo. “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura”⁷², não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1999, p. 89). Ao negar a identificação do poder com outras instâncias, o torna equivalente à “situação estratégica complexa” que determina uma sociedade, tornando perceptível um funcionamento integrado. Estaria ele agora se desvinculando da noção de poder como relação e virando-se para uma compreensão de estratégia como um “plano” para alcançar determinado fim?

Investigaremos a utilização que ele faz da palavra “estratégia” para verificarmos se nossa suspeita procede. Foucault (1995a, p. 247) apresenta três sentidos para a palavra estratégia e, para pensar a relação dela com o poder, é necessário considerá-los em conjunto:

A palavra estratégia é correntemente empregada em três sentidos. Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da

⁷² Foucault não entende o poder como uma superestrutura que estaria subordinada a uma infraestrutura como, por exemplo, a economia, o conhecimento ou a sexualidade, “mas lhes são imanentes; são os efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios que se produzem nas mesmas e, reciprocamente, são as condições internas destas diferenciações; as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (FOUCAULT, 1999, p. 90).

racionalidade empregada para atingirmos um *objetivo*. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros, e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a dele; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto para privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo a renunciar a luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a *vitória*. (FOUCAULT, 1995a, p. 247).

Essas três significações devem ser pensadas em conjunto por se tratar de uma análise específica que ele faz das relações de confronto. Portanto, a estratégia está diretamente relacionada com a análise da *emergência*, pois condiz com a configuração de relações de confronto expressas em uma situação determinada do jogo de dominação. As estratégias expressam nas relações de confronto a possibilidade de estabilizar determinadas relações de poder, de tal modo que proporciona a impossibilidade de insurreição de determinados “adversários”. Na medida em que relações de poder são estabelecidas, fixando uma situação estratégica, adquire uma especificidade operatória funcionando por meio de uma estabilidade ou execução de certas relações sempre havendo a possibilidade de surgirem instabilidades que comprometam o funcionamento estratégico do poder. Se, tratando das relações de poder é inerente à existência de atitudes que tendem a resistir ⁷³ à operação governamentalizadora exercida, criando um micro espaço de instabilidade que pode se expandir. Portanto, a estratégia tem por finalidade inerente às relações de poder demarcar os limites possíveis ou toleráveis em determinadas relações de poder, com o objetivo de cessar ou evitar o confronto que permita inverter a estabilidade ou regime de relações instaurado:

uma relação de confronto encontra seu termo, seu momento final (e a vitória de um dos dois adversários) quando o jogo das relações antagônicas é substituído por mecanismos estáveis pelos quais um dentre eles pode conduzir de maneira bastante constante e com suficiente certeza a conduta dos outros; para uma relação de confronto, desde que não se trate de luta de morte, a fixação de uma relação de poder constitui um alvo – ao mesmo tempo seu completamento e sua própria suspensão (FOUCAULT, 1995a, p. 248).

Assim, a instauração de uma situação estratégica tem por objetivo reduzir à “impotência total” os focos de resistência, estabelecendo uma relação de subordinação, de governo, que tende a manter, de forma mais eficaz possível, a estabilidade da situação submissa dos governados. Embora a estratégia, observado em seu campo de efetuação, apresente uma inteligibilidade corrente e racionalizada, o que pode ser descrito

⁷³ Para Foucault as resistências são inerentes às relações de poder, não há um vetor único de em seu exercício, pois uma vez que as relações de poder são guiadas por objetivos, pode surgir um objetivo distinto ou subversivo que possa tentar se impor em meio a situação estratégia instaurada. “Lá onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1999, p. 91), as relações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão” (FOUCAULT, 1999, p. 91).

arqueologicamente, o que se abstrai em termos de entendimento é apenas seu efeito homogêneo. A situação estratégica não possui um “autor”, um “indivíduo” ou classe dominante que a haveria pensado e instaurado em todo corpo social. Foucault (2010b) aponta para uma “estratégia sem estrategista” em que, em uma situação de confronto de “todos contra todos”, no sentido de que cada indivíduo é uma possibilidade de afrontamento a outro, micro relações de poder vão sendo estabelecidas e se ajustando uma a outra, formando uma condição estratégica que direciona as relações a um objetivo. “Não há poder que se exerça sem uma série de miras e objetivos, mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito individualmente” (FOUCAULT, 1999, p. 90).

As diversas táticas que se inscrevem em localidades específicas e bem determinadas se propagam, encadeando-se e se entrelaçando umas nas outras

encontrando em outra parte apoio e condição, esboçam finalmente dispositivos ⁷⁴ de conjunto: lá, onde a lógica ainda é perfeitamente clara, as miras decifráveis e, contudo, acontece não haver mais ninguém para tê-las concebido e poucos para formulá-las: caráter implícito das grandes estratégias anônimas, quase mudas, que coordenam táticas loquazes, cujos “inventores” ou responsáveis quase nunca são hipócritas ⁷⁵ (FOUCAULT, 1999, p. 91).

Portanto, a estratégia não está associada a um indivíduo ou grupo que a impõe, mas se trata de uma série de práticas que vão se constituindo em torno de um objetivo que se conectam segundo afinidades ou pontos em comum que acabam por se impor (FOUCAULT, 2010b, p. 253). As microrrelações de poder se ajustam umas às outras, constituindo uma estratégia que não é obra de um sujeito ou a elaboração de um grupo e nem mero acaso, mas sim, autoajustamento das relações. Logo, se as relações de poder equivalem às relações estratégicas é no sentido de que há o ajustamento de várias relações em torno de um objetivo, produzindo um funcionamento mais abrangente, porém, não devemos confundir estratégia com um “organismo” que funcionaria como um todo, tentando se manter por meio da

⁷⁴ Em Foucault, o termo “dispositivo”, pelo que observamos durante nosso estudo, não se limita a um elemento de proporções definidas, pois, como dissemos anteriormente, diversos dispositivos proporcionam a estabilização dos confrontos instaurando relações de poder e, por consequência, uma condição estratégica, mas, como vimos nessa citação, a estratégia é assemelhada a um “dispositivo de conjunto”. Concomitante a isso, as diversas instituições, que também são considerados dispositivos, encerram em seu interior outros dispositivos, como, por exemplo, o dispositivo de vigilância que atua na prisão que, por sua vez, é um dispositivo de punição ou “correção do comportamento”. Portanto, compreendemos por dispositivo, toda “ferramenta” formada por relações de poder cuja escala de abrangência é variável e que tende a proporcionar determinado efeito segundo determinado objetivo.

⁷⁵ Como exemplo cf. FOUCAULT, M. Sobre a história da Sexualidade. In: **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2010b, p 252. Nesse texto Foucault mostra como houve, no período de 1825 – 1830, em Mulhose ou no Norte da França, o surgimento de diversas estratégias bem definidas com o objetivo de fixar os operários ao local em que trabalhavam e como que isso, ao decorrer de um processo, constituiu uma “estratégia global, coerente, ocasional. Entretanto, não é possível mais dizer que a concebeu” (FOUCAULT, 2010b, p. 252).

perseverança de suas partes. O “organismo” apresenta sempre uma função ou um objetivo específico, a estratégia está mais para uma “manobra” efetuada por determinadas relações de poder direcionadas a um objetivo, que tendem a se impor sobre outras, reconfigurando espaços, ganhando terreno e se expandindo. Então, a estratégia é a “roupagem” de superfície que observamos ao analisar diversas relações de poder direcionadas ao mesmo objetivo.

Foucault também não entende o “poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma geral da regra” (FOUCAULT, 1999, p. 88) ou da lei ligada à repressão dos indivíduos, o que levaria a pensar o poder de forma negativa, “o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga” (MACHADO, 2010, p. XV). O poder está mais ligado à positividade dos desejos do indivíduo do que à sua repressão em termos de lei. O poder diz “sim” direcionando os desejos do indivíduo e ligando-os a fins específicos. Machado (2010) argumenta no mesmo sentido, pois, segundo sua leitura de Foucault, a sociedade burguesa não se manteria se a realidade do poder como repressão prevalecesse; ele só se exerce sobre indivíduos livres e desejantes, porém a liberdade e os desejos do indivíduo estão sempre dispostos à possibilidade de um governo. Dessa forma, há um “poder que regula e opera a partir da liberdade de cada um” (ARAÚJO, 2009, p. 50), ou, nas palavras de Lebrun (1981, p. 33) “o poder moderno não é mais, essencialmente, uma instância repressiva e transcendente (o rei acima dos seus súditos, o Estado superior ao indivíduo), mas uma instância de controle, que envolve o *indivíduo mais do que o domina abertamente*”.

Embora estejamos desvinculando o poder de uma concepção jurídica, isso não significa que não exista relação entre o exercício do poder com o edifício jurídico e suas formas de arbitrar o que é permitido e proibido em uma sociedade. A máquina judiciária permite determinar, em um regime de ilegalidades, quais delas devem ser penalizáveis ou não e também, por meio de um código de leis, criar formas ou artifícios retóricos de escaparem às próprias leis⁷⁶. Assim,

o direito não é nem a verdade nem o álbi do poder. Ele é um instrumento ao mesmo tempo complexo e parcial do poder. A forma da lei e os efeitos de interdições que ela porta devem ser recolocados entre muitos outros mecanismos não jurídicos (FOUCAULT, 2005c, p. 247-248).

⁷⁶ Sobre esse tema Foucault fala muito bem em um texto chamado “Sobre a justiça popular. Nesse texto ele mostra como um grupo restrito de pessoas, ao se apoderar da máquina jurídica e, por sua vez, da possibilidade de arbitrar, apoiados em leis que eles mesmos estabeleceram, sobre o destino de uma proposição maior de indivíduos de uma sociedade mesmo que seja, os olhos da grande maioria, esteja ocorrendo uma situação compreendida como injusta.

Portanto, a análise de Foucault sobre o poder não se reduz ou se confunde ao âmbito jurídico que interdita a ação dos indivíduos. O jurídico, o corpo de leis que rege um Estado serve de instrumento de exercício de poder, um instrumento que representa sua forma negativa, a de dizer “não” ao sujeito e limitar sua ação, a de proibir e coibir sua ação por meio da lei e proporcionar por meio de outros mecanismos uma violência justificada. O jurídico cria uma subjetivação do poder que possui uma via dupla, pelo lado em que é exercido, “o poder é concebido como uma espécie de grande Sujeito absoluto – real, imaginário, ou puramente jurídico, pouco importa – que articula a interdição: soberania do pai, do monarca, da vontade geral” (FOUCAULT, 2005c, p. 247) e do lado da submissão, dos que recebem ou manifestam os efeitos do poder, esse é subjetivado como a “aceitação da interdição, o ponto onde se diz ‘sim’ ou ‘não’ ao poder” (FOUCAULT, 2005c, p.247). Portanto, essa forma negativa de exercício do poder produz, embora lance mão de proibições e de violência justificada, assim como a forma positiva, realidade.

O real subjetivado pelos indivíduos que sofrem esse tipo de exercício do poder é configurado em uma situação de obediência à lei em que essa adquire um caráter soberano que governa os indivíduos, ou seja, uma suposta realidade em que não há dominação ou supremacia de uns sobre os outros, mas sim supremacia da lei sobre todos. Foucault se afasta dessa concepção negativa de poder que tende a reprimir ou censurar o sujeito ou agir de forma violenta sobre seu corpo. Ao contrário disso, suas análises se direcionam para as formas de exercício e efeitos positivos do poder. Ele não exclui o indivíduo da sociedade, mas o insere em um dispositivo que, ao contrário de negar ou reprimir seu desejo, o relaciona a um objetivo, o direciona trabalhando e potencializando o corpo, ao invés de destruí-lo utilizando suas forças em uma realidade produzida em que o poder se torna implícito nas relações camuflado por uma subjetivação negativa do poder. A compreensão negativa do poder torna implícita sua forma positiva proporcionando ou auxiliando na eficácia do exercício positivo do poder.

Após essa sistematização do poder em *História da sexualidade* vol. 1, Foucault diz que “é nesse campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos do poder” (FOUCAULT, 1999, p. 92). Então, é com esse suporte que ele analisará as relações de poder em torno da sexualidade, sistematização elaborada a partir de suas análises realizadas em obras anteriores, principalmente *Vigiar e Punir*. Como defendemos que essa obra contém tanto análises genealógicas quanto arqueológicas do poder, essa inteligibilidade dele apresentada está estritamente relacionada com a história efetiva e, concomitantemente, com a descrição arqueológica do poder por meio das práticas discursivas. Assim, seguindo essa

perspectiva, interpretamos essas características como inerentes, também, ao poder disciplinar, pois se trata de uma descrição das características comuns das diversas relações de poder analisadas por Foucault. A análise, que iniciaremos a partir do próximo tópico e se estenderá por mais um capítulo sobre o poder disciplinar, é contextualizada e sustentada a partir de três premissas: da problematização da atualidade, da *archaeology – plus – genealogy* e da racionalidade do poder.

2.3. O poder disciplinar.

O poder disciplinar é um dos temas centrais da obra *Vigiar e Punir*, sobre o qual, ao descrevê-lo arqueologicamente articulando seus mecanismos, Foucault realiza uma genealogia dos mesmos. Nessa obra, faz um estudo sobre o “nascimento da prisão” e, para mostrar o acontecimento histórico de sua *emergência*, necessitou fazer uma genealogia de diversos mecanismos de poder – incluindo saberes e práticas não discursivas – para que, em determinado momento dessa *história efetiva*, pudesse descrevê-los arqueologicamente. Dessa forma, ele mostra as articulações das relações de poder e jogos de dominação que ocasionaram a *emergência* da prisão, proporcionando-lhe um funcionamento segundo uma modalidade do poder.

Na terceira parte de *Vigiar e Punir*, temos, como título do capítulo I: *Os corpos dóceis*, cuja finalidade é explicar o que é o poder disciplinar para, posteriormente, analisar seu efetivo funcionamento em relação ao *corpo*. Por isso, o poder disciplinar é, antes de tudo, uma forma de exercício do poder o qual tem por finalidade afetar diretamente o corpo do indivíduo, que o trabalha e governa como uma unidade individualizada e diferenciada no corpo social. O adjetivo *dóceis*, que caracteriza os corpos imersos em um regime de exercício de poder disciplinar, indica a implicação do poder sobre os corpos que, ao serem afetados por essa modalidade de poder, adquirem um caráter de docilidade. Portanto, para construir esse objeto para sua prática discursiva sobre o poder, Foucault investiga a *proveniência* de uma determinada condição do corpo, produzida em determinado momento e reproduzida até o período de suas problematizações sobre a atualidade. A genealogia produz, a partir de seu campo de análise, o corpo, elementos para a arqueologia direcionada às relações de poder.

Como exposto no tópico anterior, um dos instrumentos de análise do poder utilizado por Foucault é considerá-lo sempre ligado a um “objetivo”. O poder ao afetar o corpo direciona-o a um caráter de docilidade, alinhando-os a um objetivo específico. A docilidade dos corpos constituirá, também, a realidade produzida na qual o corpo estará imerso, o poder produz o real para os indivíduos. Se esse estado de docilidade configura a realidade do corpo, conseqüentemente, configura também a verdade de si para os indivíduos. A realidade produzida pelo poder é percebida pelo indivíduo como o “desvelamento da verdade”, a interpretação do real pelos indivíduos é guiada para uma naturalidade autoevidente. Conseqüentemente, o real, sob uma perspectiva de desvelamento, influencia no caráter de evidência da natureza humana. Como afirmam Lachi e Navarro (2012, p. 36), o corpo “não preexiste ao discurso”, os enunciados o constroem à medida que a ciência – embora os autores tenham optado por essa modalidade discursiva, atentamos para as outras formas de discursos que também constituem o real do corpo -, detentora do discurso verdadeiro, por meio de seus especialistas de diversas áreas (genética, psicologia, nutrição, fisiologia, medicina), “estipula e delimita o corpo, o treino o modifica” (LACHI e NAVARRO, 2012, p. 36), o molda.

A eficiência do poder em produzir o real sobre o corpo é tamanha que seu caráter produtor se esconde na própria evidência do real produzido, isto é, o caráter dócil produzido sobre os corpos torna-se inerente à “natureza” humana obscurecendo o elo entre as práticas e a configuração de tal realidade. A partir dessa lógica do real, é humano ou manifesta de melhor maneira sua humanidade aquele que é dócil. Não há *humanidade* antes das práticas discursivas, não há *corpo* anterior às representações. Determinada a natureza do indivíduo enquanto corpo imerso numa realidade, as práticas de existência e relações de poder se direcionam a este o constituindo como sujeito. Retomando Lachi e Navarro, à medida que as diversas áreas do conhecimento produzem enunciados delimitando a realidade do corpo, esse é subjugado a uma representação corporal, o “treino”, digamos, as relações de poder que prescrevem atividades, ocupam-se de “modificar” o corpo.

A questão do “treino” que os autores se referem é observável na maneira como Foucault inicia sua análise do poder disciplinar, comparando a figura do soldado em dois períodos distintos. No início do século XVII, como ele descreve, o corpo do soldado era dotado de características naturais que proporcionassem maior desempenho em um combate. Na segunda metade do século XVIII, “o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa” (FOUCAULT, 2007, p. 117); qualquer corpo, se submetido a determinado treinamento, pode se tornar hábil para o

combate militar. Tratando-se de uma guerra, de um confronto, o objetivo permanece em ambos os períodos: derrotar o inimigo e sair vitorioso. Porém ao comparar esses dois momentos, podemos perceber a imposição de outra estratégia (que acaba por se impor) sobre a aptidão natural do soldado, visando à produção do mesmo. Esse exemplo utilizado por Foucault nos mostra como a realidade do corpo é produzida para atender um objetivo: é vencer a guerra. Então, qualquer “camponês”, independente de sua aptidão para o combate, pode adquirir a “fisionomia do soldado” (FOUCAULT, 2007, p. 117). O corpo do camponês é, dessa forma, submetido a uma série de treinamentos que visam torná-lo um soldado para atender determinado objetivo.

Dessa forma, o poder disciplinar possui relação direta com o corpo dotando-o de uma qualidade e adequando-o a um objetivo. O soldado, o qual antes era camponês, é inserido em um regime de poder disciplinar e adquire no seu corpo tal realidade, ou seja, torna-se útil para o combate, torna-se dócil. Então a princípio podemos equivaler, nesse caso, dócil à útil. É dócil um corpo que pode ser utilizado para atender determinados objetivos.

Sobre a produção do corpo do soldado, Foucault cita Montgommery:

Os recrutas são habituados a ‘manter a cabeça ereta e alta; a se manter direito sem curvar as costas, a fazer avançar o ventre, a salientar o peito, e encolher o dorso; e a fim de que se habituem essa posição lhes será dada apoiando-os contra um muro, de maneira que os calcanhares, a batata da perna, os ombros e a cintura encostem nele, assim como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem afastá-los do corpo... ser-lhes-á igualmente ensinado a nunca fixar os olhos na terra, mas a olhar com ousadia aqueles diante de quem eles passam... a ficar imóveis esperando o comando, sem mexer a cabeça, as mãos nem os pés... enfim a marchar com passo firme, com o joelho e a perna esticados, a ponta baixa e para fora... (MONTGOMMERY apud FOUCAULT, 2007, p. 117)⁷⁷.

Como abordamos na questão sobre a “alma” como problematização da condição do sujeito moderno, a docilidade dos corpos é produzida por meio de uma série de exercícios e procedimentos sobre o corpo, atrelada a uma formação discursiva sobre ele; as operações efetuadas no corpo são realizadas “em função de um *modelo* que funciona como uma *norma*,

⁷⁷ Essa citação possui, para a nossa pesquisa, dois objetivos, um é mostrar a produção do soldado por meio do poder disciplinar e o outro, exemplificar a forma de análise histórico-genealógica e arqueológica. Segundo a referência apontada por Foucault, o texto se refere à L. de Montgommery. **La Millice Française**, edição de 1636, p. 6-7. A partir da citação referente a essa obra e associando com a questão da “alma”, podemos afirmar que esta faz parte de um conjunto de discursos técnico-político “constituído por um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo” (FOUCAULT, 2007, p. 117-118) que juntamente com o discurso filosófico (Descartes) e médico constituiu o campo de emergência do poder sobre o corpo. Vemos então uma postura mais madura de Foucault ao tratar, como foi exposto no capítulo 1, saberes antes sujeitados pela ordem do discurso no sentido de exclusão, juntamente com os discursos presentes na ordem do saber igualmente sujeitados, o que proporciona a análise das relações de poder.

uma referência, uma diretriz. Um *modelo* tido como ideal, puro, perfeito” (NOTO, 2009, p. 75), direcionando-o a “um *modelo* de indivíduo disciplinado e docilizado” (NOTO, 2009, p. 75). Seguindo Noto, a disciplina é um tipo de poder que “constrói positivamente, modela, modifica os seres de acordo com um padrão desejável” (NOTO, 2009, p. 75) construído por práticas discursivas. No caso do soldado, seu corpo para alcançar plena aptidão para guerrear deve se enquadrar em um modelo de soldado, em uma representação de corpo que opere eficientemente as manobras militares e, para isso, é submetido a determinadas atividades e coerções peculiares, esculpindo-o segundo uma representação.

Então, um corpo dócil é aquele “que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2007, p. 118). No exemplo do soldado, em que o corpo do camponês submetido a uma série de baterias de prescrições, é treinado e transformado, ou seja, se opera nele o desenvolvimento e aperfeiçoamento de determinadas características que o tornarão um corpo útil. Trata-se de trabalhar sobre o corpo atuando nos detalhes desse, de exercer sobre ele uma coerção sem folga sobre seus gestos, atitudes e movimentos para operá-lo semelhante a uma máquina.

A partir de meados do século XVII, vocês veem surgir algo como o sistema disciplinar no exército, isto é, um exército que era aquartelado e no qual os soldados ficam ocupados. Quer dizer, eles ficam ocupados o dia inteiro, o tempo todo da campanha, eles ficam, à parte certo número de desmobilizações, ocupados igualmente durante o período de paz e, no limite, até o fim de seus dias, já que, a partir de 1750 ou 1760, quando acaba sua vida de soldado, o soldado vai receber o confisco geral do corpo, do tempo, da vida; não é mais uma coleta com base na atividade do indivíduo, é uma ocupação do seu corpo, da sua vida e do seu tempo. Todo sistema disciplinar, creio, tende a ser uma ocupação do tempo, da vida e do corpo do indivíduo. (FOUCAULT, 2006c, p. 58).

Há o confisco do corpo, mantendo-o sempre em constante exercício, sempre ocupado, alcançando a maior eficácia de seus movimentos e maior utilização de suas qualidades, exercendo uma coerção constante sobre suas atividades, sobre o tempo e sobre sua relação com o outro e o ambiente.

Os corpos, ao mesmo tempo objetos e alvos do poder, são então submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados. Desse modo, surge uma forma de adestramento dos corpos. Em vista disso há um trabalho detalhado, uma coerção sem folga, um objeto de controle tal qual uma máquina, investindo-se na eficácia de movimentos, na economia de gestos permitindo “um controle minucioso das operações do corpo” (FOUCAULT apud CANDIOTTO e D’Espíndula, 2012, p. 29)

A disciplina estabelece uma anatomia política do corpo atuando no detalhe, parte por parte ele é trabalhado analiticamente pelo poder, é “desarticulado”, “fragmentado” quanto a suas operações costumeiras e reorganizado novamente, visando compor uma unidade

operatória em um dispositivo de poder (SANTANA, 2010, p. 59). “O corpo humano entra em uma maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2007, p. 119). Foucault mostra que o poder disciplinar, por se tratar de uma “anatomia política”, é igualmente caracterizado como uma “mecânica do poder”. Dessa forma, encarcerado politicamente, o corpo é submetido a um regime de funcionamento automático; o objetivo da disciplina é automatizar no corpo uma operacionalidade como uma máquina que executa uma função em uma maquinaria específica. Tornar o corpo automático confere a ele “autonomia” no sentido de corporificar o poder exercido sobre ele, agindo coercitivamente sem coerção externa; uma autocoerção produzida pelos mecanismos de poder, pois, depois de treinado, o corpo se submete por conta própria e passa a querer os efeitos do poder. Dessa forma, “o poder trabalha o corpo, penetra no comportamento, entrecruza-se fisicamente com ele” (YAZBEK, 2012, p. 259), o corpo opera como efeito do poder, ou, mais propriamente, aproximando Yazbek de Deleuze, atua como *imanência* do poder. A mecânica do poder ou anatomia política efetuada pela disciplina “define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que faça o que se quer” (FOUCAULT, 2007, p. 119), desviando a vontade do sujeito e dando a ela um novo direcionamento “para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 2007, p. 119).

A partir do que expomos, podemos acrescentar ao termo “utilidade” com o qual já caracterizamos os corpos dóceis mais duas características: “submisso” e “exercitado” que implicam diretamente na eficácia da utilização e emprego do corpo nos dispositivos de poder. Ao exercitar o corpo, a disciplina potencializa sua capacidade de produção de acordo com a atividade que exerce e, ao inseri-lo nesse processo constante de reivindicação e confisco, o sujeita a essa modalidade de vida, submetendo-o a ela. O corpo, por estar imerso em constante operacionalidade e sempre obedecendo aos comandos determinados, tem sua capacidade reflexiva reduzida, porque sua cognição é voltada para a operação e manuseio de instrumentos ligados à produção. Logo, o enfraquecimento do exercício reflexivo em benefício das operações cognitivas de produção reduz a capacidade de compreensão do indivíduo de sua condição ontológica, social e política, criando uma realidade em que a submissão aos ditames dos diversos dispositivos se torna a condição costumeira e normal de suas vidas. Assim, a força política do corpo é, conseqüentemente, “diminuída”.

Essas argumentações nos direcionam a concordar com Duarte (2010, p. 219-220):

As disciplinas possuem objetivos econômicos e políticos, portanto: aumentar a produtividade do trabalhador, aumentar a eficácia da ação do soldado, aumentar a eficácia dos sistemas educacionais, mas também reduzir o potencial de revolta e neutralizar os efeitos de contrapoder. Trata-se, pois, de aumentar a utilidade econômica e a docilidade política por meio da racionalização do comportamento, diminuindo até um ponto ótimo as resistências políticas.

Embora Foucault descreva o poder disciplinar como um exercício de controle e manipulação das forças (potencialidades) do corpo, esse não é dado, mesmo que pareça como um elemento inerte que sofre totalmente os afetos do poder e reproduz, fielmente, os efeitos esperados. O corpo em Foucault é “concebido como campo de batalha no qual se travam conflitos cotidianos entre as exigências sociais da normalização disciplinar institucional e as linhas de fuga da resistência” (DUARTE, 2010, p. 218). Desse modo, o corpo dos indivíduos não é inerte, pois é nele e em suas atitudes que há a possibilidade de efetivar resistências. O corpo é um “campo de batalha”, como caracteriza Duarte (2010), porque há conflitos que operam no próprio corpo; por um lado, o poder coercitivo da disciplina visando o controle e, por outro, o indivíduo buscando aplicar sobre si mesmo “técnicas de existência” visando construir seu *estilo* de vida. Esse confronto no corpo entre normalização e técnicas de si produz o indivíduo, portanto o indivíduo dócil, enquanto projeto civilizatório, nunca é desenvolvido em plenitude permanecendo, assim, a possibilidade de em qualquer espacialidade surgirem focos de resistência ⁷⁸.

O poder disciplinar se institui também como uma estratégia visando à estabilidade das relações de dominação, ou seja, as práticas disciplinares oriundas dos exercícios praticados nos mosteiros medievais se constituíram por meio de uma manobra que acabará por se impor a toda sociedade segundo um objetivo: controlar o corpo dos indivíduos e utilizá-los de acordo com diversas finalidades. Nossa leitura encontra ressonância em Cardoso Júnior (apud TONI, 2010, p. 98), que caracteriza a sociedade disciplinar, isto é, o resultado do alastramento e superposição das práticas disciplinares a toda sociedade como um “‘dispositivo’ historicamente definido”. Essa caracterização é referente a um “dispositivo de conjunto”, conceito abordado na sessão anterior, um conjunto de relações de poder e maquinarias que se autoajustam formando uma situação homogênea e inteligível, no caso, a sociedade disciplinar que possui esse funcionamento devido às várias práticas disciplinares que surgiram e se

⁷⁸ Encontramos semelhante posicionamento no conceito de *dobra* utilizado por Deleuze para explicar a constituição subjetiva do sujeito em Foucault, pois “na dobra, intercessão entre o poder coextensivo ao sujeito e a contra-força que este exerce, há uma tensão de forças” (GALVÃO, 2014, p. 161). Cf. DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 100-130.

efetuaram em vários lugares se entrelaçando e criando redes de apoio e se ajustando umas as outras.

A ‘invenção’ dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. (FOUCAULT, 2007, p. 119).

Ainda que Foucault diga que tal forma de poder se constituiu historicamente em várias instituições, apresentando uma característica homogênea da sociedade do século XVIII, ele afirma, em *Vigiar e Punir*, que seu interesse não está focado em fazer a história das diversas instituições disciplinares, mas sim localizar nelas técnicas peculiares do poder disciplinar e descrevê-las (FOUCAULT, 2007, p. 120). Consequentemente, esse posicionamento reforça a nossa perspectiva de que, nessa obra, em relação ao poder disciplinar, suas análises se dirigem a uma arqueologia dessa forma de poder⁷⁹, ou seja, ele está realizando algo já cogitado em *A arqueologia do saber* e defendido por nós no primeiro capítulo, aplicar a arqueologia aos discursos não mais em torno da *episteme*, mas a outras questões, como o poder político. Nessa obra, ele faz uma genealogia da prisão como dispositivo de punição e, no decorrer dessa *Wirkliche Historie*, encontra estes “restos mortais”, “pedaços” do poder disciplinar e junta peça por peça, detalhe por detalhe para construir uma anatomia política, uma máquina ou mecânica de operação do poder. Embora estejamos relacionando o poder disciplinar com a genealogia do sujeito e não com a genealogia da prisão, o poder disciplinar inserido no dispositivo carcerário possui um projeto de docilização e governo dos indivíduos, como já destacado na questão da “alma” e sua relação com o diagnóstico crítico ontológico de Foucault.

⁷⁹ Para fundamentarmos um pouco mais nosso ponto de vista, de que a abordagem do poder disciplinar em *Vigiar e Punir* é arqueológica e não genealógica cf. FOUCAULT, M. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006c, p. 49-52. A indicação que Foucault faz a esse trecho tanto no índice quanto no início do texto referente à aula do dia 21 de novembro de 1973 é *Genealogia do “poder disciplinar”*. Nesse trecho ele apresenta nas páginas 50 a 52 duas hipóteses sobre o poder disciplinar, na primeira, ele propõe “que existe em nossa sociedade algo como um poder disciplinar” (FOUCAULT, 2006c, p.50) e, brevemente, diz o que entende relacionando-o com o corpo. Podemos interpretar que nessa primeira hipótese Foucault está expondo um “possível” diagnóstico da atualidade. Já na segunda hipótese, que ele desenvolve nas páginas 51 e 52, ele diz que “esse poder disciplinar, no que tem de específico, tem uma história, que esse poder não nasceu de repente, que também não existiu sempre, que se formou e seguiu uma trajetória de certo modo diagonal, através da sociedade ocidental” (FOUCAULT, 2006c, p.51). Essa segunda hipótese se refere à genealogia do poder disciplinar pois ele está afirmando que este possui uma origem (*Herkunft / Entstehung*) e um desdobramento histórico e, após essa afirmação, ele, brevemente, mostra como a disciplina formada nas comunidades religiosas (século XIV-XV) se difundem por toda a sociedade chegando, no século XIX, a uma forma geral de exercício do poder político que perpassa toda a sociedade.

Então, a arqueologia do poder disciplinar “implicará na demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática” (FOUCAULT, 2007, p. 120). Essas são as indicações apontadas por Foucault que seguiremos no capítulo seguinte que terá por objetivo mostrar como ele descreve, arqueologicamente, o poder disciplinar utilizando como instrumento de investigação que “encontra” elementos das relações de poder na história, a genealogia. Dessa forma, embora apontemos para uma descrição arqueológica do poder disciplinar, tal análise só é possível juntamente com uma genealogia dos mecanismos de poder apresentados no discurso de Foucault. Então, não falamos somente em uma arqueologia do poder disciplinar, mas de uma *archaeology – plus – genealogy* do poder disciplinar. Porém, para isso, outro conceito que aparece nas obras dele e que o citamos algumas vezes neste capítulo será necessário abordarmos, o conceito de *dispositivo*.

Nas obras anteriores à *A arqueologia do saber*, trabalha com a arqueologia direcionando-a à *episteme*, que, por sua vez, “é um dispositivo especificamente discursivo” (FOUCAULT, 2010, p. 246), isto é, a arqueologia é um instrumento que descreve dispositivos. Portanto, quando ele direciona a arqueologia a temas como, por exemplo, a disciplina e a sexualidade, ambos os temas relacionados ao poder, necessariamente, está descrevendo dispositivos. Por esse motivo, o capítulo terceiro se ocupa com uma arqueologia do dispositivo de poder disciplinar, pois a descrição desse só é possível quando a arqueologia é somada à genealogia. Segundo Koopman (2013), a genealogia nos permite encontrar os “pedaços” que emergiram ao longo da história e a arqueologia nos permite juntar esses pedaços. Então, o que seguirá no próximo capítulo é a descrição conjunta de vários “pedaços” que traduzem relações de poder disciplinar, encontrados pela genealogia foucaultiana e, a descrição conjunta desses “pedaços” articulados entre si, corresponde ao conceito de *dispositivo*.

CAPÍTULO 3: A ARQUEOLOGIA DO DISPOSITIVO DE PODER DISCIPLINAR A PARTIR DE UMA GENEALOGIA DO PODER.

Até o capítulo anterior, mostramos o motivo de apresentarmos o poder disciplinar analisado em *Vigiar e Punir* como um trabalho arqueológico, efetuado a partir das relações de poder encontradas genealogicamente e o que é o poder disciplinar. Prosseguiremos analisando a articulação dos elementos do poder disciplinar que configuram um dispositivo, porém antes de mostrarmos esses elementos julgamos imprescindível um estudo sobre o conceito de dispositivo utilizado por Foucault, pois este é o ponto de intercessão entre a análise arqueológica e o poder disciplinar. O primeiro capítulo versa que a arqueologia investiga os dispositivos (seja vinculado às práticas de saber ou de saber e poder) e agora mostraremos que a disciplina é um dispositivo para assim reafirmar nossa perspectiva de uma *arqueologia do poder disciplinar*.

Foucault utiliza a arqueologia para construir um saber sobre o dispositivo de poder disciplinar, por meio de vários recortes, não mostra o surgimento de um saber disciplinar fechado e institucionalizado como uma ordem discursiva delimitada em uma época. O saber disciplinar apresentado em *Vigiar e Punir* não equivale em termos de prática discursiva ao saber psiquiátrico, pois este é um saber com delimitações próprias de uma época, por isso constitui uma *episteme*. Já os enunciados do poder disciplinar estão pulverizados em vários regulamentos de várias instituições do período analisado por ele compondo e organizando multiplicidades de dispositivos diferentes que funcionam a partir de princípios compartilhados. A arqueologia do poder disciplinar é diferente das outras arqueologias, pois o saber disciplinar só se torna ou se constitui um saber com Foucault, quando ele organiza esses enunciados em uma prática discursiva. Seu objetivo não é analisar as relações internas ao próprio discurso – embora não as negue -, mas construir um saber em torno das práticas não discursivas que lançam mão de enunciados em seus dispositivos. Portanto, nos afastamos do conceito de *arqueogenealogia* defendido por Inês Lacerda Araújo (2007), pois em seu artigo *Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault*, embora semelhante a nossa postura se posiciona contra a separação entre a arqueologia e a genealogia (por isso o conceito arqueogenealogia), classifica a arqueologia como prática discursiva limitada ao nível de análise epistêmica. Ela afirma que “o objeto de análise do arqueólogo é o discurso cujas unidades são os enunciados os quais formam as práticas discursivas que

configuram uma *épistémè* a qual pertence ao saber de uma época” (ARAÚJO, 2007, p. 6). Esses saberes estão diretamente implicados em relações de poder, que, para a autora, é o campo da análise da genealogia: “Enquanto o arqueólogo descreve e analisa as práticas discursivas, o genealogista mostra sua relação com as práticas não discursivas que sujeitam indivíduos, corpos, populações a mecanismos de poder” (ARAÚJO, 2007, p. 22). Então, em relação à função da arqueologia na *práxis* arqueogenealógica, Araújo (2007, p. 5) afirma que “seu campo de trabalho é o da descrição da *épistémè* na qual os conhecimentos estão como que mergulhados e da qual retiram sua positividade”. Portanto, o conceito de arqueogenealogia não contempla nossos objetivos, porque reserva à arqueologia a possibilidade de ser aplicada nas análises de discursos direcionados à episteme, cabendo somente à genealogia uma análise das relações de poder. Nossa postura quanto à aplicação da arqueologia nas análises sobre o poder não limita as práticas discursivas ao plano epistêmico, pois como Foucault aponta em *A arqueologia do saber*:

A orientação voltada para a *episteme* é a única que pode abrir-se à arqueologia? (...) No momento, avancei muito pouco para responder definitivamente a essa pergunta. Mas imagino de bom grado (...) arqueologias que se desenvolveriam em direções diferentes. (...) Parece-me que se poderia fazer, também, uma análise do mesmo tipo a propósito do saber político. Tentaríamos ver se o comportamento político de uma sociedade, de um grupo ou de uma classe não é atravessado por uma prática discursiva determinada e descritível. (...) Em lugar de analisá-lo - o que é sempre possível - na direção da *episteme* a que pode dar lugar, analisaríamos esse saber na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas. Faríamos aparecer, assim, um saber político que não é da ordem de uma teorização secundária da prática e que não é, tampouco, uma aplicação da teoria (Foucault, 2008a, p. 215-216-217-218).

Esse posicionamento final em *A arqueologia o saber* nos afasta do conceito de *arqueogenealogia*, pois a arqueologia, nesse contexto, não contempla as práticas discursivas que Foucault trabalha em *Vigiar e Punir* já evidenciadas nessa obra. A partir dessa questão, optamos pela proposta de Koopman: *archaeology – plus – genealogy*. Segundo o autor, a arqueologia funciona, a partir de *Vigiar e Punir*, como um “organizador” - por meio das práticas discursivas - das práticas nas quais estamos inseridos historicamente o que, para efetuar essa orientação e inteligibilidade necessita da genealogia, porque tais práticas estão registradas em enunciados documentados historicamente. Assim, tanto a arqueologia quanto a genealogia se direcionam as relações de poder, uma por meio das práticas discursivas e outra por meio da história efetiva.

Ainda pode-se também isolar arqueologicamente todos os outros tópicos que podem ser constitutivos das práticas em que nos encontramos: não apenas conhecimento, mas também os outros tópicos mencionados por Foucault no final de *A arqueologia do saber* como campos férteis para a investigação arqueológica. Podemos

perfeitamente escrever, como Foucault insistiu, não apenas arqueologias de conhecimento, mas também arqueologias do poder, da sexualidade, da estética (...) ⁸⁰ (KOOPMAN, 2013, p. 50).

O conceito de Koopman, *archaeology – plus – genealogy*, ao contrário da arqueogenealogia de Inês Lacerda Araújo, é mais fiel ao proposto por Foucault no final de *A arqueologia do saber*, pois, segundo ele, a arqueologia desenvolvida por Foucault em *Vigiar e Punir* configura uma prática discursiva não em direção ao conhecimento (episteme), mas sim, em direção ao poder. Ainda, segundo essa perspectiva, a genealogia é o instrumento pelo qual, por meio da *Wirkliche Historie* e tornando visíveis as relações de poder com o desassujeitamento dos discursos, permite a organização ou, mais exatamente, uma regularidade nas práticas discursivas operada por Foucault em torno do poder.

Portanto, Foucault é o próprio *a priori* histórico do saber sobre o poder disciplinar, porque, inserido em relações de poder e localizado geograficamente e historicamente, recorre como estratégia de análise às análises de *proveniência* e *emergência* das práticas disciplinares pulverizadas em diversos discursos de uma época determinada. *Vigiar e Punir* é a própria prática discursiva arqueológica e histórica (genealógica) do poder, disposta como ato de resistência nas relações de poder nas quais Foucault está inserido. A arqueologia do poder disciplinar é diferente da efetuada em relação à arqueologia das ciências humanas na época clássica, pois, na última, analisa discursos já construídos, com uma regularidade própria, atreladas ao exercício do poder. Há, dessa forma, duas práticas arqueológicas distintas, porém, semelhantes. Uma é a análise das práticas discursivas que compuseram determinados saberes, e outra, o próprio arqueólogo como sujeito praticante dessas práticas (*a priori*). Anterior a *Vigiar e Punir*, Foucault analisa formações discursivas, porém, nesta obra, produz um saber sobre o poder, pois está imerso nessas relações, assim como vimos em relação ao *a priori* histórico da loucura.

Foucault é a própria regularidade que seleciona temas, teorias e enunciados, constituindo objetos do saber - poder disciplinar, corpos dóceis - visando à aplicabilidade em um campo de relações não discursivas que configuram a história, não do passado, mas do presente. Dessa forma, exerce seu papel de intelectual específico ao se posiciona em um campo de regulamentações e práticas de dominação, ou seja, em um campo de emergências,

⁸⁰ yet one can also archaeologically isolate all the other threads that may be constitutive of the practices in which we find ourselves: not just knowledge, but also those various other threads mentioned by Foucault at the end of *The Archaeology of Knowledge* as fields fertile for archaeological inquiry. We can, as Foucault insisted, perfectly well write not just archaeologies of knowledge, but also archaeologies of power, of sexuality, of aesthetics (...) (KOOPMAN, 2013, p. 50). Tradução nossa.

de saberes e de relações de poder. Foucault e sua postura de intelectual específico são a regularidade discursiva de *Vigiar e Punir*, a regularidade da emergência do saber sobre o dispositivo de poder disciplinar.

A partir dessa relação entre arqueologia, genealogia e poder, o conceito de dispositivo aparece como, além de sua existência concreta, um ponto de intercessão entre os modos de análise empregados por ele. Para analisar seu funcionamento enquanto modalidade disciplinar, é preciso, além de sua estrutura conceitual, situá-lo no horizonte da história efetiva e das práticas discursivas filiando a ele o conceito de disciplina. Logo, o objetivo, a partir de agora, consiste em mostrar, por meio da arqueologia sustentada pela genealogia, como o poder disciplinar constitui ao inter-relacionar diversos elementos um dispositivo. Depois, partiremos para a análise de cada um dos elementos compositores do dispositivo disciplinar, abordando as características e funcionalidades de cada um, mostrando como eles se relacionam uns com os outros. Percebemos que há, em *Vigiar e Punir*, cinco elementos que constituem a máquina disciplinar e por todos eles o corpo circula apropriado por esses mecanismos de controle. Dividimos esses elementos em dois grupos de acordo com a obra *Vigiar e Punir*: o primeiro grupo são os elementos próprios e característicos da disciplina: a *arte das distribuições* e o *controle das atividades*⁸¹; e o segundo grupo, compreendemos os elementos como dispositivos menores que atuam no dispositivo disciplinar como ferramentas que garantem ou potencializam o funcionamento dos dois primeiros elementos: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*.

3.1. O Dispositivo de poder disciplinar.

A arqueologia é, portanto, uma ferramenta de análise que permite compreender o funcionamento do dispositivo disciplinar, porém torna-se ineficiente se aplicado de forma desvinculada da história. Embora nosso objetivo seja mostrar como Foucault pensa o dispositivo disciplinar, associando uma multiplicidade de vetores de força que constituem

⁸¹ Sobre a característica do poder disciplinar composição das forças, falaremos dela junto com o conceito de dispositivo, pois compreendemos que, nessa parte de sua obra, ele está mostrando, a partir da utilização e controle dos corpos, a composição do dispositivo.

relações de poder, por meio da arqueologia, não se deve deixar a genealogia de lado para ser coerente com Foucault. Dessa forma, mesmo mostrando arqueologicamente este dispositivo, a práxis genealógica sempre aparecerá entrelaçada em nosso discurso. O dispositivo disciplinar é um objeto de análise situado em uma genealogia da prisão, logo para entender o surgimento da prisão foi imprescindível o mapeamento das constituições de força e relações de poder nesse espaço de forma arqueológica. Porém, cada mecanismo de poder desse dispositivo carece de pequenas genealogias, porque são constituídos e articulados historicamente. Assim, começa a ficar evidente a estreita relação da arqueologia e da genealogia com o dispositivo. Enquanto ele localiza pontos móveis de força e indica, entre esses pontos relações de poder por meio da genealogia constitui, reciprocamente, o efetivo exercício arqueológico de encontrar “peças” e ordená-las estabelecendo uma inteligibilidade que nos permita “ler” práticas sociais articuladas com um campo de saber que produzem, sincronicamente, uma situação estratégica. Portanto, se a história é o foco principal do genealogista, os dispositivos são o foco principal do arqueólogo. Nas obras anteriores de Foucault, embora suas análises fossem direcionadas às formações do saber enquanto práticas discursivas em torno da *episteme*, ele afirma, em *Microfísica do Poder*, que a *episteme* é um dispositivo especificamente discursivo:

Agora, gostaria de mostrar que o que eu chamo de dispositivo é algo muito mais geral que compreende a *épistémè*. Ou melhor, que a *épistémè* é um dispositivo especificamente discursivo, diferentemente do dispositivo, que é discursivo e não discursivo, seus elementos sendo muito mais heterogêneos (FOUCAULT, 2010b, p. 246).

Então, há em Foucault duas modalidades de dispositivo, a *episteme* e o dispositivo de poder. Com a finalidade de compreendermos este conceito e a abrangência que adquire em *Vigiar e Punir*, investigaremos primeiro como este se configura enquanto *episteme* para depois como dispositivo de poder, mostrando as semelhanças e diferenças.

Anteriormente, no primeiro capítulo, destacamos que há em *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, uma curva tangencial acentuada em direção à análise arqueológica, mas por quê? Segundo Revel (2005), o objetivo de Foucault nessas obras é, principalmente em *As palavras e as coisas*, fazer uma história da *episteme*, uma história que investigasse na ordem do saber mostrando as transformações que ocorressem entre os saberes configurando o conhecimento de determinada época na medida em que alguns discursos são elevados ao caráter de cientificidade. A esse tipo de história que opera ao nível da *episteme* Foucault chama de arqueologia (FOUCAULT, 2000, p. XVII e XIX). Portanto, a acentuada curva

tangencial a uma análise arqueológica é devido ao fato de esta proceder ao nível da *episteme* que é um dispositivo estritamente discursivo. Dessa forma, sua análise perpassa por reconfigurações históricas de um dispositivo: “nesse relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico” (FOUCAULT, 2000, p. XIX). O que a arqueologia deve mostrar são as configurações de um espaço do saber. A palavra “espaço” é utilizada para indicar um “plano” em que elementos são dispostos e interligados, estabelecendo determinadas configurações. A *episteme* atua, de acordo com Gomes (1991), como um “subsolo do saber” por onde corre uma rede que articula os discursos de determinada época, “um espaço de *dispersão*, é um *campo aberto*” (FOUCAULT apud REVEL, 2005, p. 42) em que se estabelecem um “feixe de relações e de deslocamentos; não um sistema, *que remetem uns aos outros*, mas a proliferação e a articulação de múltiplos sistemas que remetem uns aos outros” (REVEL, 2005, p. 42). Revel afirma que a *episteme* é um campo aberto e mutável, o que significa que as relações estabelecidas entre eles não são estáticas, determinado discurso pode ser desprendido do jogo de relações e novas articulações podem ser realizadas. Então, as mudanças históricas mostradas pela arqueologia não ilustra progressos realizados pela razão, mas sim que “o modo de ser das coisas e da ordem que, distribuindo-as, oferece-as ao saber, é que foi profundamente alterado” (FOUCAULT, 2000, p. XIX).

Em relação a essa mudança na ordem do saber temos como exemplo o que Foucault fala a respeito do século XVIII, em que este “marca o desaparecimento das velhas crenças supersticiosas ou mágicas e a entrada, enfim, da natureza na ordem científica” (FOUCAULT, 2000, p. 75). Para que ocorresse essa transformação foi necessária uma reconfiguração do dispositivo estritamente discursivo, “daí, toda a *epistémê* da cultura ocidental se acha modificada em suas disposições fundamentais (...) todo esse campo imenso vai assumir uma configuração nova. Podemos, se quisermos, designá-lo pelo nome de racionalismo” (FOUCAULT, 2000, p. 74-75).

Mais adiante, ao tratar da emergência do empirismo, mostra como esta forma de saber se torna estranha à *episteme* clássica (renascentista) que articula os saberes a partir da representação, conferindo-lhe a participação na *episteme* moderna.

Uma tal organização está ligada, na sua possibilidade arqueológica, à emergência desses campos empíricos de que, doravante, a pura e simples análise interna da representação não pode mais explicar. Ela é, portanto, correlativa de um certo número de disposições próprias à *epistémê* moderna (FOUCAULT, 2005, p. 338).

E, em meio a esse emaranhado de relações surgirá o homem como objeto do saber: “a *epistémê* clássica se articula segundo linhas que de modo algum isolam um domínio próprio e específico do homem” (FOUCAULT, 2000, p. 425). Embora não tenhamos por objetivo tratar a questão do homem, observamos aqui a semelhança entre a descrição da *episteme* como “linhas traçadas” com a de Deleuze ao comentar o conceito de dispositivo de poder em Foucault, o que constata o fato de a arqueologia ser a história que trabalha nesse nível de análise. Com as palavras de Foucault: “Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (FOUCAULT, 2008a, p. 214).

Porém, salientamos que a arqueologia, em questão do saber, atua não só no plano da *episteme*, mas também na própria estrutura que configura o discurso, no jogo de associações, organizações e encadeamento de enunciados, conceitos, objetos e temas, pois, como o próprio afirma:

A arqueologia tem, pois, para com elas (figuras epistemológicas,⁸²), duas tarefas: determinar a maneira como elas se dispõem na *epistémê* em que se enraízam; mostrar também em que sua configuração é radicalmente diferente daquela das ciências no sentido estrito (...). Elas constituem, na sua figura própria, ao lado das ciências e sobre o mesmo solo arqueológico, *outras* configurações do saber (FOUCAULT, 2000, p. 506).

Em relação ao dispositivo de poder que surge na década de 70, é feita, em uma entrevista a Alain Grosrichard, a seguinte pergunta a Foucault: “Para você, qual o sentido e a função metodológica deste termo: dispositivo?” (FOUCAULT, 2010b, p. 244). Essa pergunta aponta para duas possibilidades: primeiro, em termos de realidade, de concretude, o que designa no real e, segundo, designa uma forma de leitura da realidade. Interpreta determinados campos da realidade como “dispositivos de poder” e embora seja uma técnica hermenêutica não exclui a existência desses dispositivos para além das práticas discursivas que efetua. No título do livro *Michel Foucault uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, Dreyfus e Rabinow (1995) falam de um Foucault para além da hermenêutica e confirmam nossa suposição com os seguintes apontamentos:

Este dispositivo é, sem dúvida, uma grade de análise construída pelo historiador. É, porém, também, as práticas elas mesmas, atuando como um aparelho, uma ferramenta, constituindo sujeitos e os organizando. Foucault pretende identificar e estabelecer precisamente o tipo de inteligibilidade que as práticas apresentam (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 135).

⁸² Parênteses nosso.

Então, no plano da “função metodológica”, o dispositivo, enquanto instrumento hermenêutico equivale, aproximativamente, à arqueologia, e como instrumento de análise, articula as “peças” permitindo a leitura analítica de um dispositivo real igualmente à arqueologia que faz sobressair ao estabelecer relações entre as “partes”, uma estrutura funcional que constitua ou mostre um dispositivo real. Porém, a equivalência não se completa totalmente, pois a arqueologia aponta como prática a análise do arquivo para “descobrir” as peças que compõem o dispositivo. Podemos apontar também a possibilidade de pensar o dispositivo, em seu caráter hermenêutico como parte integrante da análise arqueológica, pois ao interligar as partes para ler o dispositivo se pressupõe, ou se considera de antemão, a estrutura conceitual do dispositivo.

Visto então o caráter hermenêutico-instrumental do dispositivo direcionaremos como diz Dreyfus e Rabinow (1995), para além da hermenêutica e analisaremos o tipo de funcionamento operatório das relações de poder que Foucault quer mostrar em termos de efetivo acontecimento.

Prosseguindo a entrevista, Foucault responde Alain Grosrichard da seguinte forma:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2010b, p. 244).

Sobre o dispositivo em efetivo ato, podemos dizer que não se trata apenas de um conjunto de elementos discursivos e não discursivos reunidos em uma mesma localidade. A simples disposição das coisas não configura um dispositivo, é preciso relacioná-las e aplicar a elas uma “força motriz” para que funcione em direção a uma objetividade. É preciso direcionar a força de cada elemento canalizando-a e relacionando-a com outra força criando uma movimentação, interligando cada elemento, pois como diz Foucault (2010b, p. 244), “o dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre os elementos,” não é totalmente do âmbito do concreto, da substância, mas é a rede de relações de poder que coordena os movimentos e interações desses elementos objetivamente. Em outras palavras, o dispositivo é uma cartografia diagramatizada cujos fios e vetores são perceptíveis e não visíveis. Em outras palavras, o dispositivo é uma cartografia diagramatizada cujos fios e vetores são perceptíveis e não visíveis. Esta concepção de dispositivo de poder - como rede de relações entre elementos - pode ser aplicada, como indicamos, ao conceito de *episteme*, pois este também

condiz com a relação estabelecida entre elementos heterogêneos (discursos), porém, limitada em um campo de saber. De acordo com Deleuze,

é uma espécie de novelo ou meada, um conjunto multilinear. É composto por linhas de natureza diferente e essas linhas do dispositivo não abarcam nem delimitam sistemas homogêneos por sua própria conta (o objeto, o sujeito, a linguagem), mas seguem direções diferentes, formam processos sempre em desequilíbrio, e essas linhas tanto se aproximam como se afastam uma das outras (DELEUZE, 1990, p. 155)⁸³.

A organização do dispositivo é sempre mutável, embora possa valer dos mesmos elementos materiais, esses são sempre predispostos e redirecionados segundo as mudanças de foco; cada linha está “submetida a *variações de direção* (bifurcada, enforquilhada), submetida a *derivações*”⁸⁴ (DELEUZE, 1990, p. 155). Entre eles “existe um tipo de jogo, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes” (FOUCAULT, 2010b, p. 244). Como exemplo, Foucault (2010b) aponta diversas funcionalidades que podem ser atribuídas a um determinado discurso em um dispositivo, esse “pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade” (FOUCAULT, 2010b, p. 244).

Em *Vigiar e Punir*, Foucault utiliza, embora não intitule a sessão com o nome de dispositivo, no capítulo sobre a disciplina, o subtítulo *A composição das forças* para mostrar como a relação entre os elementos modificam a funcionalidade de um dispositivo. Embora não relacione diretamente o assunto abordado com o conceito de dispositivo, apontamos esse texto como assunto referente, pois, nos apossamos de sua ferramenta e a aplicamos em seu próprio texto para construirmos nossa interpretação, por compreendermos o dispositivo também como instrumento hermenêutico.

No título *A composição das forças*, já está manifestada a possibilidade de nossa interpretação pelo fato de a palavra “composição”, derivada de “compor”, “por com”, indicar a reunião das forças (por uma com ou próximo à outra) as quais por sua vez são derivadas de elementos. As forças, princípio motriz imanente dos elementos, são dispostas espacialmente

⁸³ “es una especie de ovillo o madeja, un conjunto multilinear. Está compuesto de líneas de diferente naturaliza y esas líneas del dispositivo no abarcan ni rodean sistemas cada uno de los cuales sería homogéneo por su cuenta (el objeto, el sujeto, el lenguaje), sino que siguen direcciones diferentes, forman procesos siempre en desequilibrio y esas líneas tanto se acercan unas a otras como se alejan unas de otras” (DELEUZE, 1990, p. 155) Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Obs.: optamos pela referência da publicação espanhola do texto de Deleuze, pois, embora haja o texto traduzido em português (essa mesma versão do espanhol), não encontramos a origem do texto. O mesmo vale para a nota seguinte.

⁸⁴ “Cada línea está quebrada y sometida a variaciones de dirección (bifurcada, ahorquillada), sometida a derivaciones” (DELEUZE, 1990, p. 155). Tradução de Wanderson Flor do Nascimento.

relacionadas com os mecanismos de poder. Agamben aponta, ao analisar o sentido da palavra dispositivo, para uma perspectiva condizente com a nossa. Para ele,

Certamente o termo, no uso comum como no foucaultiano, parece se referir a disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não linguísticos, jurídicos, técnicos e militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito (AGAMBEN, 2005, p. 11).

Essas forças dispostas com suas movimentações e afetos constituirão entre si uma rede configurando um dispositivo. Então, se nosso objetivo é falar de um dispositivo disciplinar, conseqüentemente, apontamos para uma determinada configuração de rede estabelecida entre os elementos proporcionando um efeito. A disciplina, essa articulação das relações de poder em seus múltiplos vetores, irá

construir uma máquina cujo efeito será elevado ao máximo pela articulação combinada das peças elementares de que ela se compõe. A disciplina não é mais simplesmente uma arte de repartir os corpos, de extrair e acumular o tempo deles, mas de compor forças para obter um aparelho eficiente (FOUCAULT, 2007, p. 138).

Importante demarcarmos a diferença entre os conceitos de “dispositivo” e “máquina”. Por dispositivo mostramos que se refere à “rede” invisível a qual direciona e interliga as movimentações de força, configurando relações de poder segundo uma objetividade. Já o conceito de *máquina* refere-se às “peças elementares” movendo-se articuladamente; *máquina*, grosso modo, refere-se às instituições puramente físicas.

Uma das peças elementares, e, talvez, a energia vital que move o funcionamento do dispositivo, é o corpo o qual é a bateria propulsora, a força motriz da máquina, sem ele aplicando sua força não haveria dispositivo de poder. Não é mais definível pelas suas qualidades particulares (coragem, astúcia), mas sim por sua operacionalidade no dispositivo, sua maleabilidade de adequação em diferentes segmentos. O que irá defini-lo é “o lugar que ocupa, o intervalo que cobre, a regularidade, a boa ordem segundo as quais opera seus deslocamentos” (FOUCAULT, 2007, p. 138). O corpo é antes de tudo um “fragmento de espaço móvel” (FOUCAULT, 2007, p. 139) que pode ser desarticulado de um lugar estratégico, modificado e rearticulado em outro segmento, adquirindo operacionalidades distintas. “Todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência” (AGAMBEN, 2005, p. 14). Então, as derivações posicionais dos corpos em um dispositivo demandam uma derivação subjetiva deles. Como parte maleável é sempre reconfigurado pelas relações de poder coordenadas pelos mecanismos, diferenciando-se daquilo que era enquanto sujeito funcional. O homem é, compreendido como *corpo-segmento*, “inserido em todo um conjunto com o qual se articula” (FOUCAULT, 2007, p.

139). Para exemplificar essa funcionalidade e possibilidade maleável do corpo, Foucault (2007, p. 139) cita um trecho da *Ordenação sobre o exercício da infantaria* de 6 de maio de 1755:

Os soldados serão instruídos ‘um a um, depois dois a dois, depois em maior número... Será observado para o manejo das armas, quando os soldados tiverem sido instruídos separadamente, fazê-los executá-lo dois a dois, e fazê-los trocar de lugar alternadamente para que o da esquerda aprenda a se regular pelo da direita’.

O corpo se constitui como peça de uma máquina multissegmentar.

As movimentações dos corpos devem ser cronologicamente combinadas, devem agir sincronicamente, visando o maior aproveitamento de suas forças. A força de cada corpo, ajustado aos demais, permite um fluxo de força a qual promove o movimento contínuo da máquina, pois a menor ruptura do fluxo de força compromete o funcionamento excelente do dispositivo. Para que essa combinação das forças funcione de maneira eficiente, é necessário associar os tipos de ações e movimentos com um conjunto de sinais precisos e claros de caráter indicativo em que ao reconhecê-los o indivíduo responda executando determinado comportamento. São meramente operacionais e objetivos, não há acoplados a eles um aparato discursivo explicativo que justifique e demonstre o porquê da ação; sua funcionalidade aparece em comportamentos fixados no par estímulo-resposta:

o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. Colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma (FOUCAULT, 2007, p. 140).

Para que haja esse funcionamento eficiente com elevado grau das forças agindo combinatoriamente e respondendo positivamente aos sinais e delimitações cronológicas, é necessário que os corpos estejam em “desenvolvido” estágio de docilidade. Portanto, o dispositivo disciplinar em sua forma genérica produz a si mesmo à medida que “autoproduz” suas “peças orgânicas” e as tornam universalizáveis, pois um corpo, acostumado ao regime disciplinar de uma maquinaria, é facilmente readaptável e utilizável em outra.

O dispositivo disciplinar “para realizar a combinação das forças, organiza ‘táticas’” (FOUCAULT, 2007, p. 141), “arte de construir com os corpos localizadas atividades codificadas e as aptidões formadas” (FOUCAULT, 2007, p. 141). Por meio da aplicação de um plano, de uma racionalidade, ao dispor os corpos, esses são interligados por meio de ações e sinais em atividades segmentadas e sequenciais, visando um todo ordenado, que executa uma atividade. A tática também forma ou desenvolve as aptidões do corpo ao prescrever os exercícios a serem realizados, o faz segundo as potencialidades que visa desenvolver nele.

Dessa forma, a tática é a prescrição de atividades que ocasionam dois tipos de efeitos: primeiro, produzir um funcionamento interpessoal e; segundo, produzir o aumento da potencialidade do corpo. Os conceitos de *tática* e *estratégia* em Foucault são coisas parecidas, porém distintas. A *estratégia*, como vimos, é o efeito inteligível da forma como as relações de poder se estruturam visando uma finalidade, a *tática* é causa imanente das relações de poder configuradas como dispositivo que, assim como a estratégia, visa a um a finalidade. A estratégia não possui um estrategista, a tática é uma ciência, um saber ⁸⁵.

Então, o que descreveremos arqueologicamente, de fato, é o dispositivo de poder disciplinar, a partir da composição de suas peças, cuja função é extrair o máximo de força possível. Elas serão divididas em dois grupos, pois Foucault aborda o poder disciplinar primeiro falando de suas características peculiares, que são: a *arte das distribuições*, relação entre corpos e espaços; o *controle das atividades*, relação do corpo com suas partes e com objetos e; *organização das gêneses*, relação do corpo com o tempo. O outro grupo está contido no que ele chama de *Recursos para o bom adestramento*, que consiste em microdispositivos os quais atuam interligados no interior do dispositivo disciplinar proporcionando o funcionamento eficaz da máquina. São os dispositivos de *vigilância hierárquica*: articulação entre espaços e olhares; a *sanção normalizadora*, articulação entre regulamentos, normas, punições, indivíduos e; o *exame*, articulação dos dois outros microdispositivos, produzindo um campo de saber.

3.2. As características peculiares do poder disciplinar: a arte das distribuições, o controle das atividades e a organização das gêneses.

“Os arquitetos modernos estão descobrindo uma forma que não era conhecida antigamente” (GIULIUS apud FOUCAULT, 2002, p.105). Essa frase, na obra *Lições sobre as*

⁸⁵ “aos olhos da maior parte dos militares, a tática não passa de um ramo da vasta ciência da guerra; aos meus, ela é a base dessa ciência; ela é a própria ciência, pois ensina a constituir as tropas, a ordená-las, a movê-las, a manda-las combater; pois só ela pode completar o número e manejar a multidão; ela incluirá enfim o conhecimento dos homens, das armas, das tensões, das circunstâncias, pois são todos esses conhecimentos reunidos que devem determinar esses movimentos. [Ou ainda]: Esse termo (tática)... dá a ideia da posição respectiva dos homens que compõem uma tropa, das diversas tropas que compõem um exército, de seus movimentos e ações, das relações que têm entre si” (FOUCAULT, 2007, p. 141).

prisões de Julius, 1830, indica o alvorecer de um novo “monumento” arquitetônico, algo que modifica drasticamente a forma de os homens se relacionarem com os espaços e, ao se relacionarem de formas diferentes com os espaços, diferenciam o relacionamento entre si e, também, uma mudança na racionalidade dos arquitetos. Anterior a esse fato, a racionalidade dos arquitetos estava voltada para o seguinte problema: “como possibilitar o espetáculo de um acontecimento, de um gesto, de um único indivíduo ao maior número de pessoas”? (FOUCAULT, 2002, p. 105). Esse era o grande problema das sociedades anteriores à modernidade clássica; o povo participava dos acontecimentos significativos que estruturavam a sua unidade como povo. As construções públicas tinham sua estrutura erguida visando proporcionar o “espetáculo” ao maior número de pessoas, ou seja, para que todos possam ser capazes de presenciar um só indivíduo executar uma ação cujo corpo é repleto de simbolismos e enunciados. É o caso, por exemplo, do “sacrifício religioso, acontecimento único de que deve participar o maior número possível de pessoas; é também o caso de teatro que deriva, aliás, do sacrifício” (FOUCAULT, 2002, p. 105). Essa preocupação presente, de início, na sociedade grega (pois esta era uma sociedade em que as pessoas participavam dos acontecimentos importantes que caracterizavam esse povo, sacrifícios religiosos, teatro e discursos políticos) se perpetuará até a época moderna.

Além dessas questões, anterior ao século XVIII, a arquitetura também tinha como necessidade “manifestar o poder, a divindade, a força” (FOUCAULT, 2010b, p. 211). Os palácios e as igrejas manifestavam essas formas em suas grandes construções, procurava-se manifestar a força e a majestade do soberano por um lado e a divindade e perfeição de Deus por outro. Durante muito tempo a arquitetura girou em torno dessas exigências. No final do século XVIII, surgem novos problemas, procurava-se uma forma de utilizar e organizar o espaço de maneira que se torne um espaço operacional que possibilite alcançar determinados objetivos econômicos e políticos (FOUCAULT, 2010b).

Giulius constata sobre a questão acima, ao fazer suas análises, que o problema com o qual a sociedade moderna se depara é o inverso da sociedade antiga: “Quer-se fazer com o que o maior número de pessoas seja oferecido como espetáculo a um só indivíduo encarregado de vigiá-los” (FOUCAULT, 2002, p. 106). Percebe-se que a preocupação moderna é encontrar uma arquitetura que favoreça a um sistema de vigilância. Aparece aqui o primeiro elemento e as primeiras linhas do dispositivo de poder disciplinar: a organização do espaço que busca tem por princípio organizar os indivíduos e ligá-los a um sistema de vigilância. Então, nesse primeiro “plano”, o corpo, como elemento manipulável do

dispositivo, é pensado como objeto que deve ser submetido a dois vetores de força: um que o fixa a uma espacialidade, e o outro, que o submete a uma condição de vigilância. Inicia-se a formulação de um ordenamento tático dos elementos para compor um dispositivo, pois, como exposto, a disposição dos elementos e suas articulações obedecem a uma racionalidade operacional (tática).

Essa questão será resolvida com o modelo arquitetônico do panóptico de Jeremy Bentham (século XVIII), o qual propõe um modelo de prisão em que a disposição das celas obedece a uma estrutura circular. Em cada cela é mantido um prisioneiro e, no centro, há uma torre cujos vidros das janelas permitem a quem está no interior vigiar todos simultaneamente, inviabilizando a percepção dos prisioneiros sobre a presença do vigia. Portanto, o panóptico oferece uma proposta de arquitetura racionalizada em que os indivíduos são separados e demarcados em uma localidade específica.

(...) nessas celas vai ser colocado um indivíduo, um só; isto é, nesse sistema, que vale para um hospital, uma prisão, uma oficina, uma escola, etc., em cada um desses alojamentos vai ser posta uma só pessoa; ou seja, cada corpo terá seu lugar. Vinculação espacial, por conseguinte. E para qualquer direção que o olhar do vigilante puder se voltar, no fim de cada uma dessas direções, o olhar vai encontrar um corpo (FOUCAULT, 2006c, p. 93).

É o dispositivo panóptico que proporcionará à disciplina efetuar o que Foucault chama de *arte das distribuições*, porque para distribuir os indivíduos no espaço é necessária uma delimitação e demarcação, ele precisa se enquadrar a uma racionalidade. Dessa forma, o princípio da organização espacial atualiza uma funcionalidade tática do diagrama panóptico.

A *arte das distribuições* é um conjunto de técnicas que funciona ajustando-as uma a outra, são elas: a *cerca*, a *localização imediata* ou *quadriculamento*, as *localizações funcionais* e a *fila*.

A *cerca* corresponde à delimitação de um local tornando-o específico para determinados fins e diferenciando-o dos outros lugares de convívio social. Embora haja uma heterotopia em relação aos espaços exteriores, os disciplinares constituem, mesmo cercados, uma isotopia entre eles. Todos são semelhantes, pois seguem o mesmo princípio de funcionamento, erguidos sobre a mesma planta, o panóptico. A *cerca*, muros altos com portões trancados, proporciona o encarceramento dos indivíduos, funciona como um princípio ou uma rede de “sequestro”⁸⁶ em que os indivíduos, uma vez dentro, devem se dedicar às

⁸⁶ As instituições panóptica também são compreendidas por Foucault com o nome de *Instituições de Sequestro* devido ao fato de, ao delimitarem um espaço diferenciado por meio da cerca, manterem os indivíduos reclusos:

atividades e aos regulamentos próprios de cada instituição durante a parte do dia em que permanecem submetidos à reclusão (ou talvez por um longo período no caso das instituições de internamento). Estabelece-se, dessa forma, uma prática de clausura que, segundo Morais (1999), é uma herança dos conventos, “onde se exige uma solidão da alma e do corpo” (MORAIS, 1999, p. 38). Então, os muros do dispositivo não são somente “cimento erguido”, mas linhas de força que demarcam as bordas do dispositivo, seus limites em relação ao exterior. Essa prática, como afirma Morais, possui uma *Herkunft*, os conventos, cujo objetivo era proporcionar uma solidão aos indivíduos para que pudessem encontrar consigo mesmos. Complementando essa pequena genealogia, essa prática de clausura a que Deleuze (2005) se refere como internamento, porque se tornara compulsória no século XVII em relação à Grande internação, teria um objetivo diferente – excluir os sujeitos indesejados da sociedade, dentre eles – o louco. No século XVIII, a internação tem por objetivo incluir os indivíduos no sistema de produção; sua função é fixar os indivíduos no espaço e utilizar seus corpos (DELEUZE, 2005, p. 51-52). O corpo herda essas práticas de solidão, porém a solidão dos mosteiros é convertida em isolamento para que os corpos encontrem somente com suas atividades.

A funcionalidade da *cerca* se torna clara quando Foucault fala de sua utilização na composição dos quartéis: “(...) é preciso fixar o exército, essa massa vagabunda; impedir a pilhagem e as violências; acalmar os habitantes que suportam mal as tropas de passagem; evitar os conflitos com as autoridades civis; fazer cessar as deserções, controlar as despesas” (FOUCAULT, 2007, p. 122). Então, a *cerca* proporciona um maior controle das tropas de forma que evita a circulação deles pela cidade, o que acarreta transtornos em relação à sociedade civil tal como despesas e perdas de quantitativo do exército.

Em relação à fábrica, Foucault destaca um elemento de fundamental importância: o *guardião*. Uma vez que as pessoas devem ser mantidas enclausuradas nas instituições, faz-se necessário o controle dos portões.

“todas essas instituições – fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão – têm por finalidade não excluir, mas, ao contrário, fixar os indivíduos. A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção. E escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos (...). Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens” (FOUCAULT, 2002, p. 114).

O guardião ‘só abrirá as portas à entrada dos operários, e depois que houver soado o sino que anuncia o reinício do trabalho’; quinze minutos depois, ninguém mais terá o direito de entrar, no fim do dia, os chefes de oficina devem entregar as chaves ao guarda suíço da fábrica que então abre as portas. É por que, à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e ‘cabalas’); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho (FOUCAULT, 2007, p. 122).

A *arte das distribuições*, após um primeiro momento de “capturar” uma massa desordenada, organiza nesse espaço de forma a coordená-la e delimitar finalidades. Permite localizar cada indivíduo em um lugar específico ao qual deve sempre ocupar até que, segundo o funcionamento do dispositivo, seja necessário realocá-lo. A essa técnica de associação entre indivíduo e espaço Foucault chama de *quadriculamento*, ou seja, o espaço é delimitado segundo “medidas-limites”, que estabelecem a área de atuação do corpo, cada corpo deve atuar dentro das marcações espaciais estabelecidas.

O *quadriculamento* desintegra os grupos distribuindo os compadres de forma a não se acessarem uns aos outros, segregando, dessa forma, os espaços de ação de cada um deles. Ao terem associados a si espaços demarcados, o não preenchimento da quadratura denuncia a não atividade do indivíduo, seu desaparecimento, sua circulação difusa pela instituição e a prática de atividades desviantes ou perigosas, enfim, o *quadriculamento* é uma “tática de antideserção, antivadiagem, de antiaglomeração” (FOUCAULT, 2007, p. 123).

A disciplina, por meio do *quadriculamento*, organiza, também, um “espaço analítico”. As localizações espaço-individuais submetem os indivíduos a um constante regime de vigilância, o que permite localizar quem está fora de sua posição por falta ou vadiagem, ou seja, “se baseia no princípio de presença e ausências” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 171). Possibilita, também, perceber se há algum distúrbio de organização e onde ocorre, localizando os causadores. Submete os comportamentos eficientes e desviantes a uma constante observação e anotação produzindo um conhecimento analítico-comportamental de cada um e demarcando suas potencialidades e fragilidades o que, em caso de rearticulações do dispositivo, permite interligar essa “peça” em um segmento em que sua força seja mais bem absorvida. A organização proporcionada pelo espaço analítico disciplinar permite a articulação de todos os mecanismos os quais veremos. A partir dessa organização, é possível manter os indivíduos em vigilância constante, produzir um saber sobre eles, sancionar comportamentos, prescrever exercícios e articular movimentos entre os eles e as ferramentas. Na delimitação espacial é projetada a estrutura tática da constituição do dispositivo disciplinar, tudo se inicia com a disposição dos elementos.

Individualizados os sujeitos, a próxima característica da *arte das distribuições* consiste em aplicar um funcionamento às quadraturas, o que Foucault (2007, p. 123) chama de *regra das localizações funcionais*. O espaço celular é codificado discursivamente por regulamentos os quais determinam a operacionalidade que o indivíduo deve estabelecer com o espaço a ele atribuído, trata-se de criar um espaço útil. Ele assinala dois tipos de espaços funcionais: o que opera enquanto instituição, e o espaço celular interno à instituição. Em relação ao primeiro tipo, Foucault (2007, p. 123) cita o exemplo de um hospital marítimo no porto militar de Rochefort, que por ser um local de intenso fluxo de pessoas desconhecidas, funcionava como um filtro detector de doenças, imoralidades, deserções, contágios, contrabandos, etc. Assim, esse hospital deve fixar e quadricular esses indivíduos desconhecidos e submetê-los a uma análise de suas condições físicas e morais. Nesse caso, “a vigilância médica das doenças e dos contágios é aí solidária de toda uma série de outros controles: militar sobre os desertores, fiscal sobre as mercadorias, administrativo sobre os remédios, as razões, os desaparecimentos, as curas, as mortes, as simulações” (FOUCAULT, 2007, p. 123). Pouco a pouco, por meio dos mecanismos de controle, delimitação de saberes sobre os internados e lugares a eles fixados, o espaço terapêutico se articula, de forma que haja um funcionamento conjunto em que todos os “espaços de controle” sejam o mesmo espaço. Segundo Deleuze (2005), Foucault mostra o funcionamento do hospital marítimo como um dispositivo (agenciamento) atualizador de três diagramas (máquinas abstratas) de poder, um diagrama médico, um diagrama administrativo e um diagrama político. Esse espaço institucional e multifuncional “tende a individualizar os corpos, as doenças, os sintomas, as vidas e as mortes; constitui um quadro real de singularidades justapostas e cuidadosamente distintas” (FOUCAULT, 2007, p. 124).

As fábricas que surgiram no fim do século XVIII o princípio da funcionalidade aplicada ao quadriculamento tornou-se mais complexo. Além de distribuir e localizar os indivíduos, é preciso articulá-los a aparelhos que possuem exigências próprias. O corpo deve ser adaptado a mover-se (direcionar seus atos) em detrimento da operacionalidade do aparelho que irá operar na espacialidade que ocupar (segundo tipo de espaço funcional). Há um “posto” determinado com demandas de movimentos restritos e peculiares que o corpo deve se adequar para servir. Ocorre, pois, uma projeção sobre o indivíduo da operacionalidade atribuída aos espaços das fábricas, dessa forma,

para que a operação seja a mais eficiente e produtiva, é necessário definir previamente a natureza dos elementos a serem utilizados; encontrar indivíduos que se adequem à definição proposta; localizá-los no espaço ordenado; encontrar um

paralelo na distribuição de funções dentro da estrutura do espaço que operam (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 171).

A organização dos indivíduos permite realizar uma vigilância ao mesmo tempo geral e individual, verificar a presença do indivíduo ao seu posto de trabalho simultaneamente à sua aplicação e qualidade no desenvolvimento da atividade, compará-los entre si estabelecendo hierarquias segundo o desempenho e acompanhar todos os estágios de produção. Todas essas seriações formam, funcionando concomitantemente, um quadriculado, ou, segundo Dreyfus e Rabinow, uma *grade* que, “uma vez estabelecida, (...) permite assegurar a distribuição dos indivíduos a serem disciplinados e supervisionados; este procedimento facilita a redução de multidões perigosas ou de vagabundos, que vagam por toda a parte, a indivíduos dóceis e fixados” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 171). O quadriculado ou a grade, produzidas a partir da arte das distribuições, permanente produz múltiplos efeitos:

as confusões se desfazem; a produção se divide e o processo de trabalho se articula por um lado segundo suas fases, estágios ou operações elementares, e por outro, segundo os indivíduos que o efetuam, os corpos singulares que a ele são aplicados: cada variável dessa força – vigor, rapidez, habilidade, constância – pode ser observada, portanto caracterizada, apreciada, contabilizada e transmitida a que é o agente particular dela. Assim afixada de maneira perfeitamente legível a toda série dos corpos singulares, a força de trabalho pode ser analisada em unidades individuais (FOUCAULT, 2007, p. 124-125).

Porém, o quadriculamento funcional não é feito por demarcações aleatórias. A alocação dos indivíduos nesses espaços obedece a critérios específicos, variando de gradações hierárquicas de aptidão, condição higiênica e econômica e, também, a dissolução das fragilidades de alguns indivíduos, os quais são divididos por classes e essas, consecutivamente, organizar-se-ão compondo uma *fila* (FOUCAULT, 2007, p. 125). A posição que o indivíduo ocupa na fila diz ou expressa o que ele é no âmbito de sua funcionalidade, “cada um se define pelo lugar que ocupa na série, mas também pela distância que o separa dos outros” (FOUCAULT, 2007, p. 125). Ou seja, em uma escala de aptidões, cabem aos mais exercitados (eficazes em suas tarefas) os lugares de valoração hierárquica superior e, à medida que progridem em seu desempenho, sua posição na *fila* muda proporcionalmente. É uma forma de, ao graduá-los em escala, permitir que a autoridade do local direcione maior atenção, seja em caráter estimulador ou punitivo, aos que não contemplam às exigências. A *fila* articula, enquanto organização do espaço, os vetores da *arte das distribuições* com o dispositivo da *sanção normalizadora*. Dessa forma, é um ponto de conexão de forças, disposição espacial e punição disciplinar em que se articulam o dispositivo disciplinar. “Determinando lugares individuais tornou possível o controle de cada um e o

trabalho simultâneo de todos” (FOUCAULT, 2007, p. 126); além da localização associativa da pessoa ao lugar, a fila também proporciona montar linhas ou segmentos de produção.

Ao criar uma tática de produção processual, em que cada etapa da *fila* possui uma funcionalidade e uma dependência do desempenho simultâneo e sincronizado, permite localizar as deficiências e corrigi-las de variadas formas (punição, exclusão ou rebaixamento do indivíduo a uma posição inferior na escala hierárquica da fila).

A disciplina, ao organizar os espaços, projeta sobre eles uma racionalidade que os tornam multifuncionais, ao mesmo tempo em que segue uma arquitetura, estipula posições hierárquicas. São espaços que fixam os indivíduos, organizando uma massa antes confusa e desordenada, dando a ela um sentido, constituindo o que Foucault (2007, p. 126) chama de *quadros vivos*. Eles reúnem, concomitantemente, uma tática, uma taxionomia e uma economia. A tática aplicada sobre o espaço permite distribuir uma multidão e individualizá-la; dessa forma, estabelece uma economia sobre o corpo governando-o e extraíndo dele o maior número de efeitos possível. Quanto à taxionomia proporcionada pela constituição de quadros vivos, Migowsk (2013, p. 48) coloca como uma hierarquização dos espaços, pois ao classificar cada indivíduo estabelecendo suas diferenças, segrega-os a espacialidades determinadas quanto à sua locomoção. Migowsk aponta para a constituição de espaços restritos a alguns indivíduos de classificações específicas, estabelece uma “distância” entre determinados indivíduos, sobre os quadros vivos, diz que são “locais específicos onde o indivíduo deve permanecer e que o define perante os outros através da distância, sobre a forma de uma taxinomia. É neste perímetro limitado que pode haver a circulação, sempre de modo controlado e somente entre semelhantes” (MIGOWSK, 2013, p. 48). Embora a arte das distribuições enquadre os indivíduos em quadraturas, esses não permanecem presos, impossibilitados de circularem pelo dispositivo, porém o deslocamento é sempre restrito e controlado.

Ao estipular quadros, a disciplina também permite uma avaliação do “caráter” (aptidões, etc.) do indivíduo, classificando-o em tipologias e ligando-o a outros indivíduos. A *arte das distribuições*, que configura um espaço físico submetido a uma tática, constitui a base para que se crie uma rede microfísica de poder; é possibilitadora de relações de poder. Uma vez que o dispositivo é a “rede” que liga um elemento ao outro, o espaço individualiza e dispõe esses elementos, regulamentando as possibilidades de ação de determinada quadratura

a ser relacionada com outra. Portanto, a arte das distribuições é “a base para uma microfísica de um poder que poderíamos chamar de ‘celular’” (FOUCAULT, 2007, p. 127).

Inseridos e distribuídos celularmente, os indivíduos, dispostos e abertos às possibilidades de ação, serão articulados com dois outros elementos para que operem as funcionalidades atualizadas regularmente em seus corpos: o horário⁸⁷ e o instrumento.

“O *horário*: é uma velha herança” (FOUCAULT, 2007, p. 127). De fato, Foucault está fazendo – ao analisar arqueologicamente esse elemento, essa peça – uma genealogia como análise da *proveniência*. Velha herança que o homem moderno atualiza para demarcar todas as suas atividades que começou com as comunidades monásticas e se difundiu como mecanismo de controle das atividades por várias instituições, “muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais” (FOUCAULT, 2007, p. 128). Desde então, as demarcações temporais passaram a ditar determinados comportamentos e atividades que deveriam ser realizadas no interior dessas instituições. Estabelecido o “espaço”, o local em que o indivíduo irá ocupar em uma multiplicidade ordenada, a demarcação do tempo estipulará modalidades de ação que devem ser realizadas, ininterruptamente, até que soe outro “sinal” que coordene os indivíduos a mudarem de comportamentos e, também, em alguns casos, a se moverem alternando a configuração do dispositivo. Podemos ver que um dispositivo pode metamorfosear-se em outro a partir da combinação dos elementos *espaço* e *horário*. De acordo com a finalidade a ser alcançada, a partir de demarcações de horários, se transfigura em outro, talvez precise de outras finalidades preliminares, o que é alcançado com o rearranjo dos indivíduos ditado pelas demarcações temporais. Assim, podemos afirmar a não rigidez de um dispositivo e também o seu caráter “transmutativo”.

Essa demarcação herdada das comunidades monástica será redefinida pela disciplina em seu conjunto para melhor integrá-la ao dispositivo. As demarcações temporais conterão, a cada vez, menor prolongamento do tempo. Quanto mais demarcações, maiores os controles e

⁸⁷ As instituições de sequestro terão como função implicar o controle e o confisco do tempo dos indivíduos, portanto, essas instituições, de certa forma, “se encarregam de toda a dimensão temporal da vida dos indivíduos” (FOUCAULT, 2002, p. 116). Porém, para que isso ocorra é preciso que os indivíduos coloquem seu tempo à disposição dessas instituições, então, a sociedade industrial, cujo funcionamento disciplinar possui um arranjo estratégico para que os indivíduos predisponham-se ao sequestro. O tempo do homem adquire um status de mercadoria, o tempo é negociável entre as partes e, firmado o acordo, o sequestro voluntário ocorre de forma que o tempo será extraído do corpo dos indivíduos, sincronizado com os exercícios e atividades, por meio da produção. Essa comercialização do tempo, sua capitalização, de fato, foi um fator essencial para a constituição da sociedade industrial (FOUCAULT, 2002, p. 116).

a ordenação sincrônica dos gestos dos indivíduos. Elas empregam um *ritmo* às atividades, compassos que demarcam a harmonia dos movimentos no dispositivo.

À última pancada do relógio, um aluno baterá o sino, e, ao primeiro toque, todos os alunos se porão de joelhos, com os braços cruzados e os olhos baixos. Terminada a oração, o professor dará um sinal para os alunos se levantarem, um segundo para saudarem Cristo, e o terceiro para se sentarem (LA SALLE⁸⁸ apud FOUCAULT, 2007, p. 128).

Procura-se garantir, ao demarcar horários, a maior utilização possível desse tempo de forma que o indivíduo se mantenha sempre conectado aos seus afazeres. Trata-se, segundo Meneses e Souza (2010, p. 28), “de construir um tempo integralmente útil, sem desperdícios”. Ou seja, o tempo não é dado previamente, não existe um tempo atemporal; é construído segundo delimitações de horários e preenchimento dessas delimitações com atividades. Para que esse tempo seja construído e sustentado, tudo o que perturbe as atividades deve ser banido do espaço de trabalho. As relações de poder devem ser instauradas de forma a conduzirem as atitudes a um projeto determinado e serem coesas, visando à integralidade útil do tempo. Para isso é necessário um controle ininterrupto, uma fiscalização das atividades e a anulação de todas as distrações. “O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício” (FOUCAULT, 2007, p. 129).

Portanto, o ato terá que ser temporalmente elaborado (FOUCAULT, 2007, p. 129), ordenado por sequências de ação cronometricamente sucedidas, demarcadas por um relógio e sinais de comando. O tempo é internalizado pelo corpo, que se acostuma às demarcações, constituindo a subjetividade do indivíduo. O corpo deve adequar-se a um “programa” de funcionamento automatizado ao desencadear suas ações, assim, “define-se uma espécie de esquema anátomo-cronológico do comportamento” (FOUCAULT, 2007, p. 129). O corpo, dessa forma, “se ajusta a uns imperativos corporais⁸⁹” (GAUNA, 2001, p. 117), sujeitando-se a um ritmo pré-estabelecido e ao objeto manipulado. O tempo penetra no corpo configurando-o como um “corpo-máquina” (GAUNA, 2001, p. 117), criando segmentos coordenados de cada membro e de cada articulação. O ato é decomposto em séries, define-se uma posição do corpo de forma com que todos os seus membros se articulem proporcionando maior eficácia⁹⁰. “O corpo é dividido em unidades, por exemplo, as pernas e os braços. Estas unidades são

⁸⁸ A obra de La Salle da qual esta citação é parte, de acordo com as notas de Foucault, da obra *Conduite des écoles chrétiennes*.

⁸⁹ “el cuerpo se ajusta a unos imperativos corporales” (GAUNA, 2001, p. 117) tradução nossa.

⁹⁰ A partir dessa exposição da relação corpo-tempo se torna mais claro quando Foucault diz que o tempo é uma velha herança dos mosteiros e a associação disso com a análise da *proveniência* por meio da genealogia. Como

tomadas separadamente e submetidas a um treinamento preciso e calculado” (DREYFUS e RABINOW, 1995, p. 169), ordenado segundo as delimitações temporais.

Então, o poder disciplinar vai mais além do que impor uma sequência aos gestos, ele articula todo o corpo visando a maior eficácia, é “no bom emprego do corpo, que permite um bom emprego do tempo, nada deve ficar ocioso ou inútil: tudo deve ser chamado a formar o suporte do ato requerido” (FOUCAULT, 2007, p. 130).

A disciplina, além de articular globalmente o corpo de forma a interligar todos os “nervos” direcionando-os à execução de um movimento, articula o corpo disciplinado a instrumentos diversos, há uma adequação ou aderência entre corpo e ferramentas. Compõe-se assim um complexo funcional em que a cronometria do corpo prolonga-se ao aparelho operado, o que Foucault chama de “codificação instrumental do corpo” (FOUCAULT, 2007, p. 130). O gesto é decomposto, articulado e sequenciado em duas séries paralelas: a série dos elementos referentes ao corpo, que é organizada em uma sequência e interação cosmológica de seus membros, e a série dos elementos correspondentes ao objeto, os quais devem ser dispostos de forma que haja uma aderência do corpo ao objeto ou vice-versa. Realizadas essas séries, esses elementos são associados entre si segundo certo número de gestos, determinando o encadeamento deles e inter-relacionando os elementos em um composto unitário e articulado.

A partir da decomposição tempo-corpo, a disciplina estabelece um princípio de *utilização exaustiva* do tempo, o qual cronometrado e incorporado pelos indivíduos deve aumentar, sempre que possível, o número de segmentos e divisões. O compasso que marca o ritmo dos atos deve encurtar-se sempre que houver folego para extrair, de forma maximizada, as forças do corpo e empregá-las em ações codificadas.

A segmentação do tempo deve proceder sem limites demarcados tendendo ao seu “átomo”, pois quanto maior a quantidade de fragmentações cronométricas, maior a coerção sobre o corpo e, conseqüentemente, maior rapidez e eficácia nos movimentos. “Se deve procurar intensificar o uso do mínimo instante, como se o tempo, em seu próprio

vimos no capítulo I, a análise da proveniência é a entrada na história do corpo com suas heranças, coisas há muito produzidas que o marcam e o moldam constituindo o que somo na atualidade. Portanto, esse fato de o tempo penetrar no corpo e o configurar visando modos de existência marcando-o em sua singularidade é uma prática que reproduzimos incessantemente ao longo da história, mas que, por não conhecermos a origem, tornou-se algo inerente à “natureza” do homem como forma de organizar e seguir sua vida. O homem moderno tem a tendência de evitar o desperdício do tempo visando à eficácia de seus costumes, mas, tal prática oprime sua existência, pois se trata de um mecanismo normalizador da sociedade. Há muito criado e sempre presente, porém sua proveniência e efeitos lançados ao esquecimento.

fracionamento, fosse inesgotável” (FOUCAULT, 2007, p. 131), ou seja, deve-se exaurir o tempo e o corpo para obter maior quantidade de força.

Essa sujeição do corpo ao controle das atividades proporcionará uma visão diferente sobre ele, o qual não mais se reduzirá a uma máquina operacional e operadora; é descoberto como um organismo resiliente com seus ritmos e necessidades particulares, portador de força que o move a determinados direcionamentos. Então, o corpo aparece, dado a novas formas de saber, como um organismo que, se submetido a um treinamento ou a atividades constantes, é passível de adaptação. Percebe-se que é potencializado e aprimorado ao ser estimulado em determinado sentido; de certa forma, é “construído” e submetido a um regime de governo exterior à suas próprias forças. Porém, o corpo possui funcionalidades limitadas, sua resiliência não é estendida *ad infinitum*. Nos exercícios impostos, ele se correlaciona a determinadas coerções estabelecendo um aparelho complexo, porém, rejeita, espontaneamente, aquilo que lhe é incompatível. Portanto, a temporalização do corpo permite não só um saber sobre as condições corporais dos indivíduos quanto suas potencialidades a serem desenvolvidas, como também sobre quais coerções podem ser acopladas ao corpo, para desenvolver e extrair essas qualidades como força produtiva. Dessa forma, o poder disciplinar tem por correlato não só uma individualidade “celular” segundo uma racionalidade, mas também que essa individualidade é algo “orgânico”, que possui suas peculiaridades e limitações.

Foucault diz que a partir do século XVIII surgem técnicas que proporcionam a “capitalização do tempo”, ou seja, gerar e acumular tempo em seus corpos, forças e capacidades de forma que seja possível utilizá-las e controlá-las. A capitalização do tempo é possível por quatro processos: O primeiro condiz em dividir a duração temporal em segmentos sucessivos ou paralelos. Em cada segmento há uma especificidade de exercícios diferentes em que a mudança de um segmento ao outro só pode ocorrer após o domínio dos exercícios do segmento presente. “O exercício corporal é um adestramento do corpo, adestramento da habilidade, da marcha, da resistência, dos movimentos elementares, e isso segundo uma escala gradual”⁹¹ (FOUCAULT, 2006c, p. 60).

Os segmentos devem estar conectados um ao outro criando uma sequencialidade em que a finalidade deles ocorra por etapas sucessivas.

⁹¹ Foucault neste trecho está se referindo ao exército prussiano do século XVIII.

Ensinar sucessivamente a postura, depois a marcha, depois o manejo das armas, depois o tiro, e só passar a uma atividade se a anterior estiver completamente adquirida: ‘É um dos erros principais mostrar a um soldado todos os exercícios ao mesmo tempo’⁹², enfim decompor o tempo em sequências, separadas e ajustadas (FOUCAULT, 2007, p. 134).

O segundo processo, essas sequências devem ser organizadas analiticamente de forma que a sucessão de uma a outra siga um grau crescente de complexidade e o terceiro, os segmentos devem ser finalizados com a aplicação de uma prova que possui uma tríplice função, de “indicar se o indivíduo atingiu o nível estatutário, de garantir que sua aprendizagem está em conformidade com a dos outros, e diferenciar as capacidades de cada indivíduo” (FOUCAULT, 2007, p. 134). O último processo consiste em estabelecer, de acordo com a posição segmentar dos indivíduos, séries de exercícios que visam ao aprimoramento do corpo do indivíduo. As séries devem ser sucessivas, pois terminando uma série o indivíduo é remetido à outra, de maneira que se encontre sempre preso numa série temporal que define, especificamente, seu nível ou categoria.

A colocação em séries permite um melhor controle sobre os indivíduos e também saber de qual deles deve se dispor para determinadas tarefas, de acordo com o nível de complexidade ao qual o indivíduo está inserido. Essas técnicas de segmentação do tempo criam uma espécie de “tempo evolutivo” (FOUCAULT, 2007), pois tende a cumprir o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos visando a um crescente aprimoramento. Foucault aponta para uma “individualidade-gênese”. A respeito da palavra “gênese”, interpretamo-la como algo de ordem “elementar” (não confundindo com essência) no indivíduo que é manipulável, algo da própria “genética” que determina características. A “individualidade-gênese” corresponde à “manipulação genética”, não pela biomedicina, mas sim pelo “exercício”. Foucault, de forma alguma, refere-se a alterações no DNA humano para moldar características, utiliza essa expressão para indicar um indivíduo que, submetido a determinadas séries de exercícios, sofre mudanças na produção de sua subjetividade e, conseqüentemente, na forma de agir. Na medida em que o indivíduo avança pelas séries de exercícios, suas características são alteradas; há uma constante evolução e aprimoramento do corpo buscando aproximar-se de uma excelência em que as características do indivíduo alteram-se progressivamente. Assim, Foucault confirma nossa proposta: “o exercício permite uma perpétua caracterização do indivíduo seja em relação a esse termo, seja em relação aos outros indivíduos, seja em relação a um tipo de percurso” (FOUCAULT, 2007, p. 136).

⁹² Segundo nota de Foucault, esta citação consta em SERVAN, J. **Le Soldat citoyen**, 1780, p. 456.

Então, a disciplina produz individualidades que contemplam três características fundamentais imanentes no mesmo corpo: a genética, que promove uma mutabilidade progressiva nas características; a celular, que é a delimitação em um espaço funcional; e a orgânica, que se refere ao corpo em sua maleabilidade resiliente, porém limitada. Logo, a disciplina opera essas três individualidades-forma no sujeito, visando o domínio, o aprimoramento e a utilização do seu corpo ⁹³.

A partir dessa modelação celular, orgânica e genética do indivíduo, Foucault afirma que para além do fato de se apropriar do corpo e extrair suas forças, compondo segmentos combinatórios, o poder disciplinar tem como função primordial “adestrar” os indivíduos. O corpo “adestrado”, treinado para a subserviência, colabora com o controle exercido sobre si, pois o poder está imerso em suas “entranhas”. Então, a disciplina fabrica indivíduos, sequestra uma massa desordenada e confusa e a transforma, gradualmente, em peças do dispositivo. Porém, a temporalização do corpo e o seu aprimoramento por meio dos exercícios, a modelagem de suas características, só serão possíveis por meio de três outros dispositivos menores que interagem e são parte do dispositivo disciplinar: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame* ⁹⁴, dispositivos cuja função é garantir, em grande parte, o sucesso na produção dos corpos.

3.3. Os recursos para o bom adestramento: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame como microdispositivos que atuam no dispositivo disciplinar.

O exercício eficaz do poder disciplinar é sustentado pela utilização de determinados dispositivos que atuam interligados no mesmo espaço. Foucault evidencia a presença de um dispositivo de vigilância, exercido por um jogo de olhares entre os indivíduos; de um

⁹³ A partir dessas considerações, quando Foucault fala que a disciplina produz corpos dóceis, no sentido de corpo eficiente, útil e com reduzida capacidade de reflexão, temos que pensar, como possibilitador dessas características, o caráter celular, orgânico e genético. A eficiência e a reduzida capacidade de reflexão são apenas o efeito de superfície dessas três aplicações e compreensões sobre o corpo.

⁹⁴ Com essa afirmação indicamos que os dispositivos possuem vários graus de espacialidade, funcionalidade e abrangência, o que permite dispositivos menos complexos e menos abrangentes aparelharem-se em dispositivos mais abrangentes para cumprirem determinadas funções.

dispositivo de punição, associado a uma norma; e de um dispositivo epistemológico, associado à produção de discursos sobre os indivíduos.

Para que o poder disciplinar se exerça de forma eficaz, é mister valer-se de um dispositivo de vigilância, a fim de que os indivíduos evitem as ociosidades e as incorretas operacionalidades. O dispositivo de vigilância coage o indivíduo, por meio de um “jogo de olhares”, a manter-se em constante atividade segundo as delimitações temporais codificadas em séries de atividades, por isso, é necessário que o indivíduo tenha total conhecimento de que está sendo observado constantemente. O jogo de olhares entre os indivíduos induz a manterem-se segundo o controle, sobressaindo, dessa forma, os efeitos do poder. Para que esse dispositivo funcione proporcionando visibilidades, Foucault destaca a associação de dois elementos presentes no dispositivo disciplinar: a arquitetura e a segregação entre os indivíduos elegendo alguns dentre eles para atuarem como “vigias”.

Foucault (2007, p. 143) diz que a arquitetura (lembramos também dos espaços cercados e quadriculados) adota, lentamente no decorrer da era clássica, formas denominadas de “observatórios da multiplicidade humana”: Pequenas técnicas de vigilâncias múltiplas e entrecruzadas de olhares que devem ver sem ser vistos ⁹⁵ (FOUCAULT, 2007, p. 144). Destaca como exemplo da disposição arquitetural dos espaços visando compor “postos” múltiplos de vigilância, o acampamento militar, onde todo o jogo de poder é exercido somente pela submissão a “olhares”; cada olhar é uma peça essencial para construir um espaço cercado, completamente, por linhas de *pontos de vista*. O soldado, ao deixar sua “tenda” fora do horário de comando, coloca-se em “linha de visão” ao ser cruzado por vários vetores de visibilidade.

Na praça d’armas, tiram-se cinco linhas, a primeira fica a 16 pés da segunda; as outras ficam a 8 pés uma da outra; e a última fica a 8 pés dos tabardos. Os tabardos ficam a 10 pés das tendas dos oficiais inferiores, precisamente em frente ao primeiro bastão. Uma rua de companhia tem 51 pés de largura... Todas as tendas ficam a dois pés umas das outras. As tendas dos subalternos ficam em frente às ruelas de suas companhias. O bastão de trás fica a 8 pés da última tenda dos soldados e a porta olha para a tenda dos capitães... As tendas dos capitães ficam levantadas em frente às ruas de suas companhias. A porta olha para as próprias companhias (RÈGLEMENT POUR L’INFANTERIE PRUSSIENE apud FOUCAULT, 2007, p.144).

⁹⁵ O olhar que vê sem ser visto não significa a contradição a respeito do que afirmamos antes, de que o indivíduo deve saber-se vigiado. Esses “observatórios da multiplicidade humana” deixa claro ao indivíduo que há um posto de vigilância que o observa, porém, é construído de tal forma que haja a dúvida no indivíduo vigiado se há ou não alguém ocupando esse posto constantemente. Esses observatórios seguem o modelo panóptico da torre central em que suas janelas são cobertas de tal forma que a ótica da luz que incide sobre ela permite que o vigia observe tudo que está no exterior e torne impossível que os indivíduos vigiados observem dentro da torre proporcionando a dúvida.

O acampamento é um diagrama de poder que funciona a partir do “encaixe espacial das vigilâncias hierarquizadas” (FOUCAULT, 2007, p. 144), ou seja, o espaço quadriculado posiciona a abertura das tendas de forma que os oficiais mais graduados possam observar as portas das tendas dos oficiais inferiores a partir das suas. Cada quadratura configura uma funcionalidade operada por cada soldado que é vigiar. O modelo do acampamento militar, ou pelo menos o princípio que o sustenta, o encaixe dos espaços proporcionando visibilidade, durante muito tempo foi encontrado no “urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação” (FOUCAULT, 2007, p. 144). Nessa pequena história dos lugares e das vigilâncias, Foucault articula, em sua prática discursiva, dois elementos: o indivíduo e o espaço, atribuindo-lhes uma funcionalidade. Dessa linha de força traçada de um elemento ao outro, constitui-se um dispositivo de vigilância que associado a outros dispositivos (sanção normalizador e exame), constitui a máquina disciplinar.

Com o diagrama do acampamento militar, a lógica das visibilidades é invertida. As construções não são mais erguidas visando a sua contemplação, como os palácios, e muito menos para vigiar o exterior⁹⁶, estrutura geométrica das fortalezas. As construções modernas seguirão o objetivo de permitir um controle total, detalhado e analítico, para tornar visíveis àqueles que nele se encontram e, dessa forma, proporcionar uma ação sobre os mesmos. O dispositivo de vigilância é um operador para a transformação dos indivíduos, não há confisco total do corpo do outro sem submetê-lo a um sistema de vigilância. Se o poder é a ação sobre a ação alheia, o dispositivo de vigilância efetua uma importantíssima função no dispositivo disciplinar, pois, ao submeter o indivíduo aos seus efeitos, o mantém em constante atividade. Traçamos, então, outra linha do dispositivo disciplinar. Esse vetor, ao ligar indivíduo vigilante e indivíduo vigiado, articula-os ao tempo, ferramenta que proporciona a extração máxima das forças de produção, porque o controle do tempo, internalizado no corpo, é o princípio do exercício exaustivo. Logo, a relação de poder só se perpetua por um sistema de vigilância que articula várias linhas promovendo a coordenação dos movimentos funcionais do dispositivo disciplinar.

A vigilância hierárquica, com suas articulações no dispositivo, possibilita agir sobre aqueles que permanecem abrigados nas instituições de sequestro, dominar seu comportamento

⁹⁶ Embora a lógica das construções tenha se invertido substituindo a arquitetura do espetáculo pela da vigilância, as construções clássicas que proporcionavam ao público assistir a acontecimentos de ordem coletiva ainda permanecem, porém, em localidades específicas da sociedade, como teatro, igrejas, etc. Cf. MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo. Loyola. 2004, p. 64.

reconduzindo as leviandades aos efeitos do poder (associa-se à sanção normalizadora), oferecer seus corpos a um mecanismo de saber (exame)⁹⁷. O dispositivo disciplinar produziu, com seus peculiares vetores de força, maquinarias de controle que funcionam como um “microscópio do comportamento” (FOUCAULT, 2007, p. 145), pois os indivíduos são vigiados desde seus pequenos gestos.

A utopia perfeita da disposição espacial é aquela que permite um único olhar ver tudo permanentemente. De fato, essa utopia é apresentada por Jeremy Bentham com o modelo de prisão panóptica, que serviria de fundamento para a construção de todas as instituições de sequestro modernas. Porém, a estrutura circular é eficiente apenas para instituições menos complexas, porque “à medida que o aparelho de produção se torna mais importante e complexo, à medida que aumentam o número de operários e a divisão do trabalho, as tarefas de controle se fazem mais necessárias e mais difíceis” (FOUCAULT, 2007, p. 146). O poder disciplinar passa a exigir uma organização de escala, melhor que o modelo circular panóptico, o modelo de pirâmide hierárquica se torna uma melhor opção, pois se torna necessário espalhar, por todo o dispositivo, indivíduos diferenciados para exercer a função de “olho do poder”. Vigiar, então, se torna uma função que faz parte do processo de produção cujo objetivo é potencializar a atividade dos indivíduos. Assim, em determinados setores haverá indivíduos responsáveis pela vigilância dos demais, agregando a tarefa de repassar as informações para um superior em relação a eles e assim sucessivamente. Essa vigilância, pulverizada em hierarquias e distribuída em todas as delimitações espaciais em que a comunicação de saberes flui, permite o funcionamento integrado de todo o dispositivo disciplinar. Então, cada indivíduo vigilante tem por função garantir o reto funcionamento do seu setor dentro do dispositivo. As ramificações táticas só se conectam com outros pontos do diagrama se houver uma vigilância que garanta a permanência e operacionalidade à qual a rede do poder tem de ser ligada no dispositivo. A vigilância

organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados (FOUCAULT, 2007, p. 148).

Na vigilância hierárquica piramidal há, sem dúvida, um ápice, um topo, contudo, isso não significa que o poder emana de um só indivíduo que ocupa tal posição. Ela dispõe os indivíduos de tal forma que o ápice e os elementos inferiores da hierarquia estão em relação

⁹⁷ Nesse ponto observamos a articulação do dispositivo de vigilância com dois outros dispositivos que compõem o poder disciplinar, a *sanção normalizadora* e o *exame*, dispositivos que veremos mais adiante.

de apoio e sustento recíprocos. Na estrutura piramidal o poder, na forma de vigilância, circula de baixo para cima e inversamente (FOUCAULT, 2010b, p. 221). Nesse aperfeiçoamento da prática de vigilância, é nítida a observação do uso concomitante da arqueologia e da genealogia. Foucault mostra a proveniência de uma certa forma de vigiar que constitui uma prática institucional, depois, como essa prática se sofisticou para atender uma demanda institucional. A partir dessa prática, documentada historicamente, ele retira o elemento para compor, por meio da arqueologia enquanto prática discursiva, o dispositivo disciplinar.

O mecanismo disciplinar cria um estado constante de desconfiança, “já não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas” (FOUCAULT, 2010b, p. 220). Na arquitetura panóptica, a distribuição espacial e hierárquica dos corpos faz com que o indivíduo seja vigiado por todos ou por alguns e participe, simultaneamente, do dispositivo de vigilância. Configura-se, dessa forma, um aparelho total de desconfiança que circula em rede por todo o dispositivo, pois não existe um ponto absoluto e central do olho do poder: “a perfeição da vigilância é uma soma de malevolências” (FOUCAULT, 2010b, p. 220-221); os fiscais responsáveis pela vigilância também são dados constantemente ao olhar dos demais. Se a vigilância assegura posições hierárquicas não se restringindo a elas, pois, segundo Foucault, é também horizontal e uma via dupla pelo fato de funcionar de baixo para cima e inversamente, é possível pensar que aos indivíduos, cujas atribuições não são de atividades vigilantes oficializadas, adequa-se uma função de vigilância “marginal”. Atuam extraoficialmente como observadores do poder, porque eles também vigiam os fiscais seguindo a lógica multidirecional do princípio de vigilância. A partir desses apontamentos, podemos demarcar algo um pouco excêntrico, os indivíduos submetidos à vigilância do fiscal vigiam se esse está cumprindo corretamente sua função: vigiar.

A vigilância possui um efeito muito mais abrangente que vigiar o comportamento, mas intensifica isso de tal forma que os indivíduos, fixos em seus espaços, vigiam para garantir a vigilância sobre si. O jogo de olhares é um mecanismo autossustentável, os olhares vigilantes dos fiscais não podem falhar, pois estão submetidos a outros olhares marginais. Candiotta (2012, p. 21) mostra que o poder, por meio da vigilância, “se torna uma maquinaria múltipla, automática e anônima”. Ela interliga todos os elementos do dispositivo tornando cada espaço e cada indivíduo um olhar efetivo. Portanto, quem é o vigilante? Todos. Todos os nomes remetem-se à vigilância, todos os olhares remetem-se à vigilância. Ao menor fracasso dessa máquina de olhares é denunciado e corrigido, proporcionando o funcionamento automático do

dispositivo. Todos são engrenagens de movimento e todos cuidam para que o movimento não cesse. Assim, constitui-se “um poder do olhar calculado” (CANDIOTTO, 2012, p. 21), cada vetor, cada linha do olhar possui o seu “território” visual, o campo que deve ser mantido sob vigilância e, conseqüentemente, em funcionamento exaustivo. CandiOTTO diz ainda que esta modalidade de poder é discreta e indiscreta simultaneamente. Indiscreto, porque “está em toda parte e sempre alerta” (CANDIOTTO, 2012, p. 21), contudo, sua descrição está em agir sempre de forma silenciosa. O olhar é sutil, porém coercitivo.

A vigilância hierárquica, ao pulverizar o panoptismo, o fez mantendo seu caráter de potencialidade. Nunca se sabe se o indivíduo que está ao lado é uma possibilidade de denúncia ou uma possibilidade de resistência. Dessa forma, o poder disciplinar necessita, apenas, que o indivíduo sinta-se potencialmente vigiado. “A potencialidade da vigilância, sua possibilidade apenas, é por si suficiente para que o poder disciplinar se exerça justamente porque com ela uma sujeição real nasce de uma relação fictícia” (POGREBINSCHI, 2004, p. 193). Portanto, a vigilância nem sempre é real, opera no âmbito da possibilidade.

A prática do “olhar” é um mecanismo de controle eficiente e pouco custoso, funciona sem necessitar de armas e de submetê-los à violência física. O olhar que vigia o indivíduo sancionando alguns comportamentos provoca nesse, fixado sob a luz da vigilância, a internalização dessa condição passando, com o tempo, a exercer uma autovigilância. A autovigilância que, conseqüentemente, conduz a uma autocorreção (POGREBINSCHI, 2004) é, segundo CandiOTTO (2012), o principal efeito visado no dispositivo de vigilância.

Engana-se quem pensa ser a sociedade disciplinar aquela na qual todos se vigiam, como se houvesse um acréscimo de guardas e disciplinadores. Pelo contrário, nas instituições de vigilância precisou-se cada vez menos desses personagens (CANDIOTTO, 2012, p. 20).

A internalização do olhar, junto com a internalização temporal do ato, constitui o indivíduo como uma peça do dispositivo capaz de se autorregular. Se o dispositivo disciplinar funciona eficientemente é pelo fato de, ao fazer suas diversas linhas de força que ligam seus elementos passarem pelos corpos, moldá-los em peças automatizadas.

Então, o olhar atua junto com a coerção temporal e os exercícios no nível do corpo moldando a subjetividade do indivíduo. Assim, cada um exerce a vigilância sobre o outro, sobre si e contra si mesmo; torna-se naturalizada (FOUCAULT, 2010b, p. 218). O poder disciplinar está em toda parte e sempre em estado de alerta, pois sua visibilidade abarca tudo controlando, continuamente, até mesmo os encarregados de controlar. Constitui-se “uma

máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce” (FOUCAULT, 2010b, p. 219). Pelo jogo ininterrupto de olhares, a disciplina faz funcionar uma rede de relações de poder autossustentável, isto é, o dispositivo é autômato devido a essa funcionalidade pulverizada em que a menor folga de qualquer “peça” é denunciável e, conseqüentemente, corrigida. Graças à ótica do poder, o domínio sobre o corpo se efetua “segundo um jogo de espaços, de linhas, de telas, de feixes, de graus, e sem recurso, pelo menos em princípio, ao excesso, à força, à violência” (FOUCAULT, 2007, p. 148).

Foucault (2007, p. 149) diz que “na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal”; é próprio dos dispositivos disciplinares fazer funcionar, como parte de seu fundamento ou sustentáculo, um pequeno dispositivo de punição. Todavia, o que é passível de estranheza é que, embora todos os elementos do poder disciplinar sejam necessários, somente ao sistema punitivo Foucault associa sua localização, em termos de importância, na “essência”, naquilo que é mais fundamental e próprio à disciplina. Assim, seguiremos nossas análises a respeito da sanção normalizadora para, nesse percurso, compreendermos, além da função desse dispositivo, o porquê dessa afirmação de Foucault.

O dispositivo penal do poder disciplinar “é beneficiado por uma série de privilégio de justiça” (FOUCAULT, 2007, p. 149), ele permite à disciplina que impera em um espaço institucional, criar seus próprios regulamentos. Embora toda instituição, mesmo cercada por seus altos e volumosos muros, seja atravessada pelas leis constituintes, criam, por meio desse dispositivo, seu próprio regulamento. Nos espaços virtuais vagos deixados pela lei, a disciplina intercrusa e preenche com “linhas” reguladoras. As instituições criam, dessa forma, suas leis e, conseqüentemente, especificam modalidades de delitos, as formas de sanção e as instâncias de julgamento. Então, o microdispositivo penal que opera nas instituições traça, por meio de seus regulamentos, um diagrama de poder no âmbito da legalidade institucional que, por sua vez, é subjugada à legalidade constitucional. As disciplinas estabelecem, então, uma “infra-penalidade” (FOUCAULT, 2007, p. 149), isto é, um sistema penal paralelo, ou melhor, subterrâneo, que atua por baixo dos grandes sistemas jurídicos sancionando um conjunto de comportamentos negligenciados juridicamente.

Nas instituições disciplinares operam, como forma de repressão, micropenalidades as quais têm por função manter os indivíduos integrados ao regulamento. Candiotta (2014, p. 10)

fala que, “ao dizer tudo o que não se deve fazer, ela permite o resto”, isto é, alcança apenas o limite das ações dos indivíduos, “a disciplina [por meio da sanção normalizadora], por sua vez, instaura uma obrigação positiva de comportamento, de modo que a boa disciplina é aquela que, a cada instante, diz o que deve ser realizado: seu efeito é a ortopedia moral do comportamento” (CANDIOTTO, 2014, p. 10). Ele aponta para um alcance maior da penalidade disciplinar a qual penetra nas “lacunas” da vida dos sujeitos, espaços impenetráveis pela lei, e sanciona determinados comportamentos, regula seus corpos determinando formas de existência. O dispositivo disciplinar, ao enclausurar o indivíduo e submetê-lo a essa sistema penal ortopédico, cumpre o papel de “evitar a virtualidade de um comportamento perigoso” (CANDIOTTO, 2012, p. 21). Assim, a norma trabalha em auxílio à lei constitucional, pois, como Foucault (2002) diz, a disciplina tornou-se necessária a partir do momento em que a compreensão do criminoso como inimigo da sociedade, como alguém “mau” por natureza, passou a ser compreendido como um sujeito que sofreu, em algum momento de sua história, um desvio.

Com o objetivo de moldar a existência humana, há, no dispositivo disciplinar, uma micropenalidade do tempo que tende a reprimir os atrasos, ausências, interrupções das tarefas, o que compromete o melhor aproveitamento do tempo e suas segmentações associadas aos exercícios e atividades. Por sua vez, a desatenção e a negligência comprometem a eficácia e qualidade das atividades; são também costumes que devem ser reprimidos e, se possível, extintos. O dispositivo penal disciplinar também reprime as imoralidades e os maus hábitos, embora a imoralidade não seja um crime, essa entra no âmbito da legalidade institucional funcionando como instrumento social-moralizador. No âmbito da moralidade, são reprimidos alguns modos de ser do indivíduo, como a grosseria e a desobediência ao regulamento, a forma de falar também é podada e tende a ser polida, vetando a tagarelice e a insolência e, por fim, a imodéstia e indecência no âmbito da sexualidade. Concomitantes aos vetos regulamentares são associados às repressões, pequenos processos sobrepostos aos infratores como forma de penalidades que devem ser cumpridas.

As disciplinas, além de tornar penalizável qualquer mínima fração de desvio tende, em relação ao processo punitivo a ser imposto ao indivíduo infrator, transformar qualquer elemento do dispositivo em um potencial instrumento de punição, “levando ao extremo, que tudo possa servir para punir a mínima coisa; que cada indivíduo se encontre preso numa universalidade punível-punidora” (FOUCAULT, 2007, p. 149). A punição tem por função fazer os indivíduos sentirem as faltas que cometeram. Foucault (2007, p. 149) exemplifica

citando La Salle: “pela palavra punição, deve-se compreender tudo o que é capaz de fazer as crianças sentir a falta que cometeram, tudo o que é capaz de humilhá-las, de confundi-las: uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto”.

O que é penalizável no poder disciplinar é toda a inadequação à regra, todo desvio das delimitações estabelecidas, tudo o que não estiver conforme as prescrições devem ser punidas. Entretanto, a regra, por se tratar de uma regulamentação disciplinar, do exercício ordenado e segmentado, não atua somente nos hábitos os quais dificultam a execução dos exercícios, mas também na seriação temporal das atividades operadas e dos exercícios, que tem por objetivo moldar as características e desenvolver potencialidades. É punido aquele indivíduo que não cumpre com suas atividades tal como aquele que não progride geneticamente no tempo determinado: “o soldado comete uma ‘falta’ cada vez que não atinge o nível requerido; a ‘falta’ do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir suas tarefas” (FOUCAULT, 2007, p. 149).

Assim, a ordem que deve ser seguida e que a punição disciplinar deve fazer respeitar possui uma “natureza mista” (FOUCAULT, 2007, p. 150). Por um lado é artificial, trata-se de um mecanismo produzido discursivamente, por outro é “natural”, porque estabelece ao indivíduo metas de aprendizagem que devem ser seguidas partindo do princípio da definição temporal do aprendizado identificada como tempo-corporal como se, necessariamente, todos os indivíduos desenvolvessem as mesmas potencialidades no mesmo segmento temporal. A disciplina inverte a lógica tempo-corpo em seu discurso, pois, para a disciplina, o corpo antecede o tempo e não o tempo que antecede o corpo cerceando-o. Dessa forma, a regra e a genética evolutiva se inter cruzam e se misturam formando uma simbiose, “o tempo de um exercício, o nível de uma aptidão têm por referência uma regularidade, que é também uma regra” (FOUCAULT, 2007, p. 150).

O castigo disciplinar tem por função reduzir os desvios e, se por desvios compreendemos não só os vícios de comportamento como o não progresso serial, ele terá por função, além da repressão de alguns comportamentos, fazer o indivíduo alcançar a meta pré-estabelecida. A punição visa ao enquadramento do corpo nas aptidões determinadas para efetuar certas atividades. Se o objetivo da punição é enquadrar o corpo nessas aptidões ela, necessariamente, deve ocorrer por meio de exercícios os quais devem ser repetidos para que o indivíduo desenvolva as aptidões necessárias não alcançadas. Há uma “isomorfia” entre a

punição e o dever estabelecido ao indivíduo por meio do exercício, contudo, a divergência é que a punição, além de direcionar o indivíduo para o mesmo objetivo, serve como expiação pelo seu “fracasso” quanto à falta de empenho; o desconforto da repetição lembra ao indivíduo de que deve empenhar-se em seu exercício (FOUCAULT, 2007).

A punição também opera com um mecanismo de “gratificação-sanção”. Quando os indivíduos cumprem com o que lhes são propostos, deve-se a eles proporcionar certa recompensa para que os incentive a cumprir sempre com o regulamento incitados pelo desejo, e o não cumprimento da regra deve ser penalizável. Foucault (2007, p. 150) destaca que dessas duas formas de incitação dos indivíduos, havia uma preferência (século XVIII) por se operar mais pela via das gratificações, porque isso proporciona a construção de uma imagem do fiscal ou chefe (enfim, qualquer autoridade) como uma pessoa generosa, criando uma empatia com os indivíduos submetidos ao controle:

O professor ‘deve evitar, tanto quanto possível, usar castigos; ao contrário, deve procurar tornar as recompensas mais frequentes que as penas, sendo os preguiçosos mais incitados pelo desejo de ser recompensados como os diligentes que pelo receio dos castigos; por isso será muito proveitoso, quando o mestre for obrigado a usar de castigo, que ele ganhe, se puder, o coração da criança, antes de aplicar-lhe o castigo’ (DEMIA apud FOUCAULT, 2007, p. 150).

Esse mecanismo binário de penalidade permite segregar os indivíduos em uma escala de valores hierárquicos que os dividem entre dois polos opostos: os “bons” e os “maus”. Isso permite qualificar os comportamentos e os desempenhos de cada um criando um “banco de dados” em que o resultado de suas avaliações é computado e, cada “nota”, equivale a uma posição nessa escala de valores, por isso há uma diferenciação entre os próprios indivíduos quanto à sua natureza, virtualidades, nível ou valor. A disciplina produz, com seus sistemas punitivos e ao medir os indivíduos em escalas para submeter os inferiores às punições (exercícios extras) estabelecendo seu “banco de dados”, simultaneamente, um saber sobre cada indivíduo. Observa-se a intercessão de dois outros elementos do dispositivo disciplinar, o sistema punitivo com uma modalidade de *poder epistemológico*. Nessa ligação entre esses elementos vemos, por meio da análise arqueológica, ligarem-se mais dois elementos encontrados na genealogia foucaultiana. Portanto, na genealogia dos corpos dóceis, corpos marcados por práticas institucionais disciplinares, Foucault demonstra a intercessão do dispositivo de punição com um campo de saber. O corpo é marcado pelas coerções e pelos discursos que produzem sobre ele nesse emaranhado de linhas que compõem o dispositivo.

Portanto, a divisão segundo as classificações possui um duplo papel: “marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões, mas também castigar e recompensar” (FOUCAULT, 2007, p. 151). A disciplina faz da própria escala de classificação um mecanismo punitivo; a promoção de uma posição valorativa para outra superior associa ao indivíduo um caráter imagético de excelência, ou seja, é melhor e mais próspero em termos de virtude que os de posições inferiores na escala de classificação. Portanto, aquele que alcança determinada posição esforçar-se-á para manter um progresso constante e para evitar, também, que um caráter de indivíduo degradado, caso tenha sua posição diminuída, não desonre sua reputação. Foucault fala também da adoção de insígnias que torne visível a todos o nível associado ao indivíduo. Assim, ostentar uma insígnia que projete sobre o indivíduo características superiores influa-lhe o orgulho de efetuar, com eficácia, os exercícios e atividades. Pelo lado oposto, é vergonhoso ostentar um símbolo que traduz os indivíduos como ruins. A associação de símbolos valorativos aos indivíduos potencializa suas movimentações auxiliando na prática das atividades e exercícios com maior eficiência. Desse modo, a disciplina exerce sobre eles “uma pressão constante, para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos ‘à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina’” (FOUCAULT, 2007, p. 152).

Em suma, Foucault diz que, embora a punição tenha um caráter de expiação e repressão dos desvios, ela não visa, diretamente, a isso. Expiação e repressão são efeitos adjacentes e secundários desse dispositivo. As punições dos atos, dos desempenhos e dos comportamentos visam relacionar o indivíduo a algo que é, ao mesmo tempo, “campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir” (FOUCAULT, 2007, p. 152). A punição disciplinar tem por função primordial relacionar o indivíduo à *norma*.

Talvez agora possamos compreender quando Foucault diz que o “mecanismo de punição está na essência” do dispositivo disciplinar. Apontamos que o mecanismo de punição está presente na essência, no fundamento, na base de todo o dispositivo disciplinar, naquilo que o sustenta como o mais próximo, e apresenta a sua principal funcionalidade é relacionar os indivíduos à *norma*; normalizar os indivíduos sancionando os desvios e homogeneizando as características. No capítulo I, apontamos que a *norma* é o lugar de emergência de determinados jogos de poder, é o diagrama virtual projetado sobre os espaços demarcando

hierarquias, posições táticas, verdades sobre os sujeitos⁹⁸. O mecanismo penal disciplinar é o instrumento o qual promove essas diferenciações hierárquicas e agrupamentos homogêneos, pois, ao punir de acordo com a norma, movimenta-os no diagrama de poder. Enfim, a *norma* demarca, associada ao mecanismo de punição e ao definir e efetuar as diferenças e graus de normalidade na escala hierárquica, “o limite que definirá a diferença em relação a todas as diferenças, a fronteira externa do anormal” (FOUCAULT, 2007, p, 153). Entretanto, a disciplina não cria somente uma dicotomia entre normal e anormal; existem graus hierárquicos de normalidade e de anormalidade, “ela estabelece graus de normalidade ao situar cada um no seu devido lugar. Posso ser considerado normal, mas não igual aos demais normais. Ninguém é igual a qualquer outro” (CANDIOTTO, 2012, p.21). Dessa forma, a homogeneização dos indivíduos não consiste em tornar todos iguais, mas sim demarcar um limite tolerável num padrão de normatividade. Embora haja diferenças entre os indivíduos, quanto a alguns quesitos existenciais e funcionais, há uma reta, uma margem, que determina o tolerável nos dispositivos de poder.

No dispositivo disciplinar, o mecanismo de distribuição e classificação por meio da *sanção normalizadora* produz sempre um “resíduo” (FOUCAULT, 2006c, p. 66), algo que é dado as possibilidades “inclassificável”. Esses tipos de indivíduos marcam o limite das normalizações, porém eles somente emergem quando se cria uma norma classificatória que os segregam. Uma formação discursiva, uma saber “humanizador” que, repentinamente, bifurca a sociedade em diversos “tipos” e, a cada tipo, cria hierarquias. “O irredutível à disciplina escolar só pode existir em relação a essa disciplina; aquele que não aprende a ler e a escrever só pode aparecer como problema, como limite, a partir do momento em que a escola segue o esquema disciplinar” (FOUCAULT, 2006c, p. 67). No entanto, a disciplina acarretará, com seu caráter inclusivo, evidentemente, o surgimento de dispositivos suplementares para “recuperar” esses indivíduos: “como existem débeis mentais, isto é, gente que é irredutível à

⁹⁸ Ítalo Leandro da Silva (2013, p. 121) apresenta uma leitura diferente quanto ao lugar da *Entestehung*. Para ele, “o exame pode ser interpretado como a *Entestehung*, ou seja, o ponto de surgimento, a emergência apresentada no ensaio “Nietzsche, a Genealogia e a História”. E, desta forma, se pode afirmar que o exame é este local de enfrentamento, este teatro sem lugar, onde se repete a mesma cena entre os dominados e os dominadores” (SILVA, 2013, p. 121). Assim, ele coloca o *exame* como local da *Entestehung*, porém, nosso posicionamento é de que esse mecanismo de poder é uma forma de agir no campo de batalha, no jogo de dominações. Embora, como veremos, o exame é o mecanismo que produz a norma, possibilitando a extração de enunciados dos indivíduos, a disposição destes no campo de batalha ocorre segundo as segregações hierárquicas normativas, ou seja, é a norma que estabelece a “pura distância” entre eles diferenciando-os segundo um conjunto de regras, um saber. Portanto, discordando de Silva, o exame não corresponde ao campo de batalha que demarca posições, mas sim é uma das formas de agir que promove a configuração desse campo, pois é a *norma* e somente ela, uma espacialidade virtual e configurada que atualiza seus enunciados nos indivíduos e nas práticas que estabelecem entre si. Portanto, o exame produz a norma que, por sua vez, configura o campo de batalha.

disciplina escolar, vão ser criadas escolas para débeis mentais, depois escolas para os que são irredutíveis às escolas destinadas aos débeis mentais” (FOUCAULT, 2006c, p. 67).

A *norma*, ao definir uma “normalidade”, se estabelece como princípio de coerção nas instituições disciplinares. A sociedade tende, por meio da *norma*, a um status de homogeneização, estabelecendo, a partir do normal, graus de normalidades medindo os desvios e as qualidades de cada indivíduo, tornando úteis as diferenças e ajustando umas às outras. “A norma não se define absolutamente como uma lei natural, mas pelo papel de exigência e de coerção que ela é capaz de exercer em relação aos domínios a que se aplica” (FOUCAULT, 2001, p. 62). A *norma* não é nem mesmo um princípio de racionalidade, é um elemento a partir do qual as formas de exercício do poder são fundadas e legitimadas. A *norma* torna necessária a submissão ao poder e seleciona os mecanismos que incidirão no processo normalizador. Sempre reivindica práticas de submissão para “salvar” os indivíduos patologizados, não se identifica com um poder fundado na exclusão dos indivíduos, ela os separa por distinções, reorganiza-os nos espaços e fixa-os a um projeto interventivo e transformador do indivíduo. Segundo Candiotta (2012, p. 21), “a norma envolve o conjunto da existência humana”, determina, associa a existência dos indivíduos a modelos pré-estabelecidos e ideais provendo meios de liga-los a esses modelos. Efetivamente, ela “produz os elementos sobre os quais trabalha enquanto elabora os procedimentos e os meios reais desta ação, isto é, a regra determina a existência desses elementos ao mesmo tempo em que propõe dominá-los”⁹⁹ (MACHEREY, 1990, p. 172).

Analisando conjuntamente os posicionamentos de Candiotta e Macherey, a *norma*, assim como também abordamos no capítulo II, constrói discursivamente os elementos sobre os quais trabalha, ou seja, em termos de prática discursiva, o homem é constituído enquanto objeto humano com atributos fixos de normalidade. Essa construção discursiva do humano configura e atualiza sobre os corpos, delimitações existenciais, efetuadas segundo relações de poder que a própria norma exige. Quando em *Vigiar e Punir*, Foucault fala em fazer a genealogia da alma moderna, está se referindo à genealogia da norma moderna, no objeto discursivo chamado “homem”. Mas, essa genealogia, conseqüentemente, uma vez que a norma determina as práticas de existência segundo relações de poder, refere-se à *Wirkliche Historie* do homem, também, como corpo atuante geograficamente e temporalmente.

⁹⁹ “la norma produce los elementos sobre los cuales ella obra al tiempo que elabora los procedimientos e los medios reales de esa acción, es decir, que la norma determina la existencia de esos elementos por el hecho mismo de proponerse dominarla” (MACHEREY, 1990, p. 172). Tradução nossa.

Em suma, a norma projeta práticas de existência que configuram o real dos indivíduos. Portanto, se o dispositivo punitivo da *sanção normalizadora* se localiza na essência do poder disciplinar, ousamos arriscar a dizer que a *norma* é a essência, o coração ou a base de toda a estrutura sobre a qual o poder disciplinar se sustenta, articulando o corpo com os demais elementos do dispositivo ¹⁰⁰. Porém, a constituição da norma só é possível quando a *sanção normalizadora* se associa com a *vigilância hierárquica* para compor um outro dispositivo, um dispositivo de ordem epistemológica, da ordem do saber: o *exame*.

O *exame* é a combinação das técnicas de *vigilância hierárquica* com a *sanção normalizadora*, é o elo entre ambas, fazendo-as funcionar interligadas uma a outra. É como se fosse um fio, uma reta ou ponte cujo material é um conjunto de arquivos extraídos dos próprios indivíduos e aplicados sobre os mesmos na forma de relações de poder. Constitui, assim, um poder epistemológico, “poder que, de certa forma, atravessa e anima esses outros poderes” (FOUCAULT, 2002, p. 121). O *exame*, que constitui um saber a partir das relações de poder, ao codificar o espaço disciplinar passa pelos outros mecanismos de poder “animando-os”; determina o funcionamento dos dispositivos. A *norma* e os regulamentos são, ao mesmo tempo, causa e efeito do poder; é uma causa imanente ¹⁰¹ do poder. O saber, atualizando nas práticas disciplinares, se transmuta diferenciando de si e conservando a si mesmo, reconfigurando relações de poder. É como se os enunciados se entrelaçassem com os corpos, os espaços, aparelhos tecnológicos, etc. constituindo um programa codificado que encadeia todas as relações. Todavia, as reconfigurações dos enunciados produzem anomalias discursivas e corpóreas reescrevendo as normas e regulamentos. Então, esse poder epistemológico extrai “dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes” (FOUCAULT, 2002, p. 121).

A vigilância contínua sobre cada indivíduo produz sobre ele uma série de anotações que estabelecerá uma “média”, um padrão de normalidade no qual, enquanto lugar discursivo configurador de espaços, se operará os demais dispositivos do interior da máquina disciplinar, visando o controle por delimitações. Articulam-se, dessa forma, três elementos do dispositivo

¹⁰⁰ Como defendemos no capítulo I, a norma é o lugar (não lugar) dos enfrentamentos, é o lugar onde os adversários distantes trocam suas ameaças, em palavras mais específicas, é o discurso que configura o campo de batalha, que delimita espaços e posições ao determinar o que cada um é. Na análise genealógica é o lugar das emergências. Por esse motivo e pelo presente no texto acima defendemos a norma como o principal elemento do dispositivo.

¹⁰¹ Causa imanente “é uma causa que se atualiza em seu efeito, que se integra em seu efeito, que se diferencia em seu efeito. Ou melhor, a causa imanente é aquela cujo efeito a atualiza, integra e diferencia. Por isso nela há correlação, pressuposição recíproca entre causa e o efeito, entre a máquina abstrata e os agenciamentos concretos (é a esses que Foucault reserva mais frequentemente o nome de ‘dispositivos’)” (DELEUZE, 2005, p. 46).

disciplinar: o indivíduo operando práticas de escrita legitimado por uma regra institucional que estabelece funções, o que proporciona a perpetuação da mesma, associado a um campo discursivo configurador do espaço, a norma. Esses dois elementos se articulam com o dispositivo sancionador normativo que corrige os desvios no interior do dispositivo disciplinar. Portanto, o olhar acoplado à formação discursiva sobre os indivíduos é o princípio de formação de objetos do saber que, por meio deles, ocorre a classificação normativa e analítica individual dos desvios passíveis de penalidades, isto é, “estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados” (FOUCAULT, 2007, p. 154).

É a partir das técnicas do *exame* que saber e poder se relacionam; são elementos indissociáveis nas práticas de governo e exercício de poder. Todo conjunto de práticas de poder produz, necessariamente, um campo de saber e o saber, simultaneamente, induz às práticas de poder. O saber, ao conter a norma homogeneizadora, estabelece o padrão o qual todas as singularidades devem alcançar estabelecendo uma submissão ao discurso operada por relações de poder. Por outro lado, as relações de poder, através do exame, mapeiam anomalias, tanto positivas (os qualificados além do padrão) quanto negativas (os anormais) e reformulam as normalidades demandando novas técnicas de poder. A “verdade” manifesta do indivíduo é sempre mutável, a norma é plástica e plasmadora, portanto, a “genética” do indivíduo é sempre condicionada à temporalidade e territorialidade, mas não impede que a “verdade” se universalize expandindo-se e configure outros corpos e espacialidades distintas.

A partir dessa extração de um saber que está em constante reformulação decorrem dois efeitos: a produção do saber técnico:

Os melhoramentos técnicos, as pequenas invenções e descobertas, as micro-adaptações que ele puder fazer no decorrer do trabalho são imediatamente anotadas e registradas, extraídas portanto da sua prática, acumuladas pelo poder que se exerce sobre ele por intermédio da vigilância (FOUCAULT, 2002, p. 121).

Dessa forma, constantemente, o trabalho do operário “alimenta” uma formação discursiva sobre sua produtividade e seu desenvolvimento técnico da produção que permitirão, além de maior eficácia e extração de força, um maior controle sobre o corpo. As reformulações técnicas de um indivíduo, capturadas pelo exame, atualizam os regulamentos operacionais sendo projetados sobre outros corpos que efetuam a mesma ação.

O outro efeito do exame é a produção de saber sobre o próprio modo de ser do indivíduo, um saber que atua sobre seus comportamentos e qualidades, permitindo classificá-

los, compará-los e ligar cada um, de acordo com suas “qualidades”, ao dispositivo de poder disciplinar de acordo com as operacionalidades determinadas de cada setor. É um saber de observação que, operando ao nível da normalidade da existência humana, proporcionará o surgimento das ciências humanas.

O saber psiquiátrico se formou a partir de um campo de observação exercida prática e exclusivamente pelos médicos enquanto detinham o poder no interior de um campo institucional fechado que era o asilo, o hospital psiquiátrico. Do mesmo modo, a pedagogia se formou a partir das próprias adaptações da criança às tarefas escolares, adaptações observadas e extraídas do seu comportamento para tornarem-se em seguida leis de funcionamento das instituições e forma de poder exercido sobre a criança (FOUCAULT, 2002, p. 122)¹⁰².

O *exame* provoca uma inversão na economia da visibilidade do exercício do poder que, tradicionalmente, era associado à cerimônia que permitia a sua “visibilidade” aos súditos; podemos exemplificar a da aparição dos corpos como dos reis, governantes que se revestiam, discursivamente e simbolicamente, de enunciados de poder. Os súditos permaneciam às sombras, à margem de toda visibilidade do poder. O poder disciplinar, ao contrário, é “invisível”¹⁰³, não há grandes cerimônias que vêm a dizê-lo, não é identificável com os grandes acontecimentos, mas impõem aos súditos um princípio de visibilidade obrigatório; e por estar submetido a um olhar constante que a sujeição do indivíduo é possível, só é capturável aquilo que pode ser observado.

O *exame* é a técnica pela qual o poder, ao invés de proferir seus enunciados aos quatro cantos tornando-se inteligível aos súditos¹⁰⁴, os insere num mecanismo de objetivação e os organiza no espaço. Ele passa a ser a “cerimônia” dessa objetivação dos corpos, não mais os

¹⁰² Relato semelhante sobre o corpo submetido ao poder disciplinar como *a priori* histórico das ciências humanas vemos em *Vigiar e Punir*: “o exame é na escola uma verdadeira e constante troca de saberes: garante a passagem dos conhecimentos do mestre ao aluno, mas retira do aluno um saber destinado e reservado ao mestre. A escola torna-se ao local de elaboração da pedagogia. E do mesmo modo como o processo do exame hospitalar permitiu a liberação epistemológica da medicina, a era da escola ‘examinadora’ marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência (FOUCAULT, 2007, p. 155 – 156).

¹⁰³ Propomos acrescentar à característica “invisível” que Foucault dá ao poder disciplinar a palavra “irreconhecível”, pois os indivíduos, dados a coerções constantes, terão sua subjetividade e corpo moldados segundo relações de poder aproximados a uma normalidade, portanto, os corpos normalizados são a pura manifestação a visibilidade da ação do poder, porém, por se tratar de uma modalidade de poder “marginal” e distinta do poder de soberania, não é reconhecida ao se observar no corpo, pois, o que vemos com nosso olhar normalizado são aptidões físicas e intelectuais. Então, ao fazer a norma um ideal, um nível de média à alta valoração, o poder se silencia, se torna invisível, pois é irreconhecível nas potencialidades desenvolvidas. Podemos afirmar também que Foucault lê, assim como os súditos viam a “manifestação” do poder soberano no corpo do rei, os enunciados do poder disciplinar inscritos nos corpos normalizados.

¹⁰⁴ Sobre a cerimônia anterior ao exame Foucault (2007, p. 156) diz: “Até então o papel da cerimônia política fora dar lugar à manifestação ao mesmo tempo excessiva e regulamentada do poder; era uma expressão suntuosa de poderio, uma ‘despesa’ ao mesmo tempo exagerada e codificada onde o poder se revigorava. Era sempre mais ou menos aparentada ao trinfo. A aparição solene do soberano trazia consigo qualquer coisa da consagração do coroamento, do retorno da vitória; até mesmo os faustos funerários se desenrolavam no brilho do poder exibido”.

acontecimentos grandiosos, mas a simplicidade do ritual minucioso e diário da escrita sobre o outro.

Assim, o indivíduo é inserido, através do *exame*, num campo documentário. Diariamente os indivíduos são submetidos a anotações que registram minuciosamente seus comportamentos e desempenhos que são arquivados, construindo um histórico de desenvolvimento genético do indivíduo e são diagnosticados analiticamente para medir seu estado “salutar” dócil. Vemos então, se constituir um “poder de escrita” (FOUCAULT, 2007, p. 157) como engrenagem do dispositivo disciplinar para manter o indivíduo em um sistema constante de vigilância e controle. A escrita documenta a percepção de tudo o que o indivíduo faz, o que acontece com ele, o que pronuncia, e transmite a informação para todas as instâncias hierárquicas de controle. O *exame*, como prática disciplinar, foi o mecanismo que proporcionou, por meio do *a priori* histórico da percepção, a emergência da loucura como objeto de saber ¹⁰⁵. A loucura é produzida enquanto objeto discursivo e incorporada ao dispositivo asilar do qual o louco era recluso, reconfigurando a *norma* demarcadora de patologias. Ela emerge, pois, em sua “verdade”. Então, quanto à associação entre o louco, o espaço, o saber e as práticas exercidas sobre ele, nosso pensamento encontra ressonância com Veyne. Segundo ele, a problematização de Foucault em relação à emergência da loucura como a “verdade” de determinados indivíduos “trata-se de discernir de que modo uma certa definição de loucura entrou num dispositivo que fez dela uma realidade, designadamente, a doença mental tal como era concebida nessa época, com todas as consequências bem reais que foram as maneiras de tratar os loucos” (VEYNE, 2009, p. 99).

A verdade sobre a loucura configura o modo de existência de determinados indivíduos. Objeto discursivo ela ao ser inserida em um dispositivo de poder determina as formas de agir em relação ao público que é projetada, visando a sua normalização. No entanto, o que Veyne não percebe é que esse saber, assim como apontamos, emerge do próprio seio do dispositivo. Os dispositivos se organizam autonomamente a partir da reconfiguração discursiva ocasionada pelo *exame*, redistribuindo as atribuições e localidades dos indivíduos. Logo, o indivíduo, recluso em uma instituição, tal como o louco, é disposto como objeto discursivo, como um banco de dados acessível a qualquer momento, por qualquer superior, assegurando “o princípio de onivisibilidade” (FOUCAULT, 2006c, p. 61), um olhar que se espreita de todas as partes estendendo sua luminosidade a todos os

¹⁰⁵ Ver capítulo I.

indivíduos, mesmo quando estes não estão presentes. As objetivações dos indivíduos por meio da escrita circulam por todo o dispositivo, permitindo que as instâncias hierarquicamente superiores determinem práticas de controle sobre os corpos.

A escrita é extremamente necessária para que o poder disciplinar seja global e contínuo e, a partir dos séculos XVII e XVIII, observa-se um constante apoderamento e inserção da escrita em diversas instituições, “tanto no exército, quanto nas escolas, nos centros de aprendizagem, igualmente no sistema policial ou judiciário, etc.” (FOUCAULT, 2006c, p. 61). Pouco a pouco o corpo, os comportamentos e os discursos dos indivíduos fixados nesses espaços são capturados e grafados por esse poder de escrita, constituindo todo um conjunto de registros sobre os mesmos. A escrita passa a ter uma estreita e direta relação com o corpo veiculando-o esquematicamente (discursivamente) por todo o dispositivo.

A vigilância tende, ao projetar sua luz sobre cada indivíduo, acoplada ao exame, fazer a “grafia” da percepção desse olhar e transcrevê-lo. O exame, em grande parte de seus processos, modela-se pelos sistemas de escrita administrativos, porque, de fato, consiste em administrar, no nível de arquivo e proporcionar, também, ao servir como instrumento de registro da “verdade”, a administração dos corpos em espaços reais. O exame apresenta três particularidades: são os “métodos de identificação, de assimilação, ou de descrição” (FOUCAULT, 2007, p. 157). Contudo, Foucault não esclarece particularmente cada tipo dessas técnicas, mas cita suas funções de forma conjunta, esclarecendo que elas proporcionam certo controle às instituições disciplinares sobre os indivíduos. Dentre os exemplos que ele aborda, há o exército que enfrentava vários problemas os quais eram dissolvidos através dessas técnicas. Pelo registro constante sobre os indivíduos era possível identificar os desertores (caráter de identificação), evitar que convocações repetidas fossem realizadas, corrigir “listas fictícias” que os oficiais apresentavam. Tornava possível, também, conhecer o valor de cada membro e a qualidade de seus serviços (caráter descritivo), estabelecer precisamente se havia algum soldado desaparecido ou morto. Portanto, esse poder de escrita, ao contabilizar os soldados não somente em quantidade, mas também em unidades diferenciadas, permite conhecer, controlar e utilizar cada um segundo suas características. Surge, a partir disso, a necessidade de se criar códigos que permitirão transcrever as características das individualidades segundo uma escala hierárquica, como, por exemplo, o sistema numérico de notas adotado nos sistemas educacionais.

Foucault, no curso do Collège de France *Os anormais*, ao falar do código penal francês de 1810, no artigo 64, deixa clara a função classificatória do exame. Segundo o artigo 64, não há crime nem delito se o indivíduo for classificado como em estado de demência no momento do crime. O *exame* estabelece a fronteira dicotômica, uma demarcação “entre doença e responsabilidade, entre causalidade patológica e liberdade do sujeito jurídico, entre terapêutica e punição, entre medicina e penalidade, entre hospital e prisão” (FOUCAULT, 2001, p. 39). A loucura “apaga” o crime no âmbito jurídico, logo, o lugar do crime é a normalidade no sentido do discernimento, parte-se do pressuposto de que o indivíduo normal e adulto é totalmente capaz de discernir sobre as finalidades de suas ações. A patologia do indivíduo criminoso se inscreverá em outra anormalidade, o indivíduo delinquente que precisa ser ressocializado. O *exame* define o lugar do indivíduo na estrutura social ao associá-lo a um campo de saber e, além disso, como mostra Candiottto (2012), ao fazer essas delimitações espaciais do indivíduo, estabelece um funcionamento intrínseco entre os dispositivos. Os dispositivos de poder não funcionam isoladamente, mas há uma relação entre eles de forma que o indivíduo, anormal em determinado dispositivo, é reinserido em outro. “A psicologia se encarrega de corrigir os rigores da escola; a entrevista médica ou psiquiátrica procura retificar os efeitos da disciplina do trabalho. O exame é capaz de reintegrar o inquirido, tal como o inquirido judicial, em uma nova dimensão” (CANDIOTTO, 2012, p. 21). O que está sempre em jogo nos dispositivos é “a preocupação com a normalização e a transformação dos indivíduos” (CANDIOTTO, 2012, p. 21).

O *arquivo* de cada indivíduo, organizado serialmente, permite a comparação dos dados dos indivíduos e, a partir disso, extrair homogeneidades criando padrões e normas gerais, classificando os indivíduos em categorias. Assim, em relação ao indivíduo se abrem duas possibilidades que se correlacionam: uma condiz ao indivíduo como objeto descritível visando mapear seus traços singulares e mantê-lo em um progresso constante de suas aptidões ou capacidades próprias, submetidas a um controle epistemológico constante; a outra, descrever os indivíduos enquanto grupo, caracterizando fatos coletivos; entram nos registros enquanto “população”¹⁰⁶.

O *exame* faz de cada indivíduo um *caso* à medida que constitui, ao produzir e fixar enunciados a respeito deste em seus arquivos, um objeto de saber disposto a mecanismos de poder (CANDIOTTO, 2012). O *caso* apresenta o indivíduo tal como ele pode ser “descrito,

¹⁰⁶ Essa possibilidade não será abordada, pois prossegue pela via da biopolítica.

mensurado, medido, comparado a outros e isso em sua própria individualidade; e também tem que ser treinado ou retreinado, classificado, normalizado, excluído, etc.” (FOUCAULT, 2007, p. 159).

Durante muito tempo a individualidade “qualquer” esteve excluída do processo de escritura de sua vida. Ter a vida contada e registrada era privilégio de poucos. “A crônica de um homem, o relato de sua vida, sua historiografia redigida no desenrolar de sua existência faziam parte dos rituais de poderio” (FOUCAULT, 2007, p. 159). O poder disciplinar rebaixa o limite da individualidade descritível e torna essa prática um mecanismo de controle. Cada indivíduo possui o relato das várias passagens pelas várias instituições durante sua vida. Criase um monumento discursivo cujo objetivo não é mais guardar a imagem enunciada para o futuro, mas utilizá-la no presente, no processo de objetivação, de sujeição das singularidades. Dessa forma, o *exame* produz, ao avaliar e anotar constantemente os indivíduos, um espelho dos mesmos e, ao agrupar as fichas contendo cada caso particular, organizam um *arquivo* contendo todo o saber institucional. Então, retomando o *arquivo*¹⁰⁷ como objeto de estudo do arqueólogo, este, nada mais é que um *cosmos discursivo*, um diagrama, um mapa de toda a codificação do dispositivo de poder. Nele, reinsertindo esse conceito na aplicação da arqueologia no contexto do poder, estão todas as singularidades sujeitadas e objetificados¹⁰⁸, inseridas em uma ordem discursiva com suas qualidades, valores e funcionalidades possíveis registradas. Estão, também no *arquivo*, as regulamentações que delimitam o permitido e o proibido, as punições e as sequências de repetições em caso de castigos, assim como as delimitações, repartições e seguimentos temporais. E, por fim, as linhas dos olhares, das relações de poder, as linhas codificadas que constituem as inter-relações dos elementos que formam o dispositivo. Porém, esses *arquivos*, dispersos na história desses dispositivos de poder, só puderam ser encontrados e desassujeitados por meio da genealogia. Assim, a prática discursiva que Foucault lança mão por meio da arqueologia só é possível se estiver associada a um estudo da *Wirkliche Historie* dos jogos de dominação, das relações de poder.

¹⁰⁷ O arquivo analisava os discursos, nas obras de Foucault anteriores à Arqueologia do Saber, com o foco em demarcar o conjunto de elementos discursivos que constituem um saber, portanto, estava voltado para a episteme. A episteme, é, segundo Foucault (2010b) um dispositivo de ordem propriamente discursiva, ou seja, analisa as relações estabelecidas entre os vários elementos de um saber, que, por sua vez, estava contida no arquivo. Por essa razão o arquivo é o objeto de estudo do arqueólogo e, portanto, o dispositivo continua inserido no arquivo, porém, o que o arqueólogo Foucault procura nesses arquivos são os variados tipos de discursos que encerram, ao espelharem relações entre indivíduos, relações de poder e, concomitantemente, dispositivos de poder que não estão limitados a apenas relações entre enunciados, mas sim relações de enunciados que codificam práticas concretas.

¹⁰⁸ O adjetivo objeto aqui está se referindo aos objetos do discurso produzidos por meio de enunciados.

CONCLUSÃO

A partir dos estudos efetuados, algumas conclusões foram alcançadas e alguns impasses superados quanto à compreensão do que propomos trabalhar sobre Foucault. Fato importante é que, quanto à forma empregada pelo filósofo para realizar suas análises, constatamos que sempre se utiliza tanto da genealogia quanto da arqueologia. Conclusão esta que emerge como alternativa a leitura mais hegemônica sobre tal pensador que defende a utilização desses instrumentos em períodos distintos. A interpretação mais recorrente de Foucault divide sua obra em três períodos distintos: *arqueologia do saber*, a arqueologia sem a práxis genealógica; *genealogia do poder*, no qual Foucault abriria mão da arqueologia em detrimento da genealogia; e a ética. Contudo, nos atentamos mais a questão da separação entre a arqueologia e a genealogia em períodos distintos. Essa interpretação da obra de Foucault vincula, necessariamente, a arqueologia ao saber e a genealogia ao poder, limitando a leitura desses instrumentos aplicados em campos distintos, como por exemplo, uma arqueologia direcionada às relações de poder e uma genealogia efetuada no eixo do saber. Essa periodização tornou-se uma pré-compreensão, como constatamos em muitos trabalhos realizados sobre Foucault. Muitos citam essa divisão sem uma análise mais apurada, partindo como um princípio de leitura que, de tanto ser repetido, tornou-se evidente por si mesmo. A leitura da obra dele que concluímos ser a mais viável e que melhor serviu para nossa dissertação, como instrumento hermenêutico para o dispositivo de poder disciplinar, é a que não separa esses instrumentos em períodos distintos.

Defendemos, portanto, que arqueologia e a genealogia são instrumentos de análise que Foucault utiliza desde sua primeira obra, *História da loucura na Idade clássica*. Em nossas investigações, nos deparamos com a obra de Koopman, *Genealogy as critique*, em que ele afirma que a arqueologia não foi abandonada por Foucault a partir de *Vigiar e Punir*, mas sim reinscreve a arqueologia no ambiente genealógico que adota na obra já citada. Essa foi nossa primeira suspeita e indício em relação ao problema gerado pela segmentação dos instrumentos de análise de Foucault. Porém, Koopman apresentou-nos somente uma parte para construirmos nossa perspectiva. Se a arqueologia foi reinscrita no campo de análise genealógico a partir de *Vigiar e Punir*, como ele sugere nas entrelinhas de seu texto, a genealogia, supostamente adotada por volta dos anos 1970, provavelmente decorreria de um encontro com a obra de Nietzsche.

Investigado esse fato, descobrimos que Foucault iniciou suas leituras sobre Nietzsche em 1953, período bem anterior à publicação de *História da loucura na Idade clássica* (1961). Tomamos conhecimento também de que, junto com Deleuze, Foucault organizou uma coletânea das obras de Nietzsche para a editora Gallimard no ano de 1967 (ARTIÈRES, et al., 2014, p. 79-81), e também lecionava sobre Nietzsche anterior à obra citada acima. Somado a isso, há também a análise das práticas não discursivas relacionadas com as discursivas em *História da loucura na idade clássica* que tratamos no primeiro capítulo. Portanto, esses fatos nos direcionaram a suspeita, também, da existência da genealogia no suposto período arqueológico, ao encontrarmos em uma entrevista publicada na obra de Dreyfus e Rabinow, *Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*, a afirmação do próprio Foucault de que ele realizou a genealogia em três eixos: um referente ao saber, outro ao poder, e outro sobre a ética. Ainda delimita em quais obras ele realizou essas genealogias: eixo do saber, *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*; eixo do poder, *Vigiar e Punir*; eixo da ética, *História da sexualidade*; em *História da loucura na Idade clássica*, estão presentes os três eixos de maneira “meio confusa” segundo o autor.

Essa afirmação de Foucault provocou-nos certo estranhamento quanto à obra *A arqueologia do saber*, pois, se trabalhamos com a perspectiva de que Foucault utiliza tanto a arqueologia quanto à genealogia, qual o motivo de *A arqueologia do saber* não ser citada em suas genealogias? *A arqueologia do saber* é uma obra que complementa as genealogias realizadas nas obras precedentes, através dos elementos discursivos que Foucault encontrou em suas obras anteriores (enunciados, objetos do discurso, conceitos e temas – este é um elemento do discurso próprio de *A arqueologia do saber*), organiza-os e relaciona-os, construindo uma “totalidade”¹⁰⁹ discursiva. Essa obra insere-se completamente na proposta de um trabalho conjunto entre genealogia e arqueologia, porque só é possível sustentar essa arqueologia do saber a partir das genealogias realizadas na ordem das formações discursivas.

Sobre o trabalho arqueológico de Foucault direcionado ao poder, as evidências não são tão óbvias quanto à genealogia empregada no eixo do saber. Primeiro fato, temos a mencionada obra de Koopman, e agregando a isso encontramos posicionamento semelhante ao nosso em Giacóia Jr. (2010) que diz que essa divisão periódica das obras de Foucault empobrece a compreensão, ou seja, separar a arqueologia e a genealogia em períodos distintos reduz a complexidade das análises efetuadas por esse filósofo, por isso opta dividir a obra em

¹⁰⁹ “Totalidade” no sentido empregado por Veiga-neto que citamos no capítulo I.

eixos temáticos. Dessa forma, Giacóia Jr., conseqüentemente, se direciona para uma não separação entre arqueologia e genealogia, o que também é defendido por Veiga-Neto (2004) o qual propõe uma periodização não por instrumentos de análise, mas sim por eixos: do saber, do poder e da ética. Assim, a utilização da arqueologia mais a genealogia na trajetória filosófica de Foucault, sem separações e abandonos, é algo compartilhado por outros leitores desse filósofo.

Mas, o que nos permite concluir que a análise sobre o poder disciplinar empregada por Foucault em *Vigiar e Punir* é arqueológica? E, se afirmarmos que ela é arqueológica, não excluiria a genealogia repondo o mesmo? Como mostramos no capítulo I, Foucault finaliza *A arqueologia do saber* - após as reflexões desse livro o terem direcionado a uma amplitude em seu campo de análise, porque percebe as limitações que o impediam de prosseguir para uma compreensão mais completa do surgimento dos saberes - especulando a possibilidade de aplicar a arqueologia a outros domínios, os quais escapam da episteme, dispositivo de ordem discursiva. Dentre esses domínios, destacamos dois: um referente às práticas sociais de cunho político (que, de fato, ele realizou em *Vigiar e Punir*) e outro referente à sexualidade (aqui deixamos aberta a possibilidade de se pensar uma arqueologia da sexualidade).

Logo, essa é, além do posicionamento dos comentadores, a primeira evidência de nosso ponto de vista. Segundo fato, em *A arqueologia do saber*, Foucault expõe os elementos de formação discursiva e descreve cada um deles mostrando como se relacionam para compor um discurso. Nessa obra, sua análise arqueológica aplicada nos discursos gira em torno da *episteme*, como afirma no final que, por sua vez, é um dispositivo de ordem discursiva; utiliza a arqueologia para descrever um determinado dispositivo. Se compararmos a terceira parte de *Vigiar e Punir* com essa análise apresentada em *A arqueologia do saber*, constatamos que o processo de análise do poder disciplinar é semelhante à da constituição do discurso. Quando Foucault analisa o poder disciplinar, procede descrevendo cada parte (arte das distribuições, controle das atividades, composição das forças, vigilância hierárquica, sanção normalizadora e exame) relacionando-as umas com as outras, mostrando como funcionam como uma “totalidade” organizada. Em *A arqueologia do saber*, a forma de análise das formações discursivas é semelhante à análise da formação do dispositivo de poder disciplinar: enunciados, objetos, conceitos e temas, são descritos particularmente e organizados, interligando-se e constituindo um discurso. As relações entre os mecanismos de poder constituem o dispositivo de poder disciplinar e as relações entre os elementos discursivos formam discursos que configuram uma *episteme*, um dispositivo estritamente discursivo. As

primeiras genealogias, associadas a arqueologias, forneceram elementos para a arqueologia do saber, assim como as genealogias do poder de *Vigiar e Punir* forneceram elementos para a arqueologia do dispositivo de poder disciplinar. A análise do poder disciplinar se aproxima bastante da análise do saber, ambas juntam partes encontradas por meio de genealogias para construir uma “totalidade”, mostram as funções de cada elemento nessa totalidade, constroem dispositivos. Quando falamos de uma arqueologia do dispositivo de poder disciplinar, não excluimos, de forma alguma, a genealogia, pois é por meio dessa *práxis* que Foucault encontra elementos para compor suas arqueologias. É somente com o trabalho conjunto desses instrumentos que ele é capaz de pensar as relações de poder, as práticas discursivas e problematizar a atualidade de forma complexa.

Percebemos também que, quanto aos instrumentos de análise, cada um deles apresenta suas funcionalidades abrangidas, isto é, além da forma de aplicação nas obras anteriores à *A arqueologia do saber*, a genealogia e a arqueologia adquirem um maior potencial de análise. Não há uma metamorfose total desses instrumentos, mas sim, pela questão do poder se tornar relevante, uma readaptação desses instrumentos para suprir esse tema. No caso da arqueologia, anterior às reflexões de *A arqueologia do saber*, era utilizada para investigar a constituição dos saberes historicamente, como, por exemplo, a loucura, a medicina e as ciências humanas. Tratava-se da análise de formações discursivas já constituídas historicamente, com uma regularidade discursiva particular, com práticas discursivas; uma arqueologia direcionada à *episteme* do discurso. A partir de *Vigiar e Punir*, mais propriamente (em *A arqueologia do saber* já é notável uma aplicação diferente da arqueologia).

A arqueologia ocorrerá na possibilidade de emergência de um saber; ela não é utilizada somente para analisar discursos produzidos historicamente, mas também para produzir um saber. Referimo-nos, dessa forma, a um *saber sobre o dispositivo de poder disciplinar* que só é possível quando Foucault relaciona os mecanismos de poder e os chama de dispositivo. Não analisadas somente as práticas discursivas, ele é o próprio efetuator das mesmas, selecionando enunciados, objetos, conceitos e temas e compondo um saber. Já a genealogia, além do seu caráter de *história efetiva*, ganha relevância na função de desassujeitar os discursos para, a partir disso, tornar perceptível um saber histórico das lutas, mostrar, por meio do desassujeitamento, as relações de poder que ocorreram na história. Essa função da genealogia permite encontrar os elementos necessários para que Foucault descreva os dispositivos de poder.

A arqueologia do dispositivo de poder disciplinar, tal como propomos, ficou mais evidente quando a comparamos com uma análise do poder disciplinar apresentada em *O poder psiquiátrico*, sob o título de *Genealogia do poder disciplinar*. A análise que Foucault faz e dá esse título é, sem sombra de dúvidas, distinta daquela realizada em *Vigiar e Punir*. Em *O poder psiquiátrico*, a abordagem sobre o poder disciplinar trata somente da *emergência* e *proveniência* deste, culminando no efeito da configuração de uma sociedade disciplinar, não há uma descrição e articulação dos mecanismos de poder como em *Vigiar e Punir*. Portanto, essas evidências nos direcionam a concluir que a análise do poder que Foucault faz em *Vigiar e Punir* é arqueológica, partindo sempre de uma genealogia do poder.

Concluimos também que a periodização das obras dele, pelo viés de superação da arqueologia pela genealogia como se a análise do poder necessitasse da genealogia apontando a insuficiência da arqueologia para tal análise, não se sustenta diante de nossa perspectiva. Contudo, reconhecemos que nossa análise, embora negue essa periodização, nos direciona a outra em que, em um primeiro momento, há uma aplicação da genealogia e da arqueologia às formações discursivas e que, devido ao aprofundamento das pesquisas realizadas por Foucault, implicam em um direcionamento desses instrumentos à questão do poder e, possivelmente, (pois ainda não investigamos) outra etapa voltada para a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros, inserido nos dispositivos de poder como focos de resistência: a ética. Assim, se estivéssemos inserindo pela porta dos fundos aquilo que retiramos pela porta da frente, optaríamos por uma periodização mais marcada por um processo em que o pensamento de Foucault, no decorrer de suas obras, não abandona os traços filosóficos herdados que o formaram enquanto sujeito (refiro-me a filósofos como Nietzsche, Kant, Heidegger, Hegel, Dumézil, entre outros), mas sim que – à medida que seu pensamento se tornou mais complexo – outras necessidades de análise surgiram alargando o campo de investigação, fazendo surgir novos elementos impossíveis de serem negligenciados. As pesquisas direcionaram-nos à posição de que não há uma superação de uma forma de análise pela outra, mas sim superação na forma de problematizar e investigar as questões que emergem na atualidade. Portanto, arqueologia e a genealogia são instrumentos mantidos e utilizados por Foucault, mas que, a partir de *A arqueologia do saber*, adquirem formas mais complexas de aplicação.

Mas, com que finalidade Foucault utiliza esses instrumentos? Qual o ponto de partida de suas investigações? Ele sempre parte de uma problematização de algum elemento da atualidade, se suas investigações são históricas e se suas análises das formações discursivas

também são delimitadas historicamente, com o objetivo de tornar legíveis as relações estabelecidas entre os indivíduos, a verdade e o efeito proporcionado. O propósito do filósofo é mostrar que as práticas as quais os indivíduos adotam para si, constituindo-se como sujeitos e que possibilitam o governo de uns sobre outros, podem ser negadas ou reorganizadas. Pretende mostrar, ao problematizar o presente e aplicar seus instrumentos às mais variadas questões, a possibilidade de se efetuar novas formas de relacionamento entre os indivíduos e a verdade. Em relação ao poder disciplinar, problematiza a condição do indivíduo caracterizando-o como *corpo dócil*, o qual é produzido, ao ser inserido em um dispositivo de poder, segundo alguns objetivos pré-estabelecidos. *Dócil* significa, em linhas gerais, um corpo moldado, inserido em determinada atividade e utilizado de maneira exaustiva que não reflete sobre sua condição. Para que o corpo execute determinadas atividades exaustivamente, é preciso uma preparação, um trabalho sobre o corpo para que ele cumpra essas determinações de maneira que a sua condição seja autocompreendida como à realização de sua *humanidade*. Então, há um trabalho de aceitação de uma verdade de si ou, mais propriamente, um trabalho de formação de uma subjetividade que reconheça determinada formação discursiva. Inserido em uma hermenêutica do real, executará determinadas atividades que o moldarão.

Então, quando investigamos o conceito de “alma”, percebemos que não se trata de uma essência que existe, de fato, no interior do corpo, mas de uma essência a qual existe enquanto discurso que determina o que é ser *humano*. O conceito de “alma” que Foucault utiliza é meramente esporádico, porque facilmente em sua prática discursiva sobre o poder pode ser substituído por “razão”, “subjetividade”, etc. Quer indicar com esse conceito um determinado discurso que, elevado ao patamar de verdade universal, determina formas de existência aos indivíduos os quais se reconhecem nesses discursos. Ao serem reconhecidos, adotam ou se conformam com determinadas práticas, condições ou posições no campo social; o discurso é, dessa forma, um instrumento de governamentalidade. Só é possível governar os corpos governando o conjunto de verdades em que esses se reconhecem.

Quanto ao poder disciplinar – a verdade que envolve o corpo e possibilita governá-lo trabalhando detalhe por detalhe e constituindo um corpo dócil – é o discurso cartesiano que o concebe como uma máquina operada por uma alma pensante. Associado a esse discurso, Foucault diz que surgiram diversos regulamentos institucionais que prescreviam manobras para *adestrar* o corpo e, conseqüentemente, governá-lo. As práticas e os discursos são os que constituem e governam os sujeitos que ele pretende evidenciar, e evidenciando esses

elementos por meio da genealogia e da arqueologia, proporciona ao seu interlocutor a possibilidade de problematizar sua própria condição, pois, embora assuma o caráter perspectivo de sua obra, enfoca o objetivo de proporcionar ao indivíduo uma abertura de reflexão sobre a condição presente.

A analítica do poder desenvolvida em *Vigiar e Punir* se debruça sobre relações de poder que proporcionam o governo minucioso do corpo, um poder disciplinar que – ao governá-lo anatomicamente – produz determinado tipo de sujeito. Então, a arqueologia + genealogia que realiza sobre essa modalidade de poder consistirá em identificar os diversos mecanismos que configuram tais relações entre os indivíduos e, ao identificá-los, propor uma leitura destes em conjunto. A leitura proposta sobre o poder em *Vigiar e Punir* só é possível se estiver descrevendo dispositivos, porque como abordamos esse conceito refere-se, primeiro e menos essencial, a disposição de determinados elementos e, segundo e mais essencial, as linhas ou aos vetores de força os quais relacionam um elemento ao outro, constituindo um dispositivo do poder que produz determinados efeitos e tal forma de análise é arqueológica.

A genealogia, enquanto análise da emergência aproxima-se bastante da escrita arqueológica, pois revela o lugar do confronto, que corresponde aos discursos normativos, jogos de dominação, conflitos e relações de poder entre os indivíduos; revela o saber histórico das lutas. Todavia, a genealogia é um discurso fluido de uma história móvel que segue diferenciações, a arqueologia formula um discurso sem mobilidades, uma pausa ou recorte em determinado momento, descrevendo, mapeando e organizando os elementos do jogo de dominação, revelados pelo saber histórico das lutas. Logo, a arqueologia é o instrumento que descreverá os dispositivos por ser uma estrutura cujo funcionamento é, na medida do possível, estável, porém, os dispositivos não estão excluídos dos jogos de dominação revelados pela genealogia. São mecanismos atuantes nos confrontos históricos, localizados, estrategicamente, no campo de batalha.

Então, como Foucault realiza a arqueologia do dispositivo de poder disciplinar a partir de uma genealogia do poder? Na genealogia da prisão realizada em *Vigiar e Punir*, indica que esse é um dentre vários dispositivos de poder que compõem a sociedade disciplinar, embora cada dispositivo possua uma funcionalidade específica, todos possuem uma funcionalidade comum que atua marginalmente, produzir *corpos dóceis*. Embora no jogo de dominação mostrado por Foucault por meio da genealogia, cada dispositivo apresente um funcionamento tático e específico, os dispositivos disciplinares seguem o mesmo funcionamento descrito

arqueologicamente. Assim como os discursos, são compostos por peças, elementos que o constituem ao se relacionarem, a partir de combinações das forças atuantes em seu interior. Os corpos e demais instrumentos do dispositivo serão dispostos proporcionando uma combinação das forças as quais dispõem, afetando outros corpos e instrumentos, gerando uma operacionalidade no dispositivo. As forças desencadeadas pelos corpos fixados nos dispositivos estabelecem relações de poder, proporcionando o funcionamento do dispositivo. As relações de poder são as *linhas* que ligam ou conectam um elemento ao outro. Por essas linhas do dispositivo, há codificações que determinam as ações dos indivíduos e os mantêm exercendo certas funções. Por isso, a arqueologia do dispositivo de poder disciplinar só é possível a partir da descrição de um conjunto cujos elementos estão conectados por relações de poder. Descrever as relações de poder que formam um dispositivo significa identificá-las espacialmente em intercessão com outras forças, atuando concomitantemente sobre os corpos.

As relações de poder disciplinar, as *linhas* do dispositivo, correspondem diretamente a mecanismos que incitam os indivíduos a se comportarem de determinadas formas. Um destes é o fato de os dispositivos disciplinares se constituírem como um espaço diferenciado do seu exterior, a demarcação dele é chamada de *arte das distribuições*. A *arte das distribuições*, antes de tudo, corresponde à organização do espaço, se este é diferenciado de seu exterior, logo se institui uma “fronteira”, ou, como diz Foucault, uma *cerca* e, dentro dessa delimitação, há uma segmentação celular visando localizar e individualizar os corpos. Então, essa organização permitirá que determinados indivíduos localizem outros e atribuam a eles certas funcionalidades. Embora que, no hospital, o enfermeiro tenha a função de tratar o paciente e, no presídio, o agente tenha a função de vigiar o prisioneiro, o princípio que se segue é o mesmo: um corpo delimitado espacialmente, agindo segundo um regulamento. O corpo, agindo em um espaço delimitado, terá suas atividades controladas, então, no dispositivo disciplinar, ligado ao mecanismo da *arte das distribuições*, teremos outro mecanismo: *o controle das atividades*. Este mecanismo articula o corpo ao tempo, entretanto, essa articulação fragmenta o corpo e o reestrutura, porque associa cada parte a um ritmo. Todos os membros do corpo devem seguir movimentos minuciosamente cronometrados para compor um gesto global (no sentido do corpo como um todo composto por partes), correto e eficiente. As partes do corpo ordenadas, o controle das atividades associa o corpo a instrumentos criando sequências de operação. Todas as ações dos indivíduos inseridos em dispositivos disciplinares são sequenciadas por demarcações temporais. Esses mecanismos apontam para funções hierárquicas entre os sujeitos e, conseqüentemente, as relações de

poder, há aqueles fixados em quadraturas e os que circulam nos corredores verificando a postura, há os submetidos às sequências temporais e aqueles que marcam o tempo.

Arelados a esses mecanismos, há três dispositivos menores que compõem o dispositivo disciplinar que Foucault denomina, em *Vigiar e Punir*, de *recursos para o bom adestramento*. Esse termo sugere que estes dispositivos atuem garantindo a fixação espacial e o controle laboral dos indivíduos, extraindo o máximo de força dos corpos. Estes são: a *vigilância hierárquica*, a *sanção normalizadora* e o *exame*. Cada um desses dispositivos articulam elementos para produzir determinado efeito e se articulam entre si, com a arquitetura e com o controle das atividades, mais propriamente, o tempo e os objetos. Sobre o corpo é incidido uma delimitação espacial, é também uma submissão às demarcações temporais. Ao mesmo tempo, esse é atravessado por olhares que reprimem a possibilidade de uma atitude diferenciada e, se cometer escapando aos regulamentos normativos, é punido. Desse corpo, junto aos demais de mesmo ofício, é extraído um saber que constituirá uma normatividade, determinando a mediana a que sempre deverá se enquadrar, submetido a constantes avaliações. A delimitação do espaço, o controle do corpo, a vigilância, a punição e a avaliação são mecanismos que compõem o dispositivo, mas que são efetuados no corpo a corpo; um exerce o poder sobre o outro atualizando esses mecanismos. O corpo que interage com esses efeitos (que é enquadrado, controlado, vigiado, punido e avaliado) tende a compor seu próprio comportamento a partir dessas práticas sofridas, disciplinando-se. Então, quando o corpo disciplina-se, quando adota para si essas condutas exercidas por terceiros, torna-se dócil.

Então, o que alcançamos com esse trabalho? O sujeito é sempre algo produzido – pelo menos até as análises sobre a microfísica do poder – por relações de poder, determinadas relações produzem determinados sujeitos, portanto, as relações disciplinares, estabelecidas nos dispositivos, produzirão um tipo de sujeito: *corpos dóceis*. *Corpos dóceis* significa – dentre as várias expressões que poderíamos utilizar – corpo governado, dirigido para determinados fins não por escolhas totalmente autônomas. Os corpos são induzidos a se constituírem dentro de normalidades, mas como negar essa forma de governo? O “não” significa a dobra, inversão ou redirecionamento da positividade do poder, ou seja, uma possibilidade de resistir às forças que agem sobre nossas ações e, para identificar a proveniência e articulação dessas forças que devemos resistir, Foucault oferece, além de suas obras, a arqueologia e a genealogia como instrumentos de leitura de nossas práticas cotidianas. Portanto, uma possibilidade de ser governado da forma como o filósofo aponta é a

problematização da condição do sujeito para que esse redirecione a força, dobre-a sobre si mesma, não no sentido de subjugo das normalizações, mas de construir formas de relações que favoreçam as diferenças e as particularidades de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: **Outra travessia. Revista literária**. Ilha de Santa Catarina, nº5, p. 9-16, 2º semestre de 2005.

ALMEIDA, Tiago Santos. O “a priori histórico” segundo Michel Foucault. In: MATA, Sérgio Ricardo da Mata, MOLLO, Helena Miranda e VARELLA, Flávia Florentino (org.). **Caderno de resumos & Anais do 2º. Seminário Nacional de História da Historiografia**. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. In: RAGO, Margareth e MARTINS, Adilton L. Martins (org.). **Revista Aulas**. Campinas, nº 3, p. 01-24, dezembro 2006/março 2007.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Foucault, para além de *Vigiar e punir*. In: **Aurora**. Curitiba, v. 21, n. 28, p. 39-59, jan./jun. 2009.

ARTIÈRES. Philippe, BERT. Jean-François, GROS. Frédéric e REVEL. Judith. **Michel Foucault**. Tradução de Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ASSMAN, Selvino José e NUNES, Nei Antonio. Michel Foucault e a genealogia como crítica do presente. In: **Interthesis**. Florianópolis, Vol. 04 nº 1, p. 01-21, janeiro/junho, 2007.

AZEVEDO, José Eduardo. **A penitenciária do Estado**: análise das relações de poder na prisão. 1997. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

BAYS, Deise Gabriela. **O sujeito em questão**: a arqueo-genealogia das ciências humanas em Michel Foucault. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2010.

BARONAS, Roberto Leises. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: NAVARRO-BARBOSA, Pedro e SARGENTINI, Vanice (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, pág. 45-62.

CANDIDO, Luiz Felipe Martins. **Genealogia da biopolítica**: uma leitura da analítica do poder de Michel Foucault. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CANDIOTTO, César. Ética e política em Michel Foucault. In: **Trans/Form/Ação**. Marília, v.33, n.2, p. 157-176, 2010.

CANDIOTTO, César e D'ESPÍNDULA, Thereza Salomé. Biopoder e racismo político: uma análise a partir de Michel Foucault. In: **INTERthesis**. Florianópolis, v.9, n.2, p.20-38, Jul./Dez. 2012.

CANDIOTTO, Cesar. Disciplina e segurança em Michel Foucault: a normalização e a regulação da delinquência. In: **Psicologia & Sociedade**, 24 (n. spe.), 18-24, 2012.

CANDIOTTO, Cesar. Técnicas de poder, segurança e liberdade. **Revista Ecpolítica**, São Paulo, n. 8, pp. 2-18, jan-abr, 2014.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. Honoré-Gabriel Riqueti, comte de Mirabeau. In: **Encyclopaedia Britannica**. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc. 2014. Disponível em: <<
<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/384793/Honore-Gabriel-Riqueti-comte-de-Mirabeau>>> acesso em 25/10/2014.

CORREIO, Christian Fernando Ribeiro Guimarães Vinci. Michel Foucault: a genealogia, a história, a problematização. In: **PROMETEUS** - ano 7 - número 15, p. 103-123, janeiro-junho/2014.

DELEUZE, Gilles. ?Qué es um dispositivo? In: **Michel Foucault, Filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-163.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELFIN. In: Aulete digital. Lexicon Editora Digital. Disponível em <<http://www.aulete.com.br/delfim>> acesso em 21/04/2015.

DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUARTE, André. **Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

DUARTE, André de Macedo e CÉSAR, Maria Rita de Assis. Michel Foucault e as lutas políticas do presente: para além do sujeito identitário de direitos. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 3, p. 401-414, jul./set. 2014.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. Qui êtes-vous, professeur Foucault. In: **Dits Et Écrits, vol. I**. Paris: Gallimard, 1994a, p. 601-620.

FOUCAULT, Michel. Qu'est – ce que les Lumières?. In: **Dits Et Écrits, vol. IV**. Paris: Gallimard, 1994b, 679-688.

FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forenses Universitária, 1995a, p. 231 – 249.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: DREYFUS, Hubert e RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b, p. 250 – 278.

FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, Freud e Marx: Theatrum Philosophicum**. São Paulo: Princípio, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Vol. 1. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as forma jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

FOUCAULT, Michel. Estruturalismos e pós-estruturalismo. In: **Ditos e Escrito II**: Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber. In: **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b, p. 223-240.

FOUCAULT, Michel. Poderes e Estratégias. In: **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005c, p. 241-252.

FOUCAULT, Michel. Diálogo sobre o Poder. In: **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005d, p. 253-266.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005e.

FOUCAULT, Michel. Foucault. In: **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade e Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, p 234-239.

FOUCAULT, Michel. Verdade, Poder e Si Mesmo. In: **Ditos e Escritos V**: Ética, Sexualidade e Política. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, p. 294 – 300.

FOUCAULT, Michel. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006c.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. 34ª Ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos**: Curso no Collège de France, 1979-1980: aulas de 09 e 30 de janeiro de 1980. Tradução, transcrição e notas Nildo Avelino. São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O Governo de Si e dos Outros**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2010b.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 21ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GALVÃO, Bruno Abilio. A ética em Michel Foucault: Do cuidado de si à estética da existência. In: **Intuitio**. Porto Alegre. Vol.7 – nº1, p. 157-168, junho 2014.

GAUNA, Aníbal. **El proyecto político de Michel Foucault**: estratégias para la cultura venezolana. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 2001.

GIACÓIA JR, Oswaldo. Apresentação. In: DUARTE, André. **Vidas em Risco**: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. IX-XXV.

GOMES, João Carlos Lino. Nota sobre o conceito de epistémé em Michel Foucault. In: **Síntese nova fase**. Belo Horizonte. V. 18, n. 53, p. 225-231, 1991.

GONÇALVES, Daniel Luis Cidade. Foucault: o intelectual, o crítico, o filósofo. In: CARVALHO, Marcelo e FIGUEIREDO, Vinícius (org.). **Filosofia contemporânea**: Deleuze, Guatarri e Foucault. São Paulo: ANPOF, 2013, p. 71-79.

KOOPMAN, Colin. *Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity*. Indiana: Indiana University Press. 2013.

LACHI, Poliana e NAVARRO, Pedro. O corpo moldado: corporeidade mediada e subjetivação. In: TASSO, Ismara e NAVARRO, Pedro (Orgs.). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursiva**. Maringá: Eduem, 2012, p. 17-39.

LARRÈRE, Catherine. Escepticismo Moderno. In: RAYNAUD, Philippe e RIALS, Stéphane (Org.). **Diccionario Akal de Filosofía Política**. Madrid: Ediciones AKAL, 2001.

LEAL, Arthur. Bruno Latour e Michel Foucault: entre a construção de um mundo comum e a ontologia histórica de nós mesmos. In: CRUZ, Nina Velasco e QUEIROZ, André (org). **Foucault Hoje?** Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2007, p. 46-69.

LEBRUN, Gerard. **O que é o poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Logos. In: **Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico**. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível na Internet: << <http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/logos>>>. Acesso em 27/04/2015.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber: A Trajetória da Arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro. Graal. 1988.

MACHADO, Roberto. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2010, p. XII-XXIII.

MACHEREY, Pierre. Sobre una Historia natural de las Normas. In: **Michel Foucault, Filósofo**. Barcelona: Gedisa, España, 1990, págs. 170 – 185.

MARINHEIRO, Carlos. O significado de *avant la lettre*. In: **Ciberdúvidas da língua portuguesa**. 2007. Disponível em: <<<http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=20535>>> Acesso em 15/03/2015.

MENESES, Antônio Basílio Novaes Thomaz; SOUZA, Noelma Cavalcante de. O poder disciplinar: uma leitura em Vigiar e Punir. **SABERES**, Natal – RN, v. 1, n.4, p. 18-35, jun. 2010.

MIGOWSKI, Eduardo Seixas. **O governo das multidões: população e poder em Michel Foucault**. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-graduação em Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

MORAIS, Ricardo Barbosa. **O Poder Disciplinar: uma leitura das transformações da penalidade clássica à moderna nas análises de Michel Foucault**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). PUC São Paulo. São Paulo, 1999.

MUCHAIL, Salma Tannus. **Foucault, simplesmente**. São Paulo. Loyola. 2004.

NIETZSCHE, F. **Aurora**. Td. Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala, s. d.

NOTO, Carolina de Souza. **A ontologia do sujeito em Michel Foucault**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

OROPALLO, Maria Cristina. **A presença de Nietzsche no discurso de Foucault**. 2005. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2005.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. In: **Lua Nova, revista de cultura e política**. São Paulo: CEDEC, nº 63, 2004, p. 179-201.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTANA, Marival Baldoíno de. **O poder e o sujeito em Michel Foucault: da sociedade disciplinar à sociedade de controle**. 2010. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2010.

SCHULER, Donald. **Heráclito e seu (dis)curso**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

SHERIDAN, Alan. **Michel Foucault: The will to truth**. London: Tavistock / Taylor & Francis e-Library, 2005.

SIBILA, Paula. Etéreas prisões do corpo: da alma (analógica) à informação (digital). In: CRUZ, Nina Velasco e QUEIROZ, André (org). **Foucault Hoje?** Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2007, p. 130 – 139.

SILVA, Ítalo Leandro da. Entre a cura e o castigo, uma análise de Vigiar e Punir. In: CARVALHO, Marcelo e FIGUEIREDO, Vinícius (org.). **Filosofia contemporânea: Deleuze, Guattari e Foucault**. São Paulo: ANPOF, 2013, p. 113-122.

SOUZA, José Cavalcante de (Org.). Os Pré-Socráticos: Fragmentos, doxografia e comentários. São Paulo, Nova Cultura, 1996. Versão digitalizada pelo grupo Digital Source.

TEDESCO, Silvia. Subjetividade e seu plano de produção. In: CRUZ, Nina Velasco e QUEIROZ, André (org). **Foucault Hoje?** Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2007, p. 140 – 149.

TONI, Gilmar José de. **Leituras deleuzianas das relações foucaultianas de poder**. 2010. Tese (Doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Os dispositivos de poder e o corpo em “Vigiar e Punir”. In: ADILTON, Luís Martins e RAGO, Margareth (org.). **Revista Aulas: Dossiê Foucault**. Campinas, n.º. 3, p. 01-23, dezembro 2006/março 2007.

YAZBEK, André Constantino. **Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean-Paul Sartre e Michel Foucault**. São Paulo: EDJC- PUC-SP. 2010.

YAZBEK, André Constantino. A «transgressão do universal»: o intelectual e o poderem Michel Foucault. In: **Kriterion**. Belo Horizonte, n.º 125, p. 251-262, Jun./2012.

YAZBEK, André Constantino. Poder, política e verdade em Michel Foucault: notas sobre as implicações práticas do discurso. In: **Olhar**. São Carlos, ano 15, Número 28, p. 91-101, 2013.

VASCONCELLOS, Jorge. Foucault, pensador do presente. In: CRUZ, Nina Velasco e QUEIROZ, André (org). **Foucault Hoje?** Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 2007, p. 11 – 18.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEYNE, Paul. **Foucault, o pensamento, a pessoa**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **Pensar diferentemente a História: o olhar genealógico de Michel Foucault em Vigiar e Punir**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.